



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**

**BRASÍLIA - DF
MARÇO/2017**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa – TCU nº63, de 1º de setembro de 2010, alterada pela IN TCU nº 72/2013, nas Decisões Normativas TCU nº 154/2016 e 156/2016, na Portaria – CGU nº507/2016, e na Portaria – TCU nº59/2017, e das orientações do órgão de controle interno.

**BRASÍLIA - DF
MARÇO/2017**

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ADI	Avaliação de Desempenho Individual
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
APH	Atendimento Pré-Hospitalar
CGO	Coordenação-Geral de Operações
CGPLAM	Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização
CGRH	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CGU	Controladoria-Geral da União
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
COEN	Coordenação de Ensino
CRET	Comissão Regional de Educação para o Trânsito
CRLV	Certificado de Registro e Licenciamento Veicular
CSR	Comando de Saúde Rodoviário
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DG	Direção-Geral
DISAS	Divisão de Saúde e Assistência Social
DITRAN	Divisão de Trânsito
DN	Decisão Normativa
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IN	Instrução Normativa
INFOSEG	Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública
IS	Instrução de Serviço
ISDN	Integrated Services Digital Network (Rede Digital de Serviços Integrados)
LOA	Lei Orçamentária Anual
MJ	Ministério da Justiça
MPO	Manual de Procedimentos Operacionais
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NUAD	Núcleo de Execução Administrativa
OS	Ordem de Serviço
PF	Pessoas Fiscalizadas
PI	Plano Interno
PNSP	Programa Nacional de Segurança Pública
PPA	Plano Plurianual
PR	Procuradoria da República
PRF	Polícia Rodoviária Federal

RFB	Receita Federal do Brasil
RG	Relatório de Gestão
RP	Restos a Pagar
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEST	Serviço Social do Transporte
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPÉ	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Governo Federal
SIGER	Sistema de Informações Gerenciais
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SRP	Sistema de Registro de Preços
TA	Testes de Alcoolemia
TCU	Tribunal de Contas da União
UCC	Unidade Centralizadora de Compras
UJ	Unidade Jurisdicionada
UGO	Unidade Gestora Orçamentária
UO	Unidade Orçamentária
UOP	Unidade Operacional
VF	Veículos Fiscalizados

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

Quadro I - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	11
Quadro II – Resumo Circunscrição Nacional	13
Quadro III – Organograma.....	16
Quadro IV – Macroprocessos da PRF.....	25
Quadro V – Cadeia de Valor da PRF.....	27
Quadro VI – Metas da PRF para 2016	34
Quadro VII – Ação 2723	42
Quadro VIII – Ação 86A1.....	44
Quadro IX – Ação 154T.....	45
Quadro X – Ação 8623.....	46
Quadro XI – Ação 8698	46
Quadro XII – Ação 20IC	47
Quadro XIII – Ação 200G.....	48
Quadro XIV – Despesas totais por modalidade de contratação.....	50
Quadro XV – Despesas por grupo e elementos de despesa	100
Quadro XVI – Quantidade de Acidentes X Milhão de veículos	139
Quadro XVII– Quantidade de Feridos X Milhão de veículos	139
Quadro XVIII – Quantidade de Óbitos X Milhão de veículos	140
Quadro XIX – Principais causas dos acidentes fatais	141
Quadro XX– Principais apreensões	142
Quadro XXI – Resultado da atividade correcional	152
Quadro XXII – Estrutura de pessoal da Unidade.....	159
Quadro XXIII – Distribuição da lotação efetiva	159
Quadro XXIV – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	159
Quadro XXV – Despesas com pessoal	161
Quadro XXVI – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	163
Quadro XXVII – Contratos de prestação de serviços - estagiários.....	164
Quadro XXVIII– Dispêndio de recursos com obras de infraestrutura.....	167
Quadro XXIX – Principais sistemas de informação	170
Quadro XXX – Demonstrações contábeis	185
Quadro XXXI – Notas explicativas	195
Quadro XXXII – Cumprimento das deliberações do TCU.....	203
Quadro XXXIII – Cumprimento das recomendações do OCI.....	248
Quadro XXXIV – Quantidade de TCA's realizados	267

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO

2. VISÃO GERAL DA UNIDADE

- 2.1 Finalidade e Competências
- 2.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade
- 2.3 Ambiente de Atuação
- 2.4 Organograma
- 2.5 Macroprocessos Finalísticos

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

- 3.1 Planejamento Organizacional
 - 3.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do exercício
 - 3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico
 - 3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos
- 3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos
- 3.3 Desempenho Orçamentário
 - 3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade
 - 3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário
 - 3.3.3 Execução descentralizada com transferência de recurso
 - 3.3.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas
 - 3.3.4 Informações sobre a execução das despesas
 - 3.3.5 Desempenho Operacional
 - 3.3.6 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS

- 4.1 Descrição das estruturas de governança
- 4.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos
- 4.3 Gestão de riscos e controles internos

5 – ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

- 5.1 Gestão de Pessoas
 - 5.1.1 Estrutura de pessoal da Unidade
 - 5.1.2 Demonstrativo das despesas com Pessoal
 - 5.1.3 Gestão de Riscos relacionado ao Pessoal
 - 5.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de estagiários
- 5.2 Gestão de Patrimônio e infraestrutura
 - 5.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União
- 5.3 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)
 - 5.3.1 Principais Sistemas de Informações
 - 5.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)
- 5.4 Gestão ambiental e sustentabilidade
 - 5.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras
- 5.5 Gestão de fundos e programas
 - 5.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

- 6.1 Canais de acesso do cidadão
- 6.2 Carta de Serviços ao Cidadão
- 6.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos usuários
- 6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade
- 6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

- 7.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos
- 7.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade
- 7.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

- 8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU
- 8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno
- 8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário
- 8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no Art. 5º da Lei 8.666/93
- 8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento
- 8.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Cardoso
Wellington César Lima e Silva
Eugênio Aragão
Alexandre de Moraes

Secretário-Executivo

Marivaldo de Castro
Guilherme Almeida de Almeida
José Levi Mello do Amaral Júnior

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Flávio Marques Prol
Fauze Martins Chequer

Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Diretora-Geral

Maria Alice Nascimento Souza

Chefe de Gabinete

Eduardo Ággio de Sá

Coordenador-Geral de Operações

Silvinei Vasques
Ciro Vieira Ferreira
Daniel Antônio Torno de Araújo Costa

Coordenador-Geral de Recursos Humanos

Antônio Paim de Abreu Junior

Coordenador-Geral de Administração

Marcelo Aparecido Moreno

Coordenador-Geral de Planejamento e Modernização

Eduardo Augusto Muniz de Souza

Corregedora-Geral

Fernando Cesar Pereira Ferreira
João Carlos Lanzi Alcalde

Missão Institucional

Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União

1 APRESENTAÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão está estruturado conforme disposições da Instrução Normativa – TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, alterada pela IN TCU nº 72/2013 nas Decisões Normativas TCU nº 154/2016 e 156/2016, na Portaria – CGU nº 507/2016, e na Portaria – TCU nº 59/2017, e das orientações do órgão de controle interno.

O Relatório em comento, produzido no primeiro trimestre de cada ano, referente ao exercício financeiro anterior, pode ser considerado como um importante instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, assim como de avaliação dos resultados obtidos pela Polícia Rodoviária Federal na condução dos seus trabalhos institucionais.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exhibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a possibilitar uma justa visualização das ações desenvolvidas pela Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2016, bem como da sistemática da aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Estratégico da PRF, o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2016 e os relatórios de atividades das diversas áreas da Administração Central, das Superintendências e dos Distritos Regionais, o que possibilita uma perspectiva macro com acompanhamento setorizado, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações.

Com o presente documento, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

Quadro I - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo/ Função essencial à Justiça			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 0704
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação Completa: Departamento de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação Abreviada: DPRF			
Código SIORG: 704	Código LOA: 30107	Código SIAFI: 200109 e 200230	
Natureza Jurídica: Órgão Público da Administração Direta do Poder Executivo		CNPJ: 00.394.494/0104-41	
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública.		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(061) 2025-6700	(061) 2025-6713	(061) 2025-6632
Endereço Eletrônico: ouvidoria@prf.gov.br			
Página na Internet: http://www.prf.gov.br			
Endereço Postal: SPO S/N - Quadra 03, Lote 05 Setor Policial Sul Complexo Sede da PRF Brasília/DF – CEP: 70.610-909.			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas			
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Código SIORG
Superintendência Regional em Goiás	00.394.494/0116-85	200121	002820
Superintendência Regional no Mato Grosso	00.394.494/0115-02	200120	002824
Superintendência Regional no Mato Grosso do Sul	00.394.494/0123-04	200128	002825
Superintendência Regional em Minas Gerais	00.394.494/0110-90	200115	000282
Superintendência Regional no Rio de Janeiro	00.394.494/0111-70	200116	002829
Superintendência Regional em São Paulo	00.394.494/0112-51	200117	002831
Superintendência Regional no Paraná	00.394.494/0113-32	200118	002832
Superintendência Regional em Santa Catarina	00.394.494/0120-61	200125	002833
Superintendência Regional no Rio Grande do Sul	00.394.494/0114-13	200119	002834
Superintendência Regional na Bahia	00.394.494/0109-56	200114	002835
Superintendência Regional em Pernambuco	00.394.494/0108-75	200113	002836
Superintendência Regional no Espírito Santo	00.394.494/0121-42	200126	002814
Superintendência Regional em Alagoas	00.394.494/0124-95	200129	002815
Superintendência Regional na Paraíba	00.394.494/0117-66	200122	002819
Superintendência Regional no Rio Grande do Norte	00.394.494/0118-47	200123	002821

Superintendência Regional no Ceará	00.394.494/0104-41	200112	002822
Superintendência Regional no Piauí	00.394.494/0122-23	200127	002823
Superintendência Regional no Maranhão	00.394.494/0119-28	200124	3681
Superintendência Regional no Pará	00.394.494/0106-03	200111	2826
Superintendência Regional em Sergipe	00.394.494/0125-76	200130	2828
Superintendência Regional em Rondônia	00.394.494/0127-38	200131	002830
Superintendência Regional no Distrito Federal	00.394.494/0136-29	200141	013428
Superintendência Regional em Tocantins	00.394.494/0135-48	200139	029303
Superintendência Regional no Amazonas	00.394.494/0105-22	200110	14016
Superintendência Regional no Amapá	00.394.494/0140-04	200233	029304
Superintendência Regional em Roraima	00.394.494/0137-00	200232	29305
Superintendência Regional no Acre	00.394.494/0152-49	200235	210928
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas			
• Constituição Federal (Art. 144), • Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), • Decreto nº 1.655/1995, • Decreto nº 6.061/2007, • Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375/2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, • Lei 9.654/1998, • Lei 11.358/2006 • Lei 11.784/2008 e • Portaria MJ 432/2016			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
200109	Departamento de Polícia Rodoviária Federal.		
200230	Departamento de Polícia Rodoviária Federal – Dir. Geral.		
200257	Departamento de Polícia Rodoviária Federal – CGO		
200258	Departamento de Polícia Rodoviária Federal – COINT		
200259	Departamento de Polícia Rodoviária Federal – CG		
200260	Departamento de Polícia Rodoviária Federal – CGPLAM		

2.1 Finalidade e competências

A missão Constitucional da Polícia Rodoviária Federal, Órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, referenciada no § 2º do artigo 144 da Carta Magna de 1988, estabelece como fator primordial o patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

A Polícia Rodoviária Federal está presente em todos os estados do território nacional, dada a sua estruturação que contempla uma Unidade Administrativa Central, sediada na capital da República

Federativa do Brasil, e 26 (vinte e seis) Unidades Administrativas Desconcentradas, representadas por 26 (vinte e seis) Superintendências Regionais.

As unidades Regionais da PRF são compostas por 147 (cento e quarenta e sete) Subunidades Administrativas – Delegacias PRF e aproximadamente 400 (quatrocentas) unidades operacionais.

Quadro II – Resumo Circunscrição Nacional.

RESUMO CIRCUNSCRIÇÃO NACIONAL (Outubro/2015)					
Regional	Nº Portaria	Publicação	Delegacias	Postos	Malha (km)
1SRPRF/GO	337	22/10/15	7	13	2.843,1
2SRPRF/MT	73	28/03/14	8	15	4.063,5
3SRPRF/MS	213	18/10/13	10	22	3.671,1
4SRPRF/MG	409	30/06/15	18	38	5.773,5
5SRPRF/RJ	193	12/06/15	8	25	1.542,5
6SRPRF/SP	40	24/06/09	10	23	1.067,6
7SRPRF/PR	108	27/07/12	7	41	3.979,2
8SRPRF/SC	191	12/06/15	8	28	2.569,7
9SRPRF/RS	192	12/06/15	14	40	6.012,6
10SRPRF/BA	105	13/08/15	10	24	9.498,5
11SRPRF/PE	256	17/12/13	6	16	2.175,50
12SRPRF/ES	113	08/05/14	4	7	818,1
13SRPRF/AL	3	03/01/15	3	6	789,4
14SRPRF/PB	95	25/06/12	3	11	1.300,0
15SRPRF/RN	90	06/10/09	4	8	1.549,0
16SRPRF/CE	387	23/11/15	5	14	2.527,8
17SRPRF/PI	159	11/05/15	5	11	2.761,4
18SRPRF/MA	49	15/07/09	5	12	3.426,6
19SRPRF/PA	268	29/08/14	5	10	4.708,3
20SRPRF/SE	106	27/07/12	2	5	448,9
21SRPRF/RO-AC	207	11/08/14	5	10	4.956,1
1DRPRF/DF	130	17/06/13	0	5	950,3
2DRPRF/TO	57	10/04/15	0	5	1.406,2
3DRPRF/AM	3	03/01/14	0	4	675,7
4DRPRF/AP	53	15/07/09	0	3	1.125,8
5DRPRF/RR	416	04/12/15	0	3	1.997,0
TOTAIS			147	399	72.637,4

A competência constitucional da Polícia Rodoviária Federal abrange duas grandes áreas, quais sejam: o Sistema de Segurança Pública e o Sistema de Segurança Viária, que têm em comum a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida constitucionalmente através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

As características que diferenciam a PRF das demais instituições de segurança, decorre do modal rodoviário, elo de integração nacional realmente consolidado, que pela capilaridade das rodovias federais, presentes em todo território brasileiro, faz com que o Policial Rodoviário, por vezes, seja o único braço presente do Estado em diversas regiões do País.

O patrulhamento ostensivo das rodovias federais, função que a Carta Magna atribui à Polícia Rodoviária Federal, concretiza-se por meio da presença física do agente público e da ação policial

direta, visando à preservação da incolumidade pública e à manutenção da paz social, tanto nas vias sob sua responsabilidade quanto nas áreas adjacentes.

Esta Instituição tem se mostrado firme no combate aos mais diversos tipos de crimes que ocorrem no âmbito das rodovias federais e suas imediações. São notórios os resultados obtidos no combate à pirataria, ao contrabando e ao descaminho e, principalmente, ao tráfico de drogas, armas, pessoas e animais silvestres. Cumpre salientar que este órgão policial atua ainda na recuperação de carros, roubados ou furtados, bem como na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes e na erradicação do trabalho em condições análogas à escravidão.

No tocante ao Sistema de Segurança Viária, a ação da PRF insere-se em um conjunto de atribuições, dentre as quais se destacam: prevenção a acidentes, educação para o trânsito, prestação de socorro às vítimas e política de proximidade ao cidadão.

A ação da Polícia Rodoviária Federal, realizando o policiamento e a fiscalização de trânsito na malha viária de domínio da União tem, nos últimos anos, contribuído decisivamente para a diminuição do número de acidentes, assim como para a redução da gravidade daqueles que não puderam ser evitados, principalmente se levarmos em consideração o crescente aumento da frota nacional.

Sem prejuízo às operações próprias desta instituição de segurança pública, a PRF promove ações integradas com outros Órgãos da Administração Pública como por exemplo a Operação Rodovida, que conta com a atuação conjunta da PRF, Polícia Militares Estaduais (Batalhão Rodoviário), Órgãos de Trânsito Estaduais e Municipais, sendo coordenada pelos Ministérios da Justiça, Transportes, Saúde, Cidades e pela Casa Civil da Presidência da República.

Os acidentes de trânsito acarretam prejuízos significativos de cunho econômico e social, o que é confirmado pelo alto índice dos gastos suportados pelos Governos Federal, Estadual, Municipal e Distrital para cobrir despesas com as vítimas, pela interferência direta na vida das famílias, pelos danos irreparáveis causados às pessoas, entre outros.

2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

A Polícia Rodoviária Federal foi criada pelo presidente Washington Luiz no dia 24 de julho de 1928 (dia da Polícia Rodoviária Federal), com a denominação inicial de "Polícia de Estradas". Em 1935 Antônio Felix Filho, o "Turquinho", considerado o 1º Patrulheiro Rodoviário Federal, foi chamado para organizar a vigilância das rodovias Rio-Petropolis, Rio-São Paulo e União Indústria.

Sua missão era percorrer e fiscalizar as três rodovias utilizando duas motocicletas Harley Davidson e nessa empreitada contava com a ajuda de cerca de 450 vigias da então Comissão de Estradas de Rodagem (CER).

Em 23 de julho de 1935 (dia do Policial Rodoviário Federal), foi criado o primeiro quadro de policiais da hoje Polícia Rodoviária Federal, denominados, a época, "Inspetores de Tráfego". No ano de 1945, já com a denominação de Polícia Rodoviária Federal, a corporação foi vinculada ao extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

Finalmente, em 1988, com o advento da Constituinte, a Polícia Rodoviária Federal foi integrada ao Sistema Nacional de Segurança Pública, recebendo como missão exercer o

patrulhamento ostensivo das rodovias federais. Desde 1991, a Polícia Rodoviária Federal integra a estrutura organizacional do Ministério da Justiça, como Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

As atribuições da Polícia Rodoviária Federal são definidas, principalmente, pelo Código de Trânsito Brasileiro (Polícia de Trânsito) e pelo Decreto 1.655/95 (combate ao crime).

No tocante às normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da PRF podemos destacar:

- ✓ Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (regime jurídico dos servidores públicos civis)
- ✓ Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998 (Carreira PRF);
- ✓ Portaria MJ nº 1.375, de 2 de agosto de 2007 (aprova o Regimento Interno da PRF);
- ✓ Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995 (Competências da PRF);
- ✓ Decreto nº 1.171, de 22 de Junho de 1994 (Código de Ética do Servidor);
- ✓ Decreto nº 8.668, de 11 de fevereiro de 2016 (Estrutura da PRF)
- ✓ Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (CTB); e
- ✓ Constituição Federal.

2.3 Ambiente de atuação

A missão Constitucional da Polícia Rodoviária Federal trata-se principalmente do patrulhamento ostensivo das rodovias federais. As atividades operacionais são distribuídas por todo território nacional entre suas unidades as quais executam as atividades em dois eixos principais: o Sistema de Segurança Pública e o Sistema de Segurança Viária. No tocante a segurança pública, tal atribuição é conferida pelo artigo 144 da Constituição Federal de 1988:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

II - Polícia Rodoviária Federal;

O modelo de atuação em rodovias que caracteriza a PRF aproxima o Governo Federal da sociedade já que as rodovias federais estão difusas por todo território nacional. Atuando de forma ostensiva, a ação direta do policial rodoviário federal visa à preservação da incolumidade pública e à manutenção da paz social. Além disso, a PRF se mantém como polícia de vanguarda no enfrentamento aos crimes que ocorrem nas rodovias federais e seu entorno. São expressivos os resultados alcançados no enfrentamento à criminalidade, como o contrabando, o descaminho, tráfico de armas, drogas, animais silvestres, entre outros. Além disso, ressaltamos o grande empenho do efetivo nas ações de recuperação veículos, na luta contra o tráfico de pessoas, trabalho escravo e exploração sexual de crianças e adolescentes. Para o desenvolvimento de todas essas ações, contamos com a parceria por meio de operações conjuntas com outros órgãos como: IBAMA, ANTT, FNCP, ANVISA, MPT, Polícia Federal, Polícias Civis e Militares, entre outros.

Como membro do Sistema de Nacional de Trânsito, a PRF procurar realizar ações que visem contribuir para a prevenção a acidentes, a educação para o trânsito, a prestação de socorro às vítimas de acidente de trânsito, o levantamento técnico de local de acidentes, entre outras. Concorrem entre si para o mesmo fim, mas sem prejuízo as ações desenvolvidas por esta instituição, as Polícias Militares Estaduais (Batalhão Rodoviário), Órgãos de Trânsito Estaduais e Municipais que também trabalham com a PRF por meio de operações conjuntas.

A atuação da Polícia Rodoviária Federal nas áreas de policiamento e a fiscalização de trânsito tem sido crucial e decisiva para a redução do número e da gravidade dos acidentes. Os acidentes de transporte terrestre no Brasil matam aproximadamente 43 mil pessoas por ano segundo os dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus), do Ministério da Saúde (MS), representando uma das principais causas de morte no país. Os acidentes nas rodovias federais respondem por cerca de 20% dessas mortes (8.227 mortes em 2014), com cerca de 26 mil feridos graves por ano, com fortes impactos sobre o orçamento público e a renda das famílias atingidas.

A situação dos acidentes de trânsito tende a se agravar neste contexto de franca expansão da frota de veículos automotores que o país está vivendo desde o final do século passado. Destacam-se, nessa expansão da frota de veículos automotores, as vendas de motocicletas, que, por características intrínsecas, apresentam baixas condições de proteção aos usuários em caso de colisão e queda. Isso proporciona alto grau de severidade aos acidentes que envolvem esse tipo de veículo, aumentando as estatísticas de mortes e feridos graves. Desde 2003, a frota nacional aumentou 136,5%; a de automóveis, 102,6%; e a de motocicletas, 269,8%, principalmente no Nordeste brasileiro (incremento de 414%), aumentando os conflitos nas ruas e rodovias e consequentemente a quantidade de vítimas de trânsito.

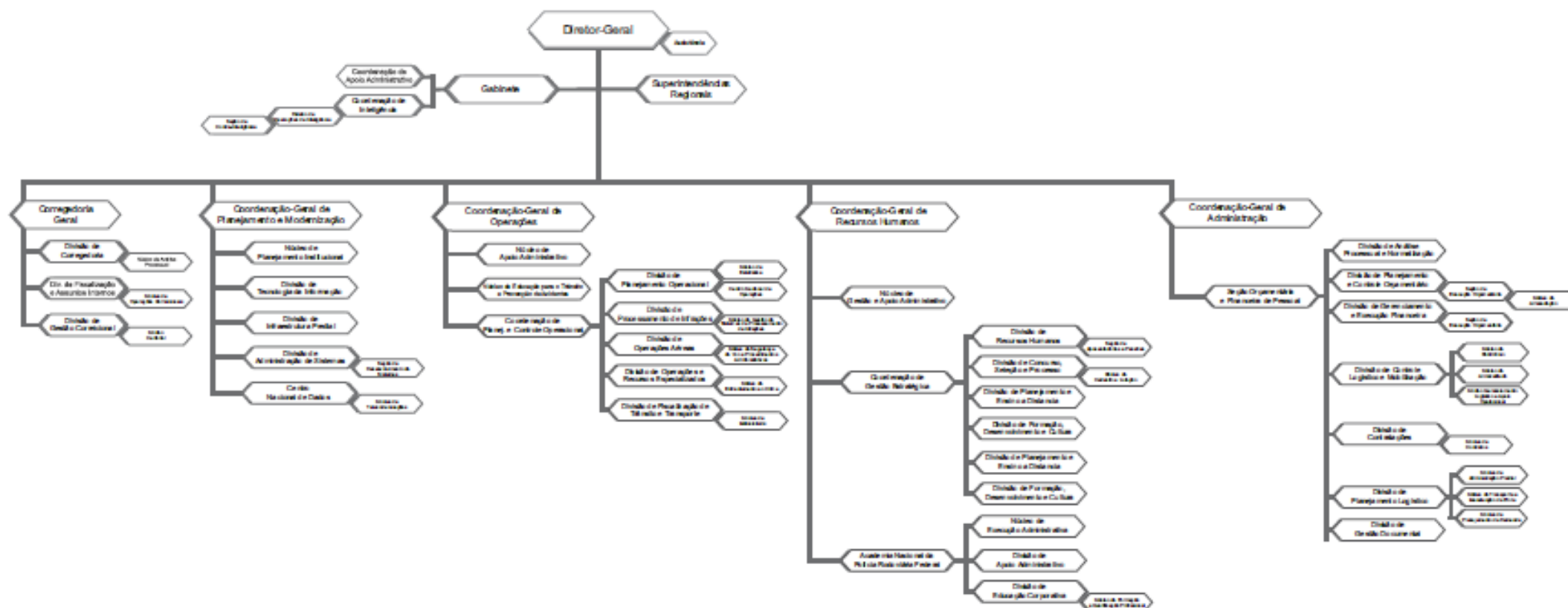
Não se pode calcular o que representam a perda de uma vida humana ou os danos psíquicos e estresses traumáticos aos quais as vítimas de trânsito e seus familiares são submetidos após eventos dessa natureza. Por outro lado, quando ocorre um acidente, há também a formação de custos econômico-financeiros que impactam diretamente as famílias, os governos e a sociedade em geral, os quais podem ser estimados por meio de metodologias específicas de cálculo.

Há uma grande preocupação da PRF em atender as expectativas da população em relação a eficiência do trabalho da instituição. Atualmente, grandes obstáculos são enfrentados no alcance desse objetivo, como o contingenciamento orçamentário e a falta de efetivo para desenvolvimentos das atividades nas áreas meio e fim. Somam-se a isso a inadequação de estruturas de trabalho, a falta de aparelhagem para o trabalho e as deficiências de recursos para capacitação adequada de servidores.

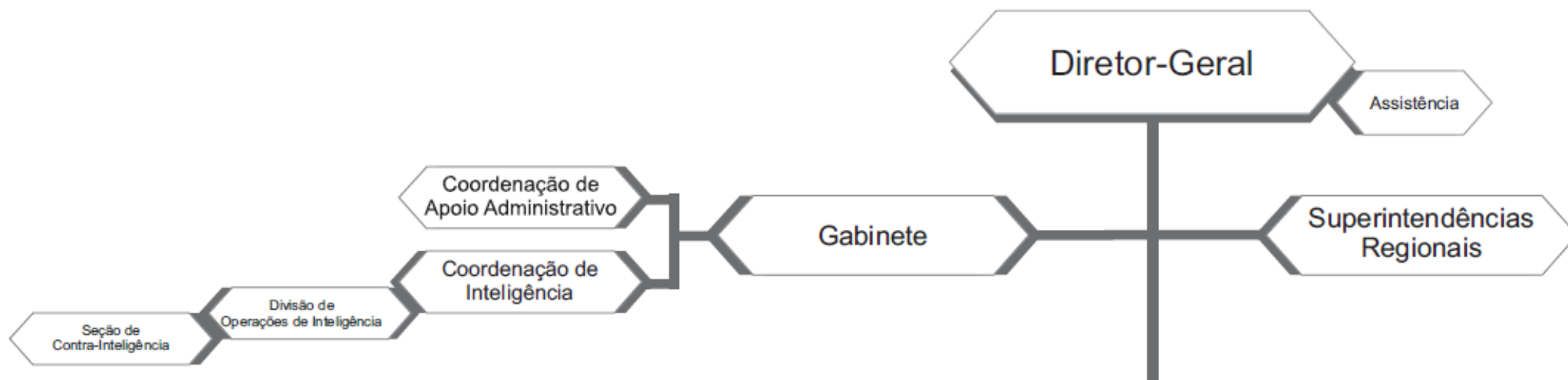
2.4 Organograma

Estrutura Organizacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (conforme portaria nº 432, de 1º de abril de 2016)

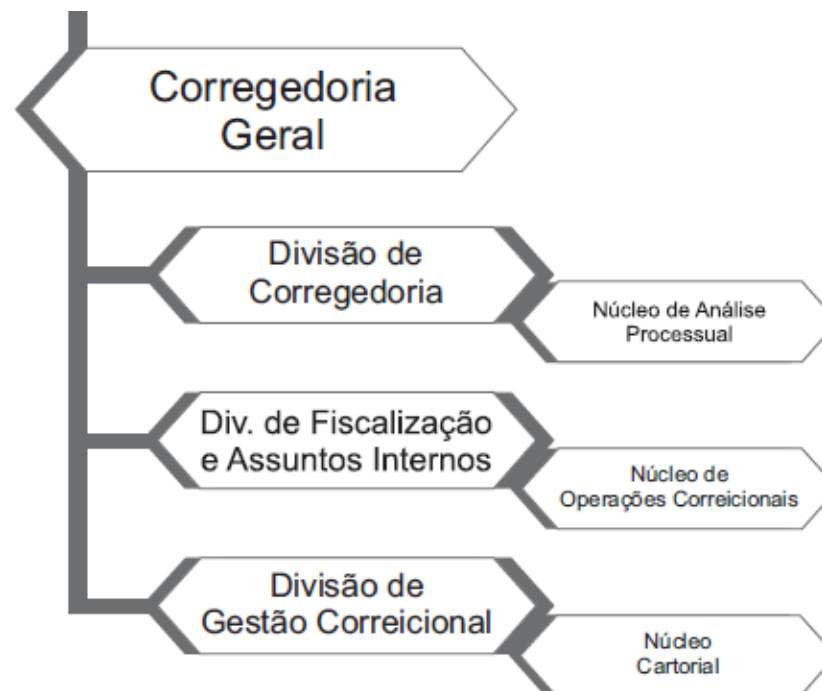
Quadro III- Organograma



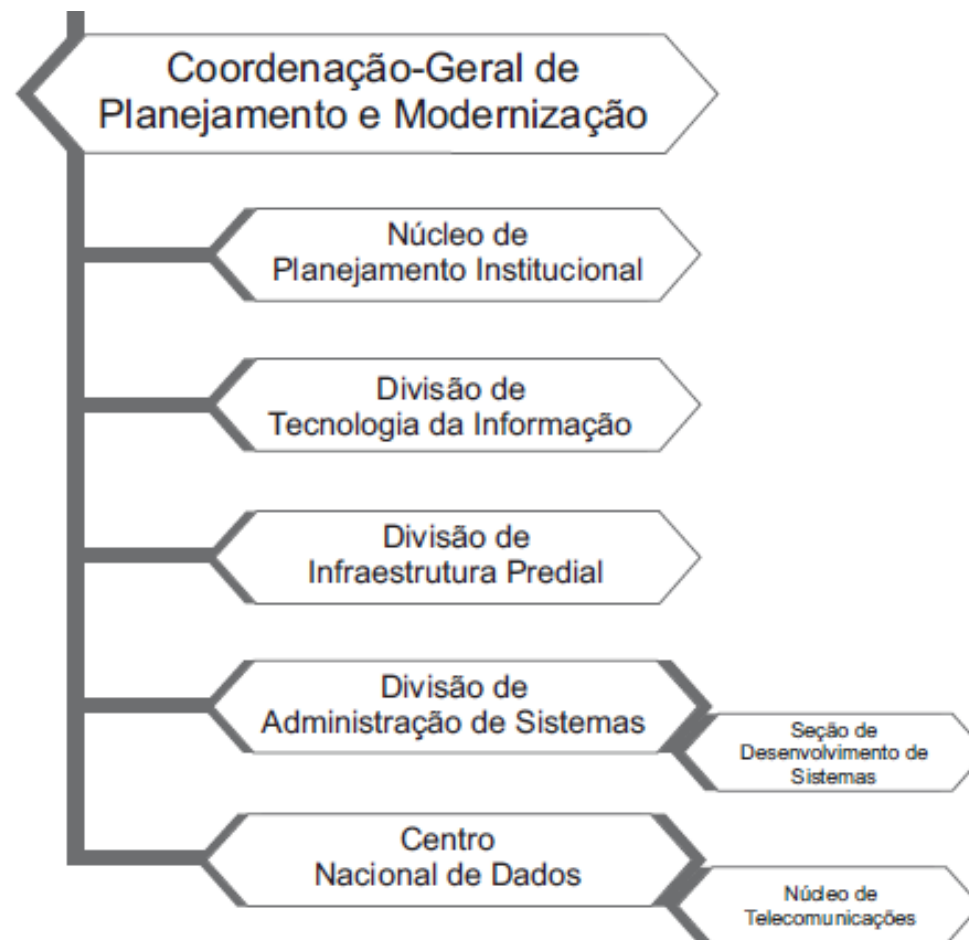
- ***DIREÇÃO GERAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL***



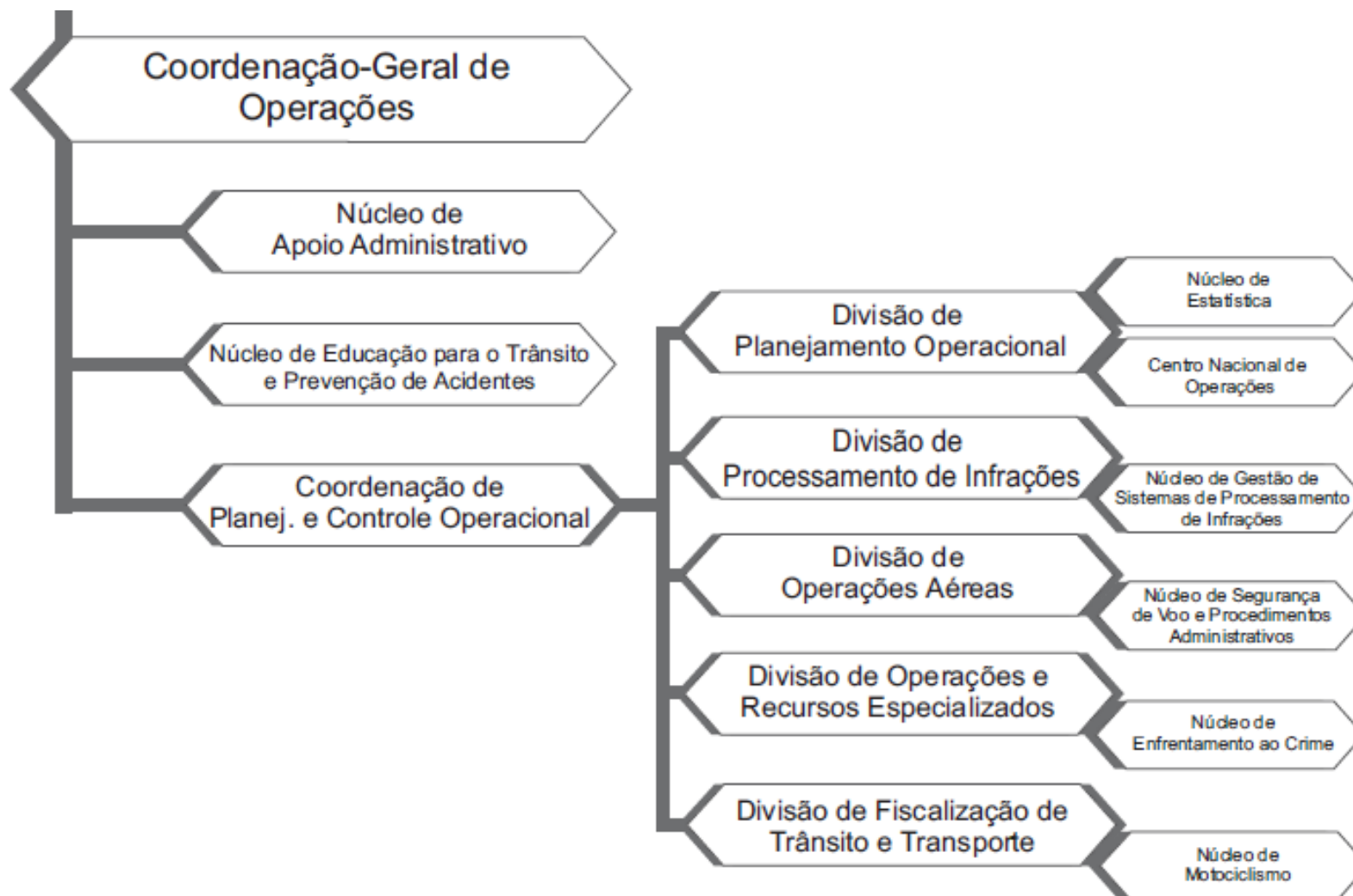
- ***CORREGEDORIA GERAL DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL***



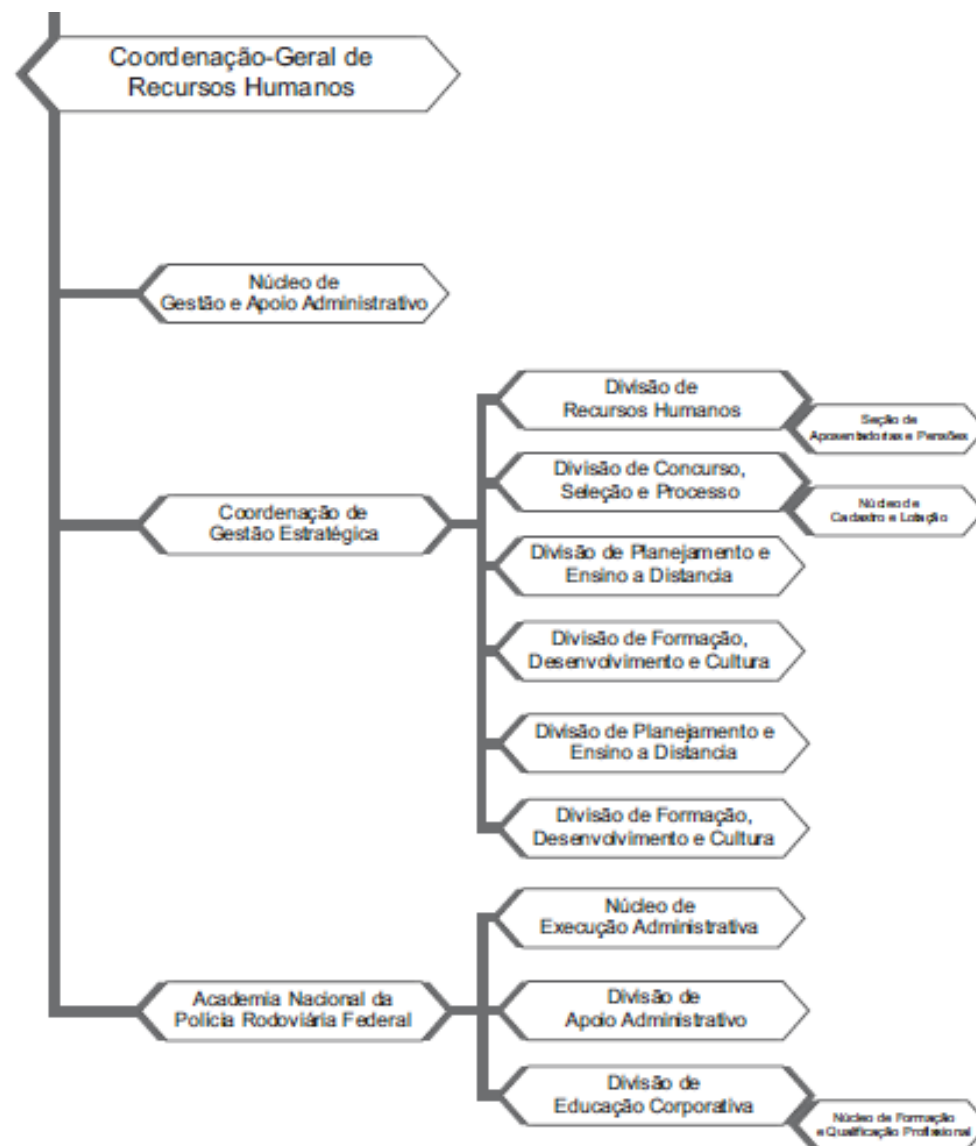
- **COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**



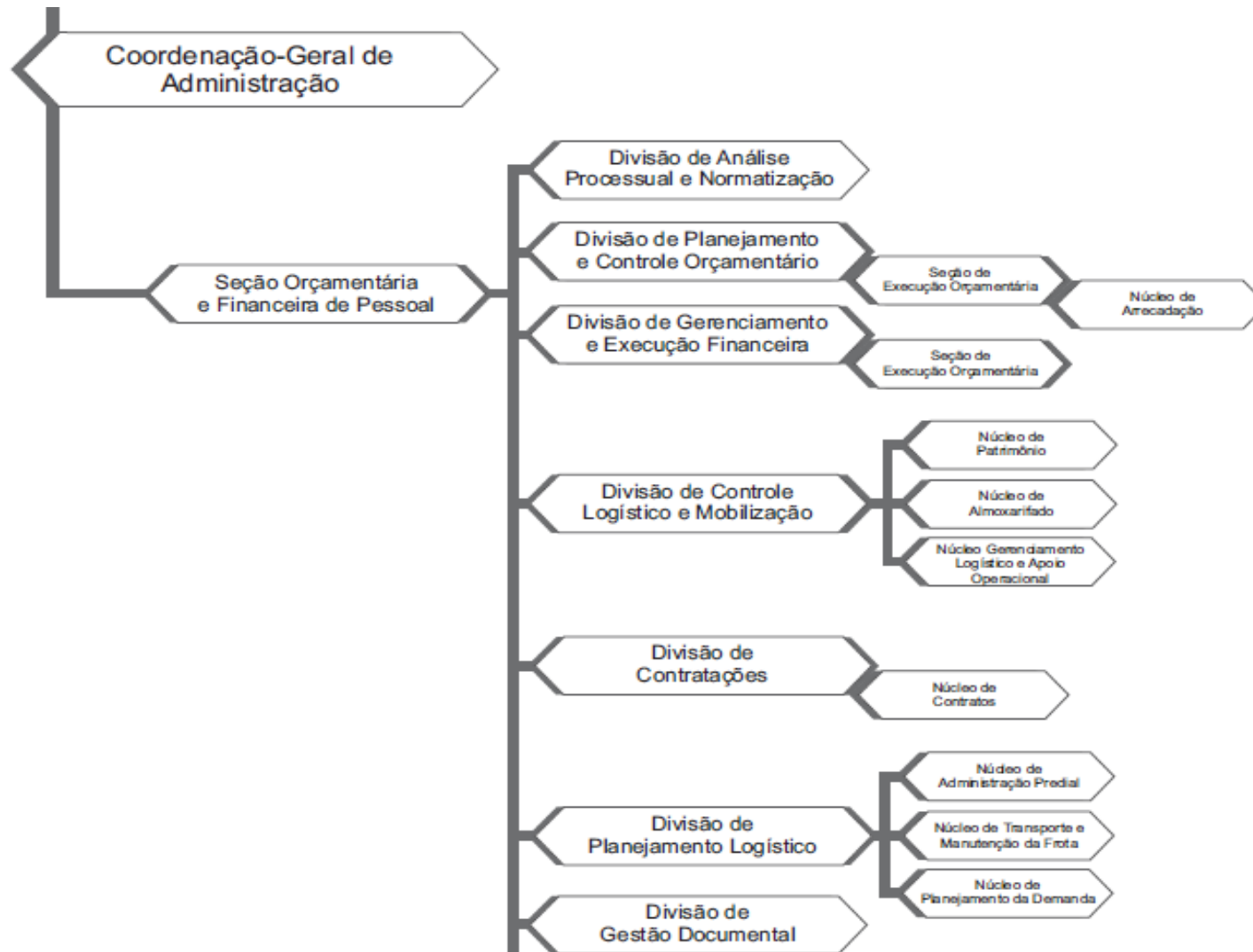
- **COORDENAÇÃO GERAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**



- **COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA Rodoviária FEDERAL**

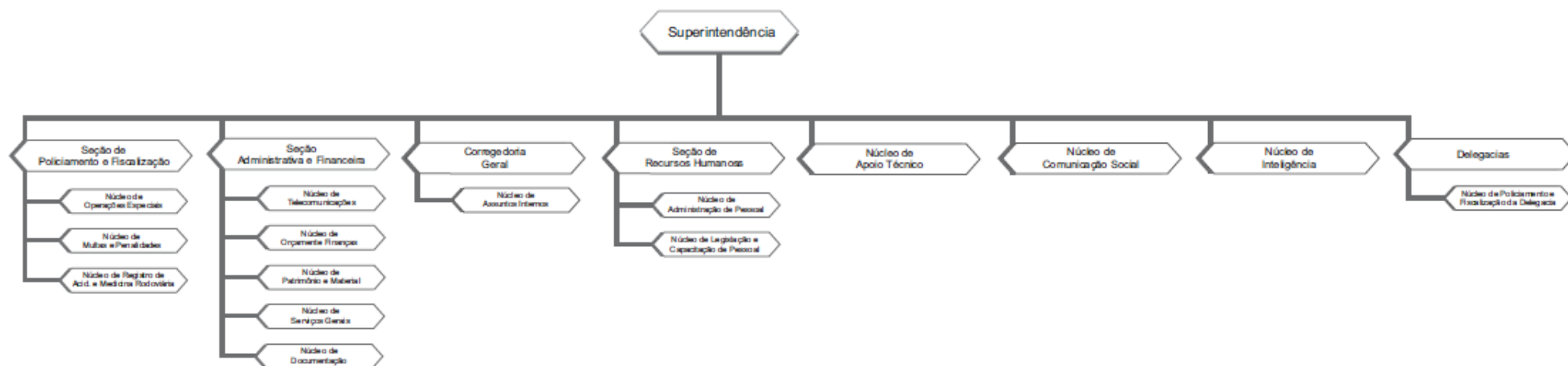


- **COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA POLÍCIA Rodoviária Federal**



Estrutura Organizacional das Superintendências Regionais de Polícia Rodoviária Federal (conforme portaria nº 432, de 1º de abril de 2016)

(TIPO A)



Estrutura Organizacional das Superintendências Regionais de Polícia Rodoviária Federal (conforme portaria nº 432, de 1º de abril de 2016)

(TIPO B)



2.5 Macroprocessos finalísticos

Segue abaixo, tabela contendo os macroprocessos da PRF:

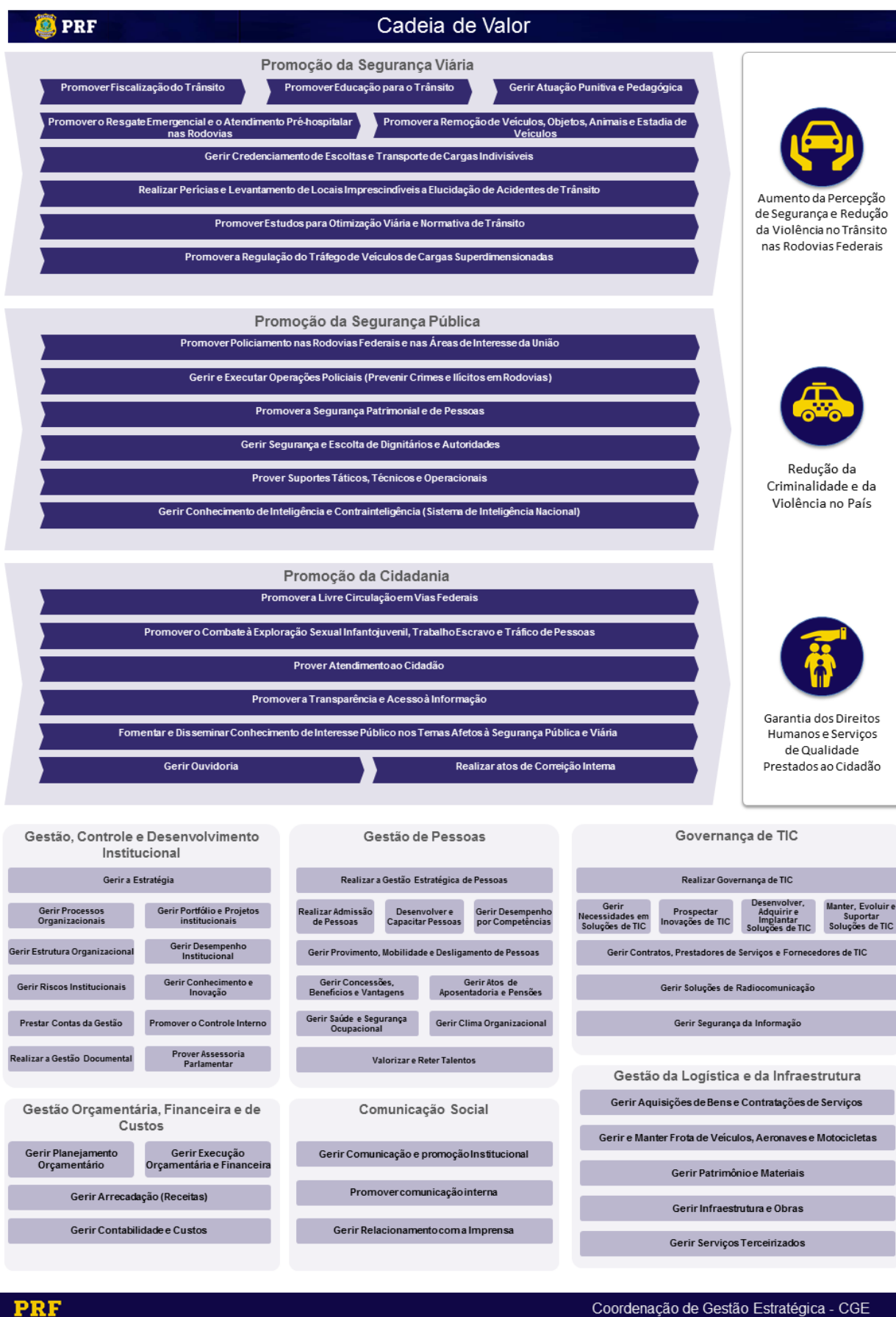
Quadro IV- Macroprocessos da PRF

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Promoção da Segurança Viária	Macroprocesso finalístico que tem por objetivo a Segurança Viária em rodovias federais, a Educação para o trânsito, o atendimento de acidentes e escolta de cargas indivisíveis/superdimensionadas.	Segurança viária em rodovias federais, Educação para o trânsito, atendimento de acidentes, escolta de cargas indivisíveis.	Usuários das rodovias federais, MJ, DNIT, populações lindeiras às rodovias	CGO, Superintendências, SPF
Promoção da Segurança Pública	Macroprocesso finalístico que tem por objetivo prover Segurança Pública em áreas de interesse da União, como atividades de prevenção de crimes e ilícitos em rodovias, realizar segurança patrimonial e de pessoas, realizar escolta de dignatários e autoridades	Segurança pública em áreas de interesse da União, Atividades de prevenção de crimes e ilícitos em rodovias, realização de segurança patrimonial e de pessoas, realização de escolta de dignatários e autoridades, realização de atividades de inteligência e c	Usuários das rodovias federais, sociedade em geral, Polícias Federal, Civil e Militar, Receita Federal, IBAMA, Ministério Público	CGO, COINT, Superintendências, SPF, NUIINT
Promoção da Cidadania	Macroprocesso finalístico que tem como objetivo prover atenção à populações em situação de risco em rodovias federais (p. ex. crianças e adolescentes), Desobstrução de rodovias, Auxílio ao usuário de rodovias federais, transparência pública,.	Atenção à população em situação de risco em rodovias federais, Desobstrução de rodovias, Auxílio ao usuário de rodovias federais, ações de transparência pública,.	Usuários de rodovias federais, sociedade em geral	CGO, COINT, SIC, Corregedoria, Superintendências, SPF
Gestão, Controle e Desenvolvimento Institucional	Macroprocesso de apoio responsável por gerir a Estratégia do órgão, monitorar projetos, processos e indicadores estratégicos do órgão, prestar contas, realizar a Assessoria Parlamentar e a Gestão Documental	Monitorar a execução da Estratégia do órgão, monitorar projetos, processos e indicadores estratégicos do órgão, prestar contas, realizar a Assessoria Parlamentar e a Gestão Documental	MJ, Órgãos de Controle, Poder Legislativo	Gabinete, CGE, ASPAR, CAA

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Pessoas	Macroprocesso de apoio responsável pela gestão de pessoas no órgão, bem como desenvolver e capacitar pessoas, elaborar metodologia para avaliação de servidores, gerir saúde e segurança ocupacional	Desenvolver e capacitar pessoas, metodologia para avaliação de servidores, gerir saúde e segurança ocupacional	Servidores do órgão	CGRH, COEN
Governança de TIC	Macroprocesso de apoio responsável por gerir as necessidades e prover soluções de TIC, prospectar inovações de TIC, Desenvolver, adquirir e implantar soluções de TIC, Gerir soluções de Radiocomunicação, Gerir Segurança da Informação	Prover soluções de TIC, prospectar inovações de TIC, Desenvolver, adquirir e implantar soluções de TIC, Gerir soluções de Radiocomunicação, Gerir Segurança da Informação	Usuários do sitio da PRF, Servidores do Órgão, Denatran	CGPLAM, NUTEL
Gestão Orçamentária, Financeira e de Custos	Macroprocesso de apoio responsável pelo planejamento e execução orçamentária, bem como a arrecadação, a contabilidade e os custos	Elaboração do planejamento e a execução orçamentária, bem como a arrecadação a contabilidade e os custos	Todas as Coordenações Gerais, Superintendências e Servidores do Órgão	CGA, SAF
Comunicação Social	Macroprocesso de apoio responsável pela comunicação e promoção institucional, promoção da comunicação interna e relacionamento com a imprensa	Comunicação e promoção institucional, promoção da comunicação interna e relacionamento com a imprensa	Imprensa, Cidadãos, Servidores do órgão	ASCOM
Gestão da Logística e da Infraestrutura	Macroprocesso de apoio responsável pela aquisição de bens e a contratação de serviços, manutenção da frota de veículos, aeronaves e motocicletas, gerir patrimônio de materiais, infraestrutura e obras e serviços terceirizados	Aquisição de bens e a contratação de serviços, manutenção da frota de veículos, aeronaves e motocicletas, gerenciamento de patrimônio de materiais, infraestrutura e obras e serviços terceirizados	Todas as Coordenações Gerais, Superintendências e Servidores do Órgão	CGA, CGPLAM, DOA

Os macroprocessos estão contidos na Cadeia de Valor da PRF, em um total de 09 (nove) macroprocessos e 63 processos estratégicos, conforme quadro abaixo:

Quadro V- Cadeia de Valor da PRF



3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento Organizacional

O Planejamento Estratégico da Polícia Rodoviária Federal para o período de 2013 a 2020 foi instituído pela Portaria nº 028-DG, de 12 de fevereiro de 2014. Para sua confecção foi realizado diagnóstico estratégico pela Equipe de Desenvolvimento do Planejamento Estratégico da PRF, designada pela Portaria nº 38-DG, de 1º de junho de 2011, cuja elaboração colheu dados importantes sobre a PRF, ouvindo gestores e servidores da instituição.

As características inerentes ao trânsito rodoviário e à grande extensão da malha viária brasileira favorecem a proliferação das ações criminosas e dificultam, sobremaneira, o planejamento e deliberação acerca da sistemática mais apropriada para cada situação fática que se apresente.

Neste sentido, cumpre registrarmos que vários são os tipos de crimes cometidos ao longo das rodovias federais, não se restringindo aos de cunho patrimonial, vejamos: crimes de evasão fiscal e de divisas, transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas, tráfico de drogas, contrabando, descaminho, transporte de materiais irregulares e falsificados, dentre outros.

A prática de condutas delitivas, sabidamente, causa enormes prejuízos econômicos, financeiros e sociais ao País, razão pela qual a temática segurança pública sempre está inserida dentre o rol de prioridades dos Governos, que, diuturnamente, envidam os esforços possíveis e disponíveis na busca por um formato de política pública que possibilite garantir a paz social.

O foco de atuação da PRF está inserido em uma visão de efetiva proteção ao cidadão, proporcionada pela sua ampla e irrestrita presença nos mais variados pontos do território nacional, graças ao modal rodoviário adotado pelo Brasil, aliada à sua contínua e dedicada prática de combate e repressão ao crime, com vistas ao aumento da sensação coletiva de segurança.

A PRF busca atingir seus objetivos através da execução das ações do programa correspondente à segurança pública nas rodovias federais, que vão desde atividades de saúde, voltadas aos usuários das rodovias federais, às atividades de educação para o trânsito.

Outro ponto que merece especial atenção dos entes públicos, dentre os quais está inserida a PRF, são os acidentes de trânsito, que, também, provocam prejuízos enormes à sociedade brasileira.

Os acidentes de trânsito interferem diretamente na saúde pública, demandando gastos extremamente vultosos no tratamento hospitalar das vítimas, que em muitos casos ficam com sequelas irreversíveis, além de provocar danos intangíveis e irreparáveis na vida social, econômica e familiar dos cidadãos.

Com o objetivo de reduzir o número de acidentes e, conseqüentemente, os reflexos negativos deles decorrentes, a PRF tem procurado implementar uma metodologia de trabalho mais efetiva, utilizando-se de assistência direta ao cidadão, orientações aos usuários das rodovias, campanhas educativas, dentre outros.

O certo é que este Órgão vem delineando suas estratégias de atuação buscando acompanhar esse processo evolutivo, que decorre da diversificação das demandas sociais, dentre as quais estão inseridas aquelas que requerem uma ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente.

Neste norte, a PRF tem fornecido subsídios para que os Estados Federados e entes do Governo Federal venham a implementar políticas públicas, a exemplo do Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, entre outros.

O planejamento de atuação deste Órgão de Segurança Pública tem-se desenvolvido no intuito de estabelecer ações integradas com os demais Órgãos Administrativos, bem como com os administrados em geral, para, cada vez mais, prestar um serviço relevante e de qualidade à Sociedade, público-alvo de todas as atividades empreendidas pela PRF.

Outros fatores sociais identificados são: apoio à sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas, bem como o acompanhamento e controle dos reflexos causados pelas manifestações reivindicatórias, que contemplam demandas sociais várias, onde frequentemente ocorre o bloqueio de rodovias federais, trazendo inúmeros prejuízos à população.

Neste contexto, para o perfeito desempenho de suas competências institucionais, faz-se necessário que sua atividade-meio, Administrativa, execute suas atribuições em sintonia com a atividade-fim, Operacional, dotando-a dos recursos necessários para tanto.

De acordo com o PPA a PRF deverá atuar, durante o quadriênio 2016-2019, nos seguintes Objetivos/Metas:

Objetivo: Promover a redução da violência no trânsito nas rodovias federais

- Metas:
 - Reduzir os acidentes graves em rodovias federais de 298 para 260 a cada 1 milhão de veículos da frota nacional
 - Reduzir o número de mortos em acidentes em rodovias federais de 98 para 80 a cada 1 milhão de veículos da frota nacional

Objetivo: Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira.

- Meta:
 - Aprimorar o enfrentamento ao tráfico de drogas, armas e munições e demais crimes transfronteiriços ampliando o número de procedimentos de fiscalização policial em rodovias federais

Com o intuito de gerenciar os objetivos da Polícia Rodoviária Federal, alinhando o planejamento estratégico do órgão com as metas do PPA o Escritório de Projetos Estratégicos do DPRF fomenta a construção, o desenvolvimento e o acompanhamento de Projetos que possam gerenciar as demandas macros da PRF.

No Planejamento Estratégico ficou estabelecido que o Plano Estratégico da PRF é um produto que busca consolidar e formalizar a estratégia definida, sendo este composto pelas seguintes perspectivas:

- a) Referencial Estratégico: é a diretriz basilar para a construção do Plano Estratégico, ou seja, é onde estão contidas a Missão, a Visão de Futuro e os Valores da organização;
- b) Retorno à Sociedade: são os resultados que a organização efetivamente busca entregar à sociedade em retorno aos investimentos realizados (Investimentos

Estratégicos), sendo esses resultados institucionais uma decorrência natural da gestão de seus recursos e da execução de suas atividades (Processos Estratégicos);

c) Processos Estratégicos: são atividades estratégicas da organização, que mediante aproveitamento adequado dos meios disponíveis (Investimentos Estratégicos), busca o atingimento dos macro-objetivos institucionais (Retorno à Sociedade); e

d) Investimentos Estratégicos: são os recursos investidos pela sociedade na organização, de forma que esta possa gerir e executar adequadamente suas atividades (Processos Estratégicos), transformando esses investimentos em resultados sociais efetivos (Retorno à Sociedade).”(Portaria nº 028-DG, de 12 de fevereiro de 2014)

Na formulação do esforço institucional para a consolidação do Plano Estratégico, observamos a especificação de determinados conceitos, os quais destacamos os seguintes:

IX - Gestão Estratégica: é o processo de monitorar, controlar, avaliar, revisar e direcionar, de forma cíclica e contínua, a aplicação do Plano Estratégico;

...

XI - Objetivo Estratégico: é um objetivo componente da perspectiva “Processos Estratégicos” ou da perspectiva “Investimentos Estratégicos”, do Plano Estratégico da PRF;

...

XIV - Projeto Estratégico: é um projeto que, devido ao seu porte, complexidade, multidisciplinaridade, impacto e/ou relevância, foi classificado como estratégico;

...

XVI - Meta Estratégica: é uma meta relacionada a um Objetivo Estratégico, podendo ser vinculada a um Indicador de Desempenho ou a uma Ação referente a este objetivo;

XVII - Plano Diretor Temático: é o desdobramento do Plano Estratégico em planos que direcionam as ações específicas de cada área temática da organização, de forma que todas atuem alinhadas e converjam para os mesmos objetivos estratégicos;

XVIII - Plano Tático Regional: é o produto do planejamento de ações da Regional, baseado no Plano Estratégico e nos Planos Diretores Temáticos, e a eles alinhados, abrangendo todas as áreas da Regional, de forma que suas ações estejam alinhadas com as diretrizes nacionais e converjam para os mesmos objetivos estratégicos e temáticos;

XIX - Indicador de Desempenho: é um método definido para medir o desempenho de um determinado processo ou objetivo, em geral para monitorar o atingimento de metas e/ou a variação de desempenho de um processo ao longo do tempo;

XX - Polaridade: sentido de leitura de um indicador de desempenho, de forma a avaliar seu resultado, podendo ser positiva (quanto maior é o valor, melhor é o resultado), negativa (quanto menor é o valor, melhor é o resultado) ou neutra (quando não é possível definir qual o melhor resultado apenas a partir do valor obtido, devendo este ser analisado frente ao contexto de sua obtenção).”(Portaria nº 028-DG, de 12 de fevereiro de 2014)

Na PRF o plano estratégico é único e todas as Unidades Gestoras desconcentradas se alinham pelas iniciativas definidas no âmbito da Direção-Geral, o que aprimora a capacidade de cumprimento da Missão e o atingimento da Visão de Futuro exercendo seus Valores.

O Plano Estratégico foi desdobrado em Planos Diretores Temáticos e Planos Táticos Regionais - que possuem periodicidade de execução de 02 anos e 01 ano, respectivamente - estabelecendo assim um cronograma aprimorado de atividades, que permite a divisão do Plano Estratégico em 10 períodos de execução, colaborando para possíveis correções de rumos e melhorias de processos no âmbito da Sede PRF e nas suas Unidades Regionais.

Ao estabelecer as perspectivas para o Plano Estratégico ficou definido como Referencial Estratégico que a Missão, a Visão de Futuro e os Valores institucionais são:

Missão	“Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União”.
Visão de Futuro	“Ser reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e pela indução de políticas públicas de segurança e cidadania”.
Valores	I - Profissionalismo; II - Cordialidade; III - Honestidade; IV - Equidade; V - Proatividade; VI - Comprometimento; VII - Espírito de Equipe; VIII - Transparência; e IX - Responsabilidade Socioambiental.

Na perspectiva de retorno à sociedade os principais resultados institucionais são:

- I - reduzir a violência no trânsito das rodovias federais;
- II - assegurar a livre circulação nas rodovias federais;
- III - contribuir para a redução da criminalidade e da violência no país; e
- IV - aumentar a percepção de segurança dos usuários das rodovias federais.

Detalhando outra perspectiva que faz parte do Plano Estratégico, o “Processos Estratégicos” são compostos pelos seguintes objetivos estratégicos:

Vetor	Objetivo Estratégico
Segurança com Cidadania	a) fomentar e potencializar ações de educação para o trânsito; b) fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; c) intensificar ações de garantia e promoção dos Direitos Humanos; d) ampliar e aperfeiçoar o resgate emergencial e o atendimento pré-hospitalar; e) aprimorar o registro de ocorrências e implantar a perícia de acidentes.
Articulação	a) fomentar melhorias legais e estruturais relacionadas à missão da PRF; b) articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional.
Comunicação	a) fortalecer a imagem institucional da PRF; e b) melhorar a comunicação interna e externa.
Gestão	a) estabelecer um modelo eficaz de gestão participativa; b) implantar um modelo de gestão baseado em resultados; c) desenvolver a cultura de gestão de projetos; d) mapear, otimizar, padronizar e sistematizar processos de trabalho; e e) intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento.

A última perspectiva a ser detalhada são os “Investimentos Estratégicos” compostos pelos seguintes objetivos estratégicos:

Vetor	Objetivos Estratégicos
--------------	-------------------------------

Pessoas	a) adequar o quadro de pessoal às necessidades; b) mapear e desenvolver competências com enfoque estratégico; c) potencializar o bem-estar, a motivação e o desempenho dos servidores; d) intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais.
Logística e Infraestrutura	a) assegurar recursos financeiros e otimizar sua execução; e b) prover meios e infraestrutura adequados ao desempenho das atividades.

A PRF busca entregar à Sociedade aquilo que chamamos em gestão estratégia de Resultados Institucionais. Estes resultados são uma decorrência natural da gestão de seus recursos e da execução de suas atividades (Processos Estratégicos), a partir do retorno dos investimentos realizados (Investimentos Estratégicos). Em nosso Plano Estratégico (2013-2020), conforme detalhado acima, temos quatro Resultados Institucionais:

- 1) Reduzir a violência no trânsito das rodovias federais
- 2) Assegurar a livre circulação nas rodovias federais
- 3) Contribuir para a redução da criminalidade e da violência no país e
- 4) Aumentar a percepção de segurança dos usuários das rodovias federais

Em seu planejamento estratégico, a formulação de diretrizes e ações a serem adotadas para alcance desses resultados, estão associadas ao desenvolvimento de projetos estratégicos, processos e indicadores. Atualmente, a Coordenação de Gestão Estratégica da PRF monitora 17 projetos estratégicos e desses, três são acompanhados pelo Ministério da Justiça dada a relevância do tema, a saber:

1) Alerta Brasil – Projeto que apresenta um meio eficaz no controle do tráfego de veículos, a partir da leitura de suas placas (OCR), permitindo a identificação de irregularidades a partir do confronto de dados em tempo real e com isso uma reação mais rápida e efetiva da PRF. Será utilizado na fiscalização de excesso de velocidade e na repressão ao furto e roubo de veículos e de cargas, auxiliando na execução de operações de policiamento e fiscalização nas rodovias federais, contribuindo assim para a redução dos índices de criminalidade.

2) Landell – Projeto que trata da implantação de um Sistema de radiocomunicação com o uso de tecnologia digital para a comunicação de voz e dados entre viaturas e unidades operacionais da PRF, garantindo o sigilo e a integridade da comunicação policial;

3) Plano Nacional de Enfrentamento a Violência no Trânsito – Estabelece uma política pública nacional, estruturante e integrada, tornando o enfrentamento à violência no trânsito uma prioridade fundamental no processo de construção da cidadania e da cultura da paz.

Ainda em relação à gestão estratégica da instituição, no ano de 2016 procuramos atuar em quatro grandes eixos:

1) Metodologia: A Metodologia de Gerenciamento de Projetos da Polícia Rodoviária Federal (MGP/PRF) é um conjunto de conhecimentos e técnicas que possibilitam a padronização de procedimentos e práticas, estabelecimento de uma linguagem comum, redução de riscos, melhoria no compartilhamento de informações e aumento do custo-benefício na condução de projetos apoiados pelo Escritório de Gestão de Projetos - eProj.

Em 2016 ela foi reformulada com o objetivo de simplificação dos processos de gerenciamento de projetos, facilitando o entendimento e agilizando seus fluxos. Também foram aprimorados os

formulários (artefatos) referentes aos projetos e adicionados ao nosso Sistema Eletrônico de Informações - SEI. A utilização do SEI foi incluída como prática na metodologia, nos momentos onde é requerida uma aprovação ou formalização de documentos.

Encontra-se em fase final de elaboração a Metodologia de Gerenciamento de Portfólios de Projetos, que tem como objetivo manter os projetos alinhados com o planejamento estratégico da PRF, identificando, categorizando e priorizando os mesmos, assegurando assim uma execução compatível com os recursos disponibilizados pela organização.

Capacitação: Como forma de disseminar a cultura de projetos, condicionar a instituição, gerando competências, conhecimento e orientação quanto ao universo da gestão de projetos e portfólio, são ofertados para todo o efetivo, cursos de gerenciamento de projetos nos níveis básico, intermediário e avançado. No ano de 2016 foram capacitados aproximadamente 200 servidores da Sede, regionais e ANPRF. Além disso, são realizadas instruções para o uso da ferramenta de gestão de projetos (Portal da Estratégia) para todos os gerentes e para as áreas de processos e infraestrutura predial.

Ferramenta: Com o objetivo de termos uma ferramenta que pudesse permitir o gerenciamento e o acompanhamento dos projetos, processos, indicadores e obras, foi implantado o Portal da Estratégia. Ela foi customizada para automatizar a utilização de nossa metodologia de gerenciamento de projetos, além de disponibilizar painéis de gestão, consultas e relatórios sobre indicadores, projetos, processos e obras.

Suporte: O eProj acompanha os gerentes em todas as fases do projeto (iniciação, planejamento, execução, monitoramento e encerramento), prestando consultoria e auxiliando em seu desenvolvimento.

A partir desses eixos, o eProj busca aumentar o nível de maturidade da instituição em gerenciamento de projetos, o que proporcionará melhores condições para o atingimento dos ganhos desejados e o sucesso das ações. Para a verificação do nível, utilizamos o modelo Prado, que possui as seguintes características:

Contempla 05 níveis: 1-Inicial, 2-Conhecido, 3-Padronizado, 4-Gerenciado e 5-Otimizado

Contempla 06 dimensões: Competência técnica em gerenciamento de projetos, uso de metodologia, informatização, estrutura organizacional, alinhamento com os negócios da organização e competência comportamental.

Contempla Processos, Pessoas, Tecnologias e Estratégias e

É aderente à terminologia utilizada no PMBOK (PMI)

Em dezembro de 2015 o nível de maturidade da PRF foi medido em 2,03. Em dezembro de 2016 foi feita uma medição parcial cujo resultado foi 2,56. A meta deste escritório é que em março de 2017 consigamos atingir o valor de 2,83.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os principais objetivos da PRF para 2016, foram definidos através da Instrução de Serviço N.º 06/2015-CGO e da Portaria N.º 63/2016-DG, conforme quadros abaixo:

Quadro VI- Metas da PRF para 2016

Metas PRF 2016	Planejado (IS 06/2015)	Polaridade
Quantidade de Veículos a serem Fiscalizados em 2016 (un)	5.927.233	Positiva
Quantidade de Pessoas a serem Fiscalizadas em 2016 (un)	5.927.233	Positiva
Testes de Alcolema (un)	1.778.170	Positiva
Pessoas Alcançadas- Educação para o Trânsito (un)	1.778.170	Positiva
Taxa de Mortalidade máxima em 2016 (%)	95,00	Negativa
Taxa de Acidentes Graves máxima em 2016 (%)	290,00	Negativa

Principais Aquisições Planejadas conforme Portaria 63/2016- DG

Impressoras Térmicas

Novo Uniforme

Etilômetros

Lanternas

Coletes

EPI- Motociclistas- Olimpíadas

As metas foram distribuídas às regionais conforme quadro abaixo:

Regional	Efetivo Operacional	Efetivo considerado	Efetivo diário	METAS ANUAIS					
				Veículos fiscalizados	Pessoas fiscalizadas	Testes de alcoolemia	Educação para o trânsito	Taxa de Mortalidade	Taxa de Acidentes Graves
1ª DRPRF/DF	168	142,8	35,7	130.662	130.662	39.199	39.199	6,60	2,68
2ª DRPRF/TO	86	73,1	18,3	66.887	66.887	20.066	20.066	3,36	1,36
3ª DRPRF/AM	56	47,6	11,9	43.554	43.554	13.066	13.066	0,32	0,15
4ª DRPRF/AP	61	51,9	13,0	47.443	47.443	14.233	14.233	0,72	0,17
5ª DRPRF/RR	76	64,6	16,2	59.109	59.109	17.733	17.733	0,94	0,40
01ª SRPRF/GO	276	234,6	58,7	214.659	214.659	64.398	64.398	12,00	3,67
02ª SRPRF/MT	267	227,0	56,7	207.659	207.659	62.298	62.298	8,69	3,19
03ª SRPRF/MS	296	251,6	62,9	230.214	230.214	69.064	69.064	7,59	2,55
04ª SRPRF/MG	745	633,3	158,3	579.424	579.424	173.827	173.827	42,75	13,65
05ª SRPRF/RJ	541	459,9	115,0	420.763	420.763	126.229	126.229	16,01	5,91
06ª SRPRF/SP	438	372,3	93,1	340.655	340.655	102.196	102.196	10,96	3,83
07ª SRPRF/PR	709	602,7	150,7	551.425	551.425	165.427	165.427	31,07	8,52
08ª SRPRF/SC	450	382,5	95,6	349.988	349.988	104.996	104.996	26,27	6,05
09ª SRPRF/RS	608	516,8	129,2	472.872	472.872	141.862	141.862	15,05	5,72
10ª SRPRF/BA	471	400,4	100,1	366.320	366.320	109.896	109.896	17,38	9,17
11ª SRPRF/PE	301	255,9	64,0	234.103	234.103	70.231	70.231	14,61	5,01
12ª SRPRF/ES	187	159,0	39,7	145.439	145.439	43.632	43.632	14,39	2,89
13ª SRPRF/AL	104	88,4	22,1	80.886	80.886	24.266	24.266	4,96	1,65
14ª SRPRF/PB	195	165,8	41,4	151.661	151.661	45.498	45.498	7,30	1,93
15ª SRPRF/RN	171	145,4	36,3	132.995	132.995	39.899	39.899	7,52	2,01
16ª SRPRF/CE	302	256,7	64,2	234.881	234.881	70.464	70.464	10,59	3,09
17ª SRPRF/PI	235	199,8	49,9	182.771	182.771	54.831	54.831	7,24	2,61
18ª SRPRF/MA	203	172,6	43,1	157.883	157.883	47.365	47.365	7,54	3,70
19ª SRPRF/PA	286	243,1	60,8	222.437	222.437	66.731	66.731	5,88	2,33
20ª SRPRF/SE	111	94,4	23,6	86.330	86.330	25.899	25.899	2,93	1,01
21ª SRPRF/RO	278	236,3	59,1	216.215	216.215	64.864	64.864	7,32	1,74
Total	7.621	6.477,9	1.619,5	5.927.233	5.927.233	1.778.170	1.778.170	290,00	95,00

Além dos itens abordados acima, a PRF priorizou no seu planejamento a participação nas Olimpíadas 2016, principalmente na parte de escolta de autoridades e segurança pública no cinturão dos estados fronteiriços ao Rio de Janeiro.

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O Planejamento Estratégico foi concluído com êxito e o Plano Estratégico foi instituído em 12 de fevereiro de 2014, através da Portaria 028 da Diretora Geral.

O Plano Estratégico já está em execução, contendo diversos documentos auxiliares para avaliação e monitoramento.

PORTARIA Nº 28, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º Instituir o Plano Estratégico da Polícia Rodoviária Federal – PRF para o período de 2013 a 2020, conforme detalhado nesta Portaria.

Art. 2º Para fins de compreensão e aplicação desta Portaria, ficam definidos os seguintes conceitos:

I - Planejamento Estratégico: processo de analisar uma organização em relação ao seu ambiente interno e externo, e, a partir desse diagnóstico, definir a situação desejada para a organização no longo prazo, bem como formular diretrizes e ações a serem adotadas para alcançar esse objetivo, por meio de um direcionamento que possa ser sistematicamente perseguido e monitorado;
II - Plano Estratégico: é o produto do Planejamento Estratégico, consolidando e formalizando a estratégia definida, sendo este composto pelas seguintes perspectivas:

a) Referencial Estratégico: é a diretriz basilar para a construção do Plano Estratégico, ou seja, é onde estão contidas a Missão, a Visão de Futuro e os Valores da organização;

b) Retorno à Sociedade: são os resultados que a organização efetivamente busca entregar à sociedade em retorno aos investimentos realizados (Investimentos Estratégicos), sendo estes resultados institucionais uma decorrência natural da gestão de seus recursos e da execução de suas atividades (Processos Estratégicos);

c) Processos Estratégicos: são atividades estratégicas da organização, que mediante aproveitamento adequado dos meios disponíveis (Investimentos Estratégicos), busca o atingimento dos macro-objetivos institucionais (Retorno à Sociedade); e

d) Investimentos Estratégicos: são os recursos investidos pela sociedade na organização, de forma que esta possa gerir e executar adequadamente suas atividades (Processos Estratégicos), transformando esses investimentos em resultados sociais efetivos (Retorno à Sociedade);

III - Missão: define a razão de existir de uma organização, delimitando claramente seu foco de atuação;

IV - Visão de Futuro: define o que a organização pretende se tornar e o seu posicionamento estratégico ao final do horizonte temporal do seu Plano Estratégico;

V - Valores: virtudes características da organização que devem ser preservadas e incentivadas, de forma que os fins pretendidos sejam alcançados por meios adequados e legítimos;

VI - Lema: é uma idéia expressa por uma frase curta que, internamente, serve de guia e de motivação para a organização, condensando valores que justificam uma ação comum, assim como, externamente, tem a função de comunicar essa idéia para os diversos intervenientes da organização;

VII - Mapa Estratégico: representação gráfica do Plano Estratégico da organização, visando a facilitar sua comunicação e disseminação, sendo composto basicamente por caixas de texto contendo os resultados e objetivos definidos pelo plano, e setas direcionais representando as relações de causa e efeito entre esses objetivos;

VIII - Memorial Descritivo: documento que descreve o conteúdo do Plano Estratégico da organização em texto livre, com o objetivo de facilitar sua compreensão e mitigar o risco de entendimentos ambíguos;

IX - Gestão Estratégica: é o processo de monitorar, controlar, avaliar, revisar e direcionar, de forma cíclica e contínua, a aplicação do Plano Estratégico;

X - Objetivo: é a descrição abrangente de um fim que se quer atingir, devendo orientar o processo decisório em favor de sua consecução e podendo ser segmentado em metas;

XI - Objetivo Estratégico: é um objetivo componente da perspectiva “Processos Estratégicos” ou da perspectiva “Investimentos Estratégicos”, do Plano Estratégico da PRF;

XII - Ação: é aquilo que efetivamente se busca executar para atingir um objetivo, podendo ser classificada como um Processo, quando se trata de uma ação contínua e repetitiva, ou como um Projeto, quando se trata de uma ação única, ou seja, com início e fim bem delimitados;

XIII - Projeto: esforço temporário, com início e fim bem delimitados, empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo, ou seja, buscando uma inovação;

XIV - Projeto Estratégico: é um projeto que, devido ao seu porte, complexidade, multidisciplinaridade, impacto e/ou relevância, foi classificado como estratégico;

XV - Meta: é a definição de um resultado objetivamente mensurável a ser alcançado em determinado prazo, em geral vinculado a Indicadores de Desempenho e/ou a marcos muito bem definidos;

XVI - Meta Estratégica: é uma meta relacionada a um Objetivo Estratégico, podendo ser vinculada a um Indicador de Desempenho ou a uma Ação referente a este objetivo;

XVII - Plano Diretor Temático: é o desdobramento do Plano Estratégico em planos que direcionam as ações específicas de cada área temática da organização, de forma que todas atuem alinhadas e converjam para os mesmos objetivos estratégicos;

XVIII - Plano Tático Regional: é o produto do planejamento de ações da Regional, baseado no Plano Estratégico e nos Planos Diretores Temáticos, e a eles alinhados, abrangendo todas as áreas da Regional, de forma que suas ações estejam alinhadas com as diretrizes nacionais e converjam para os mesmos objetivos estratégicos e temáticos;

XIX - Indicador de Desempenho: é um método definido para medir o desempenho de um determinado processo ou objetivo, em geral para monitorar o atingimento de metas e/ou a variação de desempenho de um processo ao longo do tempo;

XX - Polaridade: sentido de leitura de um indicador de desempenho, de forma a avaliar seu resultado, podendo ser positiva (quanto maior é o valor, melhor é o resultado), negativa (quanto menor é o valor, melhor é o resultado) ou neutra (quando não é possível definir qual o melhor resultado apenas a partir do valor obtido, devendo este ser analisado frente ao contexto de sua obtenção);

XXI - Índice Ponderado: índice calculado a partir de uma fórmula definida que leva em conta diferentes fatores de avaliação, variáveis e pesos;

XXII - Acidente Grave: acidente de trânsito em que houve pelo menos um óbito ou um ferido com lesões classificadas como graves;

XXIII - Percepção de Segurança nas Rodovias Federais: é um valor obtido mediante pesquisa de opinião (survey) junto aos usuários de rodovias federais, visando aferir o quanto estes se sentem seguros quando trafegando em rodovias federais, em relação à possibilidade de serem vítimas de ações criminosas ou de se envolverem em acidentes de trânsito;

XXIV - Ronda: viatura de policiamento ostensivo (caracterizada), em atividade de patrulhamento preventivo, trafegando ou estacionada de forma ostensiva, com a presença de pelo menos uma equipe junto ao veículo, ao longo de rodovia sob a circunscrição da PRF, sendo este ponto obrigatoriamente fora de um posto fixo de fiscalização (não são contabilizados como “ronda” os deslocamentos e paradas referentes ao atendimento de ocorrências, à participação em comandos ou quaisquer outras atividades não correlatas à atividade de patrulhamento preventivo);

XXV - Resgate Emergencial Profissional:

atendimento pré-hospitalar e/ou remoção de vítima de acidente de trânsito realizados por profissionais capacitados para tal, utilizando-se de insumos, equipamentos e veículos apropriados a esta finalidade, mesmo que adaptados;

XXVI - Operações de Enfrentamento aos Crimes Contra os Direitos Humanos: operações policiais que visam à prevenção e à repressão aos crimes que atentam contra os Direitos Humanos; e

XXVII - Ações de Conscientização e Promoção dos Direitos Humanos: ações com a iniciativa e/ou participação da PRF, visando a conscientização e a promoção dos Direitos Humanos, notadamente eventos educativos, campanhas de conscientização e atendimentos a vítimas de violência, voltados tanto para o público interno, quanto para o externo.

CAPÍTULO II DO PLANO ESTRATÉGICO

Art. 3º O Plano Estratégico da PRF é composto pelas seguintes perspectivas:

I - Referencial Estratégico;

II - Retorno à Sociedade;

III - Processos Estratégicos; e

IV - Investimentos Estratégicos.

Art. 4º O Plano Estratégico da PRF é único para todo o órgão, gerando efeitos e norteador todas as suas instâncias decisórias e executórias, ou seja, todas as decisões e ações da PRF devem estar vinculadas, direta ou indiretamente, a

esse Plano Estratégico, devendo sempre objetivar o cumprimento da Missão e o atingimento da Visão de Futuro, exercendo seus Valores.

§ 1º Quaisquer decisões ou ações em desacordo com o previsto no caput deste artigo serão consideradas desvio do foco estratégico e desperdício de capacidade produtiva, devendo, portanto, ser evitadas ao máximo.

§ 2º É vedada a elaboração, a manutenção ou a divulgação de quaisquer outros planos internos da PRF com características ou nominados como planos estratégicos.

Art. 5º O Plano Estratégico da PRF é desdobrado em:

I - Planos Diretores Temáticos; e

II - Planos Táticos Regionais.

Parágrafo único. O desdobramento do Plano Estratégico da PRF em Planos Diretores Temáticos e em Planos Táticos Regionais será regulamentado oportunamente em normativos específicos.

Art. 6º Fica definido o Mapa Estratégico da PRF na forma apresentada no Anexo I desta Portaria.

Art. 7º Fica definido o Memorial Descritivo do Plano Estratégico da PRF na forma apresentada no Anexo II desta Portaria.

CAPÍTULO III DO REFERENCIAL ESTRATÉGICO

Art. 8º Fica definida como a Missão da PRF: “Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União”.

Art. 9º. Fica definida como a Visão de Futuro da PRF: “Ser reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e pela indução de políticas públicas de segurança e cidadania”.

Art. 10. Ficam definidos como os Valores da PRF:

I - Profissionalismo;

II - Cordialidade;

III - Honestidade;

IV - Equidade;

V - Proatividade;

VI - Comprometimento;

VII - Espírito de Equipe;

VIII - Transparência; e

IX - Responsabilidade Socioambiental.

Art. 11. O Lema da PRF será definido por meio de concurso e/ou enquête junto ao seu público interno, conforme regras a serem definidas em ato específico.

Art. 12. É vedada a elaboração, a manutenção e a disseminação de quaisquer outras formas de Missão, Visão de Futuro, Valores e Lema diferentes das previstas nesta Portaria, incluindo aquelas referentes a atividades ou setores específicos, mesmo que com outras denominações.

Art. 13. As normas de comunicação da PRF, nas suas diversas formas, devem contemplar medidas para incentivar a divulgação em massa da Missão, da Visão de Futuro, dos Valores e do Lema da PRF, tanto interna quanto externamente.

CAPÍTULO IV DO RETORNO À SOCIEDADE

Art. 14. Fica definido como “Retorno à Sociedade” o seguinte conjunto de resultados institucionais:

- I - reduzir a violência no trânsito das rodovias federais;
- II - assegurar a livre circulação nas rodovias federais;
- III - contribuir para a redução da criminalidade e da violência no país; e
- IV - aumentar a percepção de segurança dos usuários das rodovias federais.

CAPÍTULO V DOS PROCESSOS ESTRATÉGICOS

Art. 15. Os “Processos Estratégicos” são compostos pelos seguintes objetivos estratégicos:

- I - Vetor “Segurança com Cidadania”:
 - a) fomentar e potencializar ações de educação para o trânsito;
 - b) fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo;
 - c) intensificar ações de garantia e promoção dos Direitos Humanos;
 - d) ampliar e aperfeiçoar o resgate emergencial e o atendimento pré-hospitalar;
 - e) aprimorar o registro de ocorrências e implantar a perícia de acidentes.
- II - Vetor “Articulação”:
 - a) fomentar melhorias legais e estruturais relacionadas à missão da PRF; e
 - b) articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional.
- III - Vetor “Comunicação”:
 - a) fortalecer a imagem institucional da PRF; e
 - b) melhorar a comunicação interna e externa.
- IV - Vetor “Gestão”:
 - a) estabelecer um modelo eficaz de gestão participativa;
 - b) implantar um modelo de gestão baseado em resultados;
 - c) desenvolver a cultura de gestão de projetos;
 - d) mapear, otimizar, padronizar e sistematizar processos de trabalho; e
 - e) intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento.

CAPÍTULO VI DOS INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

Art. 16. Os “Investimentos Estratégicos” são compostos pelos seguintes objetivos estratégicos:

- I - Vetor “Pessoas”:
 - a) adequar o quadro de pessoal às necessidades;
 - b) mapear e desenvolver competências com enfoque estratégico;
 - c) potencializar o bem-estar, a motivação e o desempenho dos servidores; e
 - d) intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais.

II - Vetor “Logística e Infraestrutura”:

- a) assegurar recursos financeiros e otimizar sua execução; e
- b) prover meios e infraestrutura adequados ao desempenho das atividades.

CAPÍTULO VII DOS INDICADORES DE DESEMPENHO ESTRATÉGICOS

Art. 17. Os Indicadores de Desempenho Estratégicos são aqueles definidos no Anexo III desta Portaria, contendo: perspectiva, vetor, resultado esperado / objetivo a ser alcançado, título, forma de cálculo, polaridade, área responsável pela medição e áreas responsáveis pelo resultado.

§ 1º Devem ser direcionados recursos e ações de forma a viabilizar a medição periódica dos Indicadores de Desempenho Estratégicos.

§ 2º Até que a medição de um Indicador de Desempenho Estratégico seja possível, este deve ser apresentado como “em construção”.

Art. 18. A análise dos resultados referentes ao “Retorno à Sociedade”, aos “Processos Estratégicos” e aos “Investimentos Estratégicos” deve ser baseada nos valores advindos dos respectivos Indicadores de Desempenho Estratégicos, acompanhados das devidas contextualizações, admitindo-se, quando necessário, a complementação com informações adicionais.

Art. 19. Os Indicadores de Desempenho Estratégicos deverão ser medidos regularmente e ter seus resultados amplamente divulgados interna e externamente.

Art. 20. Sempre que possível, os Indicadores de Desempenho Estratégicos devem ter seus resultados medidos e divulgados de forma separada por Regional e demais subunidades.

CAPÍTULO VIII DA GESTÃO ESTRATÉGICA

Art. 21. Fica instituído o Comitê de Gestão Estratégica da Polícia Rodoviária Federal – COGEST.

Art. 22. Compete ao COGEST:

I - acompanhar, avaliar e orientar a execução do Plano Estratégico da PRF, definindo a priorização e o direcionamento de ações e de recursos para a consecução de seus objetivos;

II - revisar anualmente o Plano Estratégico da PRF, a fim de mantê-lo sempre adequado à estratégia e ao ambiente de atuação da PRF, prezando por sua estabilidade e continuidade; e III - regulamentar, analisar, revisar e aprovar os Planos Diretores Temáticos e os Planos Táticos Regionais, bem como acompanhar, avaliar e orientar sua execução.

Art. 23. O COGEST é formado pelos titulares das seguintes áreas:

I - Direção-Geral;

II - Chefia de Gabinete da Direção-Geral;

III - Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização Rodoviária;

IV - Coordenação-Geral de Administração;

V - Coordenação-Geral de Recursos Humanos;

VI - Coordenação-Geral de Operações;

VII - Corregedoria-Geral; e

VIII - Coordenação de Inteligência;

§ 1º O COGEST será presidido pelo Diretor-Geral da PRF em exercício.

§ 2º Os substitutos das áreas componentes do COGEST atuarão no comitê como suplentes, sendo vedada a indicação de outros representantes.

§ 3º Os membros suplentes poderão atuar somente nos casos de impedimento dos membros titulares.

§ 4º As atividades do COGEST serão secretariadas pelo Gabinete da Direção-Geral.

Art. 24. O COGEST reunir-se-á ordinariamente, a cada 3 (três) meses, para avaliação de resultados e direcionamento de ações.

§ 1º O Comitê poderá reunir-se extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente.

§ 2º O Comitê, por intermédio de seu Presidente, poderá convidar técnicos ou servidores da PRF para participação nas reuniões.

Art. 25. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

3.2.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Os Planos Estratégico, Diretores e Táticos Regionais buscam atender o consignado nos documentos de referência, que visam identificar a necessidade de manter a conformidade com leis e regulamentações pertinentes às ações finalísticas da PRF. Os documentos mais relevantes utilizados como referência para a elaboração dos planos são:

- Constituição Federal
- Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 (PPA);
- LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- LOA - Lei Orçamentária Anual;
- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (licitações);
- Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (processo administrativo);
- Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (CTB);
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (licitações e contrato);
- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2012 (Acesso a informação);
- Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011 (SISP);
- Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995 (Competências da PRF);
- Decreto nº 1.171, de 22 de Junho de 1994 (Código de Ética do Servidor);
- Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 (Organização da Administração Federal);
- Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 (contratação de serviços);
- Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010 (PNDH-3);
- Portaria MJ nº 1.375, de 2 de agosto de 2007 (aprova o Regimento Interno da PRF);
- Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011 (PEFRON);
- Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998 (Carreira PRF);
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA);
- Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (regime jurídico dos servidores públicos civis)
- Decreto nº 8.614, de 22 de dezembro de 2015 (repressão roubo de cargas)

3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

A PRF estrutura seus dados em informações operacionais que possibilitem a produção de conhecimento das atividades operacionais e administrativas.

O esforço organizacional visando os resultados de retorno à sociedade são acompanhados ordinariamente, destacando o papel do monitoramento para identificação de possíveis ajustes.

Os indicadores estratégicos são mensurados periodicamente pelo Escritório de Gestão de Performance, o monitoramento dos Projetos Estratégicos e dos Processos Estratégicos é realizado pelos Escritórios de Projetos e Escritório de Processos.

A PRF utiliza um software proprietário chamado Portal da Estratégia, onde são lançadas todas as informações referentes à projetos, processos e indicadores.

Foram nomeados os gerentes de projetos estratégicos, os “donos” dos processos estratégicos mapeados e os responsáveis pela coleta e análise dos indicadores estratégicos.

Todas essas informações são reportadas à Direção Geral, que realiza reuniões de monitoramento da estratégia.

O monitoramento e a avaliação é realizado através das RAE's- Reuniões de Análise da Estratégia com a participação do COGEST, comitê de Gestão Estratégica, composto pelo Diretor Geral e pelos Coordenadores Gerais.

O monitoramento e a avaliação da estratégia também é realizado durante as reuniões de superintendentes que ocorrem trimestralmente.

Durante as reuniões são tomadas decisões em relação à problemas detectados nos projetos e processos e resultados negativos dos indicadores. As deliberações são repassadas a todas as áreas envolvidas para correção de rumos.

3.3 Desempenho Orçamentário

3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

AÇÕES DO OFSS

Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Quadro VII- Ação 2723

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial		
Código	2723		Tipo: ATIVIDADE
Título	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS		
Iniciativa	Promover a redução da violência no trânsito das rodovias federais		
Objetivo	Promover a redução da violência no trânsito das rodovias federais		Código: 1040
Programa	JUSTIÇA, CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	Código: 2081	Tipo: TEMÁTICO
Unidade Orçamentária	30107 – DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL		
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras		
Lei Orçamentária Anual do exercício			
Execução Orçamentária e Financeira			
	Dotação	Despesa	Restos a Pagar do exercício

Nº do subtítulo/ Localizador	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	78.706.237,00	70.134.201,00	64.737.533,18	32.897.449,19	32.870.264,49	27.184,70	31.840.083,99
0025	400.000,00	400.000,00	399.182,60	174.500,00	174.500,00		224.682,60
0052	600.000,00	600.000,00	368.557,00	285.657,00	285.657,00		82.900,00
0026	200.000,00	200.000,00					
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprograma da	Realizada	
0001	Procedimento realizado		Unidade	16.000.000,00	16.000.000,00	17.203.688,00	
0025	Procedimento realizado		Unidade	4,0	4,0	187,0	
0026	Procedimento realizado		Unidade	1,0	1,0	0,0	
0052	Procedimento realizado		Unidade	2,0	2,0	8,0	
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001	97.143.639,73	42.475.830,54	9.415.578,76	Procedimento realizado	unidade	0,0	
0103	5.512,48	2.634,00	2.878,48	Procedimento realizado	unidade	0,0	
0052	71.500,00			Procedimento realizado	unidade	0,0	

Localizador 0001:

Somatório de todos os Procedimentos de Policiamento realizados no ano de 2016:

- Pessoas fiscalizadas, Veículos fiscalizados e Testes de alcoolemia realizados;
- Ações de educação para trânsito;
- Aquisição de veículos;
- Operações de Inteligência Policial realizadas.

Aquisição de veículos nos seguintes estados:

MA - 2 fiats/Uno

MS - 2 Fiats 2 Ford/Ranger

PB - 1 Caminhão boiadeiro Ford/Cargo

RO - 1 Fiat/Uno

Foram realizadas no ano de 2016 456 operações de inteligência da PRF.

Localizador 0025:

Recurso proveniente de emenda parlamentar, utilizada para aquisição dos seguintes equipamentos de policiamento:

1 Caminhão boiadeiro - Ford/Cargo 816

156 Lanternas tática caravan

14 Luxímetros

02 Lanternas Baroscópica Chronus

14 decibelímetro Instrutherm

Processos Sei: 08.663.009/305/2016-61, 08.663.003.407/2016-72

Localizador 0026:

Emenda parlamentar não liberada para a PRF

Localizador 0052:

Recurso proveniente de Emenda Parlamentar, utilizado para aquisição de:

01 Veículos Renault/Duster Dakar 4x4

04 Veículos Nissan/March 1.6 S

04 Veículos Nissan/Versa 1.6 S

Quadro VIII- Ação 86 A1

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(☒) Integral (☐) Parcial						
Código	86A1						Tipo :ATIVIDADE
Título	PROCESSAMENTO E ARRECADACAO DE MULTAS APLICADAS PELA POLICIA						
Iniciativa							
Objetivo							Código: 1040
Programa	JUSTIÇA, CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	Código: 2081	Tipo: TEMÁTICO				
Unidade Orçamentária	30107 – DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL						
Ação Prioritária	(☐) Sim (☒) Não Caso positivo: (☐) PAC (☐) Brasil sem Miséria (☐) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	53.945.960,00	81.118.044,00	80.943.955,19	75.138.103,48	75.014.319,67	123.783,81	5.805.851,71
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0001	Multa processada		Unidade	1.973.873,00	1.973.873,00	3.456.724,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001	28.467.374,08	8.587.978,25	18.933.737,48	Multa processada	Unidade	0,00	

Localizador 0001:

Meta 57% acima do previsto na LOA 2016. Um dos fatores primordiais para a superação da meta estabelecida foi o incremento na fiscalização de trânsito efetuado pela PRF impulsionado pelo recente ingresso de novos servidores policiais, que contribuíram com o aumento das ações de enfrentamento e combate à violência no trânsito, visando reduzir os níveis atuais de mortalidade e lesões por acidentes de trânsito no país, além do aumento do número de infrações aplicadas pelos controladores de velocidade operados pela PRF.

Quadro IX- Ação 154T

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial					
Código		154T					Tipo: PROJETO
Título		APRIMORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa							
Objetivo							Código: 1040
Programa		JUSTIÇA, CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA			Código: 2081	Tipo: TEMÁTICO	
Unidade Orçamentária		30107 – DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL					
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7008	9.368.825,00	9.368.825,00					
0001	26.200.000,00	20.960.000,00	18.477.608,88	1.217.866,25	1.217.866,25		17.259.742,63
0026	300.000,00	300.000,00					
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogr amada	Realizada	
0001	Obra realizada		Unidade	52,00	52,00	54,00	
0026	Obra realizada		Unidade	1,00	1,00	0,00	
7008	Obra realizada		Unidade	1,00	1,00	0,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

0001	17.128.054,80	10.409.468,74	137.799,11	Obra realizada	Unidade	0,00
0026	200.000,00			Obra realizada	Unidade	0,00

AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA DO EXERCÍCIO – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OFSS

Quadro X- Ação 8623

Identificação da Ação						
Código		8623			Tipo: PROJETO	
Título		REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
Iniciativa						
Objetivo					Código:	
Programa		DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL		Código: 1386		Tipo: TEMÁTICO
Unidade Orçamentária		30107 – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta		
Nº do subtítulo/ localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
0001	34.500,00					

Identificação da Ação						
Código		8623			Tipo: PROJETO	
Título		REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
Iniciativa						
Objetivo					Código:	
Programa		SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA		Código: 2070		Tipo: TEMÁTICO
Unidade Orçamentária		30107 – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta		
Nº do subtítulo/ localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
0001	11.394,90		11.394,90			

Quadro XI- Ação 8698

Identificação da Ação						
Código		8698				Tipo: ATIVIDAD E
Título		Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação				
Iniciativa						
Objetivo						Código:
Programa		DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	Código: 1386		Tipo: TEMÁTICO	
Unidade Orçamentária		30107 – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta		
Nº do subtítulo/ localizador or	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
0001	31.085,15					

Identificação da Ação						
Código		8698			Tipo: ATIVIDADE	
Título		Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação				
Iniciativa						
Objetivo					Código:	
Programa		SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA		Código: 2070		Tipo: TEMÁTICO
Unidade Orçamentária		30107 – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta		
Nº do subtítulo/ localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
0001	2.555.066,20	17.254,37	2.188.397,86			

Quadro XII- Ação 201C

Identificação da Ação		
Código	201C	Tipo: ATIVIDADE
Título	ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS - ENAFRON	
Iniciativa	03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões	
Objetivo	Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do	Código:0825

	tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.					
Programa	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA		Código: 20710		Tipo: TEMÁTICO	
Unidade Orçamentária	30107 – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta		
Nº do subtítulo/ localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
0001	111.900.946,40	46.411.752,22	7.526.596,13	Projeto apoiado	Unidade	01

Quadro XIII- Ação 200G

Identificação da Ação						
Código	200G			Tipo:		
Título	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DAS INSTALACOES FISICAS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa						
Objetivo				Código:		
Programa	SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA		Código: 2070		Tipo: TEMÁTICO	
Unidade Orçamentária	30107 – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta		
Nº do subtítulo/ localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
0001	1.817.431,33	400.551,59	446.826,55	Projeto apoiado	Unidade	
0101	353.839,23	82.040,80				
0028	106.988,70	64.968,33				

Identificação da Ação				
Código	200G		Tipo:	
Título	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DAS INSTALACOES FISICAS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			
Iniciativa				
Objetivo			Código:	
Programa	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	Código: 1386		Tipo: TEMÁTICO
Unidade Orçamentária	30107 – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			

Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta		
Nº do subtítulo/ localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
0001	17.018,99					

AÇÕES – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – OI

Orçamento de Investimento – OI (Ações de Orçamento de Investimento), não se aplica a esta UPC, haja vista que, nos termos do contido no Art. 165, § 5º, Inciso II, da Constituição Federal, o orçamento em assunto refere-se às empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, logo, este item não se aplica ao DPRF.

3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Este item já foi tratado nos itens posteriores com a análise crítica por parte das Superintendências Regionais deste DPRF/MJ.

3.3.3 Execução descentralizada com transferência de recursos

Não há no âmbito da Polícia Rodoviária Federal, instrumentos de avença que preveem repasses de recursos para estados, municípios e entidades privadas de interesse público (transferências voluntárias).

3.3.3.1. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Em razão do Departamento de Polícia Rodoviária Federal não descentralizar recursos orçamentários para Órgãos, entidades públicas ou privadas para execução de ações ou atividades de responsabilidade do DPRF, este item não se aplica.

3.3.4 Informações sobre a execução das despesas

DESPESAS POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO

Quadro XIV- Despesa por modalidade de licitação

200109

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	103.768.802,26	54,11%	88.812.861,21	51,35%	53.509.368,53	39,90%	55.485.079,26	44,23%
c) Concorrência	1.022.053,27	0,53%		0,00%		0,00%		0,00%
d) Pregão	102.746.748,99	53,57%	88.812.861,21	51,35%	53.509.368,53	39,90%	55.485.079	44,23%
2. Contratações Diretas (h+i)	79.511.610,98	41,46%	77.845.408,02	45,01%	72.393.337,82	53,99%	64.932.963,55	51,77%
h) Dispensa	67.490.268,35	35,19%	70.720.882,42	40,89%	62.504.826,26	46,61%	62.132.558	49,53%
i) Inexigibilidade	12.021.342,63	6,27%	7.124.525,60	4,12%	9.888.511,56	7,37%	2.800.406	2,23%
3. Regime de Execução Especial	5.020,90	0,00%	3.578,88	0,00%	5.020,90	0,00%	3.578,88	0,00%
j) Suprimento de Fundos	5.020,90	0,00%	3.578,88	0,00%	5.020,90	0,00%	3.579	0,00%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	7.833.941,24	4,08%	3.948.205,16	2,28%	7.833.941,24	5,84%	3.948.205,16	3,15%
l) Diárias	7.833.941,24	4,08%	3.948.205,16	2,28%	7.833.941,24	5,84%	3.948.205	3,15%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	191.119.375,38	99,65%	170.610.053,27	98,65%	133.741.668,49	99,74%	124.369.826,85	99,15%
6. Total das Despesas da UPC	191.788.349,41		172.945.870,19		134.092.989,32		125.434.930,83	

Em 2016 o orçamento originário da PRF , retirando o orçamento de pessoal, foi de **R\$ 473.865.417,00** , sendo que este valor já não seria suficiente para a manutenção das atividades da polícia, além deste fato cabe ressaltar que o Ministério da Justiça – MJ concede o limite de movimentação e empenho gradativamente durante o ano, sem um calendário definido o que afeta o planejamento das contratações.

Devido à insuficiência de dotação inicial, a PRF dependeu da concessão de créditos adicionais para cobrir despesas de garantia de funcionamento e no decorrer do exercício o Ministério da Justiça – MJ ampliou a dotação orçamentária para **R\$ 488.985.417,00**, valor este essencial para custeio das emissões das notificações de autuações de infrações de trânsito.

Considerando o limite final disponibilizado pelo MJ no valor de **R\$ 478.185.450,71**, o contingenciamento final imposto à PRF foi de **R\$ 10.799.966,29**, fato que prejudicou a realização de investimentos e o atendimento das demandas pertinentes à manutenção da PRF. Os valores citados não considera orçamento para custeio de pessoal.

A PRF recebeu destaques orçamentários de Órgãos da administração direta no valor de **R\$ 115.111.378,27**, assim, considerando os destaques a execução orçamentária no exercício (sem orçamento de pessoal) foi de **R\$ 584.132.976,31**.

Alterações significativas ocorridas no exercício: Grande parte das contratações efetuadas no exercício de 2016 buscaram atender demandas oriundas da realização dos Jogos Olímpicos 2016, como consequência algumas contratações foram priorizadas em detrimento de outras de menor relevância as quais serão realizadas no exercício de 2017.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade No exercício de 2016 verificou-se um acréscimo no percentual de contratações por meio de inexigibilidade de licitação em decorrência da compra de novas munições para substituição das munições antigas de todo o efetivo da PRF, bem como a necessidade de compra de munições para realização de cursos de formação e atualização policial.

200110

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	5.406.930,19	79,43%	1.934.916,01	79,03%	3.887.371,78	73,96%	1.292.566,03	72,31%
d) Pregão	5.406.930,19	79,43%	1.934.916,01	79,03%	3.887.371,78	73,96%	1.292.566,03	72,31%
2. Contratações Diretas (h+i)	375.116,95	5,51%	122.500,51	5,00%	352.420,36	6,71%	104.125,02	5,82%
h) Dispensa	109.458,82	1,61%	67.553,84	2,76%	97.556,41	1,86%	55.689,81	3,12%
i) Inexigibilidade	265.658,13	3,90%	54.946,67	2,24%	254.863,95	4,85%	48.435,21	2,71%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	865.085,28	12,71%	304.581,30	12,44%	865.085,28	16,46%	304.581,30	17,04%
l) Diárias	865.085,28	12,71%	304.581,30	12,44%	865.085,28	16,46%	304.581,30	17,04%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	6.647.132,42	97,65%	2.361.997,82	96,47%	5.104.877,42	97,13%	1.701.272,35	95,17%
6. Total das Despesas da UPC	6.806.996,75		2.448.370,70		5.255.919,78		1.787.645,23	

Ao realizarmos uma análise mais criteriosa acerca da evolução do quadro orçamentário na Administração Pública Federal nos últimos anos, constatamos uma crescente diminuição na expansão da base orçamentária disponibilizada para as diferentes áreas do Governo Federal, o que tem representado um significativo e sensível decréscimo nos investimentos em infraestrutura e em políticas públicas essenciais para o crescimento e desenvolvimento social e econômico para o conjunto da sociedade brasileira. Nesta esteira verificamos que os investimentos voltados para a área de segurança pública também têm sofrido com os constantes ajustes orçamentários, o que tem provocado sérias limitações à implantação e implementação de projetos, ações e programas destinados ao cumprimento de metas e objetivos das instituições públicas de segurança na esfera federal, em particular a própria Polícia Rodoviária Federal, que ao longo dos últimos exercícios tem convivido com o forte achatamento de seu orçamento, obrigando desta feita, que esta instituição busque incessantemente o aperfeiçoamento e aprimoramento de seus mecanismos de gestão técnico-profissional capazes de tornar mais eficientes e eficazes as suas ações administrativas e institucionais, mesmo obstante aos limitados provimentos de recursos orçamentários.

No que concerne à gestão da execução das despesas realizadas por esta Superintendência Regional da PRF no Amazonas no decorrer do exercício de

2016, tomando como base as modalidades de licitação, quanto por grupo e elemento de despesas podemos afirmar que os valores extraídos do Tesouro Gerencial, constantes da planilha orçamentária, demonstram claramente uma melhoria quantitativa e qualitativa nos gastos efetuados pela Regional, pois retratam a expressiva e preponderante utilização do Pregão como modalidade de licitação para a realização das despesas da Unidade. Podemos destacar como um dos eventos mais importantes à nível de despesa regional em 2016, a implantação e implementação das instalações das torres de comunicação para o funcionamento da comunicação digital oriunda do Projeto Landell formatado pela Administração Central da PRF, que terá um impacto extremamente valioso para a modernização e segurança da comunicação policial nesta Unidade. Verifica-se também que as modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitação representam uma pequena parcela das despesas da Unidade.

Vale salientar que as aquisições de bens desta Regional ao longo dos últimos exercícios (2015/2016) têm demonstrado o total êxito da política de aquisições da Polícia Rodoviária Federal, a partir do incremento e da consolidação das Unidades Centralizadoras de Compras, que em muito tem trazido significativos avanços no atendimento das necessidades das Unidades Desconcentradas da Instituição em todo o país, alicerçada em uma importante economia de escala dos recursos públicos em todo o processo de contratações.

Por fim, temos que reconhecer que as sérias limitações orçamentárias impostas à Polícia Rodoviária Federal ao longo dos últimos exercícios financeiros têm inviabilizado o próprio crescimento da estrutura organizacional do Órgão, haja vista, a própria reestruturação administrativa da instituição, que foi aprovada pelo governo federal, todavia ainda não foi efetivamente implementada, o que vem impossibilitando a necessária e essencial expansão e crescimento da Instituição, no propósito de acompanhar a dinâmica da própria evolução dos desafios institucionais, frente aos constantes e progressivos avanços dos problemas relacionados as questões de trânsito e da marcha inquietante da insegurança e da violência que assolam a sociedade brasileira, bem como, a incerteza e desmotivação dos profissionais que trabalham na Instituição, que passam a não vislumbrar a continuidade do processo de crescimento organizacional, vital para o atendimento das demandas originadas da Sociedade.

200111

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	6.490.021,43	55,75%	4.508.771,88	55,95%	3.567.398,06	42,07%	2.991.896,23	46,58%
d) Pregão	6.490.021,43	55,75%	4.508.771,88	55,95%	3.567.398,06	42,07%	2.991.896	46,58%
2. Contratações Diretas (h+i)	1.337.271,06	11,49%	1.159.557,41	14,39%	1.097.588,15	12,94%	1.040.787,72	16,20%
h) Dispensa	568.267,21	4,88%	932.563,38	11,57%	364.368,06	4,30%	855.432	13,32%
i) Inexigibilidade	769.003,85	6,61%	226.994,03	2,82%	733.220,09	8,65%	185.356	2,89%
3. Regime de Execução Especial		0,00%	2.815,67	0,03%		0,00%	2.815,67	0,04%
j) Suprimento de Fundos		0,00%	2.815,67	0,03%		0,00%	2.816	0,04%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	3.047.354,58	26,18%	1.796.820,13	22,30%	3.047.354,58	35,94%	1.796.820,13	27,97%
l) Diárias	3.047.354,58	26,18%	1.796.820,13	22,30%	3.047.354,58	35,94%	1.796.820	27,97%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	10.874.647,07	93,41%	7.467.965,09	92,67%	7.712.340,79	90,95%	5.832.319,75	90,80%

6. Total das Despesas da UPC	11.641.996,46		8.058.965,51		8.479.690,18		6.423.320,17	
------------------------------	---------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--

Comparativo em valores nominais.

Constata-se aumento significativo no percentual de 30,77% na despesa executada no exercício de 2016 em relação a 2015, passando de um total executado de R\$ 8.058.965,51 para 11.641.996,46, representando aumento de R\$ 3.583.030,95, sendo resultado do aumento dos valores executados com despesas oriundas de pregão e com pagamento de diárias.

O aumento de despesas com diárias foi decorrente dos Jogos Olímpicos Rio 2016 que demandou um contingente significativo de servidores para trabalhar nas operações relacionadas aos jogos olímpicos, expressando aumento de 69,59% em relação ao exercício de 2015 que representou aumento nas despesas em R\$ 1.250.534,45.

Já a majoração com contratações por meio do pregão, em parte pela implementação de serviços que não tínhamos, como o de manutenção predial por exemplo e com aumento com manutenção da frota, em parte, também decorrente das operações alusivas aos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Comparativo com referenciais percentuais.

Embora tenha tido um aumento expressivo, como já dito, de 30,77%, na execução das despesas de 2016 em relação a 2015, seus percentuais são muito assemelhados, merecendo apontamento a redução de 14,39% para 11,49% das despesas com contratações diretas, o que consideramos como fator positivo, pois quanto menos contratações diretas maior transparência se dá com a despesa pública.

Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária.

Embora saibamos da situação gravosa pela qual passa nosso País, como prestadores de serviços públicos, temos que zelar por garantir um mínimo aceitável de serviços à população, e durante o exercício de 2016 ficou prejudicado os serviços de vigilância e segurança no pátio da 1ª Delegacia, que conta apenas com um posto de vigilância para uma área demasiadamente grande, no qual já ocorreram inúmeros casos de furtos de peças de veículos sob guarda da SRPRF/PA, e até mesmo troca de tiros entre a vigilância e meliantes que tentam furtar os veículos lá guardados.

200112

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	7.164.705,67	60,33%	5.703.358,34	69,40%	4.922.452,45	52,78%	3.853.354,98	62,43%
c) Concorrência	239.575,47	2,02%		0,00%		0,00%		0,00%
d) Pregão	6.925.130,20	58,31%	5.703.358,34	69,40%	4.922.452,45	52,78%	3.853.355	62,43%
2. Contratações Diretas (h+i)	1.544.152,06	13,00%	1.055.743,26	12,85%	1.346.925,55	14,44%	866.250,28	14,04%
h) Dispensa	936.112,88	7,88%	659.245,54	8,02%	860.485,84	9,23%	621.557	10,07%
i) Inexigibilidade	608.039,18	5,12%	396.497,72	4,82%	486.439,71	5,22%	244.694	3,96%

3. Regime de Execução Especial	1.586,00	0,01%		0,00%	1.586,00	0,02%		0,00%
j) Suprimento de Fundos	1.586,00	0,01%		0,00%	1.586,00	0,02%		0,00%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.832.935,39	23,85%	1.125.564,80	13,70%	2.777.958,08	29,78%	1.125.564,80	18,24%
l) Diárias	2.832.935,39	23,85%	1.125.564,80	13,70%	2.777.958,08	29,78%	1.125.565	18,24%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	11.543.379,12	97,20%	7.884.666,40	95,95%	9.048.922,08	97,02%	5.845.170,06	94,70%
6. Total das Despesas da UPC	11.876.481,10		8.217.744,14		9.326.782,60		6.172.019,14	

No quadro denominado Despesas por Modalidade de Contratação - créditos de movimentação, destaca-se o predomínio das contratações por meio de Pregão Eletrônico. Analisando o Quadro comparativo 2015-2016 de Despesas por Modalidade de Contratação observa-se, proporcionalmente, nas despesas por Contratação Direta tanto na modalidade dispensa quanto inexigibilidade, tanto em referência à quantidade como no valor contratado, uma redução na representatividade destes tipos de despesa como parte de um processo contínuo de redução da utilização de modalidades de compra direta de bens ou serviços no âmbito desta regional. Os valores tendem a representar basicamente despesas com fornecimento de energia elétrica, água, imprensa nacional, EBC. Algum incremento, proporcional ao aumento da execução orçamentária advém de uma tendência já constada nos últimos anos de as licitações para fornecimento de água e gás GLP de Unidade Operacionais do Interior do estado restarem desertas, necessitando assim de que sejam firmadas cartas - contrato com fornecedores locais se utilizando do Art. 24 da Lei de Licitações para que seja garantido o fornecimento nos lugares mais distantes.

No que tange as despesas que tem como suporte o Art. 24 da Lei de Licitações, cabe informar a utilização de contratação de empresa remanescente de pregão eletrônico com fulcro no Inciso 11 do citado artigo, haja vista ter havido a rescisão unilateral por inexecução contratual pela contratada, publicada no DOU no dia 08/07/2016, em atendimento ao Parecer n. 01379/2016/CONJURMJ/CGU/AGU, processo 08653.009648/2016-44.

A implementação continuada das alterações recentes da Instrução Normativa MPOG nº 02/2008 representou um avanço, uma vez que modificou a forma de contratação de mão de obra para a prestação de serviços de natureza continuada, implicando numa maior garantia aos direitos trabalhistas dos funcionários terceirizados. A contratação de mão de obra continua a representar o maior volume de gastos no grupo de natureza de despesa “3 – outras despesas correntes”, essenciais para desempenho das atividades inerentes a esta Unidade.

A partir do exercício de 2016 esta regional, de forma ainda inicial, passou a se utilizar da modalidade Suprimento de Fundos, através de Catão de Pagamento do Governo Federal, sendo este percentual ainda pequeno, representando ainda 0,01% do montante de despesas da unidade, privilegiando o conceito de tal despesa, a saber a excepcionalidade e eventualidade.

Em relação ao exercício de 2015, em 2016 houve uma redução no volume da despesa empenhada no elemento de despesa “52 - equipamentos e material permanente”, do grupo de natureza de despesa “4 - investimentos”, notadamente pela menor quantidade de aquisições advindas de um maior contingenciamento do orçamento para investimento nas regionais. Neste caso, as quantidades de viaturas e outras aquisições de Material Permanente a serem adquiridas por cada Unidade Gestora são fixadas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, cabendo as suas Unidades a efetivação da aquisição, recebimento, liquidação e pagamento.

Cabe ressaltar, o aumento expressivo das despesas com pagamento de diárias no exercício de 2016, sabidamente motivados pelos deslocamentos advindos das convocações de servidores para as operações durante os jogos olímpicos e paraolímpicos do Rio 2016, inclusive com abertura de um decreto com majoração do valor de diárias nesse período.

O planejamento desta Unidade volta-se, precipuamente, para aquelas atividades mantenedoras das condições essenciais para o desenvolvimento de suas atribuições. O incremento de nova despesa, que envolva considerável quantidade de recursos, fica a cargo do planejamento nacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Desta forma, diante do volume de despesa executado, frente a previsão orçamentária da despesa do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, esta Unidade não encontra maiores dificuldades na disponibilização de recursos para execução das ações.

Dentre as dificuldades enfrentadas no desempenho de suas funções durante o transcorrer do exercício em análise, merece destaque, mais uma vez, a exemplo do acontece em exercícios anteriores, a carência de efetivo da qual padece as Unidades. O reduzido número de servidores lotados nesta Unidade reflete tanto no desempenho da atividade fim atribuída a esta Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no Ceará, como no desempenho das atividades administrativas, que servem de suporte a atividade finalística do órgão. Salientamos que algumas demandas de 2016 não puderam ser executadas por falta de limite orçamentário no final do exercício financeiro, as quais necessariamente terão que ser retomadas no ano de 2017.

Salientamos que os números refletem a execução da despesa no tocante a concentração de esforços na manutenção das atividades através de contratos de prestação de serviços administrativos e de tecnologia (terceirizados, água, luz, telefone, correios, imprensa nacional, Internet, impressão, suporte de informática, diárias e passagens, etc) assim como atividades de suporte operacional, manutenção de viaturas, combustíveis, manutenção e aferição de radares e etilômetros, e diárias administrativas e operacionais.

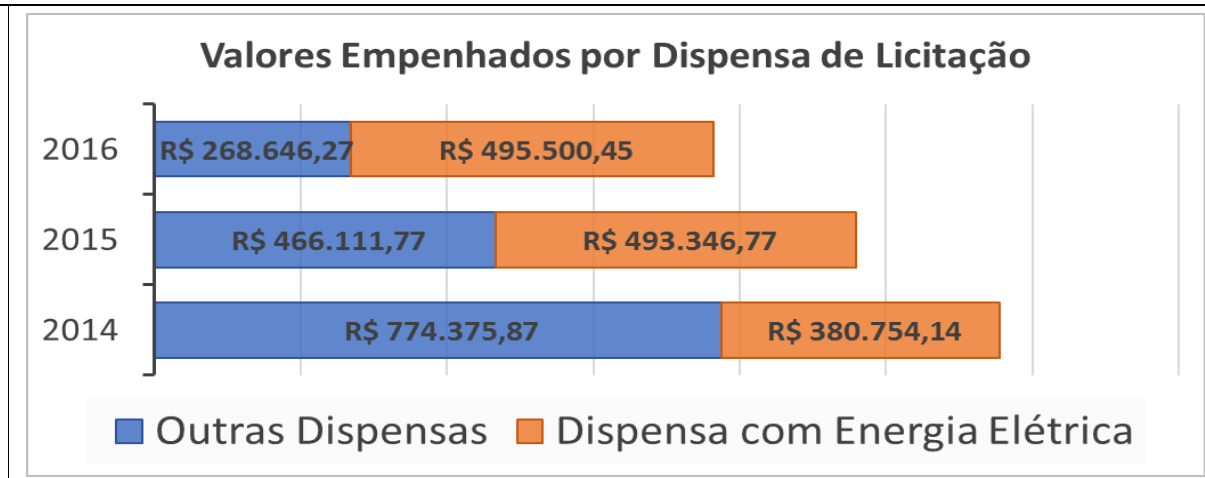
200113

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	7.113.333,66	62,24%	9.159.972,07	75,34%	4.482.728,82	52,54%	4.377.564,42	64,27%
a) Convite	56.016,22	0,49%		0,00%		0,00%		0,00%
b) Tomada de Preços		0,00%	637.443,20	5,24%		0,00%	157.395,85	2,31%
c) Concorrência	152.614,94	1,34%	2.542.891,89	20,91%	9.998,13	0,12%	443.118	6,51%
d) Pregão	6.904.702,50	60,41%	5.979.636,98	49,18%	4.472.731	52,42%	3.777.050	55,46%
2. Contratações Diretas (h+i)	1.299.805,86	11,37%	1.417.448,95	11,66%	1.033.823,78	12,12%	884.012,96	12,98%
h) Dispensa	764.146,72	6,69%	959.458,54	7,89%	669.237,91	7,84%	678.380	9,96%
i) Inexigibilidade	535.659,14	4,69%	457.990,41	3,77%	364.585,87	4,27%	205.633	3,02%
3. Regime de Execução Especial	4.586,64	0,04%	1.364,54	0,01%	4.586,64	0,05%	1.364,54	0,02%

j) Suprimento de Fundos	4.586,64	0,04%	1.364,54	0,01%	4.586,64	0,05%	1.365	0,02%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.710.834,07	23,72%	1.344.541,62	11,06%	2.710.834,07	31,77%	1.344.541,62	19,74%
l) Diárias	2.710.834,07	23,72%	1.344.541,62	11,06%	2.710.834,07	31,77%	1.344.542	19,74%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	11.128.560,23	97,37%	11.923.327,18	98,07%	8.231.973,31	96,48%	6.607.483,54	97,01%
6. Total das Despesas da UPC	11.428.934,80		12.158.324,51		8.532.347,88		6.810.966,95	

Os número do quadro acima serviram de base para a criação do gráfico abaixo, que destaca a diminuição dos valores liquidados através de contrações feitas por dispensa de licitação (no último triênio).

Destaca-se que maior despesa realizada por meio da modalidade de dispensa de licitação dá-se com o pagamento de energia elétrica, conforme verifica-se no gráfico abaixo. Mesmo com o aumento dos valores absolutos com o pagamento da despesa de energia, observa-se uma diminuição no valor total das dispensas realizadas no ano de 2016.



Em análise aos dados constantes do quadro de execução por Grupo de Despesas, verifica-se pequenas alterações ocorridas entre os exercícios 2015-2016 nos valores das despesas correntes. Destaca-se as mais significativas como sendo as despesas com pagamento de diárias e passagens, as quais são justificadas pelo aumento dos deslocamentos de servidores desta Superintendência para o apoio ao Grande Evento (Olimpíadas) ocorrido no Rio de Janeiro.

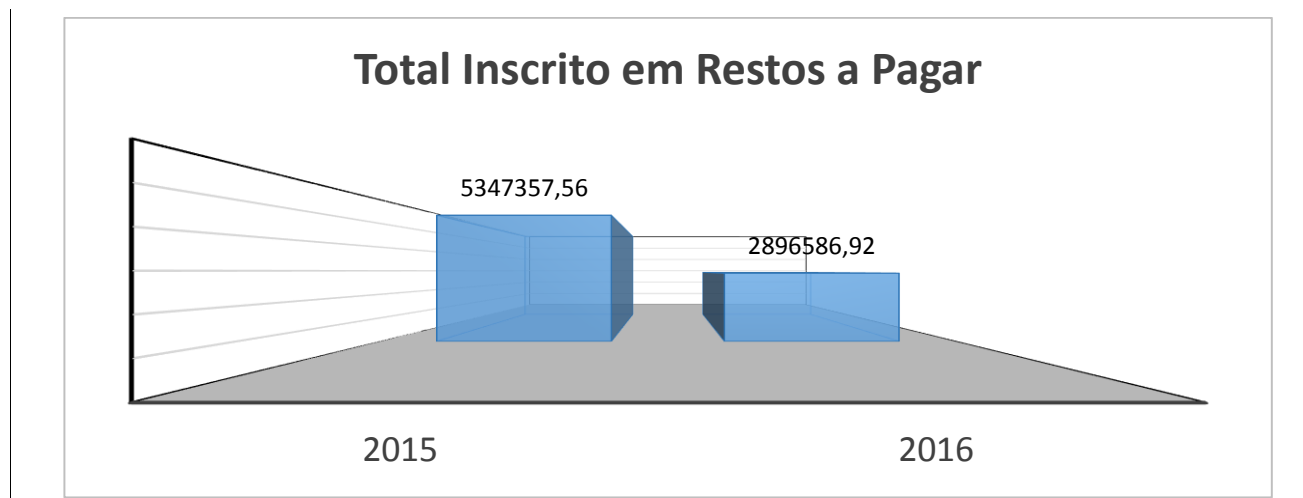
Quanto as despesas de capital, merece destaque a redução do montante empenhado entre o exercício 2015 e 2016, para as despesas com investimento em obras e reformas, a qual justifica-se pela alteração do cronograma de execução das obras de construção das Unidades Operacionais (UOp's) de Igarassu e Água Preta, que tiveram a maior parte dos valores empenhados em 2014 e 2015, dividindo-se a execução entre os exercícios 2015, 2016 e 2017.

Ainda em análise à tabela acima, no que se refere aos valores inscritos em restos a pagar, constata-se que contribui para inscrição em restos a pagar, em todos os exercícios, o incremento no volume das aquisições decorrentes da disponibilização de recursos no fim do ano, de tal forma que o prazo para que os respectivos fornecedores cumpram suas obrigações se estende ao exercício seguinte.

Verifica-se um aumento no saldo de RP no ano 2015, fruto dos empenhos referentes a obras de engenharia nas unidades operacionais da SRPRF/PE, os quais possuem um cronograma pré-estabelecido de execução financeira.

É importante salientar que a manutenção de saldo na conta de restos a pagar geralmente decorre de fatos alheios a vontade da administração, dentre os quais podemos citar a demora por parte dos fornecedores na entrega das respectivas aquisições, a não disponibilização das respectivas faturas no exercício imediatamente seguinte ao da prestação dos respectivos serviços. Em regra geral, como forma de reduzir o saldo, bem como o seu prolongamento na conta de restos a pagar, esta Unidade intervém junto a seus fornecedores objetivando a disponibilização das aquisições de acordo

com os prazos estabelecidos. Com o mesmo intuito, após processado o respectivo pagamento, é efetuado o cancelamento do saldo remanescente do valor inscrito em restos a pagar de forma estimada e que se destinam a atender despesas cujo valor não é possível conhecer previamente, a exemplo do que ocorre com os serviços prestados por concessionárias de serviços públicos.



Comparativo Restos a Pagar no biênio 2015 – 2016

Constata-se pelo gráfico acima que ao final do exercício 2015 foi inscrito em restos a pagar o valor total de **R\$ 5.347.357,56**, em 2016 foi inscrito o valor de **R\$ 2.896.586,92**. Desta forma, observa-se uma redução, em valores absolutos, da ordem de **R\$ 2.450.770,64** nos valores inscritos em restos a pagar no final do exercício 2016, o que representa o percentual de **45,83%** de redução em relação ao exercício anterior.

As ações desta SRPRF/PE voltam-se, precipuamente, para aquelas atividades mantenedoras das condições mínimas para o desenvolvimento de suas atribuições. O incremento de nova despesa, que envolva considerável quantidade de recursos, fica a cargo do planejamento nacional do DPRF. Desta forma, diante do reduzido volume de despesa executado, frente a previsão orçamentária da despesa do DPRF, esta SRPRF/PE não encontra maiores dificuldades na disponibilização de recursos orçamentários para execução das ações. Não significa dizer que estamos diante de situação ideal para atingimento do interesse público, haja visto que a situação ideal implicaria, dentre outros fatores, em um aumento significativo de efetivo.

Dentre as dificuldades enfrentadas no desempenho de suas funções durante o transcorrer do exercício em análise, merece destaque, mais uma vez, a exemplo do acontece em exercícios anteriores, a carência de efetivo da qual padece esta Unidade. O reduzido número de servidores lotados nesta Unidade reflete no desempenho das atividades administrativas, que servem de suporte a atividade fim. Em decorrência, temos a acumulação de várias atribuições por uma única pessoa e demandas reprimidas que demoram a serem atendidas, o que acarreta certa frustração por parte dos setores demandantes, como exemplo citamos a área de infraestrutura que sequer existe, em âmbito regional, no organograma da instituição.

A alta rotatividade de servidores administrativos e policiais nesta Seção causa relevante impacto na execução das rotinas e de forma indireta no orçamento, eis a necessidade capacitarmos novos servidores.

No quadro abaixo registramos a distribuição do efetivo da SAF/PE nos últimos três exercícios (2014-2016)

Quanto aos números apontados no gráfico acima, observa-se a redução de 10% (dez por cento) do efetivo total lotado na Seção Administrativa Financeira/PE e em seus núcleos e áreas subordinados, sem contar a rotatividade, que em última análise chegou aos 77% (setenta e sete por cento), isso quer dizer que apesar do número total de servidores parecer muito próximo entre um exercício e outro, houve mudança de áreas de servidores, o que implica e requalificação para o desempenho das novas atividades.

Some-se a isso o aumento do orçamento destinado a Regional, conforme demonstrado no quadro abaixo, o que implica em dizer, em contrapartida, que o efetivo no exercício 2016 conseguiu manter e até elevar o patamar de execução do orçamento da SRPRF/PE.

Orçamento DG - SRPRF/PE	Exercícios	
	2015	2016
Planejado	R\$ 4.643.411,00	R\$ 5.752.957,00
Empenhado	R\$ 4.847.913,35	R\$ 6.057.644,00
% Execução do Orçamento	104,4%	105,3%
% Aumento Orçamento	0,0%	25,0%

Na tabela abaixo destaca-se o avanço na execução da despesa, que no exercício 2016 aumentou para 75% (setenta e cinco por cento) o total da despesa liquidada, o que demonstra maior eficiência na execução, pois foi possível aumentar em valores absoluto e em termos percentuais a despesa liquidada no exercício sob análise, mesmo com a diminuição do efetivo lotado na SAF/PE.

200114

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	9.248.410,72	59,40%	6.059.998,96	50,08%	5.397.482,08	47,09%	4.039.451,31	42,38%
c) Concorrência	995.015,28	6,39%		0,00%		0,00%		0,00%

d) Pregão	8.253.395,44	53,01%	6.059.998,96	50,08%	5.397.482,08	47,09%	4.039.451	42,38%
2. Contratações Diretas (h+i)	1.398.340,54	8,98%	1.450.755,60	11,99%	1.203.274,64	10,50%	1.191.057,39	12,49%
h) Dispensa	728.000,24	4,68%	1.095.353,51	9,05%	600.881,20	5,24%	868.720	9,11%
i) Inexigibilidade	670.340,30	4,31%	355.402,09	2,94%	602.393,44	5,26%	322.337	3,38%
3. Regime de Execução Especial	10.907,04	0,07%	11.441,44	0,09%	10.907,04	0,10%	11.441,44	0,12%
j) Suprimento de Fundos	10.907,04	0,07%	11.441,44	0,09%	10.907,04	0,10%	11.441	0,12%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	3.670.382,24	23,57%	1.819.785,37	15,04%	3.670.382,24	32,02%	1.819.785,37	19,09%
l) Diárias	3.670.382,24	23,57%	1.819.785,37	15,04%	3.670.382,24	32,02%	1.819.785	19,09%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	14.328.040,54	92,02%	9.341.981,37	77,21%	10.282.046,00	89,71%	7.061.735,51	74,08%
6. Total das Despesas da UPC	15.569.894,47		12.099.567,32		11.461.122,50		9.532.454,96	

Na análise da execução das despesas realizadas no exercício 2016, os gastos na modalidade de licitação **PREGÃO** correspondeu a **53,01%**, totalizando **R\$ 8.253.395,44**. Grande parte da aplicação dos gastos foi em decorrência da manutenção de contratos de terceirização, visando custear despesas com prestação de serviços de: 1) Apoio Administrativo – Técnico Operacional; 2) Limpeza e Conservação; 3) Vigilância Ostensiva; 4) Serviços copa e cozinha, bem como os gastos oriundos do Contrato de Manutenção Preventiva, Corretiva e abastecimento combustível dos veículos oficiais. Faz parte também do dispêndio as despesas relativas a Serviços de Telecomunicações; Serviços Cópias e Reprodução, Comunicação de dados, Frete Transporte de encomendas, na Manutenção de Máquinas e Equipamentos; Assinatura de Banco de Preços Digital. Compõe também a aquisição de material de consumo e aquisição de Equipamentos e material permanente. Em relação ao exercício 2015 não verifica-se mudanças significativas percentuais, percebe-se, no entanto um ligeiro aumento em termos de valores, principalmente, em virtude de acréscimo com aquisição de material permanente.

Em referência a modalidade **CONCORRÊNCIA**, foram aplicados o montante de **R\$ 995.015,28**, referente a contratação da empresa **NBC – ARQUITETURA CONSTRUÇÃO LTDA (CNPJ – 80.336.985/0001-60)**, oriundo da concorrência 20/2014, a fim de atender despesas com serviços técnicos profissionais/elaboração de projetos referente a: 1) Construção da nova SEDE ADMINISTRATIVA, localizada na cidade de Salvador/BA, no valor de R\$ 759.639,20; 2) Construção de nova Unidade Operacional, localizada na cidade de Bendegó/BA, no valor de R\$ 90.663,76; 3) Reforma e Ampliação da unidade operacional 07.BA, localizada na cidade de Paulo Afonso/Ba, no valor de R\$ 72.356,16; e 4) Reforma e Ampliação da unidade operacional 08.BA, localizada na cidade de Vitória da Conquista/Ba, no valor de R\$ 72.356,16. Informações detalhadas e descritivas do projeto constam do processo 08655.009934/2016-90. Em 2015, não foram realizadas despesas nesta modalidade de licitação.

No que se refere às contratações diretas, verifica-se despesas nas modalidades de **DISPENSA** e **INEXIGIBILIDADE**. O primeiro as despesas representaram **4,68% (R\$ 728.000,24)**, gastos efetuados com aquisição de material de consumo; Serviços de Telecomunicações; Fornecimento de energia elétrica, comunicação em geral (serviços postais), manutenção em geral, entre outros. Já o segundo os gastos totalizaram **R\$ 670.340,30**, perfazendo **(4,31%)** e foram aplicados com serviços de água e esgotamento sanitário; aquisição de passagem aérea na modalidade compra direta; serviços de comunicação em geral com a empresa ECT, além de serviços de publicidade legal - EBC e publicação no Diário Oficial da União – Imprensa Nacional. Foram prestados também serviços de Seleção e Treinamento na ESAF e foram utilizados recursos com a manutenção e aferição de equipamentos de fiscaliza com etilômetros, radares e opacímetros. Quando comparado a 2015, verifica-se que não houve alterações significativas em termos de valores.

Em 2016, os gastos com **DIÁRIAS** somaram-se **R\$ 3.670.382,24**, cujo programa de trabalho Policiamento e Fiscalização representou 29,85% do total de despesas pagas com diárias no exercício, principalmente em ações de policiamento nacional e regional; corregedoria; Rodovia; inteligência; capacitação obrigatória e curso

de formação profissional - CFP; operações de fronteira e educação para o trânsito. Já na Administração da Unidade os recursos utilizados foram da ordem de 8,67%, distribuídos em diversas ações. Nos programas MP IMPLEMENTAÇÃO PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA e IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL PARA REALIZAÇÃO DOS GRANDES EVENTOS, os dispêndios somaram-se 61,48% do total, relacionados a toda logística que envolveu a realização das OLÍMPIADAS – RIO 2016. Nota-se um acréscimo da ordem de **100%** no total de diárias pagas no exercício 2016, quando em comparação ao dispêndio realizado no ano de 2015, que somou-se **R\$ 1.819.785,37**. A diferença relaciona-se com o efetivo empregado nas convocações, principalmente com a realização do CURSO FORMAÇÃO PROFISSIONAL e a logística empregada no evento OLÍMPIADAS – RIO 2016. Com o objetivo de assegurar o que dispõe o Decreto nº 5.992, de 19/12/2006; a IN nº 3, de 11/02/2015, bem como após a publicação da MPA-022, de 23/06/2016, normativos que regulamentam os procedimentos e requisitos para execução das despesas com viagens a serviço, diárias, passagens e locomoção, foi sugerido a criação de uma comissão regional de auditoria, com o objetivo de averiguar possíveis inconsistências no fluxo das Proposta de Concessão de Diárias e Passagens registradas no sistema SCDP, principalmente, se estão sendo obedecidos: 1) os prazos de solicitação e prestação de contas de viagem; 2) autorização de viagem em tempo hábil, por parte daqueles que figuram como Assessor, Proponente, Ordenador de Despesas e Autoridade Superior; 3) juntada de documentos obrigatórios, quando for o caso, a exemplo de canhotos de embarque/desembarque, relatório de viagem, autorização chefia imediata; 4) execução orçamentária e financeira e) devolução de valores com diárias recebidas em excesso e viagens não realizadas.

Em relação aos recursos aplicados a título de **SUPRIMENTOS DE FUNDOS**, no exercício de 2016, foram concedidos apenas 03 (três) processos de Termo Suprimento de Fundos. Portanto, nota-se redução no número de 04 (quatro) termos no exercício 2015 para 03 (três) no ano de 2016. Percebe-se também, um ligeiro decréscimo no valor total aplicado com a utilização do Cartão Corporativo, visto que em 2016 os gastos somaram-se **R\$ 10.907,04**, representando apenas 0,07% do total das despesas executadas do exercício. Já em 2015 o montante foi de **R\$ 11.441,44**. A aplicação foi precedida de motivação evidenciando a necessidade da utilização do referido instrumento, em observação aos preceitos legais, entre eles: Lei 4.320/1964; Decreto Lei 200/1967; Decreto 93.872/1986; Macro função 02.11.21 (Manual Siafi), entre outros. As Concessões foram utilizadas para aquisição de Material de Consumo, bem como Contratação de Pessoa Jurídica para realização de Serviços, conforme dispõe o Inciso III, do art. 45, do Decreto 93.872/1986, após restar constatado o caráter de excepcionalidade, uma vez que tem-se incentivado a aquisição através da modalidade de licitação PREGÃO. Todas as concessões foram objetos de análise de prestação de contas e devidamente aprovadas pelo Ordenador de Despesas. Não se faz uso de contas tipo B e o total despendido foi utilizado na modalidade Cartão de Pagamentos do Governo Federal – CPGF. As despesas foram detalhadas no SCP – Sistema Cartão Pagamento, conforme determina a Portaria nº 90. O quadro abaixo apresenta a movimentação da utilização de Suprimento de Fundos, no exercício 2016:

AGENTE SUPRIDO	NATUREZA DESPESA	VALOR
GALTHER GUEDES LIRA	33.90.30.22 – MATERIAL LIMPEZA/HIGIENIZAÇÃO	R\$ 304,00
GALTHER GUEDES LIRA	33.90.30.24 – MAT. MANUT. BENS IMÓVEIS	R\$ 694,48
GALTHER GUEDES LIRA	33.90.30.25 – MAT. MANUT. BENS MÓVEIS	R\$ 450,00
GALTHER GUEDES LIRA	33.90.30.28 – MAT. PROTEÇÃO SEGURANÇA	R\$ 1.032,70
GALTHER GUEDES LIRA	33.90.39.17 – SERV. MANUTENÇÃO MÁQUINAS	R\$ 250,00
	TOTAL	R\$ 2.731,18

BRUNO LEONARDO COSTA	33.90.30.16 – MATERIAL EXPEDIENTE	R\$ 358,62
BRUNO LEONARDO COSTA	33.90.30.24 – MAT. MANUT. BENS IMÓVEIS	R\$ 826,80
BRUNO LEONARDO COSTA	33.90.30.25 – MAT. MANUT. BENS MÓVEIS	R\$ 43,90
BRUNO LEONARDO COSTA	33.90.30.26 – MAT. ELÉTRICO/ELETRÔNICO	R\$ 2.953,73
BRUNO LEONARDO COSTA	33.90.30.42 - FERRAMENTAS	R\$ 160,01
BRUNO LEONARDO COSTA	33.90.30.44 – MATERIAL SINALIZAÇÃO VISUAL	R\$ 525,00
BRUNO LEONARDO COSTA	33.90.39.16 – SERV. MANUTENÇÃO BENS	R\$ 908,00
BRUNO LEONARDO COSTA	33.90.39.17 – SERV. MANUTENÇÃO MÁQUINAS	R\$ 600,00
BRUNO LEONARDO COSTA	33.90.39.63 – SERV. GRÁFICOS EDITORIAIS	R\$ 799,80
BRUNO LEONARDO COSTA	33.90.39.78 – SERV. LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	R\$ 260,00
BRUNO LEONARDO COSTA	33.90.39.79 – SERV. APOIO TÉCNICO OPERACIONA	R\$ 740,00
	TOTAL	R\$ 8.175,86
	TOTAL APLICADO EXERCÍCIO 2016	R\$ 10.907,04

Em análise a tabela Despesas Correntes, que inclui os gastos por Grupo de Despesa e envolve os gastos com Outras Despesas Correntes e Investimentos, cabe ressaltar:

Percebe-se aumento significativo no item OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ, visto que em 2016 as despesas somaram-se R\$ 6.164.229,77. Já em 2015 foram da ordem de R\$ 3.323.434,77. A majoração de valores, ocorreu em decorrência da alteração natureza de despesa realizada com os gastos com serviços de terceirização, antes classificados na natureza 33.90.37, que em 2016 por recomendação e orientação do DPRF passaram a ser classificadas na natureza 33.90.39.

A contratação de mão-de-obra, via terceirização, contempla a transferência para empresas privadas de serviços acessórios. Esta unidade gestora mantém contratos de prestação de serviços referente a: 1) Limpeza e conservação; 2) Vigilância Ostensiva; 3) Apoio Administrativo e conta também com a contribuição de estagiários. No exercício 2016 as despesas com os serviços de Limpeza e Conservação, representou 42,27% da totalidade com Locação de Mão de Obra. Com os serviços técnicos de Apoio Administrativo o montante das despesas representou cerca de 27,88%. Já os custos de Vigilância Ostensiva Privada o dispêndio foi da ordem de 22,68%. E por último, 7,17% das despesas foram utilizados com serviços de estagiários. A Regional tem implementado uma gestão de contratos mais participativa e inovado na modalidade da fiscalização, buscando racionalizar custos e garantir o cumprimento dos direitos trabalhistas nas atividades contínuas de terceirizações. Com a as alterações da IN nº 02/08, adotaram-se requisitos mais rígidos na fase de habilitação e de todo processo licitatório, visando o bom desempenho das atividades a cada contratação, a exemplo de: a) monitoramento do contrato para rotinas de admissão; b) monitoramento do contrato para rotinas de vigência; c) monitoramento do contrato para rotinas de obrigações especiais; d) monitoramento do contrato para rotinas de cessação contratual; e) acompanhamento da regularidade de documentos trabalhistas e previdenciários. Outra novidade foi a implementação da Conta Vinculada, que é a reserva mensal de provisionamento

de valores com 13º salário; Férias e um terço constitucional de férias; Multa sobre FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e Encargos sobre férias e 13º salário (conforme previsto no art. 19-A da IN nº 02/08 – Redação dada pela IN SLTI/MPOG nº 6, de 23.12.2013).

Estão incluídas também nas despesas do item OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ, os gastos oriundos com: serviços de telecomunicação, comunicação de dados, serviços de cópia e reprodução, consumo energia elétrica, locação imóvel, serviços postais, fornecimento água tratada e esgotamento sanitário, curso de capacitação, serviços gráficos, anuidade banco de preços digital, vistoria de veículos, transporte de encomendas/mobiliário, serviços de hotelaria, manutenção predial corretiva e preventiva, serviços de dedetização, serviços recarga de extintores, manutenção em aparelhos de ar condicionado, entre outras.

Percebe-se um ligeiro decréscimo nas despesas executadas com aquisição de material de consumo, quando comparado os valores de 2016 da ordem de **R\$ 2.919.806,35** em relação ao exercício 2015, que somou-se **R\$ 3.206.521,88**. As principais despesas de material de consumo foram classificadas nos seguintes subitem : 1) Gás GLP; 2) Gêneros de alimentação; 3) Material de expediente; 4) Aquisição de Uniformes; 5) Material p/ manutenção de bens imóveis; 6) Material elétrico/eletrônico; 7) Material proteção e segurança; 12) Material para comunicações; 13) Bandeiras institucionais.

Verifica-se uma redução significativa em relação aos gastos com Despesas de Exercício Anteriores, visto que as despesas em 2016 atingiram **R\$ 10.103,41**, bem abaixo dos gastos registrados em 2015, que totalizaram **R\$ 375.092,37**, cujos gastos são mostrados na tabela abaixo:

BENEFICIÁRIO	OBJETO DO GASTO	PROCESSO	VALOR
TELEMAR - 2016NE000215	TELEFONIA	08655.012575/2015-59	R\$ 761,70
ECT - 2016NE800270	SERVIÇOS POSTAIS	08655.005500/2016-11	R\$ 864,25
EMASA – 2016NE800271	ÁGUA TRATADA/ESGOTO	08655.001423/2016-20	R\$ 2.455,20
ECT – 2016NE800273	SEDEX/ENCOMENDAS	08655.005487/2016-08	R\$ 396,01
EMBASA – 2016NE800302	ÁGUA TRATADA/ESGOTO	08655.004804/2016-61	R\$ 326,36
803.774.405-15 2016NE000206	DIÁRIAS CIVIL	08655.008536/2016-56	R\$ 177,00
873.025.355-15 2016NE000247	DIÁRIAS CIVIL	08655.001227/2010-60	R\$ 595,28
249.084.281-15 2016NE000268	DIÁRIAS CIVIL	08655.026405/2016-51	R\$ 488,46
337.801.705-82 2016NE800269	DIÁRIAS CIVIL	08655.026271/2016-78	R\$ 491,30
031.195.416-21 2016NE000271	DIÁRIAS CIVIL	08655.026518/2016-56	R\$ 163,18
053.712.105-63 2016NE000284	DIÁRIAS CIVIL	08655.026465/2016-73	R\$ 401,05
487.199.865-72 2016NE000307	DIÁRIAS CIVIL	08655.029538/2016-89	R\$ 803,80

724.024.615-15 2016NE000314	DIÁRIAS CIVIL	08655.026913/2016-39	R\$ 688,13
999.211.705-20 2016NE000347	DIÁRIAS CIVIL	08655.032196/2016-84	R\$ 688,13
094.590.815-68 2016NE000348	DIÁRIAS CIVIL	08655.032102/2016-77	R\$ 74,68
IN - 2016NE800344	PUBLICAÇÃO D.O.U	08655.010917/2016-03	R\$ 728,88

As despesas do quadro acima foram realizadas a título de Despesas de Exercícios anteriores, e referem-se a despesas com a utilização de crédito posterior à ocorrência do fato gerador. A fundamentação legal para o Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos está prevista no art. 22, do Decreto 93.872/86 e mais o art. 37, da Lei 4.320/64. O item 7.1 da Macrofunção SIAFI 021140 apresenta os requisitos para sua inscrição. Todos os processos foram encaminhados a consulta da AGU e foram atendidas suas orientações e recomendações. O reconhecimento da obrigação de pagamento refere-se, principalmente, ao que dispõe a alínea a, do §2º, do art. 37, da Lei 4.320/64 que diz: “*despesas que não se tenham processado na época própria, aquelas cujo empenho tenham sido considerados insubsistentes e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação*”. Do total de despesas pagas, o percentual de 45,24% referem-se a despesas com pagamento de diárias servidores, que não foram processadas a época do fato gerador da ocorrência da despesa. Já com os fornecedores ECT, EMBASA, EMASA, IMPRENSA NACIONAL, e TELEMAR as despesas representaram 54,76%. O órgão tem se esforçado em busca de um melhor planejamento, objetivando a diminuição de processos de execução de despesas com passivos de exercícios anteriores e priorizando para que tais despesas sejam pagas – tempestivamente – ao da sua realização.

Os gastos com Passagens e Despesas com Locomoção, em 2016 foram da ordem de **R\$ 278.336,04**, oriundos da aquisição passagens aéreas diretamente em companhias aéreas credenciadas, sem a intervenção de agências de viagens, modalidade esta que foram agregados ganhos de eficiência e economicidade, bem como celeridade nos procedimentos para emissão do bilhete aéreo. O aumento significativo dos gastos quando comparado ao ano 2015, cujo montante foi de **R\$ 109.997,51**, deve-se, principalmente, pelo fato que as despesas registradas em 2015, refere-se ao período compreendido entre os meses de agosto a dezembro/2015, visto que, nos meses anteriores a aquisição de passagem aérea era realizada através de contrato único e nacional, operado diretamente pelo DPRF (UG 200109).

Em relação a Benefícios Assistenciais do Servidor (33.90.08), foram pagos no exercício o montante de **R\$ 143.585,48** referente a 13 (treze) processos a título de Auxílio Funeral devido a família do servidor, sendo 12 referente a servidores Inativos e 01 da ativa.

Destaca-se ainda o pagamento de Restituições e Indenizações (33.90.93) referente a despesa com Restituição de Ajuda de Custo, tendo como favorecido 03 (três) servidores titulares do CPF: 641.878.373,53/102.876.577-01/902.983.301-72, cujo dispêndio totalizou **R\$ 38.959,96**.

Os dispêndios verificados no item Obrigações Tributárias e Contributivas (33.90.47) refere-se, principalmente, as despesas oriundas com a Taxa de Iluminação Pública, presente nas faturas emitidas pelas empresas de consumo Energia elétrica.

Já a despesa de **R\$ 1.564,10** registrada no item Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, refere-se ao pagamento de diárias colaborador eventual, referente a eventos da área de Recursos Humanos, tendo como beneficiários: 1) Josiana Pereira Rocha (PCDP 029985/16) e 2) Maria das Graças Dias Brandão (PCDP 029866/16).

Ganhos de eficiência obtidos com a redução de despesas de custeio, permitiram o remanejamento orçamentário de Custeio para Investimento, o que possibilitou a aquisição de equipamentos e material permanente em geral, entre eles: 1) Aparelhos de ar-condicionado; 2) Mobiliário em geral; 3) Equipamentos áudio, som e vídeo; 4) Veículos automotivo; 5) Microcomputadores e Impressoras; 6) Sistema de segurança CFTV e; 7) Coletes balísticos. As despesas em 2016, na natureza despesa (44.90.52) somaram-se **R\$ 1.311.251,00**, superiores em **23,5%** em comparação as realizadas em 2015, cujo montante foi de **R\$ 1.003.156,72**.

200115

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	17.560.691,02	49,44%	10.927.177,85	55,66%	7.516.186,72	29,89%	7.243.209,47	59,95%
d) Pregão	16.091.860,20	45,31%	10.927.177,85	55,66%	7.516.186,72	29,89%	7.243.209	59,95%
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	1.468.830,82	4,14%		0,00%		0,00%		0,00%
2. Contratações Diretas (h+i)	1.851.019,17	5,21%	2.413.272,16	12,29%	1.623.588,56	6,46%	2.187.935,99	18,11%
h) Dispensa	1.097.979,21	3,09%	1.837.933,94	9,36%	981.335,41	3,90%	1.718.003	14,22%
i) Inexigibilidade	753.039,96	2,12%	575.338,22	2,93%	642.253,15	2,55%	469.933	3,89%
3. Regime de Execução Especial	5.470,53	0,02%	2.301,51	0,01%	5.470,53	0,02%	2.301,51	0,02%
j) Suprimento de Fundos	5.470,53	0,02%	2.301,51	0,01%	5.470,53	0,02%	2.302	0,02%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	4.934.693,64	13,89%	2.288.543,70	11,66%	4.934.693,64	19,62%	2.288.543,70	18,94%
l) Diárias	4.934.693,64	13,89%	2.288.543,70	11,66%	4.934.693,64	19,62%	2.288.544	18,94%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	24.351.874,36	68,57%	15.631.295,22	79,62%	14.079.939,45	55,99%	11.721.990,67	97,02%
6. Total das Despesas da UPC	35.515.789,11		19.631.492,07		25.148.675,25		12.082.350,16	

A Unidade Jurisdicionada mantém a concentração de suas licitações na modalidade pregão, utilizando exclusivamente a forma eletrônica conforme prevê a legislação.

Os principais gastos referem-se a serviços indispensáveis para a manutenção das atividades desenvolvidas com manutenção de viaturas, telefonia fixa, telefonia móvel, limpeza e conservação predial, aquisição de materiais de diversos, acesso à internet entre outros. Vale ressaltar a execução de serviço de telhamento metálico na Sede da Superintendência, que apresentava problemas de infiltração na edificação, serviço contratado por pregão ao final de 2015 e que teve execução orçamentária também em 2016, bem como a manutenção predial, contratações determinantes no aumento verificado da execução orçamentária da modalidade.

O Regime Diferenciado de Contratação – RDC foi utilizado para licitar a reforma elétrica do edifício-sede da Superintendência, inaugurado em 1961 e que não passara por intervenções nesta área até então, o que ocasionava frequentes problemas no fornecimento de energia elétrica em razão da demanda atual.

Os valores mais expressivos que foram executados como a dispensa de licitação estão relacionados a fornecimento de serviços públicos essenciais, principalmente energia elétrica. Havia contrato de vigilância armada contratado por dispensa (remanescente de serviço, art. 24 inciso XI), que teve vigência expirada e o novo foi contratado por pregão, mas a redução da execução nesta modalidade não foi tão significativa pois outras compras foram realizadas nesta modalidade (fornecimento de água mineral e gás GLP para as unidades do interior do Estado, em razão de reiteradas licitações desertas). Ademais, houve aumento de consumo de energia elétrica em razão da reforma/manutenção das Unidades Operacionais da instituição, que passaram a contar com iluminação externa, que provê segurança aos servidores do órgão e cidadãos nas rodovias, mas que possui elevado custo. Assim, o aumento verificado deve-se, fundamentalmente, em razão de aumento de consumo e reajuste da tarifa de energia elétrica.

Os serviços de Correios – malote e correspondência – e telecomunicações contratados por inexigibilidade, em razão da existência de fornecedor exclusivo para atendimento das localidades, também representam volume significativo da execução orçamentária por contratação direta. Nesta modalidade encontra-se também a emissão de passagens aéreas (execução realizada através do credenciamento 1/2014 da UG 201057 – Central de Compras do Ministério do Planejamento, empenhado na modalidade “inexigibilidade”). Esta forma de emissão de passagens aéreas iniciou-se em 2015 (o que já impactou esta modalidade naquele ano), mas que teve seu apogeu em 2016, com a grande quantidade de passagens emitidas pela participação da PRF na segurança dos Jogos Olímpicos Rio 2016, aumentando as despesas com inexigibilidade.

O aumento dos gastos com diárias está relacionada diretamente com a atividade finalística da PRF, também em razão da participação na segurança dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Dos empenhos para cobertura de despesas correntes destacamos aqueles classificados no subitem “Serviços de Terceiros PJ”, onde constam os valores que custearam serviços essenciais ao funcionamento do órgão, como limpeza e conservação, fornecimento de energia elétrica, segurança patrimonial, internet, mão de obra para manutenção de veículos, entre outros. O custeio destas despesas é expressivo em razão da capilaridade da instituição no estado de Minas Gerais, presente em dezenas de municípios, com estrutura física que demanda toda a diversidade de serviços descritos para seu funcionamento. Os serviços terceirizados mantiveram-se no mesmo patamar e o incremento está associado diretamente às repactuações, bem como a contratação de digitadores em meados de 2015 (execução orçamentária apenas em parte do ano), cujo maior impacto na execução orçamentária deu-se no exercício de 2016. O do serviço do telhado contratado em 2015 teve empenho emitido também em 2016, além da contratação de manutenção predial sob demanda em várias unidades da PRF, bem como reforma elétrica do edifício-sede da Superintendência (cuja rede elétrica datada de 1961, época da inauguração, encontrava-se defasada), que elevaram as despesas em 2016.

Outra execução orçamentária significativa refere-se a “Indenizações e Restituições”, cujo maior volume é representado pelo compartilhamento de receitas arrecadadas decorrentes do acordo de cooperação técnica celebrado com a Polícia Militar de Minas Gerais, cujo objeto é a delegação de competências pela PRF para fiscalização de trânsito em rodovias e estradas federais pela PMMG. Além do repasse devido no ano-exercício, parte dos valores devidos em 2015 foi executado em 2016, fazendo com que os valores neste subitem de despesa fossem bastante representativos em 2016.

O aumento dos gastos com diárias está relacionada diretamente com a atividade finalística da PRF, em razão da participação na segurança dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

O material de consumo mais impactante nas despesas correntes do órgão são os combustíveis utilizados no abastecimento da frota e as peças demandadas na manutenção veicular.

Na classificação “Material Permanente” dos investimentos realizados em 2016 consta a aquisição de equipamentos de menor potencial ofensivo (pistolas de eletrochoque). Esta contratação é fundamental para atendimento da legislação vigente relacionada à preservação dos Direitos Humanos e policiamento com cidadania. Todavia o equipamento encontra-se em processo de recebimento, com Nota de Empenho inscrita em “Restos a Pagar não Processados” e despesa ainda não liquidada. Adicionalmente, seguem como maiores execuções orçamentárias, a manutenção de etilômetros – equipamentos essenciais à fiscalização de alcoolemia dos condutores e redução de acidentes e vítimas no trânsito – aquisição de veículos para renovação da frota da PRF, cofres para acondicionamento de armamento bem como mobiliário para utilização nas diversas unidades da instituição no Estado – capital e interior.

200116

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	20.826.562,54	79,75%	16.538.385,98	83,40%	12.275.678,87	70,86%	6.473.705,12	68,56%

c) Concorrência		0,00%	609.181,32	3,07%		0,00%		0,00%
d) Pregão	20.826.562,54	79,75%	15.929.204,66	80,33%	12.275.678,87	70,86%	6.473.705	68,56%
2. Contratações Diretas (h+i)	1.320.607,70	5,06%	1.209.601,13	6,10%	1.115.830,37	6,44%	889.169,79	9,42%
h) Dispensa	777.926,77	2,98%	787.683,24	3,97%	669.764,33	3,87%	626.388	6,63%
i) Inexigibilidade	542.680,93	2,08%	421.917,89	2,13%	446.066,04	2,57%	262.781	2,78%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	3.413.887,04	13,07%	1.726.153,34	8,70%	3.413.887,04	19,70%	1.726.153,34	18,28%
l) Diárias	3.413.887,04	13,07%	1.726.153,34	8,70%	3.413.887,04	19,70%	1.726.153	18,28%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	25.561.057,28	97,88%	19.474.140,45	98,21%	16.805.396,28	97,00%	9.089.028,25	96,26%
6. Total das Despesas da UPC	26.114.587,43		19.829.716,21		17.325.062,15		9.441.976,27	

Alterações significativas ocorridas no exercício: A realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, com o consequente recebimento de elevado número de policiais de todo o Brasil, durante vários meses de 2016, ensejou o aumento de despesas em diversas áreas, nas quais podemos destacar:

- Acréscimo acentuado nas diárias pagas em virtude da convocação de elevado número de servidores de diversas Delegacias do estado para atuarem na região metropolitana e também pelo fato do valor da diária ter sido majorado para o período;
- Aumento de despesas de caráter continuado, principalmente as de limpeza e conservação e de vigilância, por meio de Aditivos aos contratos vigentes, com início e término antes e depois do evento respectivamente;
- Aumento na aquisição de material de consumo para uso administrativo;
- Aumento na aquisição de material de consumo para comunicação, destinado às equipes operacionais, em especial, o corpo de motociclismo;
- Locação de módulos habitáveis com contratação de serviços auxiliares para instalação e manutenção;
- Aumento nos serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, a fim de recebimento de equipes e viaturas operacionais e administrativas em locais com adequadas condições estruturais de higiene, segurança e acomodação;
- Aumento na aquisição de mobiliário em geral.

Com exceção do primeiro item citado (pagamento de diárias – modalidade não se aplica), as demais despesas decorreram de licitações na modalidade pregão, diretamente realizado pela UPC ou via adesão/participação.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade: O aumento em despesa executada na modalidade de inexigibilidade decorreu da mudança na forma de aquisição de passagens aéreas, a qual passou a ser realizada pela regional através de um contrato nacional na forma descentralizada de compra. As maiores despesas liquidadas através da Dispensa de Licitação são compostas pelo pagamento de energia elétrica consumida por todas as Unidades da SRPRF/RJ e, a partir de 2016, cessão de uso onerosa, junto à INFRAERO, de área no Aeroporto de Jacarepaguá para uso de aeronaves próprias da PRF. Outra despesa, via inexigibilidade, que aumentou em 2016 foi a contratação junto ao INMETRO de serviços para aferição de etilômetros, a fim de proporcionar às equipes operacionais o uso do equipamento na fiscalização de trânsito. Houve, também, aumento de despesas com os CORREIOS, em virtude de atuação mais intensa do Núcleo de Multas e Penalidades, no que se refere à expedição de documentos para os usuários, devido à instalação de radares eletrônicos nas rodovias federais com o consequente aumento de autuações.

Contingenciamento no exercício: algumas demandas de 2016 não puderam ser executadas por falta de limite orçamentário no final do exercício financeiro, as quais deverão ser reassumidas no ano de 2017.

Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária: O fato das descentralizações de recursos orçamentários para empenho ocorrerem próximo ao encerramento do exercício, no mês de dezembro, gerou um aumento no volume de despesas inscritas em restos a pagar.

Outras questões relevantes: no exercício de 2016, não houve execução de despesa relativa a suprimento de fundos.

200117

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	8.309.244,82	56,73%	8.575.224,77	66,90%	5.768.284,42	48,91%	5.545.394,79	58,04%
d) Pregão	8.309.244,82	56,73%	8.575.224,77	66,90%	5.768.284,42	48,91%	5.545.395	58,04%
2. Contratações Diretas (h+i)	2.152.758,01	14,70%	2.353.749,66	18,36%	1.841.625,06	15,62%	2.121.416,69	22,20%
h) Dispensa	1.373.106,64	9,37%	1.782.070,58	13,90%	1.164.657,27	9,88%	1.639.764	17,16%
i) Inexigibilidade	779.651,37	5,32%	571.679,08	4,46%	676.967,79	5,74%	481.652	5,04%
3. Regime de Execução Especial	4.436,56	0,03%	5.603,55	0,04%	4.436,56	0,04%	5.603,55	0,06%
j) Suprimento de Fundos	4.436,56	0,03%	5.603,55	0,04%	4.436,56	0,04%	5.604	0,06%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	3.940.017,60	26,90%	1.643.974,27	12,83%	3.940.017,60	33,41%	1.643.974,27	17,21%
l) Diárias	3.940.017,60	26,90%	1.643.974,27	12,83%	3.940.018	33,41%	1.643.974	17,21%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	14.406.456,99	98,35%	12.578.552,25	98,14%	11.554.363,64	97,98%	9.316.389,30	97,50%
6. Total das Despesas da UPC	14.647.454,86		12.817.555,69		11.792.865,48		9.555.202,65	

Alterações significativas ocorridas no exercício:

A execução das despesas referentes ao exercício apresentou alteração significativa principalmente em relação à despesa com pagamento de diárias e passagens aéreas, aquisição de materiais de consumo e manutenção de viaturas e combustível por conta da realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, com a consequente participação de policiais desta Regional, durante vários meses de 2016.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade:

O aumento em despesa executada na modalidade de inexigibilidade decorreu da execução da contratação junto ao INMETRO de serviços para aferição de radares e etilômetros, a fim de proporcionar às equipes operacionais o uso do equipamento na fiscalização de trânsito, para a Regional de São Paulo e outras Regionais que não dispõem de contratos ativos e tiveram necessidade de manter seus equipamentos.

Houve, também, aumento de despesas com os CORREIOS, em virtude de atuação mais intensa do Núcleo de Multas e Penalidades, no que se refere à expedição de documentos para os usuários, devido à instalação de radares eletrônicos nas rodovias federais com o consequente aumento de autuações e pela efetivação de leilões de veículos apreendidos o que gerou comunicações aos proprietários dos veículos.

Contingenciamento no exercício:

Algumas demandas de 2016 não puderam ser contratadas por falta de recursos financeiros no final do exercício.

Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária: O fato das descentralizações de recursos orçamentários para empenho ocorrerem próximo ao encerramento do exercício, no mês de dezembro, gerou um aumento no volume de despesas inscritas em restos a pagar.

200118

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	23.797.857,73	72,10%	19.207.172,74	80,49%	9.894.987,33	53,19%	8.191.126,94	65,09%
c) Concorrência	332.927,60	1,01%	29.206,48	0,12%		0,00%		0,00%
d) Pregão	23.464.930,13	71,09%	19.177.966,26	80,37%	9.894.987,33	53,19%	8.191.127	65,09%
2. Contratações Diretas (h+i)	2.654.356,33	8,04%	2.128.150,60	8,92%	2.171.700,84	11,67%	1.871.193,77	14,87%
h) Dispensa	1.941.570,54	5,88%	1.686.758,01	7,07%	1.551.148,41	8,34%	1.544.822	12,28%
i) Inexigibilidade	712.785,79	2,16%	441.392,59	1,85%	620.552,43	3,34%	326.372	2,59%
3. Regime de Execução Especial	803,60	0,00%	2.264,36	0,01%	803,60	0,00%	2.264,36	0,02%
j) Suprimento de Fundos	803,60	0,00%	2.264,36	0,01%	803,60	0,00%	2.264	0,02%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	5.714.892,91	17,31%	1.966.777,40	8,24%	5.714.453,87	30,72%	1.966.777,40	15,63%
l) Diárias	5.714.892,91	17,31%	1.966.777,40	8,24%	5.714.453,87	30,72%	1.966.777	15,63%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	32.167.910,57	97,45%	23.304.365,10	97,66%	17.781.945,64	95,58%	12.031.362,47	95,60%
6. Total das Despesas da UPC	33.008.652,10		23.862.200,47		18.604.364,98		12.584.898,90	

200119

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	16.209.851,66	62,76%	14.201.057,75	71,63%	8.136.886,26	47,61%	6.832.338,12	56,63%
b) Tomada de Preços	161.947,14	0,63%	4.130.050,95	20,83%	103.272,06	0,60%		0,00%
c) Concorrência	211.088,35	0,82%		0,00%		0,00%		0,00%
d) Pregão	15.836.816,17	61,32%	10.071.006,80	50,80%	8.033.614,20	47,01%	6.832.338	56,63%
2. Contratações Diretas (h+i)	3.868.093,01	14,98%	2.957.091,65	14,92%	3.215.013,15	18,81%	2.619.152,28	21,71%

h) Dispensa	3.034.671,89	11,75%	2.497.717,86	12,60%	2.574.861,55	15,07%	2.224.089	18,44%
i) Inexigibilidade	833.421,12	3,23%	459.373,79	2,32%	640.151,60	3,75%	395.064	3,27%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	5.164.248,81	19,99%	2.323.030,22	11,72%	5.163.951,03	30,22%	2.323.030,22	19,26%
l) Diárias	5.164.248,81	19,99%	2.323.030,22	11,72%	5.163.951,03	30,22%	2.323.030	19,26%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	25.242.193,48	97,73%	19.481.179,62	98,27%	16.515.850,44	96,64%	11.774.520,62	97,60%
6. Total das Despesas da UPC	25.827.710,24		19.824.640,58		17.089.653,88		12.064.150,72	

1. Alterações significativas ocorridas no exercício: Principais razões de alterações observadas na realização de despesa, tanto em relação aos montantes realizados por modalidade de licitação, quanto por grupo e elemento de despesa.

Pagamento de Pessoal - As despesas mais significativas foram realizadas com pagamento de diárias e passagens, as quais são justificadas pelo aumento dos deslocamentos de servidores desta Superintendência para o apoio ao Grande Evento (Olimpíadas) ocorrido no Rio de Janeiro. Cabe lembrar que houve também majoração no valor da diária no período de realização dos jogos olímpicos. Houve um acréscimo acentuado na modalidade de licitação “concorrência”, visto que esta modalidade não havia sido utilizada no exercício anterior. Os valores gastos nesta modalidade, somaram R\$ 211.088,35 e foram utilizados com projetos executivos das obras de construção e reforma de 03 unidades da regional.

2. Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade: Razões que determinaram as contratações em volumes significativos com base na dispensa e inexigibilidade.

DISPENSA - Não houve acréscimo no quantitativo de contratações, o incremento nos valores foram decorrentes de reajustes previstos contratualmente, com impacto em especial, nos contratos de locação da sede e de vigilância. Outro impacto de maior relevância ocorreu com as tarifas de energia elétrica as quais sofreram consideráveis reajustes no ano, conforme amplamente divulgado pela mídia. Outro acréscimo se deu a partir de 2016, em decorrência da contratação da INFRAERO, com a cessão de uso onerosa, de área no Aeroporto Internacional salgado Filho, para uso de aeronaves próprias da PRF.

INEXIGIBILIDADE – O aumento em despesa executada na modalidade de inexigibilidade decorreu da mudança na forma de aquisição de passagens aéreas, a qual passou a ser realizada pela regional através de um contrato nacional na forma descentralizada de compra e pelo acréscimo dessas aquisições em decorrência das Olimpíadas.

3. Contingenciamento no exercício: Efeitos na gestão orçamentária, provocados pelas limitações de empenho e movimentação financeira ocorridas no exercício, destacando as consequências sobre os resultados planejados, bem como as razões que determinaram as escolhas sobre quais despesas as restrições recairiam.

Sem resposta

4. Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária: Relação de eventos internos e externos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária da UPC, tais como problemas de pessoal, licitações, licenciamento ambiental, tempestividade na liberação de recursos, etc., examinando ainda a permanência dos efeitos provocados por esses eventos para o exercício seguinte.

Limitações impostas em decorrência dos prazos de empenho de final de ano e da confirmação da disponibilidade de recursos para realização dos procedimentos licitatórios previamente elaborados. Como consequência, houve prejuízo no planejamento das licitações, motivo pelo qual os

certames somente foram realizados ao final do ano, vindo a causar consideráveis transtornos na época de final de exercício. Em que pese o grande esforço e presteza da equipe DIGERE/DIPLAN/CGA, também acarretaram transtornos as dificuldades na liberação tempestiva do financeiro, (em determinados momentos em decorrência da greve da STN e em outros por ausência de recurso) chegando a iminência da não prestação de determinados serviços.

Os problemas de pessoal têm causado relevante impacto na execução orçamentária da Regional. Entre os fatores mais relevantes, salientam-se a alta rotatividade de servidores administrativos aprovados no último concurso, em virtude de vacâncias e remoções para outras Regionais.

Outra questão importante é o a ausência de um quadro mínimo de servidores graduados e capacitados para realizar as atribuições de agente de infraestrutura predial, no que se refere à realização dos procedimentos atinentes à fase interna das Tomadas de Preços, bem como à fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos firmados.

No que se refere a elementos facilitadores, a priorização atribuída à aquisição de materiais de consumo e permanente com a respectiva condução de certames pela Regional, diminuiu drasticamente a necessidade de compras no final do ano mediante adesão a registros de preços. Tais medidas otimizaram a execução e atenuaram a inscrição em restos a pagar em tais naturezas de despesa.

200120

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	8.019.176,10	67,26%	11.807.625,82	84,00%	4.235.584,84	54,11%	3.748.969,56	66,37%
b) Tomada de Preços		0,00%	746.918,98	5,31%		0,00%	146.610	2,60%
d) Pregão	8.019.176,10	67,26%	11.060.706,84	78,69%	4.235.584,84	54,11%	3.602.359	63,78%
2. Contratações Diretas (h+i)	1.276.440,59	10,71%	1.070.606,10	7,62%	987.907,26	12,62%	729.516,59	12,92%
h) Dispensa	827.623,50	6,94%	813.386,18	5,79%	609.982,54	7,79%	610.826	10,81%
i) Inexigibilidade	448.817,09	3,76%	257.219,92	1,83%	377.924,72	4,83%	118.691	2,10%
3. Regime de Execução Especial	325,00	0,00%	300,00	0,00%	325,00	0,00%	300,00	0,01%
j) Suprimento de Fundos	325,00	0,00%	300,00	0,00%	325,00	0,00%	300	0,01%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.364.441,64	19,83%	1.077.467,83	7,67%	2.364.441,64	30,20%	1.077.467,83	19,08%
l) Diárias	2.364.441,64	19,83%	1.077.467,83	7,67%	2.364.441,64	30,20%	1.077.468	19,08%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	11.660.383,33	97,80%	13.955.999,75	99,29%	7.588.258,74	96,93%	5.556.253,98	98,37%
6. Total das Despesas da UPC	11.922.766,91		14.055.997,81		7.828.275,69		5.648.209,57	

No aspecto geral, a provisão orçamentária recebida por esta Unidade em 2016 apresentou variação em comparação com 2015 mostrando um decréscimo de 15,18 % em seu valor global.

Verificando o total de despesa liquidada e despesa paga temos um decréscimo percentual de 0,96% no exercício 2016, em se comparando com o ano

2015.

Nas modalidades de Contratação dos créditos originários, durante o exercício anterior tivemos a prevalência da modalidade de Licitação “Pregão Eletrônico”, responsável por 67,26% do total de contratações efetuadas pela SRPRF-MT, valor inferior em 27,49% em relação ao ano 2015.

Quanto às contratações diretas por modalidade de licitação (dispensa e inexigibilidade) evidenciou-se um aumento em torno de 19,22% da despesa liquidada em relação a 2015, destacando os contratos continuados das ações de Tecnologia de Informação e Administração da Unidade.

Observa-se um aumento no valor descentralizado pelo órgão central para cobrir despesas com diárias no ano de 2016 (R\$ 2.364.441,64) se comparado ao exercício 2015 (R\$ 1.077.467,83) na ordem de 19,44%, sabendo que em 2016 tivemos o evento das olimpíadas no Estado do Rio de Janeiro ocasionando o deslocamento de muitos servidores para aquele grande evento.

Comparando os valores descentralizados nos exercícios 2015 com o ano de 2013, que foram anos onde não ocorreram grandes eventos internacionais (visto que o ano de 2014 e de 2016 foram atípicos em função dos grandes eventos internacionais), tivemos um aumento orçamentário da ordem de 1,02%.

Os Restos a pagar não processados do ano de 2016 são oriundos do “Projeto Landell”, obras de reformas dos postos e delegacias PRF, compra de veículos oficiais e contratos continuados de custeio.

Os recursos do projeto Landell inscritos em restos a pagar, foram empenhados no ano de 2014 (R\$ 17.355.741,00), sendo executados liquidados e pagos no ano de 2014 o valor de R\$ 184.480,95, valor pouco relevante em relação ao global, isso em virtude da não liquidação da despesa.

No ano de 2015 foram liquidados e pagos o valor de R\$ 460.989,88; sendo que o projeto Landell recebeu um reforço orçamentário no valor de R\$ 5.235.916,96 neste ano.

No exercício 2016 foram executados R\$ 5.666.350,49 representando 25,08% do valor total empenhado. Até a presente data foram liquidados e pagos o valor de R\$ 6.31.820,65 o que representa 27,94% do valor total empenhado a saber: R\$ 22.591.657,96.

Os restos a pagar não processados das obras em andamento de reformas dos postos PRFs, nos municípios de Água Boa, Cáceres e Pontes e Lacerda, com a sua inscrição no ano de 2014 (R\$ 1.784.404,97), não sendo pagos nenhum valor empenhado neste ano.

No ano de 2015 houve um acréscimo orçamentário no valor de R\$ 793.917,03, totalizando o valor empenhado para reforma e ampliação dos postos supracitados de R\$ 2.578.322,00.

Cabe ressaltar que no ano de 2015 foram pagos o valor de R\$ 1.658.002,22 representando 64,30% do valor empenhado.

No ano de 2016 foi executado e pagos R\$ 913.349,02 representando 35,42% do montante empenhado. Tendo alcançado a porcentagem de 99,72% das obras de reforma e ampliação e fiscalização dos postos ficando apenas o valor de R\$ 56.059,07 para finalização total dos valores empenhados nos anos de 2014 e 2015, inscrito em restos a pagar para o ano de 2017.

Com relação a compra de veículos foram empenhados no ano de 2015 o valor de R\$ 143.000,00 que foram liquidados e pagos no ano de 2016.

No geral, os restos a pagar inscritos no ano de 2014 (R\$ 22.138.028,17) em comparação aos restos a pagar inscritos no ano de 2015 (R\$ 24.749.023,04) teve um aumento de 11,79%. Comparando-se o ano de 2015 e 2016 (R\$ 21.083.697,35) temos um decréscimo da ordem de R\$ 3.665.325,69.

Devido ao déficit orçamentário, ocorrido no final do ano de 2015, tivemos a ocorrência de inscrição de um processo de reconhecimento de dívida do contrato continuado de serviços de vigilância armada no valor de R\$ 18.373,42 e outro processo de reconhecimento de dívida de multas de veículos no valor de R\$ 175,00.

Tivemos a utilização do cartão de pagamento do governo federal (suprimentos de fundos) no valor de R\$ 325,00, para cobrir despesas veterinárias,

com prestação de contas dentro do prazo.

Com relação a movimentação pessoal dentro da regional e para outros estados da federação no ano de 2014 – R\$ 146.605,91 e 2015 – R\$ 30.421,05, representando uma redução de 79,24% de transferências de pessoal. E no ano de 2016 tivemos o valor de R\$ 134.073,58, representando a remoção de quatro servidores para outros estados e dois servidores em mudança regional.

200121

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	7.844.816,36	66,70%	5.625.599,76	67,30%	4.350.197,68	54,72%	3.477.360,81	58,68%
c) Concorrência	32.136,90	0,27%		0,00%		0,00%		0,00%
d) Pregão	7.812.679,46	66,43%	5.625.599,76	67,30%	4.350.197,68	54,72%	3.477.361	58,68%
2. Contratações Diretas (h+i)	1.267.513,20	10,78%	1.126.339,51	13,47%	965.569,37	12,15%	889.494,60	15,01%
h) Dispensa	773.326,73	6,58%	780.484,24	9,34%	594.363,11	7,48%	607.666	10,25%
i) Inexigibilidade	494.186,47	4,20%	345.855,27	4,14%	371.206,26	4,67%	281.829	4,76%
3. Regime de Execução Especial	4.272,65	0,04%	1.792,99	0,02%	4.272,65	0,05%	1.792,99	0,03%
j) Suprimento de Fundos	4.272,65	0,04%	1.792,99	0,02%	4.272,65	0,05%	1.793	0,03%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.491.239,82	21,18%	1.342.371,46	16,06%	2.491.239,82	31,34%	1.342.371,46	22,65%
l) Diárias	2.491.239,82	21,18%	1.342.371,46	16,06%	2.491.239,82	31,34%	1.342.371	22,65%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	11.607.842,03	98,69%	8.096.103,72	96,86%	7.811.279,52	98,26%	5.711.019,86	96,37%
6. Total das Despesas da UPC	11.761.334,90		8.358.982,18		7.949.362,19		5.925.969,68	

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Ao analisarmos as despesas da UJ, observamos que elas decorrem, principalmente, para mantermos o funcionamento contínuo da SRPRF/GO. Verifica-se que houve um aumento de 40% das Despesas apresentadas, comparando-se 2015 e 2016, e que 67% do total das despesas executadas foram pagas no próprio exercício de 2016.

Dentre as dificuldades enfrentadas pela Superintendência, podemos destacar o reduzido número de servidores lotados nesta Regional para o desempenho das atividades administrativas e operacionais, além do que, algumas demandas de 2016 não puderam ser executadas por falta de limite orçamentário no final do exercício financeiro.

A modalidade de licitação mais utilizada fora o Pregão, equivalendo a 66,43% dos gastos totais. Tais despesas referem-se em maior valor ao apoio administrativo, limpeza e conservação, vigilância patrimonial, recepção e copeiragem e manutenção e abastecimento da frota.

Em 2016 também fizemos uma concorrência, no valor de R\$ 32.136,90, para reduzir os problemas dos carros abandonados em postos de fiscalização, começando a operacionalização do leilão de ferrosos para reciclagem de sucatas.

As contratações diretas tiveram um pequeno acréscimo de 11,13%, decorrente, principalmente, do aumento no preço das tarifas públicas para o pagamento de energia elétrica, água e coleta de esgoto. Outros gastos que podemos destacar são com a publicidade legal junto a EBC – Empresa Brasileira de Comunicação, INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Detran e Imprensa Nacional.

ELEMENTO DE DESPESAS

Em análise aos números de despesas correntes, destaca-se o aumento de 50,19% das despesas com pagamento de diárias e passagens, as quais são justificadas pelo deslocamentos de servidores para o apoio ao Grande Evento (Olimpiadas) ocorrido no Rio de Janeiro.

Em razão da variação dos custos que compõe o preço de mercado como convenções coletivas e índices de reajustes, além da melhora significativa das contratações de apoio administrativo, limpeza e conservação, vigilância patrimonial, recepção e copeirarem tivemos um aumento dos gastos "OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ – OP.INT.ORC. " na proporção de 69%.

Quanto as despesas de capital, esta Superintendência se modernizou adquirindo novos equipamentos e materiais permanente, o que justifica o aumento das aquisições, nesta linha, podemos destacar a compra de novas viaturas em 2016

200122

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	4.986.447,76	57,36%	4.336.183,70	62,16%	3.271.592,29	48,23%	3.226.955,45	56,64%
d) Pregão	4.986.447,76	57,36%	4.336.183,70	62,16%	3.271.592,29	48,23%	3.226.955	56,64%
2. Contratações Diretas (h+i)	1.318.916,06	15,17%	1.241.302,37	17,79%	1.128.870,50	16,64%	1.072.863,15	18,83%
h) Dispensa	932.563,59	10,73%	993.904,95	14,25%	823.725,95	12,14%	892.624	15,67%
i) Inexigibilidade	386.352,47	4,44%	247.397,42	3,55%	305.144,55	4,50%	180.239	3,16%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.203.600,96	25,35%	1.208.206,16	17,32%	2.203.600,96	32,49%	1.208.206,16	21,21%
l) Diárias	2.203.600,96	25,35%	1.208.206,16	17,32%	2.203.600,96	32,49%	1.208.206	21,21%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	8.508.964,78	97,88%	6.785.692,23	97,27%	6.604.063,75	97,37%	5.508.024,76	96,68%
6. Total das Despesas da UPC	8.693.328,00		6.975.800,46		6.782.693,08		5.697.193,38	

No quadro denominado Despesas por Modalidade de Contratação, destaca-se o predomínio das contratações por meio de Pregão Eletrônico. Analisando o Quadro comparativo 2015-2016 de Despesas por Modalidade de Contratação observa-se, nas despesas por Contratação Direta tanto na

modalidade dispensa quanto inexigibilidade, os valores tendem a representar basicamente despesas com fornecimento de energia elétrica, água, imprensa nacional, EBC, Correios, Aferição de Etilômetros e Radar, Banco do Brasil (Passagem Aérea), Aluguel do Imóvel Sede da SRPRF-PB e fora estas despesas pouco se acrescentou por dispensa de licitação ou inexigibilidade.

Analisando-se as despesas por Elemento de Despesa têm-se um acréscimo na Despesa Empenhada na modalidade OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ, fato este em virtude dos contratos antes pagos em 2015 na LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA terem sido todos alterados para OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ e além disso as repactuações destes contratos.

No Grupo de Despesas OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS estão taxas de licenciamento de Viaturas, IPTU e licença ambiental para construção de unidade operacional.

No Grupo DIÁRIAS E PASSAGENS houve um acréscimo significativo em virtude de em 2016 termos deslocado um grande efetivo para trabalhar nos JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS no Rio de Janeiro e além disso a majoração no valor das Diárias por determinados períodos.

Nas DESPESAS DE CAPITAL também tivemos um considerável acréscimo em 2016, resultado este de valores liberados para aquisições por SRP Nacionais e também por recebimento da Regional de emendas parlamentares no valor de R\$ 400.000,00 e como consequência tivemos um aumento nos valores de RP não processados em 2016.

Em linhas gerais a Regional teve uma Despesa Executada percentual em 2016 um pouco acima de 2015 o que demonstra uma melhoria na execução da despesa tendo em vista que o orçamento recebido também foi superior em 2016 na sua totalidade.

200123

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	4.737.840,86	59,79%	4.854.891,49	72,17%	2.993.405,39	49,40%	3.008.995,50	63,02%
b) Tomada de Preços	415.285,96	5,24%		0,00%		0,00%		0,00%
d) Pregão	4.322.554,90	54,55%	4.854.891,49	72,17%	2.993.405,39	49,40%	3.008.996	63,02%
2. Contratações Diretas (h+i)	838.940,91	10,59%	685.692,70	10,19%	723.260,38	11,94%	583.066,82	12,21%
h) Dispensa	551.678,94	6,96%	510.042,70	7,58%	470.004,46	7,76%	435.448	9,12%
i) Inexigibilidade	287.261,97	3,62%	175.650,00	2,61%	253.255,92	4,18%	147.618	3,09%
3. Regime de Execução Especial		0,00%	-	0,00%		0,00%	-	0,00%
j) Suprimento de Fundos		0,00%	0,00	0,00%		0,00%	0	0,00%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.105.871,52	26,57%	1.088.122,49	16,18%	2.105.871,52	34,75%	1.088.122,49	22,79%
l) Diárias	2.105.871,52	26,57%	1.088.122,49	16,18%	2.105.871,52	34,75%	1.088.122	22,79%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	7.682.653,29	96,95%	6.628.706,68	98,54%	5.822.537,29	96,09%	4.680.184,81	98,02%

6.	Total das Despesas da UPC	7.924.531,38		6.726.843,08		6.059.607,93		4.774.890,20	
----	---------------------------	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--

1. Alterações significativas ocorridas no exercício: principais razões de alterações observadas na realização de despesa, tanto em relação aos montantes realizados por modalidade de licitação, quanto por grupo e elemento de despesa.

Ao compararmos as despesas correntes de 2015 com as de 2016 constata-se a variação por Grupo de Despesa, principalmente nos OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC, na ordem de R\$ 1.324.691,23, em relação a 2015. Em 2015 toda despesa com os contratos de terceirizados era enquadrada como LOCACAO DE MAO-DE-OBRA; ocorre que, em 2016 passou a ser enquadrado em OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC, nos termos da orientação do Departamento da Polícia Rodoviária Federal, nossa unidade orçamentária.

Com relação aos itens DIARIAS - PESSOAL CIVIL, PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO diárias, passagens, manutenção dos veículos e abastecimento da frota, o incremento provém dos deslocamentos para cobertura dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos RIO 2016. Também verificou-se o aumento com indenizações correspondentes às remoções “ex-officio” de alguns servidores, dentre eles, Djairlon Henrique Moura que fora deslocado para a Superintendência Regional do Rio de Janeiro; Luiz Antônio Pedro de Alcântara e Julino André Correa da Silva, removidos para o Departamento da Polícia Rodoviária Federal (BSB); e por último, o policial Igo Gomes Brasil, removido para Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal (SC).

Cumpramos esclarecer que, no que se refere a investimentos, praticamente mantivemos os mesmos padrões de 2015 pois não houve descentralizações deste orçamento em 2016.

2. Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade: Razões que determinaram as contratações em volumes significativos com base na dispensa e inexigibilidade.

No que concerne às Contratações Diretas, o percentual aplicado manteve-se nos patamares de 2015, com pequena redução nas dispensas e aporte de 1,01% nas inexigibilidades, em virtude do acréscimo com passagens aéreas por meio de compra direta, uma vez que a unidade priorizou executar suas despesas por meio de pregões e uma tomada de preço.

3. Contingenciamento no exercício: Efeitos na gestão orçamentária provocados pelas limitações de empenho e movimentação financeira ocorridas no exercício, destacando as consequências sobre os resultados planejados, bem como as razões que determinaram as escolhas sobre quais despesas as restrições recairiam.

Com a publicação do Decreto 8.859, de 26 de setembro de 2016, que promoveu alterações no Decreto 8.670/2016, em especial no Art. 1º § 5º, a saber:

“Os órgãos, os fundos e as entidades referidos no caput deverão bloquear no SIAFI, em conta contábil específica, até o dia 3 de outubro de 2016, as dotações orçamentárias que excederem os limites de movimentação e empenho disponibilizados na forma deste artigo.”

Passamos por incertezas acerca da continuidade e lançamento de novos certames, já que a Regional dispunha atuando na Comissão de Licitação de apenas um servidor. Assim, diante do quadro, das incertezas futuras relativas aos contratos vigentes e restrição no orçamento, a Regional priorizou a continuidade dos projetos já em tramitação, fundamentais e essenciais ao desempenho das atividades da unidade, deixando a posteriori os que envolviam grandes volumes de investimento, como as aquisições de materiais permanentes.

4. Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária: Relação de eventos internos e externos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária da Unidade Gestora, tais como problemas de pessoal, licitações, licenciamento ambiental, tempestividade na liberação de recursos, etc., examinando ainda a permanência dos efeitos provocados por esses eventos para o exercício seguinte.

Em 2015/2016 utilizou-se como principal modalidade licitatória o pregão eletrônico, seja para aquisição de materiais e equipamentos, como também para contratação de serviços; esclarecemos que houve apenas uma licitação convencional, do tipo Tomada de Preço, cujo objeto foi a contratação de serviço de engenharia para a conclusão da obra do Posto 01 da 4ª Delegacia- Mossoró/RN. Destacamos como grande feito a retomada dessa obra, no valor de R\$ 415.285,96, objetivando sua conclusão em 2017, visto que houve duas tentativas sem êxito de conclusão da referida obra, sendo a primeira contratação durante o período de 22/12/2011 à 18/08/2013, ao passo que a segunda ocorreu em 31/01/2014 a 29/01/2015.

Para o exercício de 2016 podemos ressaltar também, a contratação dos relatórios ambientais e o projeto complementar de ensaio de solo para comporem o projeto executivo da Sede, bem como a conclusão dos certames importantes referentes a serviços contínuos como contratação de vigilância armada, limpeza e jardinagem; somado a isso, houve aquisição de diversos bens importantes para a SRPRF/RN, vejamos:

- Aquisição de equipamentos e ferramentas para auxiliar o serviço do NUPAT: 01 empilhadeira; 40 pallets; 02 lupas de bancada; 02 kits de malas com ferramentas; 01 carro de carga; 02 carrinhos plataforma; 04 armários e 01 escada plataforma.
- A contratação do serviço de assinatura eletrônica de pesquisa e comparação de preços;
- Aquisição de equipamento operacionais: 290 coletes balísticos com capas; 250 smartphones; capas de chuva, 15 bafômetros, 15 impressoras térmicas.
- Aquisição de mobiliário para as UOP'S e SEDE: 100 armários/roupeiros de aço, 52 cadeiras, 12 armários gaveteiros e 12 fechados, 04 mesas e 05 fogões
- Melhoramento das condições de trabalho da Regional com a utilização do contrato de manutenção predial e a instalação de 12 aparelhos de ar-condicionados, do tipo Split.

Ressaltamos como efeitos positivos em 2016, a redução dos valores gastos em Tecnologia da Informação (TI) conforme tabela a seguir:

		2015			2016			
Telefonia Móvel	Serviço Móvel Pessoal	21/2011	Claro S/A	R\$ 61.954,20	SMP+LDN	14/2015	Vivo	R\$ 43.031,76
	Serviço Móvel Pessoal - Longa Distância	22/2011	Embratel S/A	R\$ 25.000,00				
			TOTAL	R\$ 86.954,20			TOTAL	R\$ 43.031,76
Telefonia Fixa	Linhas Analógicas	10/2011	Telemar S/A	R\$ 20.000,00	Telefonia Fixa Tronco E1	3/2017	Telemar S/A	R\$ 3.920,48
	Tronco E1 e LDN Fixo	26/2011	Telemar S/A	R\$ 10.000,00	Telefonia Fixa LDN	2/2017	Claro S/A	R\$ 1.620,00

			TOTAL	R\$ 30.000,00			TOTAL	R\$ 5.540,48
--	--	--	--------------	----------------------	--	--	--------------	---------------------

Resumo	2015	2016	Redução
Telefonia Móvel	R\$ 86.954,20	R\$ 43.031,76	50,5%
Telefonia Fixa	R\$ 30.000,00	R\$ 5.540,48	81,5%

Podemos observar que tal redução decorreu de diversos fatores, tais como: Cancelamento definitivo do contrato nº 10/2011 de telefonia fixa (linhas analógicas) com a Empresa Telemar, haja vista o novo contrato de telefonia fixa (tronco digital) ter apresentado tarifas menores; Sobre a telefonia móvel informamos que o contrato de nº 14/2015 com a Empresa Telefônica S/A também apresentou tarifas substancialmente menores; Quanto aos serviços terceirizados acrescentamos que o contrato de nº 18/2014 firmado com a Empresa B2BR não foi prorrogado tendo em vista que a contratada não demonstrou interesse em renová-lo, tal fato também ocorreu com o contrato de nº 12/2015 firmado com a Empresa Gitel.

Desse modo, observa-se que a gestão, apesar dos entraves pela redução de pessoal aliado à pouca descentralização de orçamento de investimento manteve-se os mesmos índices do ano anterior pois foi conseguido executar alguns projetos e aquisições de bens essenciais à segurança e ao desenvolvimento das atividades dos servidores, repercutindo diretamente na sociedade.

200124

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	7.049.622,55	65,41%	5.182.352,43	63,33%	3.931.537,40	52,74%	3.819.731,74	57,70%
b) Tomada de Preços	579.256,94	5,37%	0,00	0,00%		0,00%		0,00%
c) Concorrência	296.080,86	2,75%		0,00%		0,00%		0,00%
d) Pregão	6.174.284,75	57,29%	5.182.352,43	63,33%	3.931.537,40	52,74%	3.819.732	57,70%
2. Contratações Diretas (h+i)	1.651.599,17	15,33%	1.448.173,50	17,70%	1.447.374,59	19,42%	1.252.707,61	18,92%
h) Dispensa	1.292.423,34	11,99%	1.256.431,25	15,35%	1.133.334,19	15,20%	1.102.405	16,65%
i) Inexigibilidade	359.175,83	3,33%	191.742,25	2,34%	314.040,40	4,21%	150.303	2,27%
3. Regime de Execução Especial	32.119,45	0,30%	26.248,40	0,32%	31.281,96	0,42%	26.248,40	0,40%
j) Suprimento de Fundos	32.119,45	0,30%	26.248,40	0,32%	31.281,96	0,42%	26.248	0,40%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.909.298,05	17,72%	1.296.936,79	15,85%	1.909.298,05	25,61%	1.292.204,89	19,52%
l) Diárias	1.909.298,05	17,72%	1.296.936,79	15,85%	1.909.298,05	25,61%	1.292.205	19,52%

5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	10.642.639,22	98,75%	7.953.711,12	97,20%	7.319.492,00	98,20%	6.390.892,64	96,54%
6. Total das Despesas da UPC	10.777.103,02		8.182.714,72		7.453.955,80		6.619.896,24	

As principais alterações estão relacionadas ao Evento Olimpíadas e Paralimpíadas RIO2016, com a necessidade de movimentação de pessoal da Superintendência Regional do Maranhão para a cidade do Rio de Janeiro, acarretando um aumento significativo com demanda de diárias, manutenção e abastecimento de veículos oficiais.

No exercício de 2016 foram realizadas licitações para reforma e ampliação de Unidade Operacional, assim como contratação de serviço de manutenção predial, nova contratação de serviço de limpeza e conservação, manutenção de sistema de refrigeração.

Além das licitações realizadas pela Regional importante destacar que também foram realizadas outras contratações por Registro de Preços de ARP registrada por Unidade Centralizadora de Compras/DPRF.

200125

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	13.837.248,06	71,99%	15.186.485,51	81,84%	6.961.719,47	57,65%	9.755.365,27	76,03%
b) Tomada de Preços		0,00%	4.925,31	0,03%		0,00%	4.925,31	0,04%
c) Concorrência	2.168.352,73	11,28%	443.143,55	2,39%	6.366,00	0,05%		0,00%
d) Pregão	11.668.895,33	60,71%	14.738.416,65	79,43%	6.955.353,47	57,59%	9.750.440	75,99%
2. Contratações Diretas (h+i)	1.295.419,14	6,74%	1.092.990,08	5,89%	1.100.216,98	9,11%	858.511,16	6,69%
h) Dispensa	671.108,67	3,49%	731.671,77	3,94%	548.886,95	4,54%	614.057	4,79%
i) Inexigibilidade	624.310,47	3,25%	361.318,31	1,95%	551.330,03	4,57%	244.454	1,91%
3. Regime de Execução Especial	-	0,00%	8.491,63	0,05%	-	0,00%	8.491,63	0,07%
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00%	8.491,63	0,05%	0	0,00%	8.492	0,07%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	3.348.004,29	17,42%	1.741.422,29	9,38%	3.347.424,87	27,72%	1.741.422,29	13,57%
l) Diárias	3.348.004,29	17,42%	1.741.422,29	9,38%	3.347.424,87	27,72%	1.741.422	13,57%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	18.480.671,49	96,14%	18.029.389,51	97,16%	11.409.361,32	94,47%	12.363.790,35	96,36%
6. Total das Despesas da UPC	19.222.040,90		18.556.267,95		12.076.836,78		12.830.751,28	

Alterações significativas ocorridas no exercício: houve um acréscimo acentuado na modalidade de licitação “concorrência” em razão da realização de procedimentos tendentes à retomada da construção de duas unidades operacionais (Joaçaba – processo 08666.019716/2015-53 e Campos Novos – processo 08666.019715/2015-17).

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade: o aumento em despesa executada na modalidade de inexigibilidade decorreu

da mudança na forma de aquisição de passagens aéreas, a qual passou a ser realizada pela regional através de um contrato nacional na forma descentralizada de compra e, também, pelo pagamento de despesas referentes a anos anteriores com publicação de documentos oficiais na Imprensa Nacional (no exercício de 2015 não houve execução desta despesa).

Contingenciamento no exercício: algumas demandas de 2016 não puderam ser executadas por falta de limite orçamentário no final do exercício financeiro, as quais necessariamente terão que ser retomadas no ano de 2017.

Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária: de forma negativa, registra-se a reestruturação da equipe de trabalho na SAF/SC, limitado quadro de servidores, desenvolvimento de duas concorrências extremamente complexas por servidores ainda sem um grau desejado de experiência, restrições orçamentárias e, conseqüentemente, o natural represamento de demanda para o exercício seguinte.

Outras questões relevantes: no exercício de 2016, apesar de terem sido realizadas concessões, não houve execução de despesa relativa a suprimento de fundos. No tocante ao pagamento de pessoal, constata-se que houve um aumento expressivo nessas despesas motivado pelo pagamento de diárias de servidores convocados para as operações durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio2016. Cabe lembrar que houve também majoração no valor da diária no período de realização dos jogos olímpicos.

200126

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	4.263.120,84	58,67%	3.955.493,57	72,00%	2.909.330,75	49,66%	2.303.421,56	62,26%
d) Pregão	4.263.120,84	58,67%	3.955.493,57	72,00%	2.909.330,75	49,66%	2.303.422	62,26%
2. Contratações Diretas (h+i)	794.222,14	10,93%	746.169,25	13,58%	743.258,63	12,69%	604.824,15	16,35%
h) Dispensa	16.880,00	0,23%	42.481,64	0,77%	15.920,00	0,27%	28.295	0,76%
i) Inexigibilidade	777.342,14	10,70%	703.687,61	12,81%	727.338,63	12,42%	576.529	15,58%
3. Regime de Execução Especial	1.832,60	0,03%	2.737,24	0,05%	1.832,60	0,00	2.737,24	0,07%
j) Suprimento de Fundos	1.832,60	0,03%	2.737,24	0,05%	1.832,60	0,03%	2.737	0,07%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.117.364,64	29,14%	695.751,80	12,66%	2.117.364,64	36,14%	695.751,80	18,81%
l) Diárias	2.117.364,64	29,14%	695.751,80	12,66%	2.117.364,64	36,14%	695.752	18,81%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	7.176.540,22	98,76%	5.400.151,86	98,30%	5.771.786,62	98,52%	3.606.734,75	97,49%
6. Total das Despesas da UPC	7.266.413,49		5.493.583,31		5.858.384,20		3.699.591,87	

Alterações significativas ocorridas no exercício 2016, comparado ao exercício 2015:

- A participação da PRF/ES nos grandes eventos ensejou aumento de despesas, tais como:

Acréscimo acentuado nas diárias (valor triplicado);

Aumento de despesas de manutenção de viaturas;

Aumento na aquisição de material de consumo / administrativo;
Aumento na aquisição de material de consumo / operacional;

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade:

Dispensa de Licitação: Aumento de consumo de energia elétrica;

Inexigibilidade: Serviços para aferição de etilômetros e de radares (IPEM/ES) Serviço de regularização de imóvel (Prefeitura de Vitória e Corpo de Bombeiros)

200127

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	6.149.276,07	67,55%	9.111.999,39	82,63%	2.981.672,35	51,22%	2.788.435,10	61,56%
c) Concorrência	767.671,05	8,43%	1.345.974,91	12,21%	32.491,85	0,56%	208.672	4,61%
d) Pregão	5.381.605,02	59,11%	4.538.024,48	41,15%	2.949.180,50	50,66%	2.579.763	56,95%
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		0,00%	3.228.000,00	29,27%		0,00%		0,00%
2. Contratações Diretas (h+i)	657.642,25	7,22%	520.399,46	4,72%	543.711,89	9,34%	348.087,44	7,68%
h) Dispensa	254.001,76	2,79%	248.026,19	2,25%	229.370,30	3,94%	192.246	4,24%
i) Inexigibilidade	403.640,49	4,43%	272.373,27	2,47%	314.341,59	5,40%	155.842	3,44%
3. Regime de Execução Especial	5.027,06	0,06%	5.595,65	0,05%	5.027,06	0,09%	5.595,65	0,12%
j) Suprimento de Fundos	5.027,06	0,06%	5.595,65	0,05%	5.027,06	0,09%	5.596	0,12%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.234.092,31	24,54%	1.145.567,10	10,39%	2.234.092,31	38,38%	1.145.567,10	25,29%
l) Diárias	2.234.092,31	24,54%	1.145.567,10	10,39%	2.234.092,31	38,38%	1.145.567	25,29%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	9.046.037,69	99,37%	10.783.561,60	97,79%	5.764.503,61	99,03%	4.287.685,29	94,66%
6. Total das Despesas da UPC	9.103.746,18		11.026.892,44		5.821.079,82		4.529.603,93	

Alterações significativas ocorridas no exercício de 2016

É perceptível uma mudança significativa na execução das despesas de 2016 em relação a 2015, em especial com o pagamento de pessoal com diárias e compra de passagens aéreas, manutenção e abastecimento de viatura, todos para atender demanda exigida com a realização dos Grandes Eventos como os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Rio de Janeiro.

Mas não fica essa alteração adstrita a essa natureza de despesa, a SRPRF-PI adquiriu materiais permanentes e de consumo como mobiliário e eletroportáteis, para modernizar o ambiente laboral e oferecer o mínimo de comodidade aos servidores; aparelhos de ar condicionado inverter e lâmpadas

de LED, com o intuito de reduzir os custos com energia; sistema CFTV, para garantir a segurança e a vigilância nas Unidades da Superintendência; suprimentos e medicamentos veterinários para higiene e saúde dos cães do GOC da Regional; suprimentos de informática com a intenção de adequar e aparelhar as unidades, manter e dar suporte para máquinas e equipamentos de TI e melhoria da configuração dos servidores de rede; placas de tatame em EVA, de forma a garantir um espaço adequado e preparado para o treinamento e capacitação de técnica de defesa policial, abordagem, dentre outros.

Em 2016, foi acrescentado ao rol de contratação de serviços contínuos a locação de impressoras, que permite atualização tecnológica dos equipamentos, amplia a capacidade e produção aliada à redução dos custos e eliminação de desperdícios e transtornos com a gestão de impressões. O fornecimento de serviços terceirizados de tratador de animais, também adquirido naquele exercício, atende às necessidades de tratamento, manutenção e limpeza dos cães de trabalho pertencentes ao Canil da SRPRF-PI.

É bem verdade que parte significativa das despesas executadas decorreu da prorrogação dos contratos de serviços contínuos, tais como os de vigilâncias armadas na Sede em Teresina-PI e na 5ª Delegacia em Parnaíba-PI, de limpeza e conservação, de intermediação de estágio, de apoio administrativo; sem mencionar as despesas com os contratos de manutenção preventiva e corretiva das viaturas e de abastecimento.

A enumeração dessas novas aquisições e contratações, além da prorrogações dos contratos, gerou um aumento da despesa com licitações na modalidade de pregão, na forma eletrônica, num percentual de 59,11%, correspondendo a um valor de R\$ 5.381.605,02, o que significa um aumento de 18,59% em relação ao ano anterior.

Também se verifica uma redução de 42,97% da despesa com a concorrência. Isso ocorre por conta do pagamento das despesas advindas com as obras de Unidades Operacionais em Campo Maior-PI e Valença-PI ainda em fase de execução, objetos de concorrência deflagrada em 2014.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade:

O aumento considerável da despesa executada na modalidade de inexigibilidade de 48,19% em relação a 2015 decorreu dos gastos excessivos com passagens aéreas, contratação decorrente de licitação centralizada pelo DPRF, para suprir a necessidade de servidores da Regional nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Também enquadrada na despesa como inexigibilidade a aquisição de uma plataforma eletrônica para pesquisa, capacitação, orientação e atualização diária da área de licitações e contratos, o que tem auxiliado em demasia as atividades dos servidores da área.

Outras despesas, que não se pode deixar de destacar, foram com a aferição de etilômetros e de radares, equipamentos indispensáveis às atividades de policiamento e fiscalização de trânsito.

Não houve uma mudança significativa da despesa com dispensa de licitação, mais precisamente um aumento de 2,41%, atribuída ao fato da elevação da tarifa de energia elétrica e do inevitável aumento de consumo com a reforma e a ampliação da estrutura predial na Sede em Teresina-PI, nas Delegacias e Postos nas cidades de Campo Maior-PI, Valença-PI, Piripiri-PI e Floriano-PI

Contingenciamento no exercício de 2016:

Algumas demandas de 2016, que não puderam ser contratadas por limitação orçamentária no final do exercício, deverão ser realocadas para o presente exercício.

Em meados de 2016, a SRPRF-PI não conseguiu cumprir, de forma regular, o prazo devido para o pagamento de despesas com contratos de

terceirização de mão-de-obra por não ter o DPRF realizado a descentralização financeira em tempo razoável.

Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária:

A adoção do Regime Diferenciado da Contratação nas obras de construção de Postos e Delegacias nas cidades de Floriano-PI e Piripiri-PI tornou mais rápida a execução, frente à simplificação do processo licitatório, sem perda da economia e da eficiência.

O fato das descentralizações de recursos orçamentários para empenho ocorrerem próximo ao encerramento do exercício, no mês de dezembro, gerou um aumento no volume de despesas inscritas em restos a pagar.

200128

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	18.446.569,03	76,52%	17.344.763,75	82,14%	11.467.264,82	67,60%	6.092.875,79	63,90%
c) Tomada de Preços		0,00%	136.319,16	0,65%		0,00%	18.288,96	0,19%
c) Concorrência	53.709,20	0,22%		0,00%	16.112,76	0,09%		0,00%
d) Pregão	18.392.859,83	76,30%	17.208.444,59	81,49%	11.451.152,06	67,50%	6.074.587	63,71%
2. Contratações Diretas (h+i)	2.482.297,37	10,30%	1.848.282,85	8,75%	2.319.267,01	13,67%	1.519.078,34	15,93%
h) Dispensa	2.007.848,96	8,33%	1.321.499,01	6,26%	1.861.318,60	10,97%	1.134.453	11,90%
i) Inexigibilidade	474.448,41	1,97%	526.783,84	2,49%	457.948,41	2,70%	384.625	4,03%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	3.012.721,79	12,50%	1.724.023,02	8,16%	3.012.721,79	17,76%	1.724.023,02	18,08%
l) Diárias	3.012.721,79	12,50%	1.724.023,02	8,16%	3.012.721,79	17,76%	1.724.023	18,08%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	23.941.588,19	99,31%	20.917.069,62	99,05%	16.799.253,62	99,03%	9.335.977,15	97,91%
6. Total das Despesas da UPC	24.107.541,70		21.116.776,90		16.963.736,29		9.534.844,20	

200129

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	5.176.299,90	69,41%	4.126.550,05	78,02%	2.789.851,12	56,15%	2.211.052,89	68,27%
a) Convite	73.607,36	0,99%		0,00%		0,00%		0,00%
c) Concorrência	1.952.881,31	26,19%	950.000,00	17,96%	459.160,67	9,24%		0,00%

d) Pregão	3.149.811,23	42,24%	3.176.550,05	60,06%	2.330.690,45	46,91%	2.211.053	68,27%
2. Contratações Diretas (h+i)	547.141,92	7,34%	490.314,91	9,27%	445.964,96	8,98%	357.086,97	11,03%
h) Dispensa	86.325,19	1,16%	105.228,20	1,99%	52.318,60	1,05%	51.848	1,60%
i) Inexigibilidade	460.816,73	6,18%	385.086,71	7,28%	393.646,36	7,92%	305.239	9,42%
3. Regime de Execução Especial	1.681,50	0,02%	2.244,70	0,04%	1.681,50	0,03%	2.244,70	0,07%
j) Suprimento de Fundos	1.681,50	0,02%	2.244,70	0,04%	1.681,50	0,03%	2.245	0,07%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.641.432,05	22,01%	498.236,45	9,42%	1.641.432,05	33,04%	498.236,45	15,38%
l) Diárias	1.641.432,05	22,01%	498.236,45	9,42%	1.641.432,05	33,04%	498.236	15,38%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	7.366.555,37	98,78%	5.117.346,11	96,76%	4.878.929,63	98,20%	3.068.621,01	94,74%
6. Total das Despesas da UPC	7.457.427,72		5.288.906,31		4.968.599,79		3.238.870,94	

***Alterações significativas ocorridas no exercício: Principais razões de alterações observadas na realização de despesa, tanto em relação aos montantes realizados por modalidade de licitação, quanto por grupo e elemento de despesa.**

Quanto às alterações no exercício 2016 houve aumento da despesa executada na modalidade convite, pois no final do exercício realizamos licitação para reforma da Delegacia 03 e Unidade Operacional da SRPRF-AL em Palmeira dos Índios/AL, totalizando R\$ 73.607,36.

Quanto às despesas relativas à modalidade concorrência tanto as do exercício 2015, quanto as do exercício 2016 são referentes à Construção da Unidade Operacional da SRPRF-AL em Carié, povoado do município de Canapi/AL. Assim as obras e instalações de 2015 têm o mesmo objeto da despesa de 2016, excetuando a reforma licitada por convite.

Apesar do aparente aumento da despesa na modalidade concorrência no exercício 2016, esta já era prevista, considerando se tratar do mesmo objeto que gerou a despesa em 2015, porém em um volume maior por conter mais períodos de medições da obra em comparação com o ano anterior, motivo pelo qual a Administração empenho parcialmente em 2015, evitando assim impacto na conta de Restos a Pagar a Liquidar.

Quanto às despesas na modalidade pregão houve redução do valor em relação à 2015. Mesmo com o efeito da inflação sobre os materiais, reajustes e repactuação sobre os contratos houve uma ligeira diminuição em relação ao total executado em 2015. Alguns fatores que podem ter influenciado nesse resultado são: redução dos contratos exigida no início de 2016 em face de limitação orçamentária; redução de despesas com os contratos de terceirizados decorrentes da desativação temporária da UOP de Canapi/AL; encerramento do contrato de Suporte de TIC e outras reduções relativas inclusive aos materiais que tiveram diminuição de demanda em função da implantação da sistemática de processo eletrônico (SEI).

A despesa relativa ao Regime de Execução Especial (Suprimento de Fundos) em 2016 foi inferior à de 2015 tanto em valor como em porcentagem sobre o total.

Houve significativo aumento da despesa relativa a diárias, isso devido às convocações relativas aos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro/RJ.

O aumento do total das despesas de 2016 em relação as de 2015, em análise das planilhas de despesa, foi devido principalmente à grande demanda com diárias e à Construção da UOP de Carié, povoado do Município de Canapi/AL.

Quanto às flutuações nas Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa, verifica-se em uma comparação entre os anos de 2015 e 2016, o desaparecimento no último ano das despesas empenhadas com locação de mão de obra, ao passo em que houve aumento das despesas em valor muito similar ao reduzido naquele caso, no grupo de Outros Serviços de Terceiros - PJ. Ocorre que a partir do ano de 2016, por orientação do DPRF, passamos a classificar as despesas com contratos de terceirização de mão de obra dentro deste último grupo, e não mais no primeiro.

***Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade: Razões que determinaram as contratações em volumes significativos com base na dispensa e inexigibilidade.**

O valor do montante de despesa por dispensa de licitação foi menor do que o de 2015, não sendo volume significativo.

O volume de inexigibilidade manteve-se em situação regular, sendo quase a totalidade originado por contratação com entidades públicas fornecedoras de energia elétrica e água e prestadora de serviços de correspondências. O pequeno aumento do volume em relação a 2015, porém com redução percentual sobre o total das despesas, se deu principalmente em função do aumento da tarifa de energia elétrica e no volume de correspondências demandadas pelos leilões de veículos, realizados por esta Regional.

***Contingenciamento no exercício: Efeitos na gestão orçamentária provocados pelas limitações de empenho e movimentação financeira ocorridas no exercício, destacando as consequências sobre os resultados planejados, bem como as razões que determinaram as escolhas sobre quais despesas as restrições recairiam.**

Uma quantidade significativa de Restos a Pagar de exercícios anteriores ao de competência do relatório de gestão decorre em boa medida de empenhos emitidos já no mês de dezembro.

O contingenciamento orçamentário a materiais de consumo, sendo metade do valor fixado liberado para empenho até junho e o restante a partir de julho, prejudicou a aquisição de alguns materiais seja pelo retrabalho por parte do núcleo responsável por cotação de preços, pois a validade dos orçamentos se expirava, seja pelo fato de não conseguirmos comprar material por Ata de Registro de Preços cuja validade não se estendia até o momento programado para descentralização de crédito.

Ocorreram frequentes atrasos de liberação financeira no decorrer do ano de 2016, por vezes afetando o pagamento em dia das despesas. Todavia, apesar de constarem nos contratos administrativos cláusula que prevê possibilidade de compensação financeira em favor da contratada em caso de eventuais atrasos de pagamento, as empresas, na prática, nesta Regional, não tem utilizado esse mecanismo, não havendo consequências financeiras.

***Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária: Relação de eventos internos e externos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária da Unidade Gestora, tais como problemas de pessoal, licitações, licenciamento ambiental, tempestividade na liberação de recursos, etc., examinando ainda a permanência dos efeitos provocados por esses eventos para o exercício seguinte.**

A limitação de pessoal é um dos maiores desafios desta regional. As áreas de licitação e contratos e a orçamentária e financeira estão sobrecarregadas de serviços, problema que fica ainda mais evidente quanto os afastamentos dos servidores ocorrem.

A implantação do SEI tem sido de grande ajuda nos processos de aquisição e de serviços, gerando mais eficiência para o trabalho e maior facilidade de gerenciamento e controle.

Algumas demandas de 2016 não puderam ser executadas por falta de limite orçamentário no final do exercício financeiro, as quais necessariamente terão que ser retomadas em 2017.

***Além dessas questões, o gestor poderá abordar em suas análises outras que considere relevantes para explanação do tema.**

Não há, por enquanto, outras considerações sobre o tema.

200130

Modalidade de Contratação	Despesa executada	Despesa paga
---------------------------	-------------------	--------------

	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.876.721,77	55,73%	3.103.457,94	70,83%	1.898.921,16	46,10%	1.890.696,36	61,92%
d) Pregão	2.876.721,77	55,73%	3.103.457,94	70,83%	1.898.921	46,10%	1.890.696	61,92%
2. Contratações Diretas (h+i)	619.890,34	12,01%	579.436,55	13,22%	555.497,67	13,49%	465.256,78	15,24%
h) Dispensa	379.968,78	7,36%	403.552,71	9,21%	330.509,76	8,02%	337.355	11,05%
i) Inexigibilidade	239.921,56	4,65%	175.883,84	4,01%	224.987,91	5,46%	127.902	4,19%
3. Regime de Execução Especial	1.018,25	0,02%	2.102,09	0,05%	1.018,25	0,02%	2.102,09	0,07%
j) Suprimento de Fundos	1.018,25	0,02%	2.102,09	0,05%	1.018,25	0,02%	2.102	0,07%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.549.725,73	30,02%	556.831,35	12,71%	1.549.725,73	37,63%	556.831,35	18,24%
l) Diárias	1.549.725,73	30,02%	556.831,35	12,71%	1.549.725,73	37,63%	556.831	18,24%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	5.047.356,09	97,78%	4.241.827,93	96,81%	4.005.162,81	97,24%	2.914.886,58	95,46%
6. Total das Despesas da UPC	5.161.780,19		4.381.447,02		4.118.714,29		3.053.475,40	

Despesas por Elemento de Despesa:

Análise crítica:

Considerando que a gestão do orçamento é concentrada na Unidade Orçamentária localizada na Sede PRF em Brasília/DF, ficando para esta Regional, a gestão/execução dos recursos descentralizados, já com suas destinações direcionadas pela direção geral, ponderamos as principais razões de alterações observadas na realização de despesa, por elemento de despesa, conforme se segue:

Alterações significativas ocorridas no exercício:

A elevação na despesa com outros serviços de terceiros, empenhados e liquidados no exercício 2016, decorreu, além da evolução natural das despesas motivadas pelo impacto inflacionário, do aumento de demandas com: incrementação de abastecimento e manutenção de viaturas, objetivando, principalmente, utilização nas olimpíadas e paralimpíadas; incrementação da manutenção e aferição de etilômetros e radares utilizados na atividade fim (combate a embriaguez na direção veicular e excesso de velocidade) da PRF; incrementação na comunicação móvel pessoal e longa distância, para atendimento às diversas operações e, principalmente, utilização nas olimpíadas e paralimpíadas; incrementação e melhorias na manutenção regional e no cabeamento estruturado da sede; ampliação do número de correspondências enviadas para comunicações e notificações de leilões e infrações de trânsito.

Os sobressaltos verificados nas despesas executadas com diárias, passagens e despesas com locomoção, em relação ao exercício anterior, são decorrentes da realização, no Rio de Janeiro, dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, evento que mobilizou grande parte da força de trabalho da Polícia Rodoviária Federal no País.

As despesas com indenizações e restituições decresceram e se referem a custos inerente ao pagamento do excesso de bagagem, quando no deslocamento para operações diversas, bem como a ajuda de custo para remoções de 02 servidores para outras unidades da federação. Já as despesas com outros benefícios assistenciais do servidor e do militar se elevaram, quando comparado com o exercício anterior, em decorrência do pagamento referente a três auxílios funerários.

Quanto ao montante empenhado com despesas de exercícios anteriores, são oriundos: da previsão insuficiente de recursos por parte da fiscalização do contrato, decorrente de várias demandas distintas, fugindo da média dos meses anteriores, deste modo os recursos empenhados foram insuficientes para cobrimento das faturas emitidas pela Empresa Pública Brasil Comunicações – EBC; dos custos de 02 excessos de bagagens de servidores, não realizados dentro do exercício da viagem, em decorrência de análise de cumprimentos dos preceitos legais para efetivação de tais pagamentos.

As despesas de capital inerentes a obras e instalações com montante inferior ao do exercício anterior são decorrentes da contratação de, apenas, projetos para instalações e cabeamento estruturado da unidade sede regional.

Os valores inscritos em restos a pagar não processados são oriundos, em regra, das aquisições com recursos liberados no final do exercício, *entrega dos serviços por prazo contínuo com cronograma de execução* financeira pré-estabelecido e ou, *entrega das aquisições no exercício seguinte*.

Contingenciamento no exercício – Conforme explicitado acima, a gestão do orçamento é concentrada na Sede do Departamento, incluindo-se, aí, as restrições decorrentes de contingenciamentos, ficando para a unidade Regional a gestão/execução dos recursos descentralizados, já com suas destinações e restrições direcionadas.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária – dentre as dificuldades enfrentadas, destacam-se, além do contingenciamento efetivado pelo Governo Federal: descumprimento de prazos por parte de fornecedores; demora na aprovação de projetos em Órgãos públicos; falta de pessoal, prejudicando o desempenho das atividades fim e meio; emprego de servidores em diversas comissões, missões e operações - decorrente da deficiência dos quadros efetivo; falta de espaços necessários e/ou espaços inadequados para o desenvolvimento das atividades administrativas, em virtude da Administração Regional não possuir sede própria, o que também dificulta a implantação de projetos de segurança orgânica; deficiência de recursos para capacitação adequada de servidores que se dispõem a exercer funções na área orçamentária, que aliada a falta de incentivos financeiros e a falta de pessoal tem provocado uma rotatividade significativa na área administrativa e financeira, gerando dificuldade quanto a designação de servidores para execução das atividades, bem como para o desempenho das funções de chefia.

Despesas por Modalidade de Contratação:

Análise crítica:

A gestão do orçamento consignado para o DPRF/MJ é concentrada na Unidade Orçamentária localizada na Sede do Departamento, sob a condução da Coordenação-Geral de Administração, incluindo-se o estabelecimento de critérios e diretrizes de descentralização orçamentária, ficando para a Superintendência Regional de Polícia Rodoviária em Sergipe, tão somente, gestão/execução dos recursos descentralizados, já com suas destinações direcionadas.

Alterações significativas ocorridas no exercício – Em uma análise geral da planilha acima, abstrai-se que mais de 50% das despesas executadas pela Regional, nos últimos dois exercícios, foram efetivadas mediante a utilização de Pregão eletrônico, ficando as despesas com contratações diretas (Dispensa e Inexigibilidade), somadas, em torno de 12%. Neste contexto, pontua-se o substancial sobressalto verificado nas despesas executadas com diárias, em relação ao exercício anterior, decorrente da realização, no Rio de Janeiro, dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, evento que mobilizou grande parte da força de trabalho da Polícia Rodoviária Federal no País.

Da planilha acima, ainda, pondera-se sobre a diferença entre o montante executado e a despesa paga, mediante pregão eletrônico, oriunda, em regra, do grande fluxo de execução da despesa na proximidade do final do exercício, entrega dos serviços por prazo contínuo e ou, entrega das aquisições

no exercício seguinte. Mesmo assim, há de destacar que embora o montante executado no exercício tenha sido ligeiramente inferior ao anterior, a despesa paga se manteve num patamar de constância, motivada pela gestão regional junto aos diversos fornecedores, para concretização da entrega, do bem ou serviço, dentro do exercício.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade – As contratações inerentes a dispensas e inexigibilidade – contratações diretas, são concernentes, principalmente, aos contratos de fornecimento de energia elétrica, água potável, imprensa oficial e obrigatória, envio e recebimento de correspondências e malotes. Destaca-se, aqui, que as pequenas alterações verificadas nas despesas executadas com contratações diretas, nos dois últimos exercícios, originaram-se da desoneração verificadas nas contas de energia elétrica em 2016, motivada pela não aplicação do adicional inerentes as bandeiras tarifárias, bem como da elevação do nº publicações e de correspondências enviadas em decorrência de comunicações e notificações para leilões e infrações de trânsito, principalmente as inerentes a produtos perigosos.

Contingenciamento no exercício – Em decorrência da gestão do orçamento ser concentrada na Sede do Departamento, o contingenciamento permeia o estabelecimento de critérios e diretrizes de descentralização orçamentária, ficando para a unidade Regional tão somente a gestão/execução dos recursos descentralizados, já com suas destinações e restrições direcionadas pela unidade central.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária – dentre as dificuldades enfrentadas, destacam-se, além do contingenciamento efetivado pelo Governo Federal: falta de pessoal, prejudicando o desempenho das atividades fim e meio; emprego de servidores em diversas comissões, missões e operações - decorrente da deficiência dos quadros efetivo; falta de espaços necessários e/ou espaços inadequados para o desenvolvimento das atividades administrativas, em virtude da Administração Regional não possuir sede própria, o que também dificulta a implantação de projetos de segurança orgânica; deficiência de recursos para capacitação adequada de servidores que se dispõem a exercer funções na área orçamentária, que aliada a falta de incentivos financeiros e a falta de pessoal tem provocado uma rotatividade significativa na área administrativa e financeira, gerando dificuldade quanto a designação de servidores para execução das atividades, bem como para o desempenho das funções de chefia.

200131

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	13.488.058,43	75,52%	7.493.737,64	71,44%	3.776.536,16	47,46%	3.598.325,80	56,29%
d) Pregão	13.488.058,43	75,52%	7.493.737,64	71,44%	3.776.536,16	47,46%	3.598.326	56,29%
2. Contratações Diretas (h+i)	1.458.400,42	8,17%	1.493.705,13	14,24%	1.267.207,67	15,93%	1.292.607,63	20,22%
h) Dispensa	609.388,48	3,41%	1.336.920,14	12,75%	517.657,81	6,51%	1.160.973	18,16%
i) Inexigibilidade	849.011,94	4,75%	156.784,99	1,49%	749.549,86	9,42%	131.634	2,06%

4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.813.800,07	15,76%	1.386.400,56	13,22%	2.813.800,07	35,36%	1.386.400,56	21,69%
l) Diárias	2.813.800,07	15,76%	1.386.400,56	13,22%	2.813.800,07	35,36%	1.386.401	21,69%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	17.760.258,92	99,45%	10.373.843,33	98,90%	7.857.543,90	98,76%	6.277.333,99	98,19%
6. Total das Despesas da UPC	17.859.287,48		10.489.442,96		7.956.572,46		6.392.933,62	

200139

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.670.053,04	62,96%	2.025.451,04	62,57%	1.766.902,29	53,88%	1.429.137,69	57,34%
c) Concorrência	131.961,14	3,11%		0,00%		0,00%		0,00%
d) Pregão	2.538.091,90	59,85%	2.025.451,04	62,57%	1.766.902,29	53,88%	1.429.138	57,34%
2. Contratações Diretas (h+i)	715.904,82	16,88%	682.408,47	21,08%	661.614,06	20,18%	533.783,34	21,42%
h) Dispensa	502.319,30	11,85%	514.633,80	15,90%	476.885,39	14,54%	396.859	15,92%
i) Inexigibilidade	213.585,52	5,04%	167.774,67	5,18%	184.728,67	5,63%	136.924	5,49%
3. Regime de Execução Especial	-	0,00%	5.685,78	0,18%	-	0,00%	5.685,78	0,23%
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00%	5.685,78	0,18%	0	0,00%	5.686	0,23%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	716.744,94	16,90%	455.857,86	14,08%	716.744,94	21,86%	455.857,86	18,29%
l) Diárias	716.744,94	16,90%	455.857,86	14,08%	716.744,94	21,86%	455.858	18,29%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	4.102.702,80	96,75%	3.169.403,15	97,90%	3.145.261,29	95,91%	2.424.464,67	97,28%
6. Total das Despesas da UPC	4.240.725,76		3.237.342,42		3.279.249,85		2.492.318,81	

Quanto às alterações no exercício 2016 houve despesa executada na modalidade concorrência, não sendo observada no exercício de 2015, relacionada a despesa com prestação de serviços de engenharia e arquitetura para elaborar projetos básicos e executivos das obras/serviços para reforma/ampliação da UOp de Araguaína-TO e da construção da Nova Sede da SRPRF/TO.

Em relação à modalidade pregão, observa-se um acentuado crescimento deste tipo de contratação em 2016, se comparado a 2015. Integram esta modalidade de contratação os contratos continuados da SRPRF/TO, além de uma série de aquisições de materiais e/ou serviços. O aumento da despesa, em relação ao exercício de 2015, deu-se devido a aquisições importantes realizadas por esta Superintendência, como, por exemplo, de smartphones, coletes balísticos, ultrabooks e etilômetros, e, também, materiais relacionados à implementação da CIOP-TO.

Houve, outrossim, um aumento significativo nas despesas pertencentes ao grupo de despesa “OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA

JURIDICA” e inoccorrência de despesas no grupo “LOCACAO DE MAO-DE-OBRA”. Tal situação decorreu da alteração da classificação das despesas com Terceirização de “33.90.37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA” para “33.90.39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA”, por orientação do DPRF.

Não ocorreu, em 2016, despesas com Suprimento de Fundos, pertencente ao Regime de Execução Especial.

O aumento dos valores gastos com diárias e passagens aéreas, no exercício de 2016, tendo como base o exercício de 2015, decorreu principalmente da realização dos Jogos Olímpicos realizados no Rio de Janeiro, em 2016, e das operações de policiamento e fiscalização.

Não há registro de despesas de exercícios anteriores em 2016.

Houve um suave aumento do montante de valores gastos nas contratações diretas. As despesas com dispensa de licitação compreendem, expressivamente, despesas relacionadas a contratação com concessionárias fornecedoras de energia elétrica e água, serviços postais de malote e correspondências, aluguel da Sede da SRPRF/TO, aquisição de passagens aéreas e publicações oficiais.

Nota-se um pequeno decréscimo na modalidade dispensa e um aumento na modalidade inexigibilidade. Este aumento decorre da implementação do sistema de compra direta de passagens aéreas, que integra a modalidade inexigibilidade, bem como do aumento do volume destas aquisições.

A limitação de pessoal é um dos grandes desafios desta superintendência. Os setores relacionados a administração de orçamento e finanças, contratos e licitações estão sobrecarregadas de serviços, prejudicando, assim, o planejamento das contratações necessárias. O problema torna-se ainda maior quando ocorre afastamento de servidores, visto que em muitas áreas não há substitutos.

As descentralizações de recursos orçamentários para empenho que ocorrem próximo ao encerramento do exercício, em dezembro, contribuem para o aumento no volume de despesas inscritas em restos a pagar.

200141

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	3.682.501,24	53,92%	3.293.386,99	66,41%	2.431.758,98	44,92%	1.912.939,40	56,17%
d) Pregão	3.682.501,24	53,92%	3.293.386,99	66,41%	2.431.758,98	44,92%	1.912.939	56,17%
2. Contratações Diretas (h+i)	1.383.361,40	20,26%	1.182.920,51	23,85%	1.238.779,57	22,88%	1.012.367,06	29,72%
h) Dispensa	984.542,21	14,42%	869.430,26	17,53%	882.545,78	16,30%	776.526	22,80%
i) Inexigibilidade	398.819,19	5,84%	313.490,25	6,32%	356.233,79	6,58%	235.841	6,92%
3. Regime de Execução Especial	5.392,02	0,08%	3.409,00	0,07%	5.392,02	0,10%	3.409,00	0,10%
j) Suprimento de Fundos	5.392,02	0,08%	3.409,00	0,07%	5.392,02	0,10%	3.409	0,10%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.584.049,52	23,19%	343.488,75	6,93%	1.584.049,52	29,26%	343.488,75	10,09%
l) Diárias	1.584.049,52	23,19%	343.488,75	6,93%	1.584.049,52	29,26%	343.489	10,09%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	6.655.304,18	97,45%	4.823.205,25	97,25%	5.259.980,09	97,17%	3.272.204,21	96,08%

6. Total das Despesas da UPC	6.829.688,76		4.959.487,36		5.413.282,56		3.405.818,43	
------------------------------	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--

DESPESAS POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

Pregão Eletrônico – A Unidade durante o exercício de 2016, utilizou muito pouco dessa modalidade, pois os projetos planejados para serem executados não tiveram seu atingimento, dado a falta de dotação de recursos orçamentários para sua feitura.

Foi utilizado na sua maioria a contratação de vários objetos através de Pregões de outras Unidades da PRF e Órgãos da Administração Pública – Atas de Registro de Preços, tanto como participante ou adesões.

Contratações Diretas – Nesse tópico, utilizamos basicamente, conforme estabelece os Artigos 24 e 25 da Lei 8.666/93, Contratações Diretas com despesas de Água, Energia Elétrica, Aferição de Radares, Etilômetros, Correios, Imprensa Nacional, Contratações Emergenciais para reparar danos causados em algumas Unidades desconcentradas da Regional, Licenciamento de veículos/

Diárias – Houve um aumento expressivo com despesas com pagamento de Diárias no ano de 2016, devido a convocação de servidores para atuarem nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio de Janeiro no ano 2016.

Destarte destacar que apesar desta Regional ter operado poucos pregões eletrônicos, contudo as contratações realizadas através de Adesão a Ata de Registro de Preços, contribuiu de forma satisfatória para o desenvolvimento das atividades administrativas e operacionais desta Regional, principalmente no que tange a área de Telecomunicações e Informática, na compra de equipamentos do tipo Gabinete de Solução Ininterrupta de Energia (Gabinetes), Estruturas Verticais Autoportante (Torres), Locação Onerosa de Espaço de Torres, Rádios de Comunicação, todos este voltados para implantação do Rádio Digital, modernização única em termos de comunicação da PRF, com alcance do Norte do Mato Grosso, Sul do Amazonas e o Estado do Acre.

Em Relação as contratações diretas, podemos citar uma Contratação Emergencial para recuperar as instalações físicas de uma Unidade Operacional, que precisou de ação emergente, dado a um forte temporal, vindo a destelhar o Posto Fixo, destruindo janelas, iluminação de pista e estrutura interna de paredes.

Não deixando de informar, que o baixo efetivo de servidores que desenvolvem suas atividades nos Núcleos da Seção Administrativa e Financeira, causou algumas dificuldades para o desenvolvimento das atividades administrativas da Regional, o que de certa forma, atinge diretamente à atividade fim da PRF.

200229

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	3.489.513,15	30,47%	4.241.120,84	22,07%	2.826.103,72	27,71%	878.575,20	7,42%
d) Pregão	3.489.513,15	30,47%	4.241.120,84	22,07%	2.826.103,72	27,71%	878.575	7,42%
2. Contratações Diretas (h+i)	5.083.944,00	44,40%	9.014.322,24	46,90%	4.501.275,80	44,14%	5.002.714,31	42,23%
h) Dispensa	4.428.829,38	38,68%	3.897.304,21	20,28%	4.051.392,56	39,73%	3.548.657	29,96%
i) Inexigibilidade	655.114,62	5,72%	5.117.018,03	26,62%	449.883,24	4,41%	1.454.058	12,27%

4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.849.868,06	24,89%	5.955.725,65	30,99%	2.847.018,36	27,92%	5.955.725,65	50,28%
l) Diárias	2.849.868,06	24,89%	5.955.725,65	30,99%	2.847.018,36	27,92%	5.955.726	50,28%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	11.423.325,21	99,76%	19.211.168,73	99,95%	10.174.397,88	99,77%	11.837.015,16	99,92%
6. Total das Despesas da UPC	11.450.862,40		19.220.813,28		10.197.777,79		11.846.044,31	

1- Alterações significativas ocorridas no exercício: A UG da ANPRF é muito recente, foi criada em meados de 2014, por isso ainda temos um histórico curto para efetuar comparativos abrangentes para análise da evolução da execução das despesas. Ressaltamos que a maior parte das aquisições ocorre no final do ano pois é quando acontece a redistribuição do orçamento da união entre os órgãos públicos. Fato que ocorre tanto para material permanente quanto para material de consumo. Houve uma grande redução dos valores de aquisição de material de consumo de 2015 para 2016, pois em dezembro de 2015 adquirimos, via inexigibilidade de licitação, uma quantidade muito grande de munições para treinamento, visando à realização do CFP em 2016. Houve um aumento nas despesas com "serviço de pessoa física" tendo em vista as convocações de "colaboradores eventuais", PRFs aposentados para comporem a equipe de coordenadores e instrutores do curso de formação profissional.

2-Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade: Houve um aumento de despesa na modalidade dispensa de licitação devido aos reajustes dos valores de locação do prédio da ANPRF, energia elétrica, água entre outros. Destacamos que a ANPRF possui uma peculiaridade de despesas quando comparada com outras regionais, nossas despesas oscilam muito durante a realização de cursos de formação profissional - CFP. Tivemos um aumento considerável com despesa de serviço terceirizado, isso deve-se à mudança na classificação orçamentária dos serviços terceirizados de 2015 para 2016. Em 2015 eram classificados como "locação de mão de obra" (339037) e em 2016 passou a ser classificado como "outros serviços de terceiros" (339039).

3-Contingenciamento no exercício: O valor de investimento em 2016 foi bem abaixo do empenhado em 2015, já refletindo as dificuldades na economia do país, sobretudo com o advento dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro, encerrando assim os recursos destinados aos grandes eventos. Para o exercício de 2016 podemos ressaltar que houve a aquisição de alguns bens permanentes:

- Simulador de abordagem, julgamento e tiro;
- 04 veículos policiais tipo utilitário - GM;
- 02 veículos FIAT/UNO WAY 1.4L;
- 01 veículo descaracterizado tipo sedan - RENAULT;
- 06 aparelhos etilômetro portátil;
- Equipamentos e ferramentas para auxiliar o serviço do Patrimônio.

4-Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária: Além da restrição orçamentária, já comentada acima, o fato de as descentralizações orçamentárias ocorrerem próximo ao encerramento do exercício financeiro, em dezembro, gera um aumento no volume de empenhos inscritos em restos a pagar. Iniciamos o ano de 2016 com R\$ 7.799.907,21 nesta situação, durante o decorrer do ano conseguimos liquidar e pagar R\$ 5.212.632,72, demonstrando a preocupação da administração em resolver as pendências orçamentárias para que o ciclo da execução das

despesas seja completo.

200230

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.993.578.702,47	95,47%	2.900.727.814,61	96,72%	2.993.578.702,47	95,47%	2.900.690.023,95	96,72%
k) Pagamento em Folha	2.993.527.617,21	95,47%	2.900.727.814,61	96,72%	2.993.527.617,21	95,47%	2.900.690.023,95	96,72%
l) Diárias	51.085,26	0,00%		0,00%	51.085,26	0,00%		0,00%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	2.993.578.702,47	95,47%	2.900.727.814,61	96,72%	2.993.578.702,47	95,47%	2.900.690.023,95	96,72%
6. Total das Despesas da UPC	3.135.732.980,82		2.999.161.528,68		3.135.732.980,82		2.999.123.738,02	

As despesas executadas referem-se, em sua maioria, ao pagamento de pessoal, apenas a partir do segundo semestre de 2016 houve o pagamento de diárias administrativas.

As despesas de pessoal refletem os lançamentos do SIAPE, não havendo ingerência por parte desta Unidade Gestora.

As diárias administrativas foram utilizadas na convocação de servidores para capacitação e/ou apoio nas atividades administrativas do DPRF.

200232

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.306.929,36	52,87%	2.968.280,02	75,56%	1.135.143,66	36,29%	1.047.836,39	53,27%
d) Pregão	2.306.929,36	52,87%	2.968.280,02	75,56%	1.135.143,66	36,29%	1.047.836	53,27%
2. Contratações Diretas (h+i)	538.695,20	12,34%	196.947,32	5,01%	481.047,77	15,38%	160.672,44	8,17%
h) Dispensa	64.864,91	1,49%	46.081,92	1,17%	51.389,16	1,64%	33.680	1,71%
i) Inexigibilidade	473.830,29	10,86%	150.865,40	3,84%	429.658,61	13,74%	126.993	6,46%
3. Regime de Execução Especial	742,60	0,02%	3.565,00	0,09%	742,60	0,02%	395,50	0,02%
j) Suprimento de Fundos	742,60	0,02%	3.565,00	0,09%	742,60	0,02%	396	0,02%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.407.920,25	32,26%	719.162,32	18,31%	1.407.920,25	45,01%	717.848,17	36,49%
l) Diárias	1.407.920,25	32,26%	719.162,32	18,31%	1.407.920	45,01%	717.848	36,49%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	4.254.287,41	97,49%	3.887.954,66	98,97%	3.024.854,28	96,70%	1.926.752,50	97,95%

6. Total das Despesas da UPC	4.363.740,01		3.928.218,95		3.128.026,34		1.967.016,79	
------------------------------	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--

1. ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS OCORRIDAS NO EXERCÍCIO 1.1. Houve um acréscimo acentuado na modalidade de licitação “inexigibilidade” em razão da aquisição de passagens aéreas de servidores convocados para as operações durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

2. CONCENTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES REALIZADAS VIA DISPENSA E INEXIGIBILIDADE 2.1. O aumento em despesa executada na modalidade de inexigibilidade decorreu da mudança na forma de aquisição de passagens aéreas de servidores convocados para as operações durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, a qual passou a ser realizada pela Regional através de um contrato nacional na forma descentralizada de compra e, também, pelo pagamento de despesas com publicação de documentos oficiais na Imprensa Nacional, Internet, Correios, Periódicos, EBC, IPEM/AM, Energia Elétrica, Água e Esgoto Sanitário e Cursos de Capacitação.

3. CONTINGENCIAMENTO NO EXERCÍCIO 3.1. Algumas demandas de 2016 não puderam ser executadas (aquisição de carreta tanque e contratação de serviço de fiscalização de peso por balança) por falta de limite orçamentário no final do exercício financeiro, as quais necessariamente terão que ser retomadas no ano de 2017.

4. EVENTOS NEGATIVOS OU POSITIVOS SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4.1. De forma negativa, registra-se: 4.1.1. A impossibilidade de aquisição de uma carreta tanque que realizaria o serviço de transporte de combustível entre a cidade de Boa Vista/RR e a UOP Pacaraima (Fronteira Brasil/Venezuela); 4.1.2. Por indisponibilidade de recursos financeiros, esta Regional ficou impossibilitada de contratar serviço de fiscalização de peso por meio de balança eletrônica; 4.1.3. A reduzida equipe de trabalho na SAF/RR, contando com um limitado quadro de servidores, ainda, cabe ressaltar a dificuldade logística apresentada pela região Norte do Brasil. 5. OUTRAS QUESTÕES RELEVANTES 5.1. No exercício de 2016, houve execução de despesa relativa a apenas R\$ 742,60 em suprimento de fundos. No tocante ao pagamento de pessoal, constata-se que houve um aumento expressivo nessas despesas, motivado pelo pagamento de diárias de servidores convocados para as operações durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Cabe lembrar que houve também majoração no valor das diárias no período de realização dos jogos olímpicos.

200233

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	8.689.609,36	85,03%	5.461.416,54	86,53%	5.065.701,94	78,72%	1.053.865,65	56,66%
c) Concorrência	1.390.060,62	13,60%		0,00%	56.109,16	0,87%		0,00%
d) Pregão	7.299.548,74	71,43%	5.461.416,54	86,53%	5.009.593	77,85%	1.053.866	56,66%
2. Contratações Diretas (h+i)	461.991,08	4,52%	265.065,93	4,20%	311.382,32	4,84%	221.291,07	11,90%
h) Dispensa	108.038,79	1,06%	99.885,86	1,58%	64.456,68	1,00%	93.856	5,05%
i) Inexigibilidade	353.952,29	3,46%	165.180,07	2,62%	246.925,64	3,84%	127.435	6,85%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	977.222,03	9,56%	520.422,15	8,25%	977.222,03	15,19%	520.422,15	27,98%

l) Diárias	977.222,03	9,56%	520.422,15	8,25%	977.222,03	15,19%	520.422	27,98%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	10.128.822,47	99,12%	6.246.904,62	98,98%	6.354.306,29	98,74%	1.795.578,87	96,54%
6. Total das Despesas da UPC	10.218.911,11		6.311.320,30		6.435.113,81		1.859.994,55	

Alterações significativas ocorridas no exercício: O aumento da despesa com concorrência em 2016, comparado a 2015, se deu devido à contratação de empresa especializada na execução de reforma e ampliação na UOP de Oiapoque/AP, conforme concorrência 01/2016, UASG 200233, processo 08673000812201539, se tratando de um posto de fiscalização localizado em um município de fronteira; à contratação de empresa para confecção do projeto básico para: construção da nova sede administrativa da SRPRF-AP, construção de pátio coberto para veículos, stand de tiros na UOP001 e área coberta para fiscalização de veículos na UOP001 e construção da UOP002-tartarugalzinho, conforme concorrência 0020/2014, IRP 004/2014, UG 200125-SRPRF-SC. A maior despesa decorrente de pregão foi o reforço do orçamento para arcar com a construção das torres do Projeto Rádio Digital e o sistema de energia ininterrupto para alimentação dessas torres. Houve ainda o aumento de despesas em diversas áreas, nas quais podemos destacar:

- Acréscimo acentuado nas diárias pagas em virtude da convocação de elevado número de servidores da SRPRF/AP para participação da segurança dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro por diversos meses e também pelo fato do valor da diária ter sido majorado para o período;
- Aquisição de mobiliário para a recém-aberta UOP02 no município de Tartarugalzinho/AP.
- Aumento da despesa com manutenção de viaturas devido à depreciação da frota ainda não renovada e a utilização mais frequente devido ao aumento do número de servidores do último concurso e o consequente aumento das equipes de policiamento. Ocorreu, ainda, a despesa com manutenção de uma viatura sinistrada, com a ocorrência em apuração.
- Aumento da despesa com consumo de combustível devido a utilização mais frequente devido ao aumento do número de servidores do último concurso e o consequente aumento das equipes de policiamento.
- Aquisição de espargidores de uso coletivo para utilização nos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro. A aquisição foi realizada por esta Regional como UCC a fim de suprir a demanda de toda PRF nos Jogos.
- Aquisição de uniforme para os novos PRF's do último concurso.
- Aquisição de 11 etilômetros.
- Aquisição de materiais de apoio às atribuições de controle de patrimônio.
- Aquisição de coletes balísticos e suas respectivas capas para todo o efetivo da Regional, considerando a proximidade do vencimento dos atuais.
- Aquisição de Smartphones para todo efetivo e impressoras térmicas para utilização no policiamento e fiscalização.
- Contratação de empresa para fiscalização da obra de reforma e ampliação da UOP03

Com exceção do primeiro item citado (pagamento de diárias – modalidade não se aplica), as demais despesas decorreram de licitações na modalidade pregão, diretamente realizado pela UPC ou via adesão/participação.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade: O aumento em despesa executada na modalidade de Inexigibilidade decorreu da mudança na forma de aquisição de passagens aéreas, a qual passou a ser realizada pela regional através de um contrato nacional na forma

descentralizada de compra. Houve, também, aumento de despesas com os CORREIOS, em virtude de atuação mais intensa do Núcleo de Multas e Penalidades, devido à posse e exercício de mais servidores, dos quais o Núcleo se encontrava em déficit. As maiores despesas liquidadas através da Dispensa de Licitação são compostas pelo pagamento de energia elétrica consumida por todas as Unidades da SRPRF/AP, devido ao aumento do número de servidores referentes ao último concurso, corroborada com o aumento da tarifa de energia.

Contingenciamento no exercício: algumas demandas de 2016 não puderam ser executadas por falta de limite orçamentário no final do exercício financeiro, as quais deverão ser reassumidas no ano de 2017.

Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária: O fato das descentralizações de recursos orçamentários para empenho ocorrerem próximo ao encerramento do exercício, no mês de dezembro, gerou um aumento no volume de despesas inscritas em restos a pagar.

Outras questões relevantes: no exercício de 2016, não houve execução de despesa relativa a suprimento de fundos. A limitação de pessoal é um dos grandes desafios desta Superintendência. Os setores relacionados a administração de orçamento e finanças, contratos e licitações estão sobrecarregados de serviços, prejudicando, assim, o planejamento, execução e controle das contratações necessárias. O problema torna-se ainda maior quando ocorre afastamento ou remoção de servidores, visto que em muitas áreas não há substitutos. Além disso, é elevado o número de servidores que são removidos, pois os aprovados em concursos destinados ao Amapá são, em sua maioria esmagadora (na proporção de 40 para 1), de outros estados do País, resultando a esta Regional um número de pessoal em déficit.

200235

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	67.011,92	24,24%						
d) Pregão	67.011,92	24,24%						
2. Contratações Diretas (h+i)	205.862,69	74,48%			184.118,12	98,11%		
h) Dispensa	200.887,92	72,68%			181.289,38	96,60%		
i) Inexigibilidade	4.974,77	1,80%			2.828,74	1,51%		
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	272.874,61	98,72%			184.118,12	98,11%		
6. Total das Despesas da UPC	276.417,75				187.661,26			

Alterações significativas ocorridas no exercício: A UG 200235 da SRPRF/AC é nova, foi criada em abril/2016, por isso ainda não é possível avaliar qualquer tipo de evolução ou alteração de tipos de gastos ou investimentos ocorridos no ano de 2016 em relação a exercício anterior.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade: São contratos de luz e água que foram sub-rogados da UG anterior 200131(SRPRF/RO-AC), para a UG 200235(SRPRF/AC) e houve uma contratação de reforma emergencial na UPO 02 em Xapuri que estava funcionando em condições precaríssimas.

Contingenciamento no exercício: Muitas de nossas necessidades ainda não puderam ser executadas por falta de limite orçamentário esperamos que para o ano de 2017 tenhamos. Persistindo a falta limite orçamentário ou havendo contingenciamento do mesmo, pode impactar negativamente nas atividades que devem ser executadas por esta regional, trazendo um real prejuízo ao serviço e consequentemente a sociedade, haja vista, que não tivemos possibilidade de realizar algumas contratações que são vitais para o bom andamento do serviço, como o de vigilância armada por exemplo.

Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária: de forma negativa, registra-se a falta de experiência da equipe de trabalho do NAF/AC, limitado quadro de servidores, desenvolvimento ações extremamente complexas por servidores sem experiência alguma nesta atividade e restrições orçamentárias. Como positivo podemos destacar o empenho da equipe PRF em aprender e executar as atividades relativas a execução orçamentaria.

200257

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	425.643,79	99,67%			425.643,79	99,67%		
l) Diárias	425.643,79	99,67%			425.643,79	99,67%		
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	425.643,79	99,67%			425.643,79	99,67%		
6. Total das Despesas da UPC	427.045,78				427.045,78			

Alterações significativas ocorridas no exercício: a UG foi criada em 01º de novembro de 2016, razão pela qual não há valores para o exercício de 2015.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade: Não se aplica.

Contingenciamento no exercício: Nos últimos meses do ano de 2016 tivemos um período sem limites orçamentários, contudo foi mantido o recurso disponível.

Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária: Não se aplica.

Outras questões relevantes: Não se aplica.

200258

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	51.608,10	100,00%			51.608,10	100,00%		
l) Diárias	51.608,10	100,00%			51.608,10	100,00%		
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	51.608,10	100,00%			51.608,10	100,00%		
6. Total das Despesas da UPC	51.608,10				51.608,10			

200259

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	211.483,06	100,00%			211.483,06	100,00%		
l) Diárias	211.483,06	100,00%			211.483,06	100,00%		
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	211.483,06	100,00%			211.483,06	100,00%		
6. Total das Despesas da UPC	211.483,06				211.483,06			

Ficaram evidenciados como resultados nos respectivos demonstrativos de execução orçamentárias computadas para o exercício financeiro de 2016, valores registrados em patamar de execução orçamentária muito aquém do potencial de utilização de recursos historicamente realizados, em simples razão de que a gestão das atividades inerentes aos pagamentos devidos por indenização a servidores para ter exercício em outras localidades, pagamento de diárias a membros de comissões sindicantes e/ou processantes, estariam, doravante, após edição da Portaria nº 384/2016-DG, condicionados à execução da ordenação de despesas da UG 200259 Corregedoria-Geral, sendo que, em consequência da redistribuição ordinária dos limites orçamentários em detrimento do imediato funcionamento da referida UG, produzido reflexos orçamentários de execução insignificantes no ambiente organizacional, haja vista estarem refletidas despesas delimitadas a único trimestre de execução do trabalho produzido por única unidade. Desta forma, ressalta-se como plenamente satisfatórios os esforços de resultados produzidos pelo conjunto de ações de corregedoria consolidados no mapa de registro cartorial da Unidade CG, relatório através do qual encontra-se parametrizado o conjunto de resultados produzidos em contrapartida à execução orçamentária aferida. Todavia, faz-se oportuno, principalmente, para fins de ratificação do mecanismo de controle orçamentário utilizado pela UG 200259 ser efetivamente mensurável, sempre pela aferição individualizada nos registros cartoriais elencados pelo Relatório Correicional CG, embora que para fins de mensuração da sinergia produzida pelo conjunto de ações de corregedoria em âmbito nacional, adote-se como parâmetro o Relatório Correicional CG, referência de pesquisa: Plano Interno.

200260

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	58.781,75	100,00%			58.781,75	100,00%		
l) Diárias	58.781,75	100,00%			58.781,75	100,00%		
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	58.781,75	100,00%			58.781,75	100,00%		
6. Total das Despesas da UPC	58.781,75				58.781,75			

Alterações significativas ocorridas no exercício: considerando que a UG foi criada em 01 de novembro de 2016, não há considerações de execuções orçamentária para o exercício de 2015. Os apontamentos de execução orçamentária ao exercício de 2016 referem-se, tão somente, a pagamentos de diárias administrativas conforme planilha anexa ao processo, não se aplicando, assim, considerações referentes a modalidades de licitações.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade: não se aplica.

Contingenciamento no exercício: o contingenciamento orçamentário informado pelo Decreto nº 8.859, de 26 de setembro de 2016, SEI nº 3378308, que dispõe sobre a Programação Orçamentária e Financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2016, o qual determinou o bloqueio no SIAFI das Dotações Orçamentárias sem o respectivo Limite para Movimentação e Empenho e que foi informado à CGPLAM através do processo SEI 08650.022873/2016-04, limitou algumas convocações por parte das Divisões Administrativas desta Coordenação Geral, que por consequência, adiaram o andamento de alguns projetos e readequaram o quadro de convocações de servidores à disponibilização de recursos orçamentários.

Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária: não se aplica.

Outras questões relevantes: não se aplica.

Unidade	Exercício		
	2014	2015	2016
SAF	4	9	8
NUDOC	2	2	2
NUOFI	3	2	3
NUPAT	6	4	3
NUSEG	9	9	7
NUTEL	4	4	4
Total	28	30	27

DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA (Quadro XV)

200109								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	123.524.276,78	129.167.854,40	101.958.316,50	100.815.360,68	21.565.960,28	28.352.493,72	99.319.499,09	99.746.812,41
MATERIAL DE CONSUMO	39.869.474,24	17.276.621,64	16.621.279,21	10.708.629,76	23.248.195,03	6.567.991,88	16.621.279,21	10.708.629,76
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	3.846.832,04	8.472.684,32	3.058.325,78	6.705.743,55	788.506,26	1.766.940,77	3.058.325,78	6.705.743,55
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	7.632.888,04	3.898.665,26	7.632.888,04	3.898.665,26			7.632.888,04	3.898.665,26
SERVICOS DE CONSULTORIA	7.040.867,16	2.403.866,00	5.001.430,23	739.811,91	2.039.436,93	1.664.054,09	5.001.430,23	739.811,91
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	98.018,53	52.000,00	61.332,21	36.371,47	36.686,32	15.628,53	61.332,21	36.371,47
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	227.913,69	43.312,92	227.913,69	43.312,92			227.913,69	43.312,92
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	198.368,30	38.613,90	198.368,30	38.613,90			198.368,30	38.613,90
INDENIZACOES E RESTITUICOES	18.126,96	17.000,00	18.126,96	6.891,62		10.108,38	18.126,96	6.891,62
DIARIAS - PESSOAL MILITAR	2.684,90	10.926,00	2.684,90	10.926,00			2.684,90	10.926,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	

4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.225.947,03	8.849.323,41	1.545.008,38	2.359.474,62	5.680.938,65	6.489.848,79	1.545.008,38	2.356.634,62
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	2.062.227,63	2.694.274,94	365.408,42	1.232.939,89	1.696.819,21	1.461.335,05	365.408,42	1.121.790,01
OBRAS E INSTALACOES		12.862,40		12.862,40				12.862,40
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	40.724,11	7.865,00	40.724,11	7.865,00			40.724,11	7.865,00
200110								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		809.410,42		649.306,30		160.104,12		649.306,30
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	2.429.850,36	421.640,38	1.327.765,58	351.847,41	1.102.084,78	69.792,97	1.327.765,58	351.847,41
MATERIAL DE CONSUMO	394.507,14	380.857,65	301.938,43	261.283,81	92.568,71	119.573,84	301.938,43	261.283,81
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	865.085,28	304.581,30	865.085,28	304.581,30			865.085,28	304.581,30
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	234.420,13	139.966,97	224.881,26	136.666,97	9.538,87	3.300,00	224.881,26	136.666,97
INDENIZACOES E RESTITUICOES	113.995,76	83.959,44	113.995,76	83.959,44			113.995,76	83.959,44
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	13.819,31		13.819,31				13.819,31	

OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	4.130,00		4.130,00				4.130,00	
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	640,00		640,00				640,00	
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	377.669,56	307.944,54	30.784,95		346.884,61	307.944,54	30.784,95	
OBRAS E INSTALACOES	2.372.879,21	10,00	2.372.879,21			10,00	2.372.879,21	
200111								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
MATERIAL DE CONSUMO	2.044.336,25	2.064.136,91	1.087.999,65	1.358.543,33	956.336,60	705.593,58	1.087.211,65	1.354.650,53
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	3.041.374,33	1.795.025,33	3.041.374,33	1.795.025,33			3.041.374,33	1.795.025,33
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	4.350.422,10	1.660.450,02	3.108.424,08	1.381.675,28	1.241.998,02	278.774,74	3.108.424,08	1.381.675,28
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	18.104,52	1.633.710,45	18.104,52	1.536.975,61		96.734,84	18.104,52	1.536.975,61
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	674.822,17	138.863,79	661.863,54	97.467,75	12.958,63	41.396,04	661.863,54	97.467,75
INDENIZACOES E RESTITUICOES	346.013,34	109.590,96	346.013,34	109.590,96			346.013,34	109.590,96

DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	265.722,81	71.586,45	106.717,86	71.586,45	159.004,95		106.717,86	71.586,45
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	44.978,41	17.474,49	44.978,41	17.474,49			44.978,41	17.474,49
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	28.877,88	12.206,09	28.877,88	12.206,09			28.877,88	12.206,09
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	5.980,25	1.794,80	5.980,25	1.794,80			5.980,25	1.794,80
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	821.364,40	554.126,22	30.144,32	44.872,88	791.220,08	509.253,34	30.144,32	44.872,88
200112								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	5.432.786,04	2.115.705,66	4.612.583,20	1.624.486,21	820.202,84	491.219,45	4.572.480,72	1.614.586,21
MATERIAL DE CONSUMO	1.999.272,95	1.849.644,19	1.363.076,12	1.416.112,05	636.196,83	433.532,14	1.363.076,12	1.300.195,35
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		1.629.984,63		1.396.453,93		233.530,70		1.396.453,93
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.830.634,39	1.123.965,30	2.777.859,20	1.123.965,30	52.775,19		2.775.657,08	1.123.965,30
INDENIZACOES E RESTITUICOES	164.144,58	200.322,51	116.020,90	200.322,51	48.123,68		116.020,90	200.322,51

PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	364.538,70	181.754,90	290.350,38	105.189,48	74.188,32	76.565,42	290.350,38	105.189,48
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	105.146,33	85.442,63	105.146,33	85.442,63			105.146,33	85.442,63
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	26.396,48	14.311,02	22.898,73	11.582,63	3.497,75	2.728,39	22.898,73	11.582,63
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	2.301,00	1.599,50	2.301,00	1.599,50			2.301,00	1.599,50
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES		1.379,75		1.379,75				1.379,75
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	711.685,16	1.013.634,05	78.851,34	331.301,85	632.833,82	682.332,20	78.851,34	331.301,85
OBRAS E INSTALACOES	239.575,47				239.575,47			
200113								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	4.846.598,79	3.310.457,63	3.825.241,49	1.835.305,84	1.021.357,30	1.475.151,79	3.825.241,49	1.835.305,84
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		2.168.699,94		1.711.686,29		457.013,65		1.711.686,29

MATERIAL DE CONSUMO	1.795.676,88	1.779.201,38	1.163.695,52	1.002.734,65	631.981,36	776.466,73	1.163.695,52	1.002.734,65
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.700.608,77	1.344.541,62	2.700.608,77	1.344.541,62			2.700.608,77	1.344.541,62
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	65.240,29	73.236,54	65.240,29	73.236,54			65.240,29	73.236,54
INDENIZACOES E RESTITUICOES	69.892,23	72.792,44	69.892,23	72.792,44			69.892,23	72.792,44
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	64.559,84	59.750,34	64.559,84	28.725,76		31.024,58	64.559,84	28.725,76
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	297.516,30	24.083,27	204.604,84	19.595,59	92.911,46	4.487,68	204.604,84	19.595,59
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	432,00	409,33	432,00	63,06		346,27	432,00	63,06
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	10.225,30		10.225,30				10.225,30	
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OBRAS E INSTALACOES	291.641,32	2.753.804,75	112.359,93	488.420,16	179.281,39	2.265.384,59	112.359,93	488.420,16
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.185.536,08	571.347,27	252.433,67	233.865,00	933.102,41	337.482,27	252.433,67	233.865,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	101.007,00		63.054,00		37.953,00		63.054,00	
200114								
DESPESAS CORRENTES								

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	6.164.229,77	3.323.434,77	5.089.592,68	2.597.974,43	1.074.637,09	725.460,34	5.089.592,68	2.597.974,43
MATERIAL DE CONSUMO	2.919.806,35	3.206.521,88	2.092.861,55	2.357.227,55	826.944,80	849.294,33	2.092.861,55	2.086.039,74
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		2.101.022,30		1.925.694,08		175.328,22		1.925.694,08
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	3.668.818,14	1.814.875,97	3.668.818,14	1.814.875,97			3.668.818,14	1.814.875,97
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	10.103,41	375.092,37	10.103,41	375.092,37			10.103,41	375.092,37
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	278.336,04	109.997,51	277.579,16	102.211,19	756,88	7.786,32	277.579,16	102.211,19
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	143.585,48	92.743,76	143.585,48	92.743,76			143.585,48	92.743,76
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	38.224,94	37.545,45	30.665,62	33.207,26	7.559,32	4.338,19	30.665,62	33.207,26
INDENIZACOES E RESTITUICOES	38.959,96	30.267,19	38.959,96	30.267,19			38.959,96	30.267,19
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1.564,10	4.909,40	1.564,10	4.909,40			1.564,10	4.909,40
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.311.251,00	1.003.156,72	107.392,40	469.439,57	1.203.858,60	533.717,15	107.392,40	469.439,57

OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	995.015,28				995.015,28			
200115								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
MATERIAL DE CONSUMO	4.341.663,32	4.625.758,69	3.022.250,88	3.315.910,13	1.319.412,44	1.309.848,56	3.022.250,88	3.315.910,13
INDENIZACOES E RESTITUICOES	8.665.082,40	3.804.045,36	8.574.766,86	165.167,29	90.315,54	3.638.878,07	8.574.766,86	165.167,29
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	9.353.718,41	3.469.909,46	5.828.687,97	2.973.861,47	3.525.030,44	496.047,99	5.828.687,97	2.973.861,47
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		2.866.555,89		2.543.355,53		323.200,36		2.543.355,53
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	4.934.428,14	2.288.543,70	4.934.428,14	2.288.543,70			4.934.428,14	2.288.543,70
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	323.465,99	125.612,64	253.502,42	67.641,61	69.963,57	57.971,03	253.502,42	67.641,61
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	202.084,55	118.033,38	202.084,55	118.033,38			202.084,55	118.033,38
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.234.665,58	30.755,01	2.234.665,58	30.755,01			2.234.665,58	30.755,01
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	11.547,82	11.397,25	10.215,35	10.437,96	1.332,47	959,29	10.215,35	10.437,96
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	265,50	1,00	265,50			1,00	265,50	

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.448.867,40	1.408.964,88	87.808,00	17.288,00	5.361.059,40	1.391.676,88	87.808,00	17.288,00
OBRAS E INSTALACOES		881.914,81		551.356,08		330.558,73		551.356,08
200116								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	9.821.113,41	4.658.884,44	7.587.844,27	2.173.063,96	2.233.269,14	2.485.820,48	7.587.844,27	2.040.225,00
MATERIAL DE CONSUMO	5.202.083,30	3.850.923,70	3.708.810,59	2.315.995,08	1.493.272,71	1.534.928,62	3.705.760,59	2.315.995,08
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		2.532.261,11		2.057.167,13		475.093,98		2.057.167,13
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	3.403.683,54	1.722.393,24	3.403.683,54	1.722.393,24			3.403.683,54	1.722.393,24
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	262.983,63	208.691,43	247.115,90	206.411,60	15.867,73	2.279,83	247.115,90	165.163,76
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	210.877,44	159.909,97	210.877,44	159.909,97			210.877,44	159.909,97
INDENIZACOES E RESTITUICOES	205.737,49	109.393,03	205.737,49	109.393,03			205.737,49	109.393,03
SERVICOS DE CONSULTORIA	41.500,00	41.568,04		41.568,04	41.500,00			41.568,04

OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	23.471,46	6.074,66	6.088,12	6.074,66	17.383,34		6.088,12	6.074,66
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	10.204,50	3.760,10	10.203,50	3.760,10	1,00		10.203,50	3.760,10
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	26.763,94	1.835,34	26.763,94	1.835,34			26.763,94	1.835,34
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.906.168,72	3.831.104,69	1.920.987,36	1.549.668,92	4.985.181,36	2.281.435,77	1.920.987,36	818.490,92
OBRAS E INSTALACOES		1.163.800,00				1.163.800,00		
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.		944.777,96				944.777,96		
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		594.338,50				594.338,50		
200117								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	6.437.203,93	5.539.124,89	5.176.296,66	4.149.451,80	1.260.907,27	1.389.673,09	5.165.811,99	4.149.451,80
MATERIAL DE CONSUMO	3.105.677,85	2.949.949,59	2.269.525,82	2.340.744,14	836.152,03	609.205,45	2.269.525,82	2.169.944,14
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	3.936.212,10	1.639.903,27	3.936.212,10	1.639.903,27			3.936.212,10	1.639.903,27

LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	-	1.168.736,02		961.235,02		207.501,00		961.235,02
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	124.667,20	106.870,77	124.667,20	106.870,77			124.667,20	106.870,77
INDENIZACOES E RESTITUICOES	57.453,76	92.678,24	57.453,76	92.678,24			57.453,76	92.678,24
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	46.032,41	61.360,03	46.032,41	61.360,03			46.032,41	61.360,03
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	159.765,35	54.502,76	159.760,35	41.909,55	5,00	12.593,21	159.760,35	41.909,55
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	9.851,16	6.542,10	9.598,34	6.352,01	252,82	190,09	9.383,99	6.352,01
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	3.805,50	4.071,00	3.805,50	4.071,00			3.805,50	4.071,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	766.785,60	1.193.817,02	20.212,36	321.426,82	746.573,24	872.390,20	20.212,36	321.426,82
200118								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	9.825.536,94	4.974.775,28	7.837.353,21	3.318.777,60	1.988.183,73	1.655.997,68	7.837.353,21	3.277.772,76

MATERIAL DE CONSUMO	5.324.298,78	4.370.651,14	3.475.372,57	3.215.386,30	1.848.926,21	1.155.264,84	3.475.372,57	3.200.250,16
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	42.083,33	3.532.234,10	41.995,66	3.080.181,92	87,67	452.052,18	41.995,66	3.080.181,92
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	5.697.109,71	1.966.777,40	5.697.109,71	1.966.777,40			5.696.670,67	1.966.777,40
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	40.591,92	97.100,78	40.591,92	97.100,78			40.591,92	97.100,78
INDENIZACOES E RESTITUICOES	120.478,46	96.939,39	120.478,46	96.939,39			120.478,46	96.939,39
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	52.766,66	74.612,50	50.013,95	73.030,90	2.752,71	1.581,60	50.013,95	73.030,90
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	83.777,70	58.266,68	76.306,82	53.180,89	7.470,88	5.085,79	76.306,82	53.180,89
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	308.970,86	50.394,26	280.403,32	19.825,79	28.567,54	30.568,47	280.403,32	19.825,79
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	65.512,90	38.339,24	62.924,90	38.339,24	2.588,00		62.924,90	38.339,24
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.475.785,25	3.670.795,24	131.044,00	617.376,87	5.344.741,25	3.053.418,37	131.044,00	617.376,87
OBRAS E INSTALACOES	5.424.116,79	3.479.206,48	576.514,30		4.847.602,49	3.479.206,48	576.514,30	
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	332.927,60	1.452.107,98		64.122,80	332.927,60	1.387.985,18		64.122,80

DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	214.695,20		214.695,20				214.695,20	
200119								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	8.710.023,75	4.415.158,20	6.886.457,81	3.394.274,48	1.823.565,94	1.020.883,72	6.886.457,81	3.367.994,07
MATERIAL DE CONSUMO	6.234.863,85	4.331.837,74	4.086.807,72	3.364.293,83	2.148.056,13	967.543,91	4.086.799,43	3.238.070,75
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		3.263.758,77		2.879.016,18		384.742,59		2.879.016,18
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	5.127.281,71	2.316.178,52	5.127.281,71	2.316.178,52			5.126.983,93	2.316.178,52
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	123.794,24	99.600,63	123.794,24	99.600,63			123.794,24	99.600,63
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	494.183,43	71.903,94	402.200,44	59.898,94	91.982,99	12.005,00	402.200,44	59.898,94
INDENIZACOES E RESTITUICOES	169.741,79	28.825,25	169.741,79	28.825,25			169.741,79	28.825,25
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	23.140,75	21.855,46	20.125,87	19.782,17	3.014,88	2.073,29	20.125,87	19.782,17
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	80.212,15	16.021,34	80.212,15	16.021,34			80.212,15	16.021,34
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	38.167,10	8.851,70	36.983,90	8.478,08	1.183,20	373,62	36.983,90	8.478,08
DESPESAS DE CAPITAL								

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OBRAS E INSTALACOES		3.964.457,70				3.964.457,70		
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.615.213,12	1.273.971,99	156.354,32	22.325,44	4.458.858,80	1.251.646,55	156.354,32	22.325,44
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	211.088,35	12.219,34		7.959,35	211.088,35	4.259,99		7.959,35

200120

DESPESAS CORRENTES

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	4.267.645,95	3.482.298,28	2.868.450,74	1.540.602,76	1.399.195,21	1.941.695,52	2.867.031,54	1.525.872,20
MATERIAL DE CONSUMO	3.851.342,52	2.230.454,42	1.839.855,42	1.830.337,27	2.011.487,10	400.117,15	1.834.424,73	1.680.074,13
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		1.589.290,38		1.180.222,96		409.067,42		1.180.222,96
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.356.102,54	1.067.759,93	2.356.102,54	1.067.759,93			2.356.102,54	1.067.759,93
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	242.155,93	71.614,63	242.155,93	31.180,89		40.433,74	242.155,93	31.180,89
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	55.562,41	47.541,46	36.772,45	36.789,30	18.789,96	10.752,16	36.772,45	36.789,30
INDENIZACOES E RESTITUICOES	141.390,52	30.421,05	141.390,52	30.421,05			141.390,52	30.421,05
OUTROS BENEF.ASSIST.	32.610,46	15.138,00	32.610,46	15.138,00			32.610,46	15.138,00

DO SERVIDOR E DO MILITAR								
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	8.339,10	9.707,90	8.339,10	9.707,90			8.339,10	9.707,90
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	18.548,42		18.548,42				18.548,42	
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OBRAS E INSTALACOES		2.655.165,37		69.918,21		2.585.247,16		69.918,21
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.		2.345.426,08				2.345.426,08		
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	949.069,06	511.180,31	290.900,00	1.125,00	658.169,06	510.055,31	290.900,00	1.125,00
200121								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	4.287.132,96	2.537.625,02	3.328.431,24	1.763.526,03	958.701,72	774.098,99	3.220.620,31	1.763.053,07
MATERIAL DE CONSUMO	2.627.351,80	2.037.837,53	1.645.440,34	1.329.656,70	981.911,46	708.180,83	1.645.440,34	1.270.152,62
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		1.488.597,61		1.340.989,97		147.607,64		1.340.989,97
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.491.239,82	1.342.371,46	2.491.239,82	1.342.371,46			2.491.239,82	1.342.371,46

DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES		89.338,47		89.338,47				89.338,47
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	48.123,68	48.824,36	48.123,68	48.824,36			48.123,68	48.824,36
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	213.605,55	42.851,78	155.427,56	30.759,58	58.177,99	12.092,20	155.427,56	30.759,58
INDENIZACOES E RESTITUICOES	42.272,55	38.007,31	42.272,55	38.007,31			42.272,55	38.007,31
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	13.612,64	28.158,32	12.411,24	2.472,84	1.201,40	25.685,48	12.411,24	2.472,84
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.831.639,34	705.370,32	332.064,13	78.414,00	1.499.575,21	626.956,32	332.064,13	
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	204.594,00				204.594,00			
OBRAS E INSTALACOES	1.762,56		1.762,56				1.762,56	
200122								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	3.573.700,28	2.043.563,87	3.014.205,05	1.771.607,10	559.495,23	271.956,77	3.014.205,05	1.747.455,32

MATERIAL DE CONSUMO	1.344.988,14	1.579.120,98	913.630,51	1.147.802,14	431.357,63	431.318,84	913.630,51	983.788,97
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		1.414.172,14		1.301.797,35		112.374,79		1.301.797,35
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.201.476,96	1.205.728,16	2.201.476,96	1.205.728,16			2.201.476,96	1.205.728,16
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	273.044,47	121.959,90	221.012,87	110.336,28	52.031,60	11.623,62	221.012,87	85.373,49
INDENIZACOES E RESTITUICOES	22.166,63	67.164,24	22.166,63	67.164,24			22.166,63	67.164,24
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	81.683,25	36.618,27	81.683,25	36.618,27			81.683,25	36.618,27
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	38.893,81	34.059,37	38.893,81	34.059,37			38.893,81	34.059,37
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	2.124,00	2.478,00	2.124,00	2.478,00				2.478,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES		1.164,72		1.164,72				1.164,72
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.155.250,46	469.770,81	287.500,00	231.565,49	867.750,46	238.205,32	287.500,00	231.565,49
200123								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015

OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	2.767.145,81	1.298.558,15	2.496.014,45	1.002.705,83	271.131,36	295.852,32	2.496.014,45	998.258,61
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.105.871,52	1.088.122,49	2.105.871,52	1.088.122,49			2.105.871,52	1.088.122,49
MATERIAL DE CONSUMO	1.497.421,39	1.366.430,01	1.033.645,64	1.010.626,92	463.775,75	355.803,09	1.033.645,64	1.008.696,14
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	206.629,28	107.928,68	195.783,86	99.658,91	10.845,42	8.269,77	195.783,86	99.658,91
INDENIZACOES E RESTITUICOES	112.248,82	41.844,00	112.248,82	41.844,00			112.248,82	41.844,00
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	70.867,79	29.383,87	70.867,79	29.383,87			70.867,79	29.383,87
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	32.378,51	30.255,68	30.099,27	27.274,67	2.279,24	2.981,01	30.099,27	27.274,67
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.656,68	17.665,22	1.656,68	17.665,22			1.656,68	17.665,22
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		1.471.608,04		1.289.912,47		181.695,57		1.289.912,47
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	695.325,62	694.101,17	5.019,90	169.578,05	690.305,72	524.523,12	5.019,90	169.578,05
OBRAS E INSTALACOES	425.785,96	580.945,77	8.400,00	4.495,77	417.385,96	576.450,00	8.400,00	4.495,77
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	9.200,00				9.200,00			
200124								

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	5.250.304,78	2.827.034,28	4.390.240,68	2.308.069,86	860.064,10	518.964,42	4.092.697,08	2.296.740,73
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.906.961,65	1.296.936,79	1.906.961,65	1.296.936,79			1.906.961,65	1.292.204,89
MATERIAL DE CONSUMO	1.185.127,86	1.664.340,44	815.012,27	1.259.934,25	370.115,59	404.406,19	815.012,27	1.259.411,33
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	250.591,19	78.622,72	216.042,01	54.456,37	34.549,18	24.166,35	216.042,01	54.456,37
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	158.056,09	204.399,11	153.937,81	194.136,58	4.118,28	10.262,53	153.937,81	194.136,58
INDENIZACOES E RESTITUICOES	84.237,14	140.529,08	84.237,14	140.529,08			84.237,14	140.529,08
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	47.926,60	42.000,00	17.336,40	30.000,00	30.590,20	12.000,00	17.336,40	30.000,00
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	35.917,59	16.914,37	35.917,59	16.914,37			35.917,59	16.914,37
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	101,66		101,66				101,66	
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		1.447.535,20		1.273.630,03		173.905,17		1.168.627,89
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015

EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	957.053,16	464.402,73	113.611,16	168.171,61	843.442,00	296.231,12	113.611,16	166.875,00
OBRAS E INSTALACOES	900.825,30		18.101,03		882.724,27		18.101,03	
200125								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	6.670.955,84	2.824.789,55	5.241.204,78	2.062.284,45	1.429.751,06	762.505,10	5.241.204,78	2.062.284,45
MATERIAL DE CONSUMO	3.594.110,17	3.282.041,57	2.698.349,93	2.332.611,89	895.760,24	949.429,68	2.698.349,93	2.332.611,89
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	3.338.653,19	1.732.205,29	3.338.073,77	1.732.205,29	579,42		3.338.073,77	1.732.205,29
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	252.023,74	66.477,07	252.023,74	66.477,07			252.023,74	66.477,07
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	223.853,33	139.132,63	223.853,33	89.048,95		50.083,68	223.853,33	89.048,95
INDENIZACOES E RESTITUICOES	163.389,75	30.693,24	163.389,75	30.693,24			163.389,75	30.693,24
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	75.160,24	74.540,90	66.443,82	70.019,84	8.716,42	4.521,06	66.443,82	70.019,84
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	40.442,56	12.206,09	40.442,56	12.206,09			40.442,56	12.206,09
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	11.265,60	9.217,00	5.215,60	9.217,00	6.050,00		5.215,60	9.217,00

DIARIAS - PESSOAL MILITAR	4.135,50		4.135,50				4.135,50	
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		3.556.477,60		2.772.620,54		783.857,06		2.772.620,54
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.679.698,25	5.750.543,46	37.338,00	3.653.366,92	2.642.360,25	2.097.176,54	37.338,00	3.653.366,92
OBRAS E INSTALACOES	2.030.565,86	1.077.943,55	6.366,00		2.024.199,86	1.077.943,55	6.366,00	
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	137.786,87				137.786,87			
200126								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	3.164.065,96	1.416.527,97	2.485.962,91	769.400,75	678.103,05	647.127,22	2.485.962,91	769.400,75
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.115.193,29	695.751,80	2.115.193,29	695.751,80			2.115.193,29	695.751,80
MATERIAL DE CONSUMO	1.175.447,58	1.132.979,93	902.699,07	665.893,43	272.748,51	467.086,50	902.699,07	642.777,43
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	204.869,52	108.852,60	204.869,52	81.980,44		26.872,16	204.869,52	81.980,44
INDENIZACOES E RESTITUICOES	37.128,27	15.019,36	37.128,27	15.019,36			37.128,27	15.019,36

OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	32.131,03	22.523,81	31.355,34	21.949,48	775,69	574,33	31.355,34	21.949,48
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	24.412,18	39.836,50	24.412,18	39.836,50			24.412,18	39.836,50
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	8.891,27		8.891,27				8.891,27	
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	2.171,35		2.171,35				2.171,35	
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		1.511.165,26		1.270.396,11		240.769,15		1.270.396,11
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	502.103,04	550.926,08	45.701,00	162.480,00	456.402,04	388.446,08	45.701,00	162.480,00
200127								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	2.849.600,49	2.334.837,41	2.053.656,39	946.054,69	795.944,10	1.388.782,72	2.053.656,39	946.054,69
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.232.548,81	1.145.567,10	2.232.548,81	1.145.567,10			2.232.548,81	1.145.567,10
MATERIAL DE CONSUMO	1.764.654,61	1.553.523,87	1.147.489,36	1.145.340,54	617.165,25	408.183,33	1.147.489,36	1.051.837,54

PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	241.706,34	133.944,11	208.013,65	69.476,94	33.692,69	64.467,17	208.013,65	69.476,94
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	20.737,26	36.618,27	20.737,26	36.618,27			20.737,26	36.618,27
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	11.202,90	9.385,00	10.070,62	7.972,80	1.132,28	1.412,20	10.070,62	7.972,80
INDENIZACOES E RESTITUICOES	8.059,56	172.556,18	8.059,56	172.556,18			8.059,56	172.556,18
DIARIAS - PESSOAL MILITAR	1.543,50		1.543,50				1.543,50	
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES		7.421,78		7.421,78				7.421,78
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		1.126.996,27		729.811,57		397.184,70		729.811,57
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.206.021,66	734.388,96	106.468,82	201.054,25	1.099.552,84	533.334,71	106.468,82	201.054,25
OBRAS E INSTALACOES	506.855,96	3.771.653,49	32.491,85	161.232,81	474.364,11	3.610.420,68	32.491,85	161.232,81
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	260.815,09				260.815,09			
200128								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015

MATERIAL DE CONSUMO	8.000.981,08	3.147.094,41	4.595.963,53	2.382.702,95	3.405.017,55	764.391,46	4.576.735,53	2.149.826,58
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	6.087.186,99	6.472.475,81	4.943.774,65	3.410.828,69	1.143.412,34	3.061.647,12	4.935.831,55	3.318.394,17
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	3.012.102,29	1.719.535,37	3.012.102,29	1.719.535,37			3.012.102,29	1.719.535,37
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	368.633,53	135.635,82	367.633,53	110.962,11	1.000,00	24.673,71	367.633,53	110.962,11
INDENIZACOES E RESTITUICOES	108.602,40	154.061,61	108.602,40	154.061,61			108.602,40	154.061,61
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	13.676,20	13.390,28	12.205,36	12.550,05	1.470,84	840,23	12.205,36	12.550,05
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	12.206,09		12.206,09				12.206,09	
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.403,05	3.228,80	5.403,05	3.228,80			5.403,05	3.228,80
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	619,50	4.487,65	619,50	4.487,65			619,50	4.487,65
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		2.165.545,76		1.947.474,86		218.070,90		1.916.456,05
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.427.524,01	1.044.949,97	3.922.615,02	104.352,85	2.504.908,99	940.597,12	3.922.615,02	104.352,85
OBRAS E INSTALACOES	38.000,00	3.961.371,00		75.311,86	38.000,00	3.886.059,14		40.988,96
OUTROS SERVICOS DE	32.606,56	2.295.000,42	9.781,97		22.824,59	2.295.000,42	9.781,97	

TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.								
200129								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	2.329.025,30	1.101.876,34	1.985.242,58	825.161,09	343.782,72	276.715,25	1.984.673,62	825.161,09
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.641.432,05	498.236,45	1.641.432,05	498.236,45			1.641.432,05	498.236,45
MATERIAL DE CONSUMO	900.476,41	790.763,31	616.546,89	622.414,21	283.929,52	168.349,10	616.546,89	606.723,81
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	159.926,11	86.633,80	142.926,96	52.956,51	16.999,15	33.677,29	135.632,30	51.149,15
INDENIZACOES E RESTITUICOES	48.306,46	92.177,40	48.306,46	92.177,40			48.306,46	92.177,40
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	25.081,38	12.193,24	23.879,19	10.882,97	1.202,19	1.310,27	23.879,19	10.882,97
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	15.664,75	13.184,91	15.664,75	13.184,91			15.664,75	13.184,91
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		1.330.560,15		1.077.874,84		252.685,31		1.077.874,84
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR		48.824,36		48.824,36				48.824,36
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OBRAS E INSTALACOES	2.026.488,67	950.000,00	459.160,67		1.567.328,00	950.000,00	459.160,67	

EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	307.558,59	288.457,66	43.303,86	109.705,96	264.254,73	178.751,70	43.303,86	14.655,96
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	3.468,00	75.998,69			3.468,00	75.998,69		

200130

DESPESAS CORRENTES

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.	2.112.189,22	1.253.656,15	1.707.618,29	752.535,69	404.570,93	501.120,46	1.707.618,29	752.535,69
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.549.725,73	556.831,35	1.549.725,73	556.831,35			1.549.725,73	556.831,35
MATERIAL DE CONSUMO	836.324,19	968.287,47	541.461,18	629.178,63	294.863,01	339.108,84	541.461,18	601.678,63
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	148.168,58	67.695,35	148.168,58	67.695,35			148.168,58	67.695,35
INDENIZACOES E RESTITUICOES	49.440,68	108.379,54	49.440,68	108.379,54			49.440,68	108.379,54
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	36.262,75	12.206,09	36.262,75	12.206,09			36.262,75	12.206,09
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	9.056,02		9.056,02				9.056,02	
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	8.620,68	8.532,12	7.748,06	7.501,85	872,62	1.030,27	7.748,06	7.501,85
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		890.572,83		812.424,22		78.148,61		812.424,22

DESPESAS DE CAPITAL

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	380.002,34	336.194,60	59.636,00	158.432,68	320.366,34	177.761,92	59.636,00	134.222,68
OBRAS E INSTALACOES	31.990,00	179.091,52	9.597,00		22.393,00	179.091,52	9.597,00	

200131

DESPESAS CORRENTES

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	3.128.975,01	1.518.299,17	2.623.745,33	1.226.616,43	505.229,68	291.682,74	2.623.745,33	1.226.616,43
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.811.715,30	1.385.001,66	2.811.715,30	1.385.001,66			2.811.715,30	1.385.001,66
MATERIAL DE CONSUMO	2.786.761,08	2.281.644,76	1.725.862,20	1.722.953,17	1.060.898,88	558.691,59	1.725.862,20	1.722.953,17
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	650.629,99	12.363,58	591.406,89		59.223,10	12.363,58	591.406,89	
INDENIZACOES E RESTITUICOES	90.391,40	110.713,78	90.391,40	110.713,78			90.391,40	110.713,78
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	44.396,88	37.386,61	41.805,50	34.838,27	2.591,38	2.548,34	41.805,50	34.838,27
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	13.375,87	356.631,49	13.375,87	356.631,49			13.375,87	356.631,49
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	7.400,77		7.400,77				7.400,77	

DIARIAS - PESSOAL MILITAR	2.084,77		2.084,77				2.084,77	
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		1.646.619,67		1.552.773,92		93.845,75		1.552.773,92
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA		1.398,90		1.398,90				1.398,90
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OBRAS E INSTALACOES	6.937.750,00	2.750.810,00			6.937.750,00	2.750.810,00		
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.385.806,41	388.573,34	48.784,43	2.006,00	1.337.021,98	386.567,34	48.784,43	2.006,00
200139								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	2.280.049,94	842.809,44	1.776.551,23	650.882,26	503.498,71	191.927,18	1.776.201,15	650.882,26
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	715.240,44	454.530,36	715.240,44	454.530,36			715.240,44	454.530,36
MATERIAL DE CONSUMO	485.400,88	677.392,81	419.338,35	410.169,72	66.062,53	267.223,09	418.346,10	407.969,72
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	122.179,96	49.278,92	112.040,01	39.771,56	10.139,95	9.507,36	112.040,01	39.771,56
INDENIZACOES E RESTITUICOES	103.338,74	51.318,20	103.338,74	51.318,20			103.338,74	51.318,20
OUTROS BENEF.ASSIST.	12.206,09	12.206,09	12.206,09	12.206,09			12.206,09	12.206,09

DO SERVIDOR E DO MILITAR								
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	3.259,32	1.690,00	3.259,32	1.690,00			3.259,32	1.690,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1.504,50	1.927,50	1.504,50	1.927,50			1.504,50	1.927,50
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		883.825,31		777.106,07		106.719,24		777.106,07
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES		25.269,08		25.242,58		26,50		25.242,58
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	517.525,89	237.094,71	137.113,50	70.123,66	380.412,39	166.971,05	137.113,50	69.674,47
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	20,00				20,00			
200141								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	3.150.359,50	2.672.125,76	2.672.049,99	2.154.201,23	478.309,51	517.924,53	2.665.736,27	2.151.425,31
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.584.049,52	343.488,75	1.584.049,52	343.488,75			1.584.049,52	343.488,75
MATERIAL DE CONSUMO	1.124.368,33	941.079,88	734.481,58	679.692,93	389.886,75	261.386,95	725.563,40	679.692,93

PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	96.905,74	28.825,92	96.055,47	23.172,55	850,27	5.653,37	96.055,47	23.172,55
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	64.480,43	65.377,97	60.213,32	62.722,42	4.267,11	2.655,55	60.213,32	62.722,42
INDENIZACOES E RESTITUICOES	55.802,56	30.442,68	55.802,56	30.442,68			55.802,56	30.442,68
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	14.721,07	12.467,24	14.721,07	12.467,24			14.721,07	12.467,24
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA		-		-				-
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		2.044,44				2.044,44		
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR		5.607,08		5.607,08				5.607,08
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	641.104,97	758.484,02	130.059,31	96.799,47	511.045,66	661.684,55	130.059,31	96.799,47
OBRAS E INSTALACOES	97.896,64	99.543,62	81.081,64		16.815,00	99.543,62	81.081,64	
200229								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OUTROS SERVICOS DE	7.326.546,60	4.369.125,55	6.379.682,17	3.774.829,91	946.864,43	594.295,64	6.354.545,17	3.774.829,91

TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.								
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.740.340,86	5.908.830,55	2.740.340,86	5.908.830,55			2.737.491,16	5.908.830,55
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	307.424,62	1.279.494,54	307.424,62	1.279.494,54			307.424,62	1.279.494,54
MATERIAL DE CONSUMO	250.432,33	4.032.389,32	124.404,91	139.324,57	126.027,42	3.893.064,75	124.404,91	139.324,57
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	109.527,20	49.986,30	109.527,20	49.986,30			109.527,20	49.986,30
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	15.547,72	3.787,19	15.290,44	3.171,79	257,28	615,40	15.290,44	3.171,79
INDENIZACOES E RESTITUICOES	844,29		844,29				844,29	
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		1.087.300,00		612.851,06		474.448,94		612.851,06
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	700.198,78	2.489.899,83	548.250,00	77.555,59	151.948,78	2.412.344,24	548.250,00	77.555,59
200230								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.485.994.882,68	1.467.208.958,87	1.485.994.882,68	1.467.208.958,87			1.485.994.882,68	1.467.208.958,87
APOSENT.RPPS, RESER.REMUNE	889.055.526,04	851.589.117,63	889.055.526,04	851.589.117,63			889.055.526,04	851.589.117,63

R. E REFOR.MILITAR								
OBRIGACOES PATRONAIS	309.944.581,11	305.376.908,46	309.944.581,11	305.376.908,46			309.944.581,11	305.376.908,46
PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	281.476.654,84	257.228.523,35	281.476.654,84	257.228.523,35			281.476.654,84	257.190.732,69
SENTENCAS JUDICIAIS	20.045.313,99	17.665.594,47	20.045.313,99	17.665.594,47			20.045.313,99	17.665.594,47
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.854.549,91	674.937,82	5.854.549,91	674.937,82			5.854.549,91	674.937,82
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	528.287,69	530.334,61	528.287,69	530.334,61			528.287,69	530.334,61
RESSARCIMENT O DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	470.859,84	423.962,77	470.859,84	423.962,77			470.859,84	423.962,77
CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	156.961,11	29.476,63	156.961,11	29.476,63			156.961,11	29.476,63
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
AUXILIO- ALIMENTACAO		48.902.519,15		48.902.519,15			61.697.743,19	48.902.519,15
INDENIZACOES E RESTITUICOES		37.962.395,61		37.962.395,61			46.156.929,15	37.962.395,61
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA		5.920.620,49		5.920.620,49			11.319.624,87	5.920.620,49
OUTROS BENEF.ASSIST.		2.668.378,79		2.668.378,79			10.596.175,99	2.668.378,79

DO SERVIDOR E DO MILITAR								
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS		1.192.669,09		1.192.669,09			6.840.303,53	1.192.669,09
SENTENCAS JUDICIAIS							3.167.704,03	
AUXILIO-TRANSPORTE		1.093.646,25		1.093.646,25			1.561.962,23	1.093.646,25
PENSOES ESPECIAIS		341.105,11		341.105,11			402.886,03	341.105,11
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES		352.379,58		352.379,58			349.670,11	352.379,58
RESSARCIMENT O DESPESAS PESSOAL REQUISITADO							61.279,22	
DIARIAS - PESSOAL CIVIL							51.085,26	

200232

DESPESAS CORRENTES

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.406.922,55	719.162,32	1.406.922,55	719.162,32			1.406.922,5	717.848,17
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	1.028.580,37	255.020,59	818.353,19	208.656,12	210.227,18	46.364,47	818.353,19	208.656,12
MATERIAL DE CONSUMO	564.443,21	480.701,45	306.468,95	345.174,09	257.974,26	135.527,36	306.468,95	307.433,95
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	398.698,84	110.837,43	389.754,52	98.885,81	8.944,32	11.951,62	389.754,52	98.885,81

INDENIZACOES E RESTITUICOES	69.060,58	30.450,78	69.060,58	30.450,78			69.060,58	30.450,78
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.481,64	5.169,15	6.481,64	5.169,15			6.481,64	5.169,15
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	3.458,41	1.743,87	3.458,41	1.743,87			3.458,41	1.743,87
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	997,70		997,70				997,70	
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		568.706,42		521.003,07		47.703,35		521.003,07
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	567.696,71	326.380,84	126.528,80	52.095,87	441.167,91	274.284,97	126.528,80	52.095,87
OBRAS E INSTALACOES	317.400,00	1.277.598,00			317.400,00	1.277.598,00		
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.		152.448,10		23.730,00		128.718,10		23.730,00
200233								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	1.143.358,45	471.379,96	986.807,43	399.200,78	156.551,02	72.179,18	986.807,43	384.946,14
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	975.275,03	519.625,05	975.275,03	519.625,05			975.275,03	519.625,05

MATERIAL DE CONSUMO	463.527,28	632.608,05	290.360,62	329.235,59	173.166,66	303.372,46	290.360,62	260.926,09
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	311.996,40	97.601,43	225.997,39	90.531,36	85.999,01	7.070,07	225.997,39	90.531,36
INDENIZACOES E RESTITUICOES	61.709,44	27.081,23	61.709,44	27.081,23			61.709,44	27.081,23
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	12.206,19		12.206,19				12.206,19	
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.234,94	31.346,59	2.234,94	31.346,59			2.234,94	31.346,59
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1.947,00	797,10	1.947,00	797,10			1.947,00	797,10
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		574.200,40		503.197,32		71.003,08		503.197,32
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OBRAS E INSTALACOES	6.909.938,48	3.623.874,46	3.878.575,77		3.031.362,71	3.623.874,46	3.878.575,77	
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	336.717,90	332.806,03		41.543,67	336.717,90	291.262,36		41.543,67
200235								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	208.084,85		181.558,15		26.526,70		181.558,15	

MATERIAL DE CONSUMO	61.710,89				61.710,89			
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	6.622,01		6.103,11		518,90		6.103,11	
200257								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	425.643,79		425.643,79				425.643,79	
INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.401,99		1.401,99				1.401,99	
200258								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	51.608,10		51.608,10				51.608,10	
200259								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	211.483,06		211.483,06				211.483,06	
200260								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	

3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	58.781,75		58.781,75				58.781,75	

3.3.5 Desempenho operacional

Em relação ao planejado para 2016, a PRF teve os seguintes resultados operacionais, conforme quadro abaixo:

Metas PRF 2016	Planejado (IS 06/2015)	Executado	% Execução	Polaridade
Veículos Fiscalizados (un)	5.927.233	7.483.226	26%	Positiva
Pessoas Fiscalizadas (un)	5.927.233	7.774.509	31%	Positiva
Testes de Alcoleia (un)	1.778.170	1.938.368	9%	Positiva
Pessoas Alcançadas- Educação para o Trânsito (un)	1.778.170	2.496.805	40%	Positiva
Taxa de Mortalidade (%)	95,00	69,23	-27%	Negativa
Taxa de Acidentes Graves (%)	290,00	227,35	-22%	Negativa

Além destes resultados operacionais, o planejamento de aquisições para a área operacional foi executado conforme quadro abaixo:

Principais Aquisições Planejadas conforme Portaria 63/2016- DG	Licitação Concluída ?
Impressoras Térmicas	sim
Novo Uniforme	sim
Etilômetros	sim
Lanternas	sim
Coletes	sim
EPI- Motociclistas- Olimpíadas	sim

Redução da Violência no Trânsito

A PRF vem, especialmente nos últimos quatro anos, obtendo significativos resultados de redução dos índices de acidentes e mortes no trânsito em rodovias federais, sabe-se que os acidentes de trânsito, em geral, apresentam elevados custos econômicos e sociais, se materializando principalmente nos acidentes de maior letalidade, assim considerados aqueles que resultam em lesões de natureza grave ou em morte.

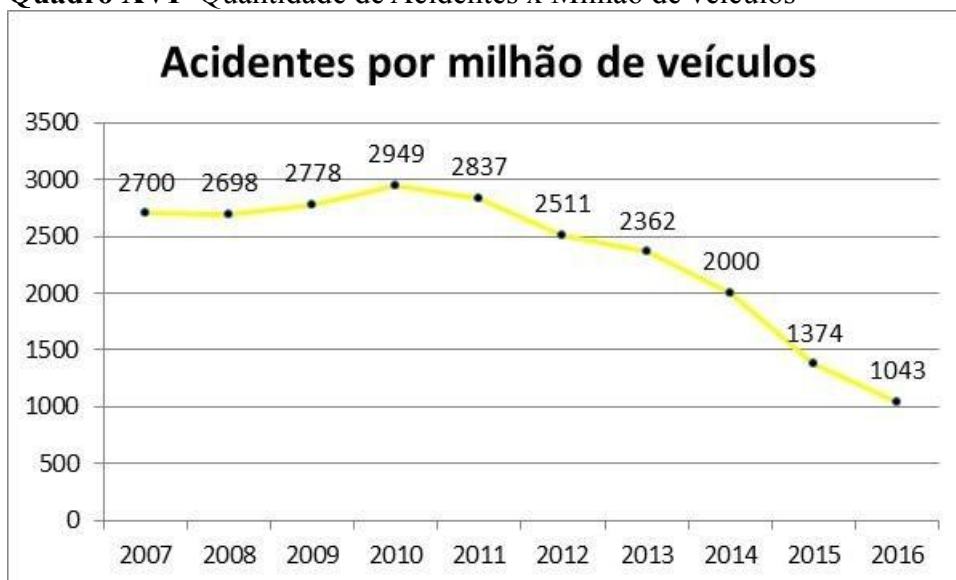
Reduzir a violência no trânsito nas rodovias federais significa, para a PRF, agir preventivamente por meio de sua presença ostensiva nos trechos sob sua circunscrição, proceder a uma rigorosa fiscalização de trânsito, realizar atendimentos eficazes e eficientes dos acidentes ocorridos, diminuindo o risco de agravamento de lesões das pessoas vitimadas e a possibilidade de outras ocorrências decorrentes da anterior, promover a educação e disseminação da cultura do trânsito seguro.

Agir com ênfase na prevenção e intervenção imediata no foco do problema, implica direcionar os recursos possíveis, humanos e materiais, para os trechos rodoviários com maior ocorrência de acidentes graves e com histórico relevante de desrespeito aos normativos de trânsito.

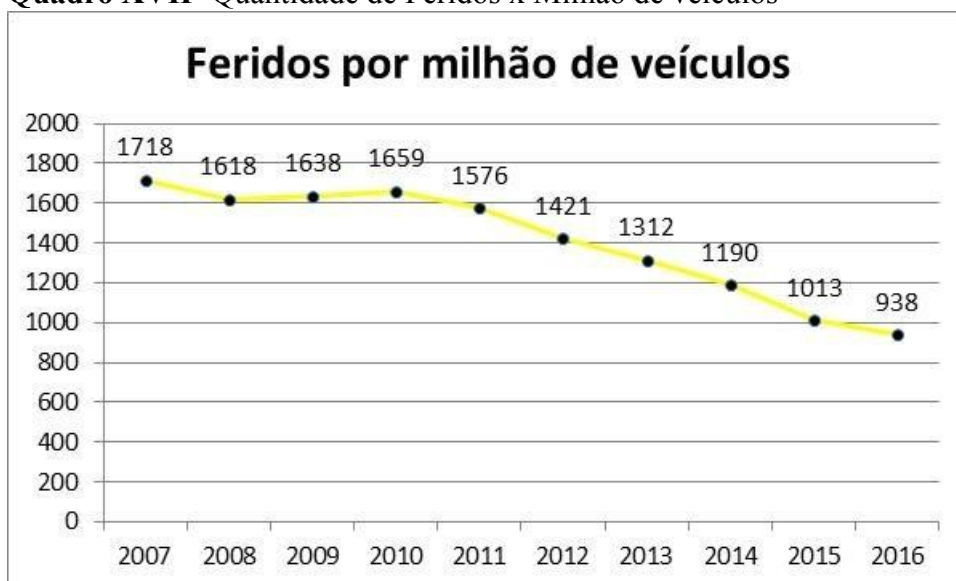
Sem prejuízo à consecução das ações operacionais acima mencionadas, afigura-se como de fundamental importância a realização de ações integradas com os demais Órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, com o Ministério Público, com os Órgãos de imprensa e com outros Órgãos Públicos (Federais, Estaduais e Municipais), com o objetivo de propor e desenvolver políticas públicas com foco na redução da violência no trânsito das rodovias federais, por meio de campanhas educativas e alterações na legislação relativa à matéria trânsito.

As ações da PRF, de policiamento e fiscalização de trânsito na malha viária de domínio da União, contribuem decisivamente para a redução do número de acidentes, mortos e feridos nas rodovias federais, principalmente se levarmos em consideração o crescente aumento da frota nacional.

Quadro XVI- Quantidade de Acidentes x Milhão de veículos



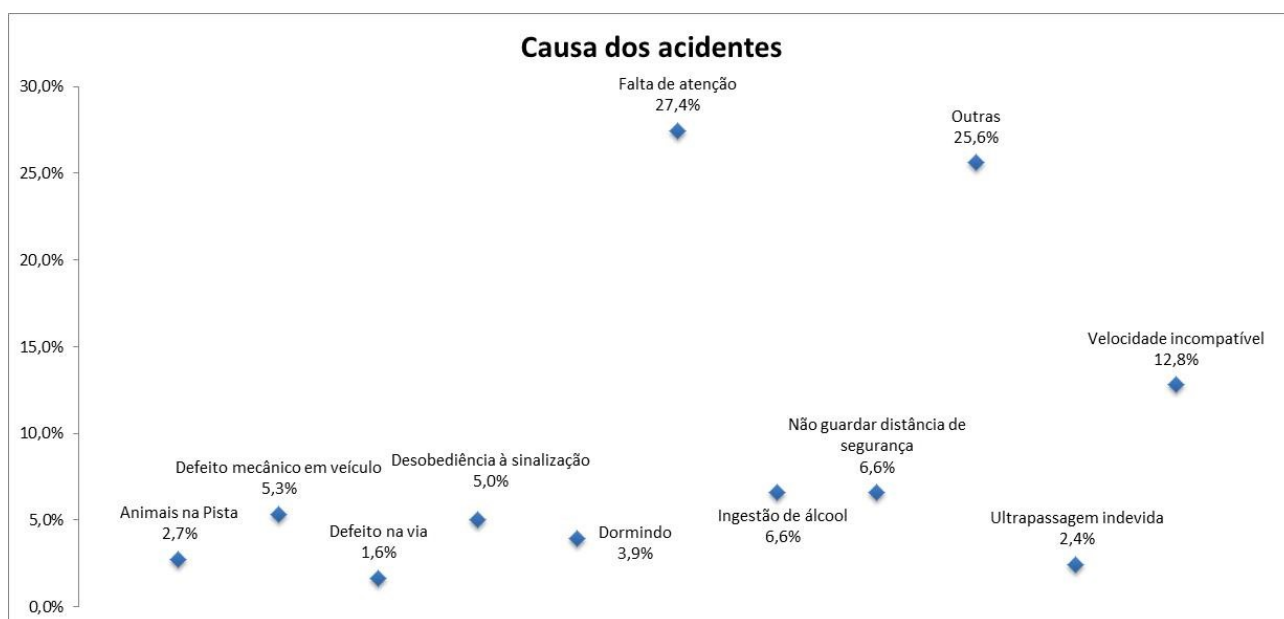
Quadro XVII- Quantidade de Feridos x Milhão de veículos



Quadro XVIII- Quantidade de Óbitos x Milhão de veículos



Quadro XIX- Principais causas de acidentes fatais



Pelo sexto ano consecutivo, a Polícia Rodoviária Federal registrou redução nos índices que medem a violência no trânsito em rodovias federais. A taxa de mortalidade caiu 10,2% em comparação a 2015.

Durante o Exercício 2016 foram registrados 96.363 acidentes, que deixaram 86.672 pessoas feridas e levaram a 6.398 óbitos. Em relação ao Exercício 2015, esses números representam uma queda de 20,92 % no total de acidentes, 3,7% no total de feridos e 6,7 % no total de mortos.

Contribuir para a Redução da Criminalidade e da Violência no País

As causas da violência podem, em grande parte, ser atribuída à necessidade de intensificação de políticas públicas de inclusão social nas áreas de educação, saúde e trabalho, entretanto há uma forte vertente para a atuação da Segurança Pública, em especial quanto às instituições policiais que a compõe, recaindo a responsabilidade pelo planejamento e elaboração de uma solução definitiva para a problemática do aumento continuado da criminalidade.

Salientamos que, em virtude do modal rodoviário adotado pelo Brasil, elo de integração nacional por onde se transporta a maior parte das riquezas produzidas no país, as rodovias federais não estão imunes a esta realidade (aumento crescente da criminalidade e da violência), o que interfere diretamente nos planejamentos e projetos conduzidos pela PRF.

Neste sentido, cada vez mais as organizações criminosas tentam utilizar-se do transporte rodoviário para a realização de condutas delitivas, tais como: tráfico de entorpecentes; roubo e furto de veículos e cargas; contrabando e descaminho; crimes contra a propriedade intelectual (pirataria); tráfico de seres humanos; crimes ambientais; exploração sexual infanto-juvenil; entre outros.

Dentre os mais variados tipos penais praticados pelos infratores, verifica-se que uma parcela significativa destes crimes repercute interestadual e/ou internacionalmente, o que evidencia a importância estratégica das rodovias federais e dos trabalhos realizados pela PRF no tocante à temática segurança pública nacional.

Em cumprimento às atribuições institucionais que lhe são afetas, a PRF vem atuando de maneira significativa no enfrentamento à criminalidade, tanto nas vias sob sua responsabilidade quanto nas áreas adjacentes, objetivando a preservação da incolumidade pública, a garantia da segurança patrimonial e a manutenção da paz social.

A PRF, principalmente em função do modal rodoviário adotado pelo Brasil, possui características que a diferencia dos demais Órgão integrantes da Segurança Pública. Esta Instituição tem se mostrado firme no enfrentamento à criminalidade, tendo em seu favor alguns pontos próprios do exercício de seu mister, quais sejam:

- Vasta malha de rodovias federais, sua principal área de atuação;
- Efetivo Policial devidamente treinado e motivado;
- Ampla experiência adquirida a partir das iterações constantes com as situações de crime;
- Facilidade de disseminação de informações e conhecimento, em decorrência de uma cadeia hierárquica horizontalizada e de uma área de ensino atuante;
- Facilidade de mobilização de efetivo, com possibilidade de alocação imediata de recursos humanos e materiais em qualquer parte do território nacional.

O enfrentamento aos mais diversos tipos de crimes que ocorrem no âmbito das rodovias federais e suas imediações, tem integrado a rotina de trabalho da PRF, com a produção de resultados significativos. Vejamos alguns exemplos:

Quadro XX- Principais apreensões

PROCEDIMENTOS	2012	2013	2014	2015	2016
Cocaína (g)	6.843.693,00	5.863.158,00	7.822.784,00	7.640.800,00	6.633.085,00
Crack (g)	1.678.843,00	1.994.178,00	884.475,00	1.112.445,00	1.241.800,00
Merla (Lata/2016(g))	123.940,00	10,00	-	460,00	1.553,00
Maconha (Kg)	88.104,98	117.673,98	168.966,62	164.529,91	220.464,75
Haxixe (g)	-	-	85.079,00	139.318,00	146.839,00
Haxixe (esferas)	124.684,00	93.547,00	111.622,00	5.941,00	-
Anfetamina / Barbitúricos (Un.)	118.107,00	249.145,00	22.084,00	98.202,00	-
Anfetamina / Barbitúricos (g)	-	-	-	60,00	828.631,00
Prisões por Tráfico (Un.)	1.922,00	2.588,00	1.969,00	1.708,00	2.156,00
Bebida (l)	98.034,00	288.500,00	213.199,00	301.422,00	124.679,00
CD/VHS/DVD (Un.)	2.351.999,00	912.289,00	613.910,00	835.654,00	165.094,00
Cigarro (Pacotes)	3.346.810,00	6.090.138,00	4.478.407,00	6.080.409,00	7.298.129,00
Combustíveis (l)	188.936,00	93.073,00	60.537,00	171.516,00	30.190,00
Equipamento de Informática (Un.)	82.873,00	49.063,00	210.747,00	84.686,00	10.218,00
Eletrônicos (Un.)	317.626,00	247.687,00	122.472,00	221.000,00	118.831,00
Medicamentos (Un.)	675.029,00	1.269.520,00	763.948,00	1.042.610,00	150.537,00
Munições (Un.)	58.001,00	53.500,00	69.712,00	135.164,00	76.760,00
Armas de fogo (Un.)	1.731,00	1.598,00	1.659,00	2.097,00	1.573,00
Animais Silvestres(Un.)	8.901,00	12.202,00	14.292,00	28.891,00	10.457,00
Carvão (m³)	5.852,00	11.050,00	34.791,00	2.603,00	3.751,00
Madeira (m³) – em revisão					
Pescados (kg)	66.024,00	51.149,00	70.569,00	64.022,00	39.576,00
Transporte incorreto de produtos perigosos (kg/2016(L))	200.662,00	223.522,00	2.547.497,00	18.191.952,00	1.890.654,00
Total de Detidos (Un.)	26.684,00	33.419,00	24.617,00	24.750,00	31.730,00
Trabalhador Libertado (Un.) Até 2015	211,00	61,00	20,00	471,00	-
Veículos recuperados (Un.)	4.566,00	5.094,00	5.448,00	5.376,00	3.820,00

Na PRF, as ações de combate à criminalidade são coordenadas pelo Comando de Operações Especializadas (COE).

O Comando de Operações Especializadas planeja suas ações operacionais de acordo com a análise das informações criminais no âmbito das rodovias federais, atuando em conjunto com as Superintendências Regionais no direcionamento das ações e de Operações para a redução da criminalidade e para o atingimento da missão institucional.

No ano de 2016 foram realizadas, sob a coordenação do COE as seguintes Operações:

- Operação Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, sendo responsável pelas coordenações do Choque, Cinotecnia, Cinturão Divisas, Cinturão Fronteiras e apoio às demais áreas.
- 06 Operações Nacionais da Força de Choque (Fluxo Livre - DF; Babaçu - MA; Bandeirantes - SP; Entorno - DF; Araucária - PR e Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, além de outras ações em âmbito regional.
- 08 Operações com a atuação do Grupo de Resposta Rápida, deste COE (Guarida-CE; Awa-Guajá-MA; RMBH-MG; Libertus/PA; Otearmas/PR; São Cristóvão/AL; Canto da Sereia/SE e Rota Segura/RJ).
- 01 Operação Temática de Enfrentamento ao Narcotráfico (OTENARCO/RJ).
- 01 Operação Temática de Combate aos Crimes Ambientais (OTECCA/PI-MA).
- 04 Operações Terminus (Áreas 01-RR, 02-MS, 03-PR e Sedere-PR e MS), de combate aos crimes transnacionais e transfronteiriços.
- 02 Operações de Combate aos Crimes contra o FISCO (Bandeirantes/SP e XI OTEFIS/RS).
- 06 Operações de Combate ao Roubo de Veículos de Transporte de Passageiros (AL, PR e MG).
- 05 Operações de Combate ao Roubo de Veículos de Transporte de Carga (SE, SP e RJ).

Em relação ao combate à criminalidade, os principais resultados que a Polícia Rodoviária Federal conseguiu entregar à sociedade em 2016 foram: apreensão de mais de 200 toneladas de maconha e 06 toneladas de cocaína, apreensão de volume de contrabando de diversas mercadorias que poderiam gerar ao país mais de 01 bilhão de reais em impostos e a prisão de mais de 20.000 pessoas pelos mais diversos crimes.

Olimpíadas

Em razão da Operação Jogos Olímpicos e Para-límpicos Rio 2016, a PRF ampliou, do dia 16 de julho a 18 de setembro de 2016, a fiscalização e a presença nas rodovias federais no Rio de Janeiro. Uma das ações adotadas pela instituição foi a criação de cinturões de fronteiras, metropolitano e de divisas, reforçando o efetivo nos principais pontos de acesso via terrestre ao país, no MS, SC, PR e RS, como também nos acessos ao estado e ao município sede dos jogos.

Em 2015 foram registrados 70 mortes neste mesmo período. Já em 2016, 59 mortes, ou seja, uma redução de 15,7%. Importante frisar que, neste mesmo período, foi registrado um aumento de mais de 30% no número de veículos circulando nas rodovias federais do estado do rio de Janeiro.

Já em matéria de fiscalização, foram 246.501 pessoas abordadas no Rio de Janeiro, representando aumento de 52%. Foram mais de 212 mil veículos abordados em diversas barreiras da PRF, um incremento de mais de 68%.

Com isso ocorreu o aumento de mais de 300% no número de pessoas detidas pela PRF: 554 em 2016, pelos mais diversos crimes, desde embriaguez, passando pelo contrabando, tráfico ou pessoas foragidas da justiça.

O número de pessoas flagradas embriagas e multadas pela PRF no ano passado foi de 203. Em 2016, 520 condutores embriagados foram retirados das rodovias e multados: um aumento de 156% nos flagrantes.

Mato grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul também receberam reforço de efetivo, visando ampliar a fiscalização de veículos que ingressaram no país vindo dos vizinhos do Mercosul. A fiscalização teve retorno positivo em relação aos acidentes e na questão da criminalidade.

No que tange a criminalidade, somente no Paraná e Mato Grosso houve a apreensão de 39,1 toneladas de maconha, 1,2 toneladas de cocaína e crack, 31 armas, 1.116 munições e 1443 pessoas detidas.

3.3.6 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Os acidentes envolvendo veículos impactam a sociedade em diversos aspectos, seja por sua relevância emocional, uma vez que ceifa vidas e traumatiza famílias permanentemente, seja pelo viés econômico relacionado ao alto custo da prestação de socorro, tratamento e auxílio previdenciário às vítimas que não raramente restam incapacitadas para o trabalho ainda muito jovens e ativas.

A Organização das Nações Unidas preconizou uma drástica redução do número de vítimas de acidentes de trânsito em todo o mundo até 2020, por entender seus incalculáveis prejuízos. A PRF tem aceito esse desafio e trabalhado todo ano para a redução dos índices de mortalidade e de acidentes graves.

Em 2016 houve queda na taxa de acidentes graves e na taxa de mortalidade em rodovias federais. Em ambos os indicadores de resultado, a PRF atingiu as metas propostas.

A meta para 2016 (Instrução de Serviço nº 06/2015-CGO) era reduzir os acidentes graves em rodovias federais para 290 acidentes a cada 1 milhão de veículos da frota nacional.

A taxa de acidentes graves em 2016 foi de 227,35 acidentes graves para cada um milhão de veículos da frota nacional, superando em 21,60 % a meta inicial.

Em relação a Taxa de Mortalidade, a meta em 2016 era reduzir o número de mortos em acidentes em rodovias federais para 95 mortos a cada 1 milhão de veículos da frota nacional.

A taxa de mortalidade aferida em 2016 foi de 69,2 mortos para cada um milhão de veículos da frota nacional, superando em 27,30 % a meta estipulada.

A PRF tem pautado as atividades de fiscalização de trânsito com base nos dados estatísticos dos pontos críticos com maior índice de acidentes, entendendo que os recursos humanos e materiais devem ser alocados com a maior eficiência possível, para atingir os objetivos estabelecidos.

Além das atividades de fiscalização de trânsito, a PRF intensificou suas atividades na área de mudança legislativa, e atuou ativamente na alteração do Código de Trânsito Brasileiro para punir com maior rigor os infratores. Em 05 maio de 2016 foi publicada a lei nº 13.281 que endureceu as punições aos infratores.

As ações de educação para o trânsito executadas pela PRF tem o objetivo de provocar mudanças de atitudes em todos cidadãos usuários das rodovias, sejam pedestres, condutores e passageiros, de forma que atuem priorizando atitudes de segurança e de cidadania no trânsito, para alcançar os resultados institucionais de reduzir a violência no trânsito, assegurar a livre circulação, contribuir para a redução da criminalidade no país, aumentar a percepção de segurança dos usuários nas rodovias federais e contribuir com a meta de redução de 50% das mortes em acidentes de trânsito no Brasil, proposta pela ONU.

Cabe à Coordenação-Geral de Operações - CGO, por meio do Núcleo de Educação para o Trânsito e Prevenção de Acidentes - NPA que foi criado em 2016, aprovar, coordenar, monitorar, controlar e avaliar a execução das Ações de Educação e alocar e distribuir os meios e recursos necessários para a consecução dos planejamentos apresentados e propor ajustes necessários.

Nas regionais, as ações de educação para o trânsito estão sob responsabilidade das SPFs, por meio dos GETRANs - Grupos de Educação para o Trânsito e Cidadania, que são formados por PRFs da sede regional e representantes nas delegacias, há a necessidade de fortalecer as ações dos GETRANs visto que em grande parte das regionais, somente um PRF faz a gestão das atividades.

Em 2016, foi criada a CONETRAN - Comissão Nacional de Educação para o Trânsito, formada atualmente por 9 membros de diferentes regionais, representantes das 5 regiões brasileiras, com a função consultiva, para auxiliar e subsidiar as tomadas de decisões por parte do NPA/CGO.

As diretrizes para a realização das ações de Educação para o Trânsito são estabelecidas por meio de Instruções de Serviços expedidas pela Coordenação-Geral de Operações.

As atividades de Educação para o Trânsito da PRF concentram-se em três projetos: o Cinema Rodoviário, o Festival Estudantil Temático de Trânsito - FETRAN e o Comando de Saúde nas Rodovias.

Cinema Rodoviário

O principal objetivo do Cinema Rodoviário é sensibilizar e conscientizar os usuários das rodovias da sua responsabilidade na segurança do trânsito, através de uma ação educativa agregada à fiscalização.

O Cinema Rodoviário é realizado nas seguintes modalidades:

Cinema Rodoviário Comando: ação que alia a Educação para o Trânsito à atividade de fiscalização, agregando a apresentação de palestras de curta duração aos

ocupantes dos veículos abordados, empregando-se imagens e filmes que demonstram infrações ou situações que podem levar a ocorrência de acidentes de trânsito. As palestras não eximem os condutores das medidas administrativas em caso de desrespeito à legislação. Constatada qualquer infração o condutor será notificado. Ao final da palestra, todos os condutores são submetidos ao teste do etilômetro.

Cinema Rodoviário Palestra: palestra realizada para um público específico dissociada da atividade de fiscalização. Pode ser realizada em escolas, empresas, templos religiosos de todos os credos, hospitais, postos de abastecimento de combustível ou em outros ambientes.

Cinema Rodoviário Caminhoneiro: ação educativa estratégica de alcance nacional, previamente aprovado pela CGO, direcionada para caminhoneiros, na qual, além das palestras educativas, a PRF realiza a exposição de viaturas e de equipamentos de fiscalização. Os principais eventos são: Caravana Siga Bem em parceria com PETROBRÁS, O Melhor Motorista de Caminhão do Brasil em parceria com a SCANIA, Gincana do Caminhoneiro em parceria com Revista Caminhoneiro e a MAN Latin America e feiras temáticas.

Cinema Rodoviário Eventos: ação educativa destinada ao público de eventos não abrangidos pela categoria de condutores profissionais, tais como: feiras, encontro de motociclistas, exposições e eventos públicos.

São utilizados vídeos educativos que demonstram como atitudes incorretas e impensadas podem provocar acidentes. Os PRFs contextualizam os vídeos à realidade do trecho e da localidade, demonstrando que a responsabilidade pela segurança do trânsito é de todos.

As ações abordam os temas embriaguez ao volante, excesso de velocidade, uso do cinto de segurança e cadeirinha, ultrapassagens irregulares e segurança de motociclistas, de acordo com as características locais e os índices de acidentes.

A escolha dos temas abordados, os locais, horários e dias de realização das ações de educação para o trânsito consideram as peculiaridades de cada localidade, o público presente, o fluxo de veículos, os índices de acidentes registrados e infrações comumente cometidas. Para tanto, são utilizados os dados dos sistemas de registros de acidentes e de infrações, visando orientar o planejamento, identificar os pontos críticos de acidentes e a melhor forma de atuação.

Atualmente, todas as regionais executam os comandos Cinema Rodoviário pelo menos uma vez por mês e ainda realizam ações integradas com outras áreas da PRF como fiscalização de ônibus e motocicletas, combate ao crime, grupo de operações com cães, dentre outros.

Festival Estudantil Temático de Trânsito– FETRAN

O FETRAN utiliza as atividades pedagógicas para incluir transversalmente a temática Trânsito no cotidiano escolar. Através de parceria entre as escolas e a PRF, estudantes e professores produzem trabalhos com a temática Trânsito, nas mais diversas modalidades como: teatro, maquetes, poesias, cordel, danças, músicas, textos, mural, cartazes, dentre outros; valorizando a diversidade escolar e cultural. Com o slogan “Transformando atitudes para salvar vidas”, o FETRAN objetiva conscientizar crianças, adolescentes e toda comunidade escolar da responsabilidade de todos na segurança do trânsito.

Os trabalhos produzidos serão apresentados na Feira Temática de Trânsito e no Festival Temático de Trânsito com o objetivo de integrar a Polícia Rodoviária Federal, a escola e a sociedade, na promoção da segurança no trânsito.

Para incentivar a participação das escolas, dos professores e dos estudantes, a PRF disponibilizará materiais para apoio pedagógico tais como: camisetas, troféus de participação e kits de sinalização, além de possibilitar a troca de experiências entre professores de estados diferentes, sempre buscando a valorização e competência dos educadores envolvidos no FETRAN.

Em 2012, o FETRAN sofreu uma ampliação em sua atuação, passando a ser desenvolvido em duas modalidades: FETRAN Teatro e FETRAN Pedagógico. Com o slogan “Transformando atitudes para salvar vidas” o FETRAN procura, através das atividades pedagógicas associada à manifestações artísticas e culturais diversificadas, sensibilizar e conscientizar as pessoas sobre a importância do respeito às normas de trânsito como forma de evitar acidentes de trânsito e suas terríveis consequências.

O aumento do alcance das ações do FETRAN vem crescendo a cada ano. No final do ano, as regionais são consultadas sobre o interesse em realizar o FETRAN.

As regionais que se comprometem a realizar o FETRAN pela primeira vez, recebem apoio dos estados que já realizam as atividades, o que promove a interação e a troca de experiências entre os GETRANs.

Até 2013, o FETRAN era realizado somente em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul na modalidade Teatro.

A partir de 2014, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba, Amapá e Amazonas iniciaram as ações do FETRAN Pedagógico. Nesse formato, os estudantes e professores produziram trabalhos com a temática trânsito, nas modalidades: teatro, maquetes, poesias, danças, músicas, textos, mural, cartazes, dentre outros, valorizando a diversidade escolar e cultural.

Em 2015, as regionais na Bahia, Ceará, Maranhão e Pará também passaram a executar as atividades do FETRAN Pedagógico.

Em 2016, as regionais em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Goiás, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Paraná iniciaram as atividades do FETRAN, totalizando 15 regionais.

Comando de Saúde nas Rodovias- CSR

Os Comandos de Saúde nas Rodovias (CSR) são operações realizadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) em parceria com o Ministério da Saúde e o SEST/SENAT, com o objetivo de detectar e alertar sobre alterações em parâmetros de saúde que podem prejudicar e/ou impedir a condução de veículos por profissionais do trânsito, os quais dado às características peculiares de sua profissão, descuidam-se em preveni-los, compondo sobremaneira, o rol de causas de acidentes.

Nos CSR, abordagens aleatórias são realizadas aos motoristas profissionais que, de forma voluntária, se submetem a uma sequência de exames clínicos que identificam nos condutores sinais e sintomas relacionados à obesidade, hipertensão, hiperglicemia, hipercolesterolemia, etilismo, tabagismo, deficiência na força manual, acuidade visual imprópria, e ainda carga horária trabalhada em excesso e utilização de medicamentos impróprios.

Indicadores de Esforço

Em relação aos indicadores de esforços, a PRF também atingiu as metas propostas, Veículos Fiscalizados, 7.483.226, superou a meta em 26%, Pessoas Fiscalizadas, 7.774.509, superou a meta em 31%, Testes de Alcoolemia, 1.938.368, superou a meta em 9%. Entendemos, que o aumento na fiscalização, medido através dos indicadores de esforço, foi variável importante, para os bons resultados alcançados em 2016.

Também vale ressaltar, que a conjuntura econômica do país, ambiente de recessão, pode ter contribuído para a redução dos índices de acidentes. Segundo a ABCR (Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias), em 2016, houve redução de 2,8 % no fluxo de veículos leves e de 6% no fluxo de veículos pesados nas rodovias administradas por concessionárias.

4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição das estruturas de governança

As características e peculiaridades dos trabalhos realizados no âmbito da Administração Pública estão intimamente ligadas às questões da governança, que guardam estreita relação com a gestão de políticas públicas, o exercício de poder de polícia, o controle das execuções orçamentárias, dentre outros.

A governança pública demanda que os governos sejam mais eficazes, não apenas com uma atuação expressiva de sua capacidade de gestão, mas também respeitando os normativos e valores de uma sociedade democrática.

Neste sentido, vejamos alguns conceitos de Governança Pública:

Governança Pública é mais do que uma forma eficaz e eficiente de executar o 'negócio governo', ela está relacionada à legalidade e legitimidade, sendo mais do que valores estritamente empresariais. Governança pública é uma atividade complexa que envolve o 'governo' de complexas redes sociais nos setores políticos.
KICKERT, 1997 (p.732)

Governança Pública é a proteção da inter-relação entre gestão, controle e fiscalização por organizações governamentais e por organizações criadas por autoridades governamentais, visando à concretização dos objetivos políticos de forma eficiente e eficaz, bem como a comunicação aberta e a prestação de contas, para benefício das partes interessadas.
TIMMERS, 2000 (p. 9)

Governança pública é um processo dinâmico pelo qual se dá o desenvolvimento político e através do qual a sociedade civil, o estado e o governo organizam e gerem a vida pública.
BRESSER-PEREIRA, 2001 (p.8)

Diante do contido nos conceitos acima epigrafados, pode-se concluir, em apertada síntese, que o objetivo implícito da Governança Pública é a gestão de recursos públicos para concretizar objetivos políticos e atender o interesse coletivo.

No âmbito deste Departamento de Polícia Rodoviária Federal, cumpre salientarmos que, as boas práticas administrativas implementadas pela Administração Central do Órgão possibilitam uma gestão dos recursos disponíveis (de pessoal, material, orçamentário e financeiro) de maneira transparente, legítima e acobertada pelos mandamentos legais vigentes, tudo, com vistas ao pleno alcance dos objetivos traçados.

A opção por uma Gestão com fortes traços de Governança proporciona à PRF uma crescente melhora na qualidade de sua execução orçamentária, o que culmina com o aprimoramento dos serviços prestados à sociedade.

Entre as principais estruturas de governança existentes no órgão podemos citar o COGEST e o CETIC, respectivamente, Comitê de Gestão Estratégica e Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação, compostos pelo Diretor Geral e pelos Coordenadores Gerais, para deliberarem sobre a execução das estratégias do órgão, acompanhamento de projetos, processos e indicadores e sobre a política de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Por fim, esclarecemos que este Departamento de Polícia Rodoviária Federal, mesmo não contemplando em sua atual estrutura organizacional uma área encarregada especificamente pelo Controle Interno do Órgão, o que se encontra presente no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UPC é subordinada, esta ausência não compromete a regularidade e sucesso dos trabalhos desenvolvidos pela PRF.

A observância dos preceitos legais, o respeito ao interesse coletivo e o comprometimento dos gestores do Órgão fazem com que o planejamento traçado pela Administração Central seja cumprido de maneira eficiente e eficaz.

Cumpra registrar que a alta Administração deste Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ tem envidado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma área encarregada pela adequada condução dos trabalhos de Auditoria e Controle Internos, conforme Projeto de reestruturação da PRF, o que proporcionará melhoras significativas nos processos conduzidos pela Instituição.

Corroborando a assertiva mencionada no parágrafo anterior, informamos que em setembro de 2014 foi publicada a Lei nº 13.027, de 24 de setembro de 2014, que criou Funções Comissionadas do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – FCPRF; extinguiu cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas; e alterou a Lei nº 11.526, de 04 de outubro de 2007.

Como inovação, a PRF com auxílio de consultoria externa, mapeamento do processo de prestação de contas anual do órgão materializado pelo Manual de Prestação de Contas, onde se define todos os estágios de monitoramento, acompanhamento, junto com um plano de melhorias e indicadores de desempenho deste processo.

4.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

A apresentação do Sistema de Correição da UJ atende ao disposto no subitem 3.4 da Portaria - TCU nº 175, de 9 de julho de 2013, explicitando a estrutura e as atividades do Sistema de Correição da Polícia Rodoviária Federal, o qual é integrado pela Corregedoria Geral, com sede em Brasília/DF, e por 27 (vinte e sete) unidades desconcentradas distribuídas pelos diversos estados da Federação e Distrito Federal.

O Sistema de Correição da Polícia Rodoviária Federal tem previsão normativa estabelecida pela Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, que aprovou o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, cujo art. 10 dispõe que compete à Corregedoria-Geral da PRF, dentre outras funções: planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores do Departamento, assim como dos procedimentos relativos à correição e à disciplina, propondo a adoção de medidas corretivas.

A CG/PRF dispõe de 03 (três) unidades específicas, através de suas divisões temáticas e respectivas subunidades agregadas, para desenvolvimento das atividades de correição: a Divisão de Corregedoria (DICOR/CG) - responsável por analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares, solicitando, quando necessário, às demais unidades, processos, informações e documentos, originais ou cópias, para apreciação; Divisão de Fiscalização e Assuntos Internos (DIFAI/CG) - responsável por elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeções sistemáticas, bem como de promover investigações, e diligências necessárias à instrução ou instauração de

procedimentos disciplinares, além de supervisionar as atividades de investigação correicional das Unidades Desconcentradas e a Divisão de Gestão Correicional (DIGES/CG) - responsável por planejar, organizar, promover e gerenciar os recursos consignados à CG/PRF na execução das atividades administrativas, bem como de organizar e manter atualizado o cadastro de informações correicionais de servidores. Nas Superintendências Regionais tais atividades são desempenhadas, respectivamente, pelas Corregedorias Regionais e Núcleos de Assuntos Internos (NUAI/CR/SR).

Quanto à inserção dos registros de procedimentos administrativos disciplinares no Sistema CGU-PAD, informamos que todas as Unidades deste Departamento cumprem os preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº.1043, de 24/07/2007, sendo que, encontra-se sob procedimento de implantação, nova sistemática de gestão e coleta de informações advindas das comissões sindicantes e/ou processantes, visando instituir processos de trabalhos mais céleres e suficientes para o registro tempestivo dos procedimentos correicionais no referido sistema.

Quanto a gestão das demais atividades administrativas correlatas aos procedimentos disciplinares e afins, cabe registro que a DICOR/CG através da subunidade Núcleo de Análise Processual NUAPRO/DICOR/CG exerce, a título de exemplificação, a análise e instrução de processos disciplinares, a elaboração de portarias e documentos diversos, a gestão de prazos prescricionais, a atualização da legislação vigente, o planejamento, a supervisão, o controle e a execução de planos de correições periódicos.

Sob este mesmo enfoque, DFAI/CG através da subunidade Núcleo de Operações Correicionais NUOC/DFAI/CG exerce, a título de exemplificação, a função de elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeções sistemáticas; fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho, visando prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; receber e encaminhar manifestações e sugestões, bem como denúncias e representações sobre irregularidades praticadas por servidores do Departamento; promover investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares; supervisionar as atividades de investigação correicional das Corregedorias Regionais. Enquanto que a DIGES/CG através da subunidade Núcleo Cartorial NUCAR/DIGES/CG exerce as funções de registros cartoriais, arquivo, apoio logístico e de infraestrutura, gerenciamento do orçamento da Corregedoria, acompanhamento de auditorias e relatórios de gestão, compilação e tabulação de dados estatísticos, planejamento e monitoramento dos Projetos da Corregedoria, convocações e deslocamentos de servidores, acompanhamento de comissões, capacitação e apoio ao Corregedor-Geral.

Por fim, cabe às Corregedorias Regionais o planejamento, a supervisão e a execução das atividades correicionais no âmbito de sua respectiva circunscrição, havendo representatividade de atuação em todos os estados da Federação e no Distrito Federal.

Obedecendo-se a essa estrutura regimental, são responsáveis pela instauração de procedimentos disciplinares os Dirigentes Regionais, em sua área de atuação, e o Corregedor-Geral do DPRF, nos casos que envolvam servidores da unidade central, que envolvam servidores lotados em mais de uma unidade regional e nas situações em que existem impedimentos das autoridades regionais.

No que se refere à aplicação de penalidades disciplinares os Dirigentes Regionais e a Corregedoria Geral possuem competência para aplicar, na escala crescente da gravidade dos fatos apurados, até 30 (trinta) dias de suspensão. Penalidades que extrapolem esse quantitativo são de competência exclusiva do Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

Por conseguinte, como síntese do exercício da atividade correicional pela Corregedoria Geral e Corregedorias Regionais, foram consignados através do Relatório Correicional, os seguintes resultados:

Tabela XXI- Resultado da atividade correicional

DENÚNCIAS ANÔNIMAS	
ENTRADA	
Denúncias Anônimas recebidas ou inseridas no Sistema de Protocolo	21
Investigação de Denúncias Anônimas EM ANDAMENTO no Mês	6
SAÍDA	
Denúncias Anônimas arquivada sem autuação	4
Investigações de Den. Anôn. que geraram autuação de processo	15

PROCESSOS	TOTAL
1. Nº processos no início do exercício	1385
2. Processos na Unidade no mês vigente	1368
ENTRADA DE PROCESSOS	TOTAL
Denúncias/Representações Autuadas ou recebidas	1054
Outras Entradas de Processos (inclusive processos encontrados)	135
Total	1189
REPRESENTAÇÕES/ DENÚNCIAS ANALISADAS	TOTAL
Decisão de arquivamento	461
Decisão de instauração	131
Total	592
PROCESSOS A INSTAURAR	TOTAL
Em investigação preliminar	619
Em análise - exame de admissibilidade	154
Aguardando instauração – PAD	23
Aguardando instauração – Sindicância Investigativa	1
Aguardando instauração – Sindicância Acusatória	1
Aguardando instauração – Sindicância Patrimonial	1
Total	799
PROCESSOS INSTAURADOS NO ANO	TOTAL
PAD	220
Sindicância Investigativa	13
Sindicância Acusatória	51
Sindicância Patrimonial	1
Total	285

PROCESSOS EM ANDAMENTO	TOTAL
PAD	386
Sindicância Investigativa	32
Sindicância Acusatória	39
Sindicância Patrimonial	5
Total	462
PROCESSOS AGUARDANDO JULGAMENTO	TOTAL
SAI, SAD ou PAD aguardando análise de mérito	62
SAI, SAD ou PAD aguardando julgamento (Superintendente ou CG)	25
PAD aguardando julgamento na CJ	20
Total	107
PROCESSOS ENCERRADOS SEM INSTAURAÇÃO	TOTAL
Processos arquivados por falta de objeto ou falta de provas	839
Remetidos a Outras Unidades	20
Total	859
PROCESSOS ENCERRADOS COM INSTAURAÇÃO	TOTAL
Total de PADs Julgados	224
a) PADs arquivados por falta de objeto ou materialidade	121
b) PADs com aplicação de penalidades	72
c) PADs com penalidades prescritas	31
Total de sindicâncias julgadas	50
a) Sindicâncias arquivadas por falta de objeto ou materialidade	32
b) Sindicâncias com aplicação de penalidades	13
c) Sindicâncias com penalidades prescritas	2
d) Sindicâncias com determinação de instauração de SAD ou PAD	3
Total	274

ENCAMINHAMENTO DE PROCESSOS	TOTAL
Encaminhados para o Ministério Público	41
RESULTADO DOS PROCESSOS INSTAURADOS ENCERRADOS	TOTAL
Total de Servidores "Absolvidos"	207
Servidores Punidos com Advertência	26
Total de advertências não aplicadas devido à prescrição	24
Servidores Punidos com Suspensão	56
Total de suspensões não aplicadas devido à prescrição	8
Servidores Punidos com Demissão	15
a) Valimento indevido de cargo	8
b) Improbidade administrativa	6
c) Abandono de cargo	0
d) Recebimento de Propina	1
e) Desídia	0
f) Outros fundamentos	0
Total de demissões não aplicadas devido à prescrição	0
Servidores Punidos com Cassação de Aposentadoria	4
a) Valimento indevido de cargo	2
b) Improbidade administrativa	1
c) Abandono de cargo	0
d) Recebimento de Propina	1
e) Desídia	0
f) Outros fundamentos	0
Total de cassações de apos. não aplicadas devido à prescrição	0
Servidores Punidos com Nota de Culpa	0
Total de Notas de Culpa não aplicadas devido à prescrição	1
Nº de processos em que houve prescrição	33
Total de Penalidades Prescritas	33
Total de Punições	101

0

RECURSOS ADMINISTRATIVOS	TOTAL
Recursos aguardando julgamento (Superintendente, CG ou CJ)	18
RECURSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS	TOTAL
Pedido de Reconsideração	25
Recurso Hierárquico	7
Pedido de Revisão	0
Total	32
PENALIDADES REFORMADAS	TOTAL
Recursos Indeferidos	26
Decisões revertidas administrativamente	6
Decisões revertidas judicialmente	0
Total	6

INFORMAÇÕES GERAIS	
PRISÕES	TOTAL
Prisões de PRFs	12
Prisões de Usuários das Rodovias por Corrupção Ativa	6
SERVIDORES	TOTAL
Quantidade de servidores lotados na CR/NCAI e NUAJ	215
Quantidade atualizada de servidores na Regional	10617
POSTOS	TOTAL
Número de Delegacias na Regional	147
Número de Postos na Regional	390
ACOMPANHAMENTO GERENCIAL DE SERVIÇO	TOTAL
Quantidade de Inspeções Correicionais realizadas	567
Quantidade de Avaliações Gerenciais realizadas	1530
Quantidade de Relatórios de Avaliação (RA)	2069
Quantidade de servidores auditados pelas Inspeções Correicionais	1882
Quantidade de servidores auditados pelas Avaliações Gerenciais	4079
Quantidade de Compromissos de Adequação Funcional (CAF) firmados	5
Quantidade de operações correicionais realizadas em pontos críticos	6
PREVENÇÃO	TOTAL
Capacitação	6
Quantidade de servidores alcançados pelas ações de capacitação.	34
Quantidade de servidores da CR/NCAI e NUAJ capacitados em Direitos Humanos	12

4.3 Gestão de riscos e controles internos

Oportunamente, cumpre-se registrar que a Administração PRF compreende a relevância e pertinência da operacionalização de um adequado sistema de controle interno, o que permite potencializar as informações necessárias com o propósito de fazer análises de natureza procedimental, econômica, financeira, física e de produtividade, concernentes ao gerenciamento dos recursos públicos disponíveis e executados. Todavia esta Administração, ainda, não possui em sua estrutura organizacional uma área com atribuições específicas voltadas para a implementação e acompanhamento do Sistema de Controle Interno, a exemplo de estruturas organizacionais similares existentes no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, cuja deficiência de estrutura organizacional, vem, historicamente, sendo assistida frequentemente pelas ações de fiscalização da Controladoria Geral da União – CGU, ensejando a realização das análises e acompanhamentos devidos.

Adicionalmente, cumpre-se registrar que a Administração PRF tem envidado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma área encarregada pela adequada condução dos trabalhos de Auditoria e Controle Internos, conforme Projeto de reestruturação da PRF. Neste sentido, salientamos que desde setembro de 2014, quando fora publicada a Lei nº 13.027, em 24 de setembro de 2014, criando Funções Comissionadas do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - FCPRF; extinguindo cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas; e alterou a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007. Entretanto, a citada norma de reestruturação aguarda edição de Decreto que regulamente sua efetiva implementação.

Inobstante, no âmbito deste Departamento de Polícia Rodoviária Federal, vem atuando o Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização – GAAF, que tem acompanhado as demandas oriundas do Tribunal de Contas da União – TCU e da Controladoria-Geral da União – CGU.

Sem prejuízo às atribuições próprias do GAAF, esta Administração promoveu a implementação do seu Escritório de Projetos Estratégicos – EPE, com uma metodologia fortemente voltada para a gestão de projetos, especialmente os prioritários, contendo planejamento das demandas, análise e monitoramento de riscos entre outros mecanismos de aperfeiçoamento de gestão.

Quanto ao código de conduta, informamos que este DPRF orienta seus servidores pelo Decreto Nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Tal instrumento (que por se tratar de dispositivo legal em vigor, já pressupõe prévio conhecimento por parte dos servidores públicos) é abordado na disciplina Ética e Cidadania, do Curso de Formação Profissional do DPRF. Além disso, alguns de seus preceitos são comumente reiterados pela Comissão de Ética do DPRF (cujos membros são designados por Portaria Interna) e através de ações de Corregedoria Participativa.

Rol de atos normativos:

- IN 01/2010 – CG: Trata de estabelecer os procedimentos a serem adotados em matéria disciplinar no ambiente do DPRF.

- Portaria 1038/2014/MJ: Regulamenta as ações de corregedoria preventiva relacionada ao Acompanhamento Gerencial de Serviço (AGS) e ao Compromisso de Adequação Funcional (CAF), no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
- IN 87/2017 – DG: Regulamenta os critérios para indicação e designação de Corregedores Regionais da PRF e outras providências.

Normativos em elaboração com intervenção da CG:

- IN – Trata das Mídias Sociais.
- Revisão da IN 01/2010 – CG.
- Regulamento Disciplinar.
- IN – Trata da identidade funcional e porte de arma de fogo. - providências.

Projetos Prioritários:

- **Projeto 01:** Em fase de execução, Ação Desvio Padrão, tem por objetivo estabelecer ferramenta de controle e gestão, por meio de identificação das causas dos diferentes resultados dos índices de produtividade operacional – IPO, utilizando-se para isso método estatístico científico.
- **Projeto 02:** Trata de Sindicância Administrativa Patrimonial – SAP em execução, com a perspectiva de evolução para apuração de Processos Administrativos de Responsabilização – PAR, previsto na Lei 12.846/2013, já cobrado pela CGU.

Para realização da sua missão, a Corregedoria-Geral elabora o Plano Diretor de Controle e Correição, o qual se apresenta como instrumento extremamente benéfico e importante para a gestão de riscos e de controle interno, na medida em que estabelece as estratégias macro de ação, com projetos de curto, médio e longo prazo a serem implementados, assegurando, com isso, a necessária continuidade dos trabalhos realizados e o adequado planejamento das atividades.

Sob este mesmo enfoque, a gestão e acompanhamento do PDCOR objetiva auxiliar no fortalecimento do processo de planejamento e gestão da Administração como um todo, uma vez que contempla a forma de atuação da CG e das unidades correicionais regionais, estabelecendo as metas a serem alcançadas, os desafios a serem superados e, as ações a serem desenvolvidas e os prazos de implementação, a exemplo dos seguintes desafios relacionados a baixo.

- Implementar melhorias significativas nos sistemas de controle da CG, no que diz respeito a qualidade dos dados estatísticos obtidos.

- Agregar servidores capacitados tecnicamente e interessados em participar como membros de procedimentos administrativos disciplinares, assim como, compor o quadro de servidores da Corregedoria-Geral.
- Realizar a gestão dos recursos, atendendo as demandas com eficiência, como as apurações processuais de competência da CG, assim como implementar as visitas correcionais nas Regionais a fim de inspecionar a atividade conforme exigências do MPF como fiscalizador externo da atividade policial.

5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de pessoas

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro XXII – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	13.975	11.222	767	604
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	13.975	11.222	767	604
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	13.975	11.222	767	604
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	1	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	13.975	11.223	767	604

Fonte: SIAPE, DEZ/2016/BANCO DE DADOS.

Quadro XXIII – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	2252	8714
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2252	8714
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2251	8714
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	2252	8714

Quadro XXIV – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	68	66	34	23
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	68	66	34	23
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	65	34	23
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	1	-	-
2. Funções Gratificadas	730	700	297	247
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	700	297	247
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	798	700	331	270
Fonte: SIAPE, DEZ/2016/BANCO DE DADOS.				

5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Tabela XXV- Despesa com pessoal

Tipologias/ Exercício	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercício Anteriores 2015	Despesas Judiciais 2015	Total 2016	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis	5.788.547,53	30.417.406,59	36.203.954,12	
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercício	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercício	2016	2.107.222.700,35	3.515.155,49	189.124.680,25	70.297.527,62	75.361.900,55	56.523.092,91	5.250.723,11	5.788.195,45	30.417.406,59	2.507.295.780,28
	2015	2.650.240.976,51	1.889.121,20	178.349.467,68	70.160.270,43	53.171.350,56	46.962.742,95	4.980.314,09	760.729,28	23.377.341,42	2.405.754.243,42
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade - servidores Públicos federais oriundo de outros órgãos											
Exercício	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários) - cargo em comissão (Cargos de NATUREZA ESPECIAL)											
Exercício	2016	171.533,30	-	14.742,78	14.230,38	48.272,19	-	411,93	-	-	249.190,58
	2015	170.302,19	-	13.974,20	3.173,15	4.849,00	291,78	-	-	-	192.490,32
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercício	2016	6.094.213,62	-	546.631,62	553.241,13	226.948,32	151.198,07	16.347,72	15.196,73	27.546,10	7.588.380,48
	2015	6.483.966,39	1.690,36	577.669,74	601.817,23	206.448,07	156.163,13	34.424,20	3.507,97	18.905,56	8.062.181,12
Servidores com contrato temporário											
Exercício	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Quando se visualiza a situação futura do efetivo da PRF, a situação é preocupante. Haja vista a previsão de aposentadorias nos próximos cinco anos. Existe uma grande quantidade de servidores que completa o tempo de serviço necessário para se aposentar com remuneração integral. No que diz respeito aos policiais, esse número é de 3.916 até 2016, o que representa 35% do efetivo atual de toda a PRF. Até 2020 o número chega a 4378, ou seja, quase 40% de todo o efetivo.

Em termos de servidores administrativos, em 2015, 173 servidores poderão se aposentar. Esse número representa aproximadamente 23% do total de servidores administrativos existentes atualmente na PRF.

É visível a necessidade da PRF se estruturar para proceder com a articulação com o Ministério da Justiça e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a abertura de novas vagas, caso contrário existe um alto risco de os processos finalísticos e meios da PRF serem prejudicados, impactando nos serviços prestados ao cidadão e, em última instância, inviabilizando o alcance da missão e visão organizacionais.

5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Quadro XXVI – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL						
UG/Gestão: 200109						
Informações sobre os Contratos						
Número/ Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
58/2011	Serviços na área de Tecnologia da Informação	06.033.739/0001-86	03/05/11	02/05/16	Curso superior completo	Vigente
28/2012	Vigilância Armada	06.311.155/0001-25	01/02/12	31/01/17	Quarta série do Ensino Fundamental	Vigente
40/2012	Estagiários	07.454.690/0001-0	28/05/12	27/05/16	Alunos de cursos de educação superior, de ensino médio, de educação profissional de nível médio ou de educação especial.	Vigente
02/2014	Serviço de Limpeza	37.063.013/0001-10	30/04/13	29/04/16	Não há definição em contrato	Vigente
06/2014	Serviço Técnico Especializado(TIC)	03.369.656/0001-74	30/04/13	29/04/16	Cargo de técnico: Nível Médio; Cargo de Analista: Nível Superior	Vigente
37/2014	Serviço de Jardinagem	36.831.212/0001-68	30/01/14	30/01/17	Fundamental	Vigente
38/2014	Secretariado Executivo	08.307.120/0001-48	31/10/14	30/10/15	Nível Médio e Curso de Secretariado	Vigente
23/2015	Garçom	04.477.223/0001-03	23/10/14	22/10/16	Ensino médio	Vigente
41/2015	Técnico em Secretariado	38.504.508/0001-45	03/08/15	02/08/16	Ensino médio	Vigente

02/2016	Manutenção ar-condicionado sede	26.972.885/0001-84	25/01/16	24/01/17	Não há definição em contrato	Vigente
23/2016	Carregador	18.160.206/000144	25/01/16	24/01/17	Ensino Fundamental	Vigente
27/2016	Recepcionistas	38.054.508/0001-45	25/01/16	24/01/17	Não há definição em contrato	Vigente
32/2016	Apoio Administrativo	14.828.536/000104	25/01/16	24/01/17	Não há definição em contrato	Vigente
09/2017	Motorista de veículo leve e pesado	08247960000162	25/01/16	24/01/17	Ensino Médio	Vigente
10/2017	Motorista Executivo	08247960000162	25/01/16	24/01/17	Ensino Médio	Vigente

FONTE: DICON-NUCOMP

Quadro XXVII – Contratos de prestação de serviços estagiários

Unidade Contratante						
Nome: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL						
UG/Gestão: 200109						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
40/2012	Serviço de Intermediação de Estágios	07.454.690/0001-06	10/07/12	11/04/16	Nível médio e Superior	Vigente
10/2014	Serviço de Intermediação de Estágios	07.136.551/0001-26	15/09/14	15/09/16	Nível médio e Superior	Vigente
2014	Serviço de Intermediação de Estágios.	61.600.839/0001-55	09/09/14	08/09/16	Nível médio e superior	Vigente
08/2012	Serviços de agente de integração para o preenchimento de vagas de estágio.	61.600.839/0001-55	01/04/12	01/04/16	Nível médio e superior	Vigente
2012	Serviços de agente de integração para o preenchimento de vagas de estágio.	01.406.617/0001-74	14/03/12	14/03/16	Nível Médio e Superior	Vigente
2015	Serviços de recrutamento, seleção e acompanhamento de estudantes para atuarem	03.986.163/0001-83	26/03/15	26/03/16	Nível Médio e Superior	Vigente

2015	como estagiários de nível médio e superior Prestação de serviços de agenciamento de integração para o preenchimento de vagas para estagiário.	61.600839/0001-55	01/07/15	30/06/16	Nível Médio e Superior	Vigente
2012	Serviço continuado de intermediação de estágio não obrigatório	12.157.863/0001-56	23/04/12	22/04/16	Nível Médio e Superior	Vigente
2012	Contratação de empresa de integração de estagiários	07.136.551/0001-26	02/04/12	01/04/16	Nível Médio e Superior	Vigente
2014	Serviço de intermediação de Estagiários	07.136.551/0001-26	31/12/13	01/12/16	Nível Superior	Vigente
2011	Contratação de intermediação de estágios não obrigatórios	61600839/0001-55	31/07/11	30/07/16	Nível Médio e Superior	Vigente
04/2012	A contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de Agente de Integração para o preenchimento de vagas para estagiário	01.406.617/0001-74	31/12/13	30/12/16	Nível Superior	Vigente
2015	Intermediação de Estágio	014.066.170/0001-74	02/04/15	02/04/18	Nível Médio e Superior	Vigente
2012	Recrutamento, seleção e acompanhamento de estagiários	11.320.576/0001-52	01/05/12	01/05/17	Nível Médio e Superior	Vigente
2012	Agenciamento de estágio	04.310.564/0001-81	01/05/12	01/05/17	Nível Médio e Superior	Vigente

Fonte: ESTÁGIO/CGRH

5.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

Primeiramente vale ressaltar que o mapa estratégico da Polícia Rodoviária Federal prioriza a realização de investimentos na área de infraestrutura para o provimento de meios e infraestrutura adequadas ao desempenho da atividade policial.

Assim, os contratos firmados com as empresas especializadas em manutenção predial, reformas e construções são muito importantes para a Polícia Rodoviária Federal, que tem como missão a garantia da segurança nas rodovias na redução de acidentes e criminalidade. As contratações têm como objetivo proporcionar espaços físicos de serviço adequados aos servidores e à população que acessa esses espaços. Espaços físicos adequados fortalecem a imagem institucional da Polícia Rodoviária Federal e, por

consequência, à imagem do Governo Federal. Edificações adequadas proporcionam aos servidores espaços de trabalho satisfatórios e salubres.

É sabido que o espaço físico do ambiente de trabalho é importante agente de motivação e bem estar, influenciando positivamente na maior produtividade e qualidade do trabalho desempenhado. Ademais, os espaços físicos também garantem a integridade física das pessoas e do patrimônio público da União. Com as contratações busca-se a modernização dos espaços de forma que esses possam receber tecnologias que são essenciais ao desempenho da atividade policial, como o uso de tecnologia digital para a comunicação de voz e dados entre policiais, viaturas e unidades operacionais da PRF. O uso de tecnologia digital para comunicação de voz e dados garante o sigilo e a integridade da comunicação policial.

No que se refere à população, diariamente inúmeras pessoas se dirigem às edificações da PRF pelos mais diversos motivos, tais como: resolução de questões administrativas, busca de apoio ou socorro policial, além das prosaicas situações de uso de banheiros e bebedouros. Nesse contexto, o objetivo das contratações tem por diretriz a promoção da acessibilidade e condições mínimas de conforto e higiene durante o tempo que as pessoas permanecem em uma edificação da PRF.

5.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Naquilo pertinente ao aprimoramento de infraestrutura predial, seguindo o enfoque apresentado, enquadram-se os investimentos em manutenção, reforma e construção, com o fito de assegurar o modelo de Unidade Operacional que permita aumentar os padrões de segurança já adotados.

Considerando a extensão territorial e os quilômetros de rodovia federal que permeiam o país, a construção de mais unidades operacionais e a adequação das UOPS existentes ao longo da rodovia possibilita uma fiscalização de maior efetividade, apresentando resultados institucionais, com índices crescentes de combate à criminalidade e violência no trânsito.

O projeto de melhoria de infraestrutura iniciou-se em 2012 e a sua continuidade demonstra o comprometimento do órgão na melhoria de suas bases para o assertivo cumprimento de suas atribuições.

A Divisão de Projetos e Infraestrutura, mediante a apresentação dos Projetos Executivos, realiza o acompanhamento de diversas obras realizadas nas unidades operacionais. O dispêndio de recursos com obras de infraestrutura predial totalizou um valor de **R\$ 19.898.877,47** (dezenove milhões, oitocentos e noventa e oito mil, oitocentos e setenta e sete reais e quarenta e sete centavos), com a descrição abaixo dos gastos por Regional e respectivas demandas no ano de 2016:

Tabela XXVIII- Dispêndio de recursos com obras de infraestrutura

REGIONAL	TIPO DE UNIDADE	UNIDADE	DEMANDA	OBS	VALOR	ANO
SRPRF/MS	SEDE	SEDE REGIONAL	AMPLIAÇÃO	PLATAFORMA ELEVATÓRIA	R\$38.000,00	2016

SRPRF/GO	UOP	SÃO SIMÃO	AMPLIAÇÃO	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	R\$1.762,56	2016
SRPRF/SC	UOP	4 UOPs	ELABORAÇÃO DE PROJETO	REFORMA E AMPLIAÇÃO	R\$24.200,21	2016
SRPRF/PI	UOP	CAMPO MAIOR	ADITIVO	REFORMA E AMPLIAÇÃO	R\$98.301,60	2016
SRPRF/PI	UOP	VALENÇA DO PIAUÍ	ADITIVO	REFORMA E AMPLIAÇÃO	R\$151.493,40	2016
SRPRF/SC	DEL	SÃO JOSÉ	ELABORAÇÃO DE PROJETO	CONSTRUÇÃO	R\$5.060,00	2016
SRPRF/PI	UOP	PIRIPIRI	FISCALIZAÇÃO	REFORMA E AMPLIAÇÃO	R\$54.442,70	2016
SRPRF/PI	UOP	FLORIANO	FISCALIZAÇÃO	REFORMA E AMPLIAÇÃO	R\$54.442,70	2016
SRPRF/SC	SEDE	SEDE REGIONAL	ELABORAÇÃO DE PROJETO	REFORMA	R\$6.366,00	2016
SRPRF/BA	SEDE	SEDE REGIONAL	ELABORAÇÃO DE PROJETO	CONSTRUÇÃO	R\$759.639,20	2016
SRPRF/BA	SEDE	SEDE REGIONAL	ELABORAÇÃO DE PROJETO	CONSTRUÇÃO	R\$90.663,76	2016
SRPRF/BA	SEDE	SEDE REGIONAL	ELABORAÇÃO DE PROJETO	CONSTRUÇÃO	R\$72.356,16	2016
SRPRF/PB	UOP	2 UOPs	ELABORAÇÃO DE PROJETO	AMBIENTAL	R\$6.491,12	2016
SRPRF/PI	SEDE	SEDE REGIONAL	ELABORAÇÃO DE PROJETO	RECONSTRUÇÃO	R\$257.060,96	2016
SRPRF/AP	UOP	MACAPÁ	ELABORAÇÃO DE PROJETO	AMPLIAÇÃO	R\$48.203,51	2016
SRPRF/AP	UOP	TARTARUGALZINHO	ELABORAÇÃO DE PROJETO	CONSTRUÇÃO	R\$43.087,44	2016
SRPRF/AP	SEDE	SEDE REGIONAL	ELABORAÇÃO DE PROJETO	CONSTRUÇÃO	R\$95.739,61	2016
SRPRF/AL	UOP	CARIÉ (CANAPI)	CONSTRUÇÃO	CONSTRUÇÃO	R\$1.005.738,54	2016
SRPRF/PE	HANGAR	HANGAR	ELABORAÇÃO DE PROJETO	ESTUDO DA COBERTURA	R\$9.500,00	2016
SRPRF/PR	SEDE	SEDE REGIONAL	CONSTRUÇÃO	RECONHECIMENTO DE DÍVIDA	R\$214.695,20	2016
SRPRF/MS	UOP	TRÊS LAGOAS	ELABORAÇÃO DE PROJETO	ATUALIZAÇÃO DE PROJETO	R\$13.432,32	2016
SRPRF/MS	UOP	SIDROLÂNDIA	ELABORAÇÃO DE PROJETO	ATUALIZAÇÃO DE PROJETO	R\$40.300,94	2016
SRPRF/PE	DEL	RECIFE	REFORMA	OBRA EMERGENCIAL (ELÉTRICA)	R\$14.311,86	2016
SRPRF/SE	SEDE	SEDE REGIONAL	ELABORAÇÃO DE PROJETO	REFORMA ELÉTRICA	R\$31.990,00	2016
SRPRF/MA	UOP	BARRA DO CORDA	ADITIVO	ELABORAÇÃO DE PROJ. P/ CONST	R\$ 13.250,00	2016
SRPRF/GO	DEL	GOIÂNIA	ELABORAÇÃO DE PROJETO	REFORMA	R\$32.136,90	2016
SRPRF/DF	UOP	CEILÂNDIA	ADITIVO	REFORMA	R\$100.059,50	2016
SRPRF/AC	UOP	XAPURI	REFORMA	EMERGENCIAL	R\$56.771,22	2016
SRPRF/PI	DEL/UOP	PICOS	ELABORAÇÃO DE PROJETO	REFORMA E AMPLIAÇÃO	R\$260.815,09	2016

SRPRF/RN	SEDE	SEDE REGIONAL	ELABORAÇÃO DE PROJETO	AMBIENTAL	R\$10.500,00	2016
SRPRF/CE	DEL/UOP	CANINDÉ	ELABORAÇÃO DE PROJETO	REALOCAÇÃO	R\$239.575,47	2016
SRPRF/MA	SEDE	SEDE REGIONAL/DEL/UOP	ELABORAÇÃO DE PROJETO	CONSTRUÇÕES E REFORMAS	R\$296.080,86	2016
SRPRF/GO	UOP	SÃO SIMÃO	CONSTRUÇÃO	FOSSA SÉPTICA E SUMIDOURO	R\$12.830,46	2016
SRPRF/MS	SEDE	SEDE REGIONAL	ELABORAÇÃO DE PROJETO	PLATAFORMA ELEVATÓRIA	R\$3.600,00	2016
SRPRF/SE	UOP	SEDE REGIONAL E CRISTIANÓPOLIS	REFORMA	COMUNICAÇÃO VISUAL	R\$8.000,00	2016
SRPRF/SC	SEDE	SEDE REGIONAL	REFORMA	GABINETE	RS 230.000,00	2016
SRPRF/PE	UOP	IGARASSU	ADITIVO	FISCALIZAÇÃO	R\$30.684,58	2016
SRPRF/PE	UOP	IGARASSU	ADITIVO	CONSTRUÇÃO	R\$137.233,20	2016
SRPRF/SC	UOP	JOAÇABA	CONSTRUÇÃO	CONSTRUÇÃO	R\$2.263.085,59	2016
SRPRF/SC	UOP	CAMPOS NOVOS	CONSTRUÇÃO	CONSTRUÇÃO	R\$2.325.456,28	2016
SRPRF/RR	SEDE	SEDE REGIONAL	MANUTENÇÃO PREDIAL	MANUTENÇÃO PREDIAL	R\$69.926,52	2016
SRPRF/SC	UOP	RANCHO QUEIMADO, TUBARÃO, JOINVILLE E LAGES	ADITIVO	ELABORAÇÃO DE PROJETO	R\$217.967,57	2016
SRPRF/AL	UOP	CANAPI (CARIÉ)	ADITIVO	FISCALIZAÇÃO	R\$16.622,36	2016
SRPRF/PE	CANIL	GOC/PE	REFORMA	REFORMA	R\$61.779,25	2016
SRPRF/MA	UOP	PORTO FRANCO	REFORMA E AMPLIAÇÃO	REFORMA E AMPLIAÇÃO	R\$579.256,94	2016
SRPRF/AL	UOP	PALMEIRA DOS INDIOS	REFORMA	REFORMA	R\$73.607,36	2016
SRPRF/PR	UOP	PLANALTO, IBATI, PORTO CAMARGO E PATO BRANCO	ELABORAÇÃO DE PROJETO	REFORMA/CONSTRUÇÃO	R\$332.919,16	2016
SEDE NACIONAL	UOP	MODULAR	ELABORAÇÃO DE PROJETO	UOP PADRÃO	R\$126.759,00	2016
SEDE NACIONAL	UOP	MODULAR	ELABORAÇÃO DE PROJETO	UOP PADRÃO	R\$ 126.713,42	2016
SRPRF/MG	SEDE	SEDE REGIONAL	FISCALIZAÇÃO	REFORMA ELÉTRICA	R\$ 127.336,10	2016
SRPRF/AL	UOP	CANAPI (CARIÉ)	CONSTRUÇÃO	CONSTRUÇÃO	R\$1.005.738,54	2016
SRPRF/AL	UOP	CANAPI (CARIÉ)	ADITIVO	CONSTRUÇÃO	R\$254.024,67	2016
SRPRF/AL	UOP	CANAPI (CARIÉ)	FISCALIZAÇÃO	CONSTRUÇÃO	R\$115.051,64	2016
ANPRF	CT/ANPRF	ACADEMIA NACIONAL	MANUTENÇÃO PREDIAL	MANUTENÇÃO PREDIAL	R\$225.463,31	2016
SRPRF/AL	SEDE	SEDE REGIONAL	CONSTRUÇÃO	AMPLIAÇÃO	R\$ 3.806.206,12	2016
SRPRF/AP	UOP	OIAPOQUE	FISCALIZAÇÃO	REFORMA E AMPLIAÇÃO	R\$122.460,00	2016
SRPRF/SE	SEDE	SEDE REGIONAL	REFORMA	REFORMA DO NUCAP	R\$14.973,02	2016
SRPRF/AP	SEDE	SEDE REGIONAL	REFORMA	COBERTURA	R\$11.117,70	2016

SRPRF/DF	SEDE	SEDE REGIONAL DF	ELABORAÇÃO DE PROJETO	CONSTRUÇÃO	R\$213.198,13	2016
SEDE NACIONAL	CT/ANPRF	ACADEMIA NACIONAL	ELABORAÇÃO DE PROJETO	CONSTRUÇÃO	R\$957.761,51	2016
SRPRF/RN	SEDE	SEDE REGIONAL	ELABORAÇÃO DE PROJETO	ART	R\$83,58	2016
SRPRF/RN	UOP	MOSSORÓ	CONSTRUÇÃO	CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO	R\$526.516,92	2016
SRPRF/RN	SEDE	SEDE REGIONAL	ELABORAÇÃO DE PROJETO	ENSAIOS DE SOLO	R\$9.550,00	2016
SRPRF/AP	UOP	OIAPOQUE	REFORMA E AMPLIAÇÃO	REFORMA E AMPLIAÇÃO	R\$1.236.361,91	2016
SRPRF/RS	UOP	VITÓRIA DO PALMAR/IJUÍ/SANTA ROSA	ELABORAÇÃO DE PROJETO	CONSTRUÇÃO	R\$325.152,98	2016
SRPRF/SC	UOP	XANXERÊ	ELABORAÇÃO DE PROJETO	ANÁLISE DE ÁGUA	R\$177,00	2016
SRPRF/ SC	UOP	XANXERÊ	CONSTRUÇÃO	PERFURAÇÃO DE POÇO	R\$42.461,25	2016
SRPRF/ TO	SEDE	SEDE REGIONAL	ELABORAÇÃO DE PROJETO	REFORMA	R\$71.102,46	2016
SRPRF/TO	UOP	GUARAÍ/ARAGUARINA	ELABORAÇÃO DE PROJETO	REFORMA	R\$131.939,16	2016
SRPRF/SC	SEDE	SEDE REGIONAL	REFORMA	ESTACIONAMENTO E FACHADA	R\$7.333,82	2016
SRPRF/RS	DEL/UOP	PORTO ALEGRE	ADITIVO	REFORMA E AMPLIAÇÃO	R\$161.957,14	2016

5.3 Gestão da tecnologia da informação

5.3.1 Principais sistemas de informações

No tocante ao desenvolvimento dos sistemas, ressalta-se que o incremento das funcionalidades como ferramenta no cumprimento das atribuições regimentais conferidas a PRF, possibilitou o aparelhamento do policial que exerce a atividade-fim. Apresenta vários módulos, inclusive com integração a sistemas de informação de outros órgãos. Os Sistemas utilizados pela Polícia Rodoviária Federal e respectivas funcionalidades compreendem:

Tabela XXIX- Principais sistemas de informação

Sistemas	Objetivo	Funcionalidades	Resp. Técnico	Resp. Negócio	Criticidade
PRF Móvel	Módulo “Consultas” do aplicativo	Consulta de veículos por placa, chassi e câmbio	DIASI	CCO	Alta

BOP	Sistema de Boletins de Ocorrência Policial e Termo Circunstanciado de Ocorrência	Registro de Ocorrências Criminais (Pessoas, veículos, materiais)	DIASI	DCC	Alta
SISCOM	Sistema de Processamento de Multas	Registro e processamento de multas PRF	DIASI	DMP	Alta
BR- Brasil	Sistema de Boletins de Acidente - BAT	Registro de acidentes de trânsito em rodovias federais com atendimento presencial da equipe PRF	DIASI	DPO	Alta
	DAT Sistema de Declaração de Acidente de trânsito	Declaração realizada pelos envolvidos em acidentes de pequena monta sem vítima, sem a presença da equipe PRF	DIASI	DPO	Alta
	PDI Parte Diária Informatizada (registro do dia a dia operacional)	Registro dos serviços (fiscalização, patrulhamento, autuações, ocorrências criminais, acidentes, entre outros)	DIASI	CCO	Alta
SILVER	Sistema de gestão de pátios e veículos recolhidos	Registro de recolhimento e liberação de veículos	DIASI	DFT	Alta

SIPAC	Sistema de Patrimônio	Gestão de Almoxarifado, patrimônio, compra, licitações, contratos, transporte, entre outros.	DIASI	DICON	Média
SIGRH	Sistema de RH	Cadastro de pessoal, férias, aposentadoria, auxílio, financeiro, entre outros	DIASI	DICAD	Média
SIGER	Sistema de informações Gerenciais	Informações consolidadas para apoio a tomada de decisão	DIASI	DIASI	Alta
PRF SEGURANÇA	Serviço de gestão de permissões de acesso à serviço de TIC	Liberação/bloqueio de acesso a sistemas	DIASI	DIASI	Alta
SERVO	Serviço de gestão de circunscrição operacional	Cadastro de trecho sob fiscalização da PRF para utilização nos sistemas operacionais	DIASI	DPO	Alta

No tocante ao projeto de Rádio Comunicação Digital, ressalta-se que a Divisão da Tecnologia da Informação iniciou seu objetivo de implantar um sistema de radiocomunicação digital nas rodovias federais através do denominado Projeto Landell, que abrangia os Estados de Mato Grosso - MT, Mato Grosso do Sul - MS e Paraná - PR. Atualmente, integra os projetos desta Divisão o Programa de Rádio Digital, que objetiva a implantação do Sistema de Radiocomunicação Digital em doze estados como escopo da primeira etapa. Posteriormente poderá ser feito planejamento para toda a malha rodoviária federal brasileira sob circunscrição da Polícia Rodoviária Federal -PRF.

Diante da necessidade de readequação dos trabalhos e da decisão de implantação por Superintendência Regional, foram criados Subprojetos, um para cada Estado. Desta forma e com a evolução do Programa, temos hoje, além dos projetos de MT, MS e PR, os

projetos de Radio Digital dos Estados de Roraima, Rondônia, Acre, Amazonas, Amapá, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Goiás e do Distrito Federal. A importância da implantação desse Sistema reside na efetividade que produzirá ao subsidiar o trabalho policial, seja na área de policiamento ostensivo, na fiscalização de trânsito ou no atendimento a acidentes. Frequentemente, os policiais se veem isolados em áreas não habitadas das rodovias federais, tendo o sistema de radiocomunicação como única forma de contato com as unidades operacionais e delegacias.

O Sistema de Radiocomunicação Digital possui funcionalidades extremamente úteis como comunicação inviolável (com criptografia), monitoramento georreferenciado dos equipamentos, chamadas em grupo e individuais, comando e controle, envio de mensagem de texto, consultas a sistemas. Assim, permitirá a comunicação de voz com segurança entre viaturas, policiais e unidades da PRF, garantindo o sigilo e a integridade da comunicação policial e de dados trafegados na rede de radiocomunicação. Além disso, o Sistema possibilitará a integração da PRF com outros órgãos de Segurança Pública, por meio de compartilhamento das redes geradas, assegurando que cada órgão tenha autonomia para gestão de sua rede.

Diante disso, foram adquiridos diferentes tipos de terminais fixos, terminais para viaturas, terminais para motocicletas com sistema adaptado para capacetes, radiocomunicadores portáteis e futuramente serão adquiridos terminais para aeronaves.

O Sistema deve prover a comunicação em todos os veículos novos (caracterizados ou não) e motociclistas. A fim de otimizar recursos públicos a implementação do sistema seguirá a premissa básica de custo versus benefício na aquisição de novos pontos, levando em consideração as regiões com maior circulação de viaturas e registros de acidentes e ocorrências.

Em 2016, o Programa contemplou os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Acre, Rio de Janeiro e todos os demais relacionados ao escopo dos 12 estados iniciais, com aproximadamente 90 torres entregues, permitindo a comunicação na área de circunscrição das delegacias inseridas nestes Estados. Dando continuidade às implantações das redes, das formalizações de acordos de cooperação técnica com outros órgãos e empresas de telefonia e validações dos projetos de cobertura, o Programa atualmente conta com 72% de execução.

Outrossim, informamos que a alocação de recursos continua ocorrendo em cursos de capacitação de servidores da Polícia Rodoviária Federal, aumentando a contribuição na melhoria da percepção de segurança pública junto à sociedade e garantia da presença permanente das instituições policiais e de fiscalização principalmente na região de fronteira do Brasil, bem como favorecendo as ações de prevenção e repressão aos crimes transfronteiriços, por meio de ações integradas de diversos órgãos federais, estaduais e municipais.

5.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

A Polícia Rodoviária Federal, em continuidade a implantação de uma política de fortalecimento institucional, permanece a suscitar ações de aprimoramento nas diversas

áreas de atuação do órgão. Considerando o modelo de gestão gerencial, voltada a produção de resultados, a consolidação do Plano Estratégico Institucional e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Polícia Rodoviária Federal instituiu parâmetros que imprimem maior eficiência nas atividades que competem ao órgão. Deste modo, pautada na persecução do interesse público, finalidade precípua da administração e, norteada por referenciais estratégicos, traça diretrizes na otimização das ações institucionais e no alcance dos objetivos delineados pela PRF.

O Plano Estratégico constituiu as bases para o desenvolvimento do órgão como parte integrante das Forças de segurança pública, principalmente no cumprimento das atribuições voltadas para o fomento de programas de educação para o trânsito, cidadania nas ações de segurança, combate à criminalidade e violência no trânsito, aumento da percepção de segurança da sociedade.

Dentre os vetores que norteiam os processos estratégicos desponta o aprimoramento e intensificação do uso da tecnologia da informação. Assim, o PDTI/2016-2017 utilizando como premissa os processos estratégicos institucionais, estruturou a forma de atuação da área, compartimentando-a em Infraestrutura, Sistemas e Telecomunicações.

Na área de Infraestrutura tornou-se possível a efetivação de projetos iniciados no ano de 2015: contratação de solução de mascaramento e monitoramento de dados; implantação do sistema de processo eletrônico – SEI, demandando ampliação do banco de dados (storage) para o armazenamento das informações, em contrapartida gerando economia na aquisição e contratações futuras em outsourcing de impressão; implementação do banco de dados MySQL – com a aquisição de software de gerenciamento de dados; utilização de solução Anti-spam Mcfee – segurança na transmissão de dados por meio do correio eletrônico, tornando o tráfego de dados menos suscetíveis a interferências externas; reestruturação para estabilidade da solução de e-mail.

Destaca-se ainda a economia de escala gerada nas contratações de telefonia móvel. O PDTI, por ser ferramenta de planejamento utilizada como instrumento balizador nas demandas e soluções na área de TI, mormente, no alcance do resultado com redução de custos para a Administração. A recente proposta de aquisição de serviço móvel pessoal evitou um gasto em custeio no percentual de 49%, representando um valor em torno de doze milhões de reais no período de 24 meses, quando se estabelece uma comparação com atas de registro relacionadas ao mesmo serviço, muito embora tenha havido o aparelhamento do efetivo com a compra de 10.000 smartphones no exercício financeiro de 2015, possibilitando a disponibilização de serviço de dados, o acesso aos sistemas e bases de consulta, destarte proporcionando ações de fiscalização de maior efetividade.

5.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

5.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Primeiramente cumpre destacar que a temática “Gestão Ambiental e Sustentabilidade” é multissetorial, de forma que cada área desempenha importante papel para a sua implantação no âmbito da Polícia Rodoviária Federal. Nesse sentido,

a Gestão Ambiental e Sustentabilidade já perpassa a atuação das diversas áreas da Instituição na busca do engajamento individual e coletivo para a mudança de hábitos mais adequados à proteção do meio ambiente.

A Instituição ainda não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública, mas já alinha ações com fins a tornar realidade essa participação. Na Unidade Central o descarte dos resíduos recicláveis descartados é feito mediante Termo de Cooperação com a Agência Nacional de Águas – ANA, o qual prevê a destinação desses para as associações e cooperativas de catadores.

Atualmente, o Órgão realiza ajustes logísticos para otimizar o adequado descarte. No que tange as atividades da Divisão de Projeto e Infraestrutura, a preocupação com a temática de “Gestão Ambiental e Sustentabilidade” já dá os seus primeiros passos, seja na Sede Administrativa do Órgão, seja nas Unidades Regionais.

Na Sede Regional, mediante a atuação da Divisão de Projetos e Infraestrutura, ações como a participação em curso sobre Eficiência Energética é decorrente da busca de conhecimento para o melhor planejamento da atividade de manutenção e infraestrutura predial. Da mesma forma, as Unidades Regionais, mediante a atuação dos Agentes de Infraestrutura Predial, também estão sendo capacitados na temática de Eficiência Energética.

Temos o primeiro posto da Polícia Rodoviária Federal a receber o Selo Procel A de Eficiência Energética, localizado em Malhada dos Bois, Estado do Sergipe. Atualmente estamos realizando pesquisa para identificarmos um sistema de captação solar, por meio de placas fotovoltaicas, que melhor se adeque as necessidades do Órgão, já tendo feito inclusive visitas de pesquisa à Universidade Federal de Santa Catarina e à Eletrosul para coleta de subsídios. Num futuro próximo, pretendemos dotar os postos da Polícia Rodoviária Federal autossuficientes no que se refere ao abastecimento de energia elétrica. Assim, na busca de maior eficiência energética, novas tecnologias e conhecimentos estão sendo agregados quando da construção, reforma e ampliação das estruturas prediais da Polícia Rodoviária Federal. Pretendemos que essas edificações sejam cada vez mais sustentáveis e produzam menos impacto ambiental.

Como informado anteriormente a aplicabilidade do tema “Gestão Ambiental e Sustentabilidade” envolve diversas áreas, principalmente as área demandantes das contratações.

A cultura de Gestão Ambiental e Sustentabilidade vem sendo implementada nos diversos processos de contratações da PRF, desde o planejamento da contratação, por meio do envolvimento de diversas áreas da Instituição, na busca da mudança de hábitos e implementação de meios mais adequados à proteção do meio ambiente.

Para viabilizar a implementação de tal cultura é solicitado nos processos de contratação, a inclusão de cláusula que trata sobre o impacto ambiental, mesmo naqueles em não exista tal previsão.

Como exemplo de boa prática de sustentabilidade podemos citar os critérios estabelecidos no processo de contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção predial preventiva, preditiva e corretiva nos

sistemas elétrico, hidrossanitário, proteção contra descargas atmosféricas, alarme, combate a incêndio, de iluminação de emergência e nas instalações civis dos prédios do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, vejamos:

Termo de Referência

...

38. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

38.1. Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelos órgãos competentes.

38.2. Em se tratando de área de preservação, os serviços deverão ser pautados também segundo plano de manejo da área em questão.

38.3. Os materiais básicos empregados pela CONTRATADA deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos associados ao produto e o que está definido em plano de manejo, e ainda, o previsto abaixo:

38.3.1. Sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 154481 e 154482;

38.3.2. Sejam observados, quando possível, os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO – como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

38.3.3. Os materiais devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

38.3.4. Não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous

Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

38.3.5. Seja priorizado o uso do conjunto lâmpadas/luminárias de alta eficiência energética (led).

38.3.6. Priorizar a utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que Termo de Referência NUAPRE 5123716 SEI 08650.011369/201671 / pg. 47 reduzam a necessidade de manutenção;

38.3.7. Prever a comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução dos serviços;

38.3.8. Deve ser priorizado o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas de origem local para execução, conservação e operação.

38.3.9. Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

38.3.10. Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138/2003;

38.3.11. Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

38.3.12. Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

38.3.13. Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da

IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

38.3.14. Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

38.3.15. Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

38.4. A qualquer tempo, a Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e Recebimento designada pelo Contratante poderá solicitar à Contratada a apresentação de relação das marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

38.5. A Contratada deverá retirar, sob orientação da Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e Recebimento designada pelo Contratante, todos os materiais substituídos durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento e/ou recolhimento a depósito indicado pela Fiscalização.

38.6. Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulhos, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleos e graxas, deverão ser adequadamente separados para posterior descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes e plano de manejo.

5.5 Gestão de fundos e de programas

5.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

Em razão da não existência de Fundos e programas de responsabilidade desta UPC, este item não se aplica.

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de acesso do cidadão

A Polícia Rodoviária Federal, com vistas a possibilitar um canal de acesso direto ao cidadão, disponibiliza a sociedade o telefone de emergência 191, mediante o qual as pessoas podem solicitar auxílio, informar sobre ocorrência de crimes, comunicar acidentes, obter informações dentre outros.

Paralelamente à ferramenta mencionada no parágrafo anterior, a PRF disponibiliza em seu portal eletrônico, www.prf.gov.br, informações sobre Acidentes de Trânsito; Concursos e Seleções/PRF; Licitações e Contratos/PRF; Multas e Infrações de Trânsito; Atendimento a Acidentes; Endereços e Contatos das Unidades Desconcentradas PRF; dentre outros temas.

A Ouvidoria PRF é o canal de acesso que permite o diálogo entre o cidadão – usuário dos serviços públicos – e a Polícia Rodoviária Federal.

Apresenta-se como instrumento autêntico da democracia participativa, na medida que transporta o cidadão comum para o âmbito da administração pública. Permitindo a correção e o aprimoramento dos serviços públicos prestados à sociedade, fortalecendo, assim, o exercício da cidadania.

A Ouvidoria PRF possibilitou ao cidadão no ano de 2016: enumerar falhas, sinalizar necessidades, sugerir alternativas e reafirmar os bons serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal.

Todas as demandas advindas de atendimentos presenciais e eletrônicos (e-mail) registradas no ano de 2016 foram acompanhadas de forma absolutamente ordenada (recepção – distribuição - atendimento), com vistas a conferir ao processo a atenção e o zelo necessários.

Nesse sentido, a Ouvidoria, no ano de 2016 registou **3.580** (três mil, quinhentos e oitenta) ocorrências (demandas), sendo 2.520 (dois mil quinhentos e vinte) oriundas do sistema Ouvidoria do Ministério da Justiça e 1.060 (mil e sessenta) de atendimentos feitos por meio eletrônico (e-mail). Desse total **33,52%** foram reclamações quanto ao serviço prestado pela Polícia Rodoviária Federal.

Por meio do sistema, os demandantes têm a possibilidade de avaliar o grau de satisfação. Por não ser de caráter obrigatório, o cidadão faz a sua avaliação de forma espontânea. No entanto, vale ressaltar que dos que se manifestaram nesse sentido **62,41%** estão satisfeitos com o atendimento prestado pela Polícia Rodoviária Federal

A Polícia Rodoviária Federal mantém o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), com atendimento eletrônico - portal de acesso à informação, telefônico - (61) 2025-6607 / (61) 2025-6609 e presencial - prédio sede da PRF localizado no SPO, S/N, lote 5, Setor Policial Sul, em Brasília/DF.

No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016, o SIC/PRF registrou-se um total de **673 (seiscentos e setenta e três) pedidos de acesso a informação**, através do sistema e-SIC da Controladoria Geral da União. Uma redução de 26% em relação ao ano de 2015, demonstrando com isso que o Órgão vem trabalhando a transparência ativa, que é a divulgação por iniciativa própria, independente de requerimento, utilizando principalmente a internet, facilitando o acesso das pessoas e reduzindo o custo com a prestação de informações.

O telefone tridígito 191, é considerado o primeiro e mais difundido canal de acesso. Através do 191, o cidadão pode entrar em contato com o posto de atendimento mais próximo do ponto de origem da ligação.

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Em consonância com o Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, a PRF elaborou a sua Carta de Serviços, lançada em 2012.

A Carta de Serviços ao Cidadão é um documento elaborado por uma organização pública que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos com o atendimento e os padrões de atendimento estabelecidos.

A sua prática implica para a organização um processo de transformação sustentada em princípios fundamentais: participação e comprometimento, informação e transparência, aprendizagem e participação do cidadão. Esses princípios têm como premissas o foco no cidadão e a indução do controle social.

A Carta de Serviços da Polícia Rodoviária Federal está acessível pelo endereço eletrônico da instituição no menu lateral “ACESSO À INFORMAÇÃO”, “Carta de Serviços ao Cidadão” ou pelo link <https://www.prf.gov.br/portal/acesso-a-informacao/carta-de-servicos/carta-de-servicos-1>.

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Para aferir a satisfação dos produtos e serviços oferecidos pela PRF, foi criado o Indicador Estratégico Índice de Percepção de Segurança nas Rodovias Federais, medido a partir de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, que avalia se as ações desenvolvidas pela instituição produziram, além dos resultados aferidos pelos outros indicadores, um impacto positivo na sociedade, ou seja, se aqueles que fazem uso das rodovias federais sentem-se mais seguros nos seus deslocamentos e o quanto essa segurança é resultante das ações desenvolvidas pela Polícia Rodoviária Federal.

O monitoramento, avaliação e análise dos indicadores possibilita a avaliação dos resultados alcançados e a efetividade dos controles internos e modelo de gestão. A pesquisa de percepção de segurança possibilita identificar os pontos e as localidades que necessitam de intervenção para melhoria dos serviços prestados e da segurança dos usuários das rodovias e estradas federais.

A primeira Pesquisa de Segurança Rodoviária – PSR foi realizada em 2009 para subsidiar as ações de gestão previstas no Plano Plurianual 2008-2011. A PSR 2009 foi realizada em âmbito nacional e teve como público alvo os usuários das rodovias federais brasileiras. A PSR-2009 teve por objetivo investigar o perfil dos usuários, diagnosticar a percepção de segurança, o grau de vitimização em acidentes e crimes e a confiança na Polícia Rodoviária Federal.

Com base nos bancos de dados de acidentes e fiscalização da PRF, a população da pesquisa foi estratificada por regional, gênero, faixa etária e condição (motociclista, motorista de veículo de carga etc.), sendo a proporção da amostra definida para cada nível dessas características.

Planejou-se realizar um total de 2401 entrevistas, afim de obter estimativas das proporções com margem de erro de no máximo 2,0%, com confiança de 95%. Após a coleta das entrevistas e validação das informações, utilizou-se apenas 1984 entrevistas, mantendo as proporções definidas no planejamento.

As entrevistas foram aplicadas em 154 pontos em todo país (149 delegacias e 5 distritos da PRF nas 27 Unidades da Federação) e efetuadas por servidores, não identificados como policiais e em posse do kit para pesquisadores. Este kit incluía a camiseta e o crachá de identificação como entrevistador da PSR.

A partir das respostas a determinadas perguntas do questionário referentes à sensação de segurança e à vitimização, estabeleceu-se uma nota de percepção de segurança e definiu-se o indicador como a proporção de notas iguais ou acima de 6.

A meta estabelecida no PPA 2008-2011 para o ano de 2008 era de 70% de percepção positiva. Após análise da Pesquisa, apurou-se o Índice de Percepção de Segurança – IPS de 72,2%.

Para o PPA 2012-2015 não foi estabelecida meta para o Indicador de Percepção de Segurança. No entanto, diante da necessidade de balizar as ações para o alcance do resultado institucional previsto no Mapa Estratégico 2013-2020 (Aumentar a percepção de segurança dos usuários das rodovias federais), e para apuração do respectivo indicador estratégico, foi realizada a PSR 2013 – Um raio-X da segurança pública em rodovias federais.

Além dos objetivos já estabelecidos na PSR 2009, a PSR 2013 também teve por objetivo avaliar a imagem corporativa, seus produtos e serviços e a satisfação dos usuários, alimentando os indicadores do Plano Estratégico da PRF, em especial:

- ☐ . Índice de Percepção de Segurança nas Rodovias Federais;
- ☐ . Imagem da PRF;
- ☐ . Satisfação com o Serviço de Emergência da PRF;
- ☐ . Satisfação com o Serviço de Atendimento ao Cidadão da PRF; e
- ☐ . Índice de Interação entre a PRF e a Sociedade Através da Internet.

Além disso, a pesquisa objetivou determinar o perfil dos usuários das rodovias federais brasileiras, avaliando suas características sócio demográficas, de trânsito e

utilização das rodovias, vitimização, percepção de segurança e a utilização dos serviços da PRF.

A PSR – 2013 manteve a mesma margem de erro (máximo de 2,0%) e nível de confiança (95%) da PSR – 2009. No entanto, para possibilitar o desdobramento dos resultados da pesquisa em nível regional, a quantidade de entrevistas passou de 1.984 para 16.784.

O resultado nacional da PSR-2013 foi de 76,1%, representando um aumento de 5,4% no índice em comparação com a PSR-2019.

No que diz respeito à Imagem da PRF, 83,62% dos 16.784 entrevistados admitiram que a PRF é “bastante” ou “extremamente” importante para reduzir a violência no trânsito das rodovias federais.

Com relação ao Serviço de Emergência da PRF, 76,95% não lembraram o telefone da PRF.

Já com relação ao Serviço de Atendimento ao Cidadão da PRF (Ouvidoria), 97,45% disseram nunca ter utilizado o serviço.

Por fim, com relação ao Índice de Interação entre a PRF e a Sociedade Através da Internet, 87,24% afirmaram nunca ter acessado o site da PRF.

Devido aos altos custos envolvidos para a realização da pesquisa presencial, em 2017 a PRF irá estudar novas formas de se realizar a pesquisa, como pesquisa amostral com usuários que ligaram para o serviço de emergência da PRF (número 191).

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Ao acessar o endereço eletrônico <https://www.prf.gov.br/portal/>, no menu “Acesso à informação”, localizado do lado esquerdo do sítio eletrônico institucional PRF, qualquer pessoa interessada poderá visualizar os itens de navegação “Institucional”, “Ações e programas”, “Auditorias”, “Convênios”, “Despesas”, “Licitações e contratos”, “Servidores”, “Leilões”, “Perguntas Frequentes”, “Sobre a Lei de Acesso à informação” e “Carta de Serviços”, que contemplam informações úteis relacionadas à atuação da Polícia Rodoviária Federal.

6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Informamos que a web site da Polícia Rodoviária Federal possui, em seu canto superior direito, um link que leva a área de formatação para que a página possa ser acessível para pessoa com necessidade especial. A forma é padronizada e instituída pela SECOM da Presidência da República para os sites governamentais. A área pode ser acessível também em <https://www.prf.gov.br/portal/accessibility-info>.

Além da solução tecnológica de acessibilidade aplicada ao portal PRF, também mantemos os seguintes:

- Os “Canais de acesso de Cidadão” possibilitam diversas formas para que o cidadão possa conseguir as informações que deseja.
- Pelo telefone tridígito 191, que consideramos ser o primeiro e mais difundido canal de acesso, o cidadão pode entrar em contato com o posto de atendimento mais próximo do ponto de origem da ligação.
- Através do endereço eletrônico **www.prf.gov.br**, o cidadão encontra, entre outras informações, uma barra de links, dispostos em quatro grupos de informações disponíveis, quais sejam: Canais de Atendimento, Telefones e endereços, Área de Imprensa e Dados Abertos. Por meio desses links podem ser acessadas diversas informações institucionais e estatísticas ou, ainda, iniciar uma requisição específica, por meio de telefones, e-mails e endereços dos pontos de atendimentos. Além de informações disponíveis no menu lateral “ACESSO À INFORMAÇÃO”, o web site da Polícia Rodoviária Federal também fornece acesso em sua *home page* a serviços de interesse dos cidadãos.
- A Polícia Rodoviária Federal mantém o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), com atendimento eletrônico - portal de acesso à informação, telefônico - (61) 2025-6607 / (61) 2025-6609 e presencial - prédio sede da PRF localizado no SPO, S/N, lote 5, Setor Policial Sul, em Brasília/DF.
- As redes sociais também se demonstram poderosas no fortalecimento do relacionamento da Polícia Rodoviária Federal com a sociedade. A PRF dispõe de uma página oficial em rede social Facebook (www.facebook.com/prf191) e um perfil na rede social Instagram (@prfoficial).

7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O SIPAC (sistema de controle patrimonial da PRF) não possuía funcionalidades para realizar o lançamento da reavaliação e da amortização de maneira adequada. A PRF formalizou demanda à UFRN para desenvolvimento das funcionalidades no sistema, atendendo às disposições das macrofunções 020330 e 020335. A funcionalidade de reavaliação foi desenvolvida e está em fase de homologação. A funcionalidade de amortização de bens intangíveis está em fase de desenvolvimento.

Conforme planejamento validado da reunião da área patrimonial da PRF, ocorrida em novembro de 2016, no exercício de 2017 deverá ser realizado curso de reavaliação e amortização para que os gestores regionais possam obter os valores corretos para cadastramento no sistema.

O sistema realiza depreciação de todos os bens, conforme parâmetros definidos na macrofunção 020330. Contudo, não estão sendo depreciados os bens adquiridos antes de 2010, pois estes necessitam de avaliação para que tenham uma base atualizada confiável para o cálculo da depreciação. Portanto, caso a classe de bens da Regional apenas bens adquiridos anteriormente à 2010, não haverá saldo de depreciação na respectiva conta. Assim que estes bens passarem pelo processo de reavaliação serão depreciados automaticamente pelo sistema.

Exaustão é a redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais ou florestais. Neste sentido, com o advento do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), reduziu-se drasticamente o consumo de papel para a confecção de processos e documentos, visto que hoje essas demandas são realizadas eletronicamente.

7.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O item acima, por orientação da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI/MJ será tratado no relatório de Gestão da Secretaria-Executiva/MJ.

7.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações estão nos Anexos e Apêndices

Quadro XXXI- Notas Explicativas

Notas Explicativas
Nota 01 – Fornecedores

Durante o exercício de 2016, na **Unidade Prestadora de Contas Departamento de Polícia Rodoviária Federal**, foram apropriados um montante de R\$ 444.075.182,61 milhões relacionados a fornecedores, contabilizados como obrigações a curto prazo. A análise a seguir considerou o total apropriado durante todo o exercício, sendo que no encerramento de 2016, o saldo a executar de Fornecedores a Pagar era de apenas 1% do total mencionado, R\$ 4.946.097,03.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 1 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

(Em R\$)	
	Ano 2016
Circulante	
Nacionais	444.073.250,61
Estrangeiros	1.932,00
Não Circulante	
Nacionais	0,00
Estrangeiros	0,00
Total	444.075.182,61

Fonte: Tesouro Gerencial

Todos os saldos consignados à conta de fornecedores são de curto prazo e se referem, em sua maioria, aos fornecedores nacionais.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as 05 unidades gestoras pertencentes ao Órgão 30802 com maiores valores registrados na conta de fornecedores no exercício de 2016, em ordem crescente de valores apropriados.

Fornecedores – Por Unidade Gestora Contratante.

(Em R\$)		
	Ano 2016	AV (%)
200131 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RO	20.460.693,21	4,61
200116 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RJ	20.885.766,09	4,70
200128 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-MS	21.573.784,98	4,86
200118 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-PR	29.072.088,52	6,55
200109 - DEPTO.DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	167.935.760,41	37,82
Demais	184.147.089,40	41,47
Total	444.075.182,61	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

As unidades relacionadas no quadro acima, em conjunto, são responsáveis por 58,53% do total registrado nas contas de fornecedores, sendo que a unidade 200109 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal possui o maior montante de registros no exercício de 2016.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 05 maiores valores de fornecedores apropriados no exercício de 2016 para o Órgão 30802 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal/MJ.

Fornecedores – Por Contratado.

(Em R\$)		
	Ano 2016	AV(%)
00113691000130 - FISCAL TECNOLOGIA E AUTOMACAO LTDA	8.363.806,92	1,88
83932418000164 - CLEMAR ENGENHARIA LTDA	10.071.618,88	2,27
00265426000177 - CONCRETA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA	13.065.958,87	2,94
75543611000185 - HELISUL TAXI AEREO LTDA	15.339.208,84	3,45
34028316000707 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	65.601.572,55	14,77
Demais	331.633.016,55	74,68
Total	444.075.182,61	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- (a) **00113691000130 - FISCAL TECNOLOGIA E AUTOMACAO:** Serviços de monitoramento e fiscalização de veículos, contrato 37/2013.
- (b) **83932418000164 - CLEMAR ENGENHARIA LTDA:** Serviço de projetos de sítios de telecomunicações.
- (c) **00265426000177 - CONCRETA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:** Serviços de Engenharia obra construção do edificio sede/SRPRF/RO.
- (d) **75543611000185 - HELISUL TAXI AEREO LTDA:** Serviços de manutenção preventiva, corretiva e apoio operacional de aeronaves pertencentes a Polícia Rodoviária Federal/MJ;
- (e) **34028316000707 – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS:** Serviços de recebimento pela Rede de Atendimento, coleta, transporte e entrega domiciliária, em âmbito Estadual e Nacional, relativos aos serviços de Remessas Econômico e Expressa, contendo notificações com ou sem AR Digital.

Em relação aos fornecedores acima, no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Fornecedores – Principais Transações.

Fornecedor	Objeto	Valor	Data de Referência
00113691000130 - FISCAL	PAGAMENTO DAS NFS. 8781 À 8808 - FISCAL - REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE	348.935,78	27Dez16

TECNOLOGIA E AUTOMACAO	MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DE VEÍCULOS PARA A PRF NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 2016, CONTRATO 37/2013. PROCESSO 08650.025743/2016-15. 2016NP000922, 2016NS009286, 2016OB805680.		
83932418/0001-64 - CLEMAR ENGENHARIA LTDA	PAGAMENTO CLEMAR ENGENHARIA - SERVIÇO DE PROJETOS DE EXTENSÃO DE REDE, ESTAÇÃO 70183 EM CAMPINA GRANDE DO SUL/PR - N.F.Se. NR. 59561 - VALOR R\$ 331.451,86. 2016NP000784, 2016NS005259, 2016OB806629	312.061,93	30Dez16
00265426/0001-77 - CONCRETA ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA	PAGAMENTO DA NFS-e 431, DE 21/12/2016, CONTRATO 004/2013, REFERENTE: 23a. MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS NA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE/SRPRF/RO. 2016NP000538, 2016NS002501, 2016OB802540	546.058,61	23Dez16
75543611000185 - HELISUL TAXI AEREO LTDA.	PAGAMENTO REFERENTE ÀS NFS 3252 (PEÇAS) E 20165643 (SERVIÇOS) REFERENTE AOS SERVIÇOS ESPECIALÍSSIMOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E APOIO OPERACIONAL DA AERONAVE BELL 412, PREFIXO PP-PRF NO MÊS DE NOVEMBRO/2016. DOC: 2016NP000858, 2016NS009053.	275.334,64	08Dez16
34028316/0007-07 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	PAGAMENTO DA FATURA NR 141377, REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEBIMENTO PELA REDE DE ATENDIMENTO, COLETA, TRANSPORTE E ENTREGA DOMICILIÁRIA, EM ÂMBITO ESTADUAL E NACIONAL, RELATIVOS AOS SERVIÇOS DE REMESSAS ECONÔMICO E EXPRESSA, CONTENDO NOTIFICAÇÕES COM OU SEM AR DIGITAL, RELATIVO AOS SERVIÇOS PRESTADOS NO MÊS DE OUTUBRO DE 2016. PROC. FIN. 08650.024179/2016-13, 2016NP000792, 2016NS008760, 2016OB805401	2.899.171,82	22Nov16

Fontes: Tesouro Gerencial

O principal valor do grupo fornecedor e contas a pagar se refere ao Fornecedor 34.028.316/0007-07 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS, que corresponde a serviços coleta, transporte e entrega domiciliária, em âmbito Estadual e Nacional.

Nota 02 – Obrigações Contratuais

No exercício de 2016, no Órgão 30802 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal/MJ, foi apropriado em obrigações contratuais o valor de R\$ 633.529.709,43 Milhões relacionados a parcelas de contratos que serão executadas nos próximos exercícios. A análise a seguir considerou o total apropriado durante todo o exercício.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Obrigações Contratuais – Composição.

(Em R\$)		
	Ano 2016	AV (%)
Aluguéis	8.983.618,23	1,42
Fornecimento de Bens	119.465.098,96	18,86
Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Seguros	50.622,63	0,01
Serviços	505.030.369,61	79,72
Total	633.529.709,43	15,75

Fonte: Tesouro Gerencial.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam 79,72% do total das obrigações assumidas pelo Órgão 30802 em 2016.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos no exercício de 2016.

Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora contratante.

(Em R\$)		
	Ano 2016	AV (%)
200112 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-CE	26.293.889,50	4,15
200119 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RS	33.101.611,09	5,22
200118 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-PR	40.061.492,78	6,32
200128 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-MS	46.232.532,47	7,30
200109 - DEPTO.DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	304.639.958,62	48,09
Demais	183.200.224,97	28,92
Total	633.529.709,43	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os maiores contratados registrados no exercício de 2016.

Obrigações Contratuais – Por Contratado.

(Em R\$)		
	Ano 2016	AV (%)
(a) 01261017000327 - BIMETAL INDUSTRIA METALURGICA LTDA	15.709.963,28	2,48
(b) 75543611000185 - HELISUL TAXI AEREO LTDA.	16.405.676,42	2,59
(c) 02776570000101 - NORMANDIA ENGENHARIA LTDA.	20.201.031,90	3,19
(d) 61192373000104 - CONSTRUTORA BETER S A	30.833.051,18	4,87
(e) 34028316000707 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	66.401.054,46	10,48
Demais	483.978.932,19	76,39

Total	633.529.709,43	100,00
--------------	-----------------------	---------------

Fonte: Tesouro Gerencial

A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) 01261017000327 - BIMETAL INDUSTRIA METALURGICA LTDA: Tem como objeto Implantação de sítio de telecomunicações PRF/MS – projeto LANDELL – contrato nº 12/2015.

(b) 75543611000185 - HELISUL TAXI AEREO LTDA: Tem como objeto a manutenção de aeronaves da DPRF.

(c) 02776570000101 - NORMANDIA ENGENHARIA LTDA: Tem como objeto a contratação de serviços para a construção da nova sede da PRF/PR.

(d) 61192373000104 - CONSTRUTORA BETER S A: Contrato referente a construção da sede administrativa do Departamento de Polícia Rodoviária Federal em Brasília/DF.

(e) 34028316000707 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS: Contratação que tem como objeto a impressão, coleta, transporte e entrega domiciliária das notificações de autuação e penalidades aplicadas pela PRF, bem como prestar informações dos objetos postados e a digitalização e devolução dos "Avisos de Recebimentos – “ARs” físicos. transporte de documentos sigilosos no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Em relação aos contratados acima no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Quadro 2 – Contratados – Principais Transações.

Contratado	Objeto	Valor Contratado (R\$)	Valor a Executar	Validade
01261017000327 - BIMETAL INDUSTRIA METALURGICA LTDA	Implantação de sítio de telecomunicações PRF/MS-projeto LANDELL – contrato 12/2015	16.177.200,00	A unidade não se manifestou.	09/04/2017-
75543611000185 - HELISUL TAXI AEREO LTDA	Manutenção de aeronaves da DPRF. contrato 17/2014	4.951.742,63	A unidade não se manifestou.	01/06/2017

Fontes: Informações prestadas pelo Departamento der Polícia Rodoviária Federal.

Abaixo alguns esclarecimentos:

- O principal valor de registro no grupo obrigações contratuais se refere ao Contratado **34028316000707 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**. No ano de 2016 foi empenhado um total de R\$ 65.333.576,48 e realizada a liquidação referente à prestação de serviços de recebimento pela Rede de Atendimento, coleta, transporte e entrega domiciliária, em âmbito Estadual e Nacional, relativos aos serviços de Remessas Econômico e Expressa, contendo Notificações com ou sem AR Digital.

8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

a)Coordenação Geral de Administração

Prestação de Contas 2017 - Exercício 2016

Preliminarmente, cumpre registrar que, embora este Departamento de Polícia Rodoviária Federal, atualmente, não possua em sua estrutura organizacional uma Área com atribuições específicas voltadas para a implementação e acompanhamento do Sistema de Controle Interno, o que se encontra presente no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UG é subordinada, estes trabalhos não se encontram prejudicados, pois a PRF é constantemente auditada pela Controladoria Geral da União - CGU e pelo Tribunal de Contas da União - TCU, Órgãos de Fiscalização Governamental, o que permite a realização das análises e acompanhamentos devidos.

Cabe ressaltar que a alta Administração deste DPRF tem envidado todos os esforços possíveis no sentido de dotar a Instituição de uma área própria de assessoramento de controle interno, conforme Projeto de reestruturação do DPRF.

Inobstante, no âmbito deste Departamento de Polícia Rodoviária Federal, foi criado o Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização - GAAP, que tem acompanhado as demandas oriundas do Tribunal de Contas da União - TCU e da Controladoria - Geral da União – CGU.

Sem prejuízo às atribuições próprias do GAAP, este Departamento promoveu a implementação do seu Escritório de Projetos Estratégicos - EPE, com uma metodologia fortemente voltada para a gestão de projetos, especialmente os prioritários, contendo planejamento das demandas, análise e monitoramento de riscos entre outros mecanismos de aperfeiçoamento de gestão.

Superados estes apontamentos iniciais, compulsando os Acórdãos proferidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU no exercício 2015, constata-se que do total de julgados pertinentes à Polícia Rodoviária Federal apenas 12 (doze) contemplavam alguma Determinação ou Recomendação a ser observada. Vejamos:

Acórdão	Colegiado	Processo
569/2016	2ª Câmara	TC-013.754/2008-2
632/2016	2ª Câmara	TC 028.003/2013-6
1147/2016	Plenário	TC-009.041/2016-8
3342/2016	1ª Câmara	TC 007.526/2016-4
6957/2016	2ª Câmara	TC 000.985/2011-2
1464/2016	Plenário	TC 031.402/2014-3
1488/2016	Plenário	TC 030.028/2015-9
8377/2016	2ª Câmara	TC 028.227/2012-3
1995/2016	Plenário	TC 020.053/2015-0

6309/2016	1ª Câmara	TC 024.292/2016-8
6679/2016	1ª Câmara	TC 012.766/2007-8
13179/2016	2ª Câmara	TC-016.411/2008-2

Cumprе registrar, que as áreas competentes deste Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ, assim como de suas Unidades desconcentradas PRF, têm envidado esforços no sentido de sanar todos os apontamentos formulados pelos Órgãos de Controle.

Sem prejuízo a isso, cumprе salientar que as informações relacionadas ao efetivo atendimento dos itens pontuados pelo TCU estão sendo produzidas, neste momento processual, pela equipe designada por meio da Portaria nº 48, de 16 de fevereiro de 2017 (SEI nº 5045911).

Prestação de Contas 2016 - Exercício 2015

Compulsando os Acórdãos proferidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU no exercício 2015, constata-se que do total de julgados pertinentes à Polícia Rodoviária Federal apenas 17 (dezessete) contemplavam alguma Determinação ou Recomendação a ser observada. Vejamos:

Acórdão	Colegiado	Processo
213/2015	2ª Câmara	TC 026.522/2014-4
759/2015	2ª Câmara	TC 014.498/2008-5
766/2015	2ª Câmara	TC 023.960/2007-6
861/2015	2ª Câmara	TC 007.989/2006-7
1185/2015	2ª Câmara	TC 030.785/2014-6
1744/2015	2ª Câmara	TC 020.315/2007-4
1588/2015	2ª Câmara	TC 031.400/2014-0
854/2015	2ª Câmara	TC 000.689/2014-9
2856/2015	2ª Câmara	TC 011.216/2007-7
3125/2015	2ª Câmara	TC 011.876/2008-6
1677/2015	2ª Câmara	TC 034.816/2014-3
4691/2015	2ª Câmara	TC 022.079/2014-9
7215/2015	2ª Câmara	TC 011.184/2012-4
2252/2015	Plenário	TC 014.387/2014-0
2336/2015	Plenário	TC 031.490/2013-1
9797/2015	2ª Câmara	TC 020.919/2009-2
1176/2015	Plenário	TC 034.062/2011-4

Do universo de Determinações e Recomendações inseridas nos Acórdãos descritos do quadro acima, restam ser plenamente atendidas aquelas constantes dos Acórdãos descritos nos quadros abaixo. Todas as demais foram devidamente ajustadas.

Embora os apontamentos constantes dos quadros abaixo não tenham sido superados em sua plenitude, esta Administração PRF não permaneceu inerte, tendo

diligenciado durante o exercício 2015 no sentido de proceder os melhores ajustes possíveis.

Tabela XXXII- Cumprimentos das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
01	014.498/2008-5	759/2015 – 2ª Câmara	1.7.1	DE	Ofício 9088/2015 - SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
Determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que: Providencie, no prazo de 30 dias a contar da ciência da deliberação, sob pena de responsabilidade da autoridade administrativa omissa, o ressarcimento aos cofres do tesouro nacional dos valores recebidos por ROBERTO GONÇALVES ALVES a título de proventos de aposentadoria impugnados pelo Acórdão nº 7823/2010 – 1ª Câmara, no período em que tramitava no TCU o recurso interposto pelo interessado, ao qual foi negado provimento por meio do Acórdão nº 10.392/2011 – 1ª Câmara.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS					23197
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Autuamos o processo de nº 08.650.000.974/2015-35 (reposição ao erário), no entanto, o servidor impetrou recurso administrativo. Ainda não julgado por este DPRF.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
02	007.989/2006-7	Acórdão nº 861/2015 -2ª Câmara	8.3	DE	-----
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					

1.7. Determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que promova a regularização da proporcionalização dos proventos de José Alexandre da Silva, orientando o interessado em consonância com o item 9.4.3 do acórdão 2027/2008 – 2ª câmara, que pode aproveitar o tempo da inatividade, conforme os termos da Súmula 74 deste Tribunal, para aposentar-se com proventos proporcionais a 30/35 avos, a teor do art. 186, item II, alínea “c”, da Lei 8112/1990, devendo ser emitido novo ato para apreciação do TCU	
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS	23197
Síntese da providência adotada:	
O 1ª DRPRF/DF encaminhou o ofício nº 031/2015 – NAP. E logo após, encaminhamos o Ofício 007/2015, em 31/08/2015, solicitando informações.	
Síntese dos resultados obtidos	
Deliberação atendida em parte.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
03	022.079/2014-9	Acórdão nº 4691/2015 - 2ª Câmara	9.2	DE	Ofício nº 8049/2015 – TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
9.3. determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que: 9.3.1 com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, suspenda o pagamento da rubrica Siape "82832 - VPNI Emenda Constitucional 70" nos proventos de aposentadoria de Luiz José da Conceição; 9.3.2 promova a retificação do valor relativo à VPNI da EC 70/2012 nos proventos de aposentadoria de Hugo Simon de Sa, para que corresponda a R\$ 126,04, bem como para que passe a ser paga por intermédio da rubrica Siape "82832 - VPNI Emenda Constitucional 70", e não por meio da rubrica "82484 - Subsidio AP"; 9.3.3 encaminhe, no prazo de 30 (trinta) dias, novo ato de alteração da aposentadoria de Luiz José da Conceição para apreciação desta Corte de Contas, por meio do sistema Sisac, sem a inclusão de parcela relativa à VPNI da EC 70/2012; 9.3.4. comunique aos interessados acerca da presente deliberação do Tribunal, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não os					

exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, em caso de não provimento;

9.4. enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à unidade jurisdicionada;

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS	23197
Síntese da providência adotada:	
Foi encaminhado ao TCU o Ofício 009/2015, informando o cumprimento no que se refere ao servidor LUIZ JOSÉ DA CONCEIÇÃO. No que se refere ao servidor HUGO SIMON DE SA, foi excluída a VPNI EC 70/2012 e incluído a valor de R\$ 126,04 como determinado. Quanto a inclusão da rubrica “82832 – VPNI EC 70”, não foi possível pois esta encontra-se inativa no sistema. Foi solicitado junto ao MPOG a liberação da supracitada Rubrica, que até o momento não ocorreu. Para que o servidor não fosse penalizado por um problema técnico de adequação do SIAPE, foi providenciado o lançamento, a título precário, na rubrica “82484 – Subsídio – AP”. Informamos que até o momento não obtivemos resposta do MPOG.	
Síntese dos resultados obtidos	
Deliberação atendida em parte.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
04	034.062/2011-4	1176/2015 – Plenário	9.4	DE	-----
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
9.4. determinar a todos os órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que, nos casos em que os proventos de aposentadoria não estejam sendo pagos de acordo com as regras indicadas nos itens deste Acórdão, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência desta deliberação, adotem as providências cabíveis para a efetiva regularização desses pagamentos, com a observância, se necessário, do contraditório e da ampla defesa, informando o TCU sobre o resultado dessas providências em item específico do correspondente relatório de gestão nas respectivas tomadas ou prestações de contas anuais, observadas as seguintes regras:					
9.4.1. aplicar o disposto no presente item para as aposentadorias ainda não encaminhadas ao TCU, desde que sua concessão tenha ocorrido em prazo inferior a cinco anos;					
9.4.2. no caso de a aposentadoria ainda não ter sido enviada ao TCU, concedida a mais de cinco anos, enviar o ato de aposentadoria original e respectivo ato de alteração, com expressa menção ao presente acórdão;					

9.4.3. no caso de a aposentadoria já tiver sido encaminhada ao TCU, ainda não apreciada e tendo ela prazo inferior a cinco anos contados de sua concessão, solicitar o retorno do respectivo ato ao órgão concedente, ajustar o pagamento e proceder à alteração devida no ato com posterior reenvio a este Tribunal, via controle interno; 9.4.4. no caso de a aposentadoria já tiver sido encaminhada ao TCU, ainda não apreciada e tendo ela prazo superior a cinco anos contados de sua concessão, encaminhar ato de alteração com a especificação completa da alteração realizada, fazendo expressa menção ao presente acórdão; 9.4.5. no caso de a aposentadoria já tiver sido registrada pelo TCU nos últimos cinco anos, enviar expediente a esta Corte dando conta da necessidade de revisão dos pagamentos, para fins de o TCU adotar as providências internas cabíveis.	
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS	23197
Justificativa para o seu não cumprimento:	
De acordo com os dados levantados, os proventos das aposentadorias estão sendo pagos de acordo com as regras indicadas. Não tendo sido detectado pendência/lançamento referente a matéria tratada neste.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
05	031.490/2013-1	2336/2015 – Plenário	9.2	DE	-----
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
9.2. determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, com fundamento no art.250, inciso II, do RI/TCU, que: 9.2.1. adote, no prazo de 360 dias, as medidas necessárias para dar fiel cumprimento ao disposto no art.5º da Lei 6.575/1978, no art.262 da Lei 9.503/1997 e nos demais dispositivos legais e normativos aplicáveis à matéria, regularizando os procedimentos de recolhimento, guarda e desfazimento de bens, animais e veículos apreendidos em rodovias federais, bem como implementando a cobrança de despesas derivadas da remoção e estada desses bens, devendo, sempre que possível, adotar medidas uniformes para todo o território nacional; 9.2.2. adote, no prazo de 180 dias, as medidas necessárias para viabilizar a regulamentação do art.262, §2º, da Lei 9.503/1997, a fim de possibilitar a cobrança de taxa pela prestação do serviço de remoção e estada de bens, animais e veículos apreendidos nas rodovias federais;					

9.2.3. informe a cada 90 (noventa) dias, a contar da data da notificação da presente deliberação, o andamento das medidas mencionadas nos itens anteriores.	
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES	2459
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Em atenção as determinações do Acórdão 2336/2015 do Tribunal de Contas da União, que trata do descumprimento de atribuições legais relacionadas à remoção e ao armazenamento de veículos, objetos e animais encontrados em situação irregular nas rodovias federais, estipulando o prazo de 360 dias (até a data de 10/09/2016) para regularização, foram tomadas as seguintes informações: I- Normatização e padronização de procedimentos internos com a publicação do Manual de Procedimentos Administrativos 018 - MPA-018, em outubro de 2015, que trata da gestão de pátios e leilões de veículos de terceiros, e a completa revisão do Manual de Procedimentos Operacionais 003 - MPO-003, em julho de 2015, que trata dos procedimentos para aplicação das medidas administrativas decorrentes da aplicação de infrações de trânsito. II - Esforço legal para publicação da Portaria nº 1.070 do Ministério da Justiça publicada no Diário Oficial da União no dia 03/08/2015 que dispõe sobre os preços públicos a serem pagos a fim de retribuir os serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal, regularizando a cobrança de despesas de estadia dos veículos recolhidos aos depósitos. III - Esforço legal para publicação da Lei 13.160/2015, em vigor desde 22/01/16, para o aprimoramento dos procedimentos de desfazimento de bens de terceiros por hasta pública, possibilitando agilidade no esvaziamento dos pátios. IV- Esforço legal para publicação da Medida Provisória 699, de 10 de novembro de 2015, que viabilizou a contratação de serviços de recolhimento e guarda de veículos. V - Por fim, as Unidades Desconcentradas estão tomando as providências para a efetiva contratação dos serviços, melhorias na gestão e infraestrutura para a completa regularização das determinações.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Prestação de Contas 2015 - Exercício 2014

Compulsando os Acórdãos proferidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU no exercício 2014, constata-se que do total de julgados pertinentes à Polícia Rodoviária Federal 26 (vinte e seis) contemplavam alguma Determinação ou Recomendação a ser observada. Vejamos:

Acórdão	Colegiado	Processo
562/2014	2ª Câmara	TC 041.990/2012-9
797/2014	2ª Câmara	TC 005.888/2004-9

798/2014	2ª Câmara	TC 008.047/2004-6
993/2014	Plenário	TC 030.954/2011-8
1015/2014	2ª Câmara	TC 036.737/2012-7
1199/2014	2ª Câmara	TC 024.323/2013-6
2517/2014	2ª Câmara	TC 015.942/2014-7
2630/2014	2ª Câmara	TC 024.539/2013-9
2773/2014	2ª Câmara	TC 006.438/2014-8
2775/2014	2ª Câmara	TC 019.421/2013-3
2780/2014	2ª Câmara	TC 025.922/2013-0
3106/2014	2ª Câmara	TC 016.290/2010-0
3405/2014	1ª Câmara	TC 009.908/2007-6
4391/2014	1ª Câmara	TC 020.315/2007-4
4465/2014	2ª Câmara	TC 025.843/2009-5
6513/2014	2ª Câmara	TC 026.401/2011-8
2281/2014	2ª Câmara	TC 008.248/2014-1
6551/2014	2ª Câmara	TC 020.364/2014-8
1055/2014	2ª Câmara	TC 029.401/2010-0
1829/2014	Plenário	TC 005.629/2013-6
0544/2014	2ª Câmara	TC 029.427/2010-0
0545/2014	2ª Câmara	TC 029.434/2010-6
865/2014	2ª Câmara	TC 029.402/2010-7
869/2014	2ª Câmara	TC 029.433/2010-0
7157/2014	2ª Câmara	TC 003.591/2009-0
7365/2014	2ª Câmara	TC 008.894/2006-6

Do universo de Determinações e Recomendações inseridas nos Acórdãos descritos do quadro acima, restam ser plenamente atendidas aquelas constantes dos Acórdãos descritos nos quadros abaixo. Todas as demais foram devidamente ajustadas.

Embora os apontamentos constantes dos quadros abaixo não tenham sido superados em sua plenitude, esta Administração PRF não permaneceu inerte, tendo diligenciado durante o exercício 2014 no sentido de proceder os melhores ajustes possíveis.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-041.990/2012-9	562/2014-2ª Câmara	1.8.1	DE	Ofício nº 0238/2014-TCU/SecexDefesa
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação					
1.8.1. Institua formalmente unidade de controle interno, a fim de proporcionar a avaliação da adequação e da eficácia do controle interno estabelecido, implantado e mantido pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal.					
Providências Adotadas					

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Administração – CGA	3952
Síntese da Providência Adotada	
Preliminarmente, cumpre registrarmos que a alta Administração deste Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ tem envidado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma área encarregada pela adequada condução dos trabalhos de Auditoria e Controle Internos, conforme Projeto de reestruturação da PRF. Corroborando a assertiva mencionada no parágrafo anterior, informamos que em setembro de 2014 foi publicada a Lei nº 13.027, de 24 de setembro de 2014, que criou Funções Comissionadas do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - FCPRF; extinguiu cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas; e alterou a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Embora este Departamento de Polícia Rodoviária Federal, atualmente, não possua em sua estrutura organizacional uma Área com atribuições específicas voltadas para a implementação e acompanhamento do Sistema de Controle Interno, o que se encontra presente no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UG é subordinada, estes trabalhos não se encontram prejudicados, pois a PRF é constantemente auditada pela Controladoria Geral da União - CGU e pelo Tribunal de Contas da União, Órgãos de Fiscalização Governamental, o que permite a realização das análises e acompanhamentos devidos. Cabe ressaltar que a alta Administração deste DPRF tem envidado todos os esforços possíveis no sentido de dotar a Instituição de uma área própria de assessoramento de controle interno, conforme Projeto de reestruturação do DPRF. Inobstante, no âmbito deste Departamento de Polícia Rodoviária Federal, foi criado o Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização - GAAF, que tem acompanhado as demandas oriundas do Tribunal de Contas da União - TCU e da Controladoria-Geral da União - CGU. Sem prejuízo às atribuições próprias do GAAF, este Departamento promoveu a implementação do seu Escritório de Projetos Estratégicos - EPE, com uma metodologia fortemente voltada para a gestão de projetos, especialmente os prioritários, contendo planejamento das demandas, análise e monitoramento de riscos entre outros mecanismos de aperfeiçoamento de gestão.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
16ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO CEARÁ					02822
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	020.364/2014-8	6551/2014 – 2ª Câmara	1.7	RE	Ofício 2939/2014-TCU/SECEX-CE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
16ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO CEARÁ					02822
Descrição da Deliberação					

1.7 Recomendar à 16ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal que realize levantamento de possíveis prejuízos ocasionados pelos problemas de projeto e adote os parâmetros referenciais do TCU no cálculo de BDI, buscando junto ao DPRF soluções para a falha de estrutura existentes no acompanhamento de contratos de obras e serviços de engenharia.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
16ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – 16ª SRPRF/CE	02822
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
Com o objetivo de apurar as irregularidades e eventuais prejuízos com o Projeto Básico para reforma do Centro de Treinamento do Nordeste da UJ foi instaurado o Processo Administrativo nº 08653004242/2012-52. A instrução foi encerrada e o processo está concluso para decisão administrativa. Os prejuízos, contudo, ainda encontram-se em fase de liquidação. Quanto aos parâmetros referenciais do TCU no cálculo do BDI serão tomadas as cautelas necessárias para que nas próximas obras sejam adotados.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Falta de corpo técnico com conhecimentos específicos para promoção e acompanhamento de contratos de obras e serviços de engenharia.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF					704
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	029.401/2010-0	1055/2014-2ª Câmara	9.3	DE	E-mail nº 013/2015-AECI/MJ
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF					704
Descrição da Deliberação					
<i>Expedir determinação ao órgão de origem para que verifique o andamento das ações referentes aos atos de admissão dos servidores Jose Fernando da Silva, José Paulo Zancanaro, José Petrócio de Oliveira Júnior, Kleber Torres Santos e Leonardo de Souza, determinando-se, desde já, o sobrestamento até o trânsito em julgado dos respectivos processos judiciais</i>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DISEPRO/COEN/CGRH/DPRF					46098
Síntese da Providência Adotada					
Envio do Ofício nº 034/2015-DISEPRO/CGRH/DPRF à Divisão de Informações Judiciais/Consultoria Jurídica/MJ, em 28/01/2015, solicitando informações quanto ao andamento das ações judiciais que fundamentaram as admissões dos servidores ocupantes do cargo de Policial Rodoviário Federal.					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Não houve resposta até 27/02/2015.					

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF					704
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	005.629/2013-6	1829/2014-Plenário	9.4.1	DE	Ofício
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF					704
Descrição da Deliberação					
<i>Quando da concessão de aposentadoria especial a servidor policial, observe o disposto no art. 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 51/1985, no que diz respeito ao tempo no exercício em cargo de natureza estritamente policial, o qual deve levar em conta o efetivo desempenho de atividades em condições de risco, bem como as que representem prejuízo à saúde ou integridade física, e não apenas o exercício do cargo em si;</i>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos – GRH/DPRF					23197
Síntese da Providência Adotada					
Pedido de Reexame em 24/07/2014.					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Efeitos do Acórdão suspensos em virtude de Pedido de Reexame.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF					704
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	005.629/2013-6	1829/2014-Plenário	9.4.2	DE	Ofício
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF					704

Descrição da Deliberação	
<i>Proceda à revisão das aposentadorias especiais já concedidas e ainda não disponibilizadas no Sisac, à luz do entendimento dado ao dispositivo legal mencionado no subitem anterior;</i>	
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH/DPRF	23197
Síntese da Providência Adotada	
Pedido de Reexame em 24/07/2014.	
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
Efeitos do Acórdão suspensos em virtude de Pedido de Reexame.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF					704
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	029.427/2010-0	0545-Ata 04/2014-2ª C	9.2	DE	E-mail nº 013/2015-AECI/MJ
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF					704
Descrição da Deliberação					
<i>Determinar diligência ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF, com vistas a obter informações quanto ao andamento das ações judiciais que fundamentaram as admissões dos servidores Ana Shirley Souza Sa Silva, Andrea Kuhn, André Martins da Silva, André Ricardo Dib da Cruz, Antonio Carlos Stanislau Afonso Cunha, Antonio Carlos de Sousa, Antonio Ramos Neto, Braz José Bonfim Junior, Bruno Rocha da Silva determinando, ainda, o sobrestamento do exame de tais atos até o trânsito em julgado dos respectivos processos judiciais.</i>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DISEPRO/COEN/CGRH/DPRF					46098
Síntese da Providência Adotada					
Envio do Ofício nº 034/2015-DISEPRO/CGRH/DPRF à Divisão de Informações Judiciais/Consultoria Jurídica/MJ, em 28/01/2015, solicitando informações quanto ao andamento das ações judiciais que fundamentaram as admissões dos servidores ocupantes do cargo de Policial Rodoviário Federal.					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Não houve resposta até 27/02/2015.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Não há.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF					704
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	029.434/2010-6	0545-Ata 04/2014-2ª C	9.2	DE	E-mail nº 013/2015-AECI/MJ
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF					704
Descrição da Deliberação					
<i>Determinar diligência ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF, com vistas a obter informações quanto ao andamento das ações judiciais que fundamentaram as admissões dos servidores Marcio Jose Taboza de Aguiar, Márcio Marques da Silva, Luiz Carlos Credidio, Márcia de Paula Galvão de Silva, Luiz Fernando Almeida Porto, Marcelo Rodrigues Batista, Luiz Pinheiro Dantas Filho, determinando, ainda, o sobrestamento do exame de tais atos até o trânsito em julgado dos respectivos processos judiciais.</i>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DISEPRO/COEN/CGRH/DPRF					46098
Síntese da Providência Adotada					
Envio do Ofício nº 034/2015-DISEPRO/CGRH/DPRF à Divisão de Informações Judiciais/Consultoria Jurídica/MJ, em 28/01/2015, solicitando informações quanto ao andamento das ações judiciais que fundamentaram as admissões dos servidores ocupantes do cargo de Policial Rodoviário Federal.					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Não houve resposta até 27/02/2015.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF					704
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	041.990/2012-9	562/2014-2ª Câmara	1.9.3	DE	E-mail nº 013/2015-AECI/MJ

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação		Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF		704
Descrição da Deliberação		
<i>Apresente ao Tribunal, no prazo de 180 dias, plano de ação com vistas a regularizar a situação dos policiais rodoviários federais que exercem atividades de natureza administrativa, em desvio de função, em observância ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal, aos arts. 2º e 2º-A da Lei 9.654/1998 e ao art. 117, inciso XVII, c/c arts. 3º e 13 da Lei 8.112/1990;</i>		
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
CGRH/DPRF		23197
Síntese da Providência Adotada		
O DPRF entende que não há desvio de função, em virtude das atribuições do cargo, disciplinadas pela Lei nº 9654/98, conforme Pedido de Reexame ao Acórdão nº 1829/2014 – Plenário, referente ao Processo nº TC 005.629/2013-6.		
Justificativa para o seu não Cumprimento:		
Em aguardo do julgamento do Pedido de Reexame ao Acórdão nº 1829/2014 – Plenário, referente ao Processo nº TC 005.629/2013-6.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Não há.		

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF					704
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
09	041.990/2012-9	562/2014-2ª Câmara	1.9.4	DE	E-mail nº 013/2015-AECI/MJ
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF					704
Descrição da Deliberação					
<i>Apresente ao Tribunal, no prazo de 180 dias, quadro de lotação de cargos efetivos das unidades do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, indicando o quantitativo de lotação autorizada e de lotação efetiva de Policiais Rodoviários Federais e de servidores administrativos;</i>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DICAD/CGRH/DPRF					46479
Síntese da Providência Adotada					
Preparação do Ofício e envio das informações ao TCU.					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					

Não foi encontrada a comunicação sobre a determinação no prazo solicitado.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF					704
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	025.843/2009-5	4465/2014-2ª Câmara	1.7.1	DE	Ofício 9833/2014-SEFIP/TCU
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF					704
Descrição da Deliberação					
<i>Determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que disponibilize no Sisac o ato de cancelamento da aposentadoria de José Ângelo Medeiros Marinho (CPF 243.281.707-91).</i>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SEAP/DIREC/CGRH/DPRF					23213
Síntese da Providência Adotada					
Ato de Cancelamento de Concessão nº 10327010-09-2014-000017-4, disponibilizado ao TCU em 05/11/2014.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Cumprida a determinação do TCU.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF					704
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	029.402/2010-7	865/2014-2ªCâmara	9.3	DE	E-mail nº 013/2015-AECI/MJ
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF					704

Descrição da Deliberação	
<i>Expedir determinação ao órgão de origem para que verifique o andamento das ações referentes aos atos de admissão dos servidores Mateus Sarmet Moreira de Barros Salomão, Micheline Amorim Lucindo, Paulo Andre Oliveira Arcoverde, Regis André Silveira Limana, Sabrina Domingues, Silvia Carla Costa de Arruda, determinando-se, desde já, o sobrestamento até o trânsito em julgado dos respectivos processos judiciais</i>	
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
DISEPRO/COEN/CGRH/DPRF	46098
Síntese da Providência Adotada	
Envio do Ofício nº 034/2015-DISEPRO/CGRH/DPRF à Divisão de Informações Judiciais/Consultoria Jurídica/MJ, em 28/01/2015, solicitando informações quanto ao andamento das ações judiciais que fundamentaram as admissões dos servidores ocupantes do cargo de Policial Rodoviário Federal.	
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
Não houve resposta até 27/02/2015.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF					704
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	029.433/2010-0	869/2014-2ª Câmara	9.2	DE	E-mail nº 013/2015-AECI/MJ
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF					704
Descrição da Deliberação					
<i>Expedir determinação ao órgão de origem para que verifique o andamento das ações referentes aos atos de admissão dos servidores Jussara Marcelino, Laercio Miranda Braga, Lailson Barbosa Aguiar, Leandro Fortunato Dos Santos, Leonardo Cesar da Silva Rodrigues, Luciana da Silva Rocha, Luis Henrique Pacheco Nervo, determinando-se, desde já, o sobrestamento até o trânsito em julgado dos respectivos processos judiciais</i>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DISEPRO/COEN/CGRH/DPRF					46098
Síntese da Providência Adotada					
Envio do Ofício nº 034/2015-DISEPRO/CGRH/DPRF à Divisão de Informações Judiciais/Consultoria Jurídica/MJ, em 28/01/2015, solicitando informações quanto ao andamento das ações judiciais que fundamentaram as admissões dos servidores ocupantes do cargo de Policial Rodoviário Federal.					

Justificativa para o seu não Cumprimento:
Não houve resposta até 27/02/2015.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF					704
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	003.591/2009-0	7157/2014-2ª Câmara	1.7.1	DE	Ofício 14985/2014-SEFIP/TCU
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF					704
Descrição da Deliberação					
1.7.1. Determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que providencie, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilidade da autoridade administrativa omissa, o ressarcimento ao erário dos valores recebidos pelos beneficiários da pensão civil instituída por ACELINO XAVIER DE SOUZA NETO, impugnados pelo Acórdão 430/2010 – TCU – 2ª Câmara, no período em que tramitava no TCU recurso não provido (Acórdão 11856/2011 – TCU – 2ª Câmara), nos termos do art. 46 da Lei 8.112/90.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SEAP/DIREC/CGRH/DPRF					23213
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhamos o Memorando nº 198/2014, de 15/12/2014, sendo reiterado pelo Memorando nº 008/2015, de 04/02/2015 – SEAP/CGRH à 18ª SRPRF/MA, solicitando à Regional que cumprisse o determinado no Acórdão nº 7157/2014 – TCU – 2ª Câmara.					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Ainda não obtivemos retorno.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há.					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF	704
Deliberações do TCU	
Deliberações Expedidas pelo TCU	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	008.894/2006-6	7365/2014-2ª CÂMARA	1.7.1	DE	Ofício 16243/2014-SEFIP/TCU
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF					704
Descrição da Deliberação					
1.7.1. Determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que providencie, no prazo de 30 (trinta) dias, adote, com fulcro no art. 46 da Lei 8.112/1990 e nos termos da determinação constante do subitem 9.4.2 do Acórdão 10553/2011 – TCU – 2ª Câmara, as providências necessárias à obtenção dos valores indevidamente percebidos pelo interessado ANTONIO DENELUZ DA SILVA PINHEIRO, no período de julho de 2009 (mês seguinte à prolação do Acórdão 3009/2009 – TCU – 2ª Câmara) a março de 2012 (mês anterior à cessação do pagamento irregular).					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
SEAP/DIREC/CGRH/DPRF					23213
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhamos o Memorando nº 004/2015, de 19/01/2015 – SEAP/CGRH à 6ª SRPRF/SP, solicitando à Regional que cumprisse o determinado no Acórdão nº 7365/2014 – TCU – 2ª Câmara.					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Ainda não obtivemos retorno.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	041.990/2012-9	562/2014-TCU 2ª Câmara	1.8.2	RE	Ofício
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação					
1.8.2. à semelhança do procedimento de notificação de autuação, notifique a penalidade decorrente de infração de trânsito em até trinta dias, contados da aplicação da penalidade, tendo em vista que a utilização do prazo máximo de cinco anos fere o princípio da razoabilidade e da ampla defesa;					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Operações – CGO.					2454
Síntese da Providência Adotada					
As áreas competentes do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, com vistas ao pleno atendimento da recomendação sob apreço, procederam às pesquisas pertinentes, contudo, diante do contido na legislação vigente, não obtiveram êxito na construção de um formato que estivesse, ao mesmo					

tempo, alinhado às normas e recomendação da CGU.

Justificativa para o seu não Cumprimento:

Considerando os procedimentos normativos estabelecidos pela Lei nº 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro - CTB que, por suas normas de regulamentação, não há como proceder à alteração da rotina de expedição da notificação de penalidade (NP), haja vista reger-se por prazos determinados para expedição da notificação de autuação (NA), estabelecidos no inciso II do parágrafo único do art. 281 do referido código, que apresenta duas fases imprescindíveis e distintas (i) Indicação do Conduutor: Através de formulário onde o proprietário do veículo deve indicar, quando a situação for cabível, a sua obrigação de informar os dados do condutor infrator, no prazo de 15 dias, a partir da data da emissão da notificação, caso não seja o próprio. (ii) Informações detalhadas sobre a infração constatada cuja penalização está sendo constituída, permitindo ao proprietário do veículo a ciência da infração e a preparação de sua defesa administrativa, se assim a requerer.

Ademais, na hipótese do proprietário interpor defesa administrativa, ser-lhe-á estabelecido prazo de 30 (trinta) dias para apreciação e julgamento pela Comissão Administrativa de Defesa da Autuação - CADA, podendo haver prorrogação por igual período.

Desta forma, contabilizando-se os prazos concedidos ao usuário infrator tem se consumado tal esforço em 45 (quarenta e cinco) dias, contados da expedição da notificação da infração, para as ocorrências pontuais em que não haja interposição de defesa administrativa, nos casos em contrario, são protelados em, no mínimo 30 (trinta) dias para apreciação/julgamento da defesa ou recurso.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não houve.

Prestação de Contas 2014 - Exercício 2013

Compulsando os Acórdãos proferidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU no exercício 2013, constata-se que do total de julgados pertinentes à Polícia Rodoviária Federal 09 (nove) contemplavam alguma Determinação ou Recomendação a ser observada. Vejamos:

Acórdão	Colegiado	Processo
8922/2012	2ª Câmara	TC 036.737/2012-7
307/2013	2ª Câmara	TC 042.584/2012-4
441/2013	2ª Câmara	TC 005.510/2011-2
2052/2013	2ª Câmara	TC 019.889/2012-7
1042/2013	2ª Câmara	TC 011.284/2012-9
440/2013	2ª Câmara	TC 003.724/2011-5
2797/2013	2ª Câmara	TC 023.529/2012-1
4229/2013	2ª Câmara	TC 003.966/2013-5
1825/2013	2ª Câmara	TC 023.627/2010-7

Do universo de Determinações e Recomendações inseridas nos Acórdãos descritos do quadro acima, não foram identificadas pelas áreas técnicas desconformidades pendentes de ajustes.

Prestação de Contas 2013 - Exercício 2012

Compulsando os Acórdãos proferidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU no exercício 2012, constata-se que do total de julgados pertinentes à Polícia Rodoviária Federal 15 (quinze) contemplavam alguma Determinação ou Recomendação a ser observada. Vejamos:

Acórdão	Colegiado	Processo
1793/2012	2ª Câmara	TC 037.432/2011-7
366/2012	Plenário	TC 010.941/2005-7
1472/2012	2ª Câmara	TC 006.207/2009-3
2936/2012	1ª Câmara	TC 009.009/2006-6
3480/2012	2ª Câmara	TC 009.059./2011-3
3983/2012	2ª Câmara	TC 011.096/2012-8
3984/2012	2ª Câmara	TC 011.097/2012-4
4704/2012	2ª Câmara	TC 016.645/2012-0
4981/2012	1ª Câmara	TC 020.322/2007-9
5965/2012	2ª Câmara	TC 006.207/2009-3
7576/2012	2ª Câmara	TC 017.146/2012-7
7682/2012	2ª Câmara	TC 028.229/2012-6
4458/2012	1ª Câmara	TC 011.877/2008-3
8401/2012	2ª Câmara	TC 015.384/2012-8
8417/2012	2ª Câmara	TC 002.198/2012-6

Do universo de Determinações e Recomendações inseridas nos Acórdãos descritos do quadro acima, não foram identificadas pelas áreas técnicas desconformidades pendentes de ajustes.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	030.028/2015-9	Acórdão nº 1488/2016 – TCU – Plenário	9		Ofício 0519/2016-TCU/SecexDefesa, de 24/6/2016
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Determinação:					
9.3. determinar ao DPRF que:					
9.3.1. exija da licitante provisoriamente em primeiro lugar no Pregão Eletrônico 34/2014, ainda na fase de julgamento das propostas, nova planilha detalhada para o ‘GRUPO 01’, discriminando os onze itens de serviço que o compõem, com seus respectivos preços unitários, atentando para a necessidade de quantificar e precificar os materiais e equipamentos que irá utilizar;					
9.3.2. insira essa nova planilha nos autos do processo licitatório e utilize-a como parâmetro para subsidiar futuros reajustes e/ou revisões de preço;					

9.4. fixar o prazo de trinta dias, contados da ciência desta deliberação, para que o DPRF informe ao Tribunal as medidas adotadas em cumprimento ao item 9.3 acima;

9.5. dar ciência ao DPRF sobre a falha identificada no Pregão Eletrônico 34/2014 consistente em não elaborar o orçamento em planilhas de quantitativos e preços unitários, o que afronta o disposto no art. 9º, § 2º, do Decreto Federal 5.450/2005, e no art. 15, inciso XII, alínea 'a', da IN SLTI/MP 2/2008;

Providências adotadas:

Setor responsável pela implementação

Código SIORG

DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES

Síntese da providência adotada:

Providência adotada para cumprimento da determinação contida no subitem 9.3.1.:

Após ciência do Acórdão nº 1488/2016, o Pregoeiro Oficial deste DPRF notificou a empresa ELISEU KOPP & CIA. LTDA, CNPJ nº 93.315.190/0001-17, provisoriamente classificada em primeiro lugar, sobre o teor da decisão, momento em que solicitou a apresentação de nova planilha detalhada dos itens que compõem o 'GRUPO 01', solicitando a discriminação dos onze itens de serviço, ressaltando a necessidade de quantificar e precificar os materiais, equipamentos e serviços a serem empregados na contratação, com seus respectivos preços unitários e totais, conforme Ofício nº 8/2016/DICON/CGA (SEI nº 1978317).

Considerando que a área técnica já havia efetuado a análise da proposta apresentada inicialmente pela empresa, o Pregoeiro solicitou também, em forma de diligência, a apresentação de documentação complementar que comprovasse o atendimento do subitem 9.1.4 do Edital do Pregão nº 34/2014, referente a comprovação de qualificação técnica.

Em resposta à solicitação do Pregoeiro, a empresa ELISEU KOPP apresentou uma nova planilha detalhando os itens de sua proposta, entretanto não apresentou a documentação complementar solicitada na diligência.

Diante da não confirmação por parte da empresa do atendimento ao subitem 9.1.4 do Edital, a empresa teve sua proposta desclassificada.

Ao analisarmos a nova planilha apresentada pela empresa ELISEU KOP, verificamos que o detalhamento contido na planilha não satisfazia a determinação exarada no subitem 9.3.1 do Acórdão nº 1488/2016, visto que a empresa não apresentou a descrição e o quantitativo de equipamentos, materiais e serviços que compunham os itens. Diante dessa inconsistência, a área técnica/demandante elaborou uma planilha para servir de modelo para apresentação à próxima empresa convocada.

A Nova empresa convocada apresentou toda documentação solicitada no edital, bem como a planilha de formação de preços solicitada pelo TCU, motivo pelo qual teve sua proposta aceita e habilitada, sagrando-se vencedora do certame.

Providência adotada para cumprimento da determinação contida no subitem 9.3.2.:

O novo modelo de planilha exigido pelo TCU foi apresentado pela empresa vencedora da licitação, e encontra-se inserida nos autos do processo juntamente com sua proposta e documentação de habilitação, tal planilha servirá de base para futuros reajustes e/ou revisões do instrumento de contrato.

Providência adotada para cumprimento da determinação no subitem 9.4.:

Ante as providências descritas acima, foi encaminhado à Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública do Tribunal de Contas da União, os Ofícios nº 441/2016/DG e nº 632/2016/DG, informando sobre o cumprimento das determinações exaradas no Acórdão nº 1488/2016.

Providência adotada para cumprimento da determinação no subitem 9.5.:

Esta Divisão de Contratações declarou que encontra-se ciente da falha identificada no Pregão Eletrônico nº 34/2014, e informou que tomou todas as medidas necessárias para atendimento das recomendações exaradas no Acórdão nº 1488/2016.

Síntese dos resultados obtidos

Deliberação atendida.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não há.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:				Código SIORG	
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				704	
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
	009.041/2016-8	Acórdão 1147/2016-TCU-Plenário	1.8		Ofício 1147/2016-TCU/Selog, de 16/5/2016
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Determinação:					
1.8. Dar ciência ao Departamento de Policia Rodoviária Federal, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes, que, no Pregão Internacional 6/2016, foi utilizada indevidamente a forma presencial visto que, de acordo com os arts. 14 e 15 do Decreto 5.450/2005 e com a resposta à pergunta 1.9 na página www.comprasnet.gov.br/Aiuda/siasg/FaqPregaoEletMarco2007.htm , o fato de o pregão ser internacional não impede o uso do Sistema Comprasnet.					
Providências adotadas:					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES					
Síntese da providência adotada:					
O Pregão Presencial Internacional nº 6/2016 foi o último pregão presencial publicado pelo DPRF. Caso surja uma nova demanda para realização desse tipo de licitação, verificaremos junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão a viabilidade técnica de realização do certame por meio do Pregão Eletrônico.					
Síntese dos resultados obtidos					
Deliberação atendida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

b)Corregedoria Geral

Subsidiariamente, depois de procedida busca no acervo dos trabalhos de auditoria realizados nesta unidade, no transcorrer do exercício de 2016, cumpre registrar que não foram encontrados registros de demandas externas, contendo determinações e/ou recomendações, proferidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

c)Coordenação Geral de Recusos Humanos

DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
1	012.766/2007-0	6679/2016 – 1ª Câmara	9.3.1 e 9.3.2	DE	Ofício nº 10769/2016 – TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
9.3.1. No prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência da Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU; 9.3.2. Comunique à interessada a respeito do Acórdão, por intermédio de seu representante legal, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação. Caso os recursos não sejam providos.					
Providências adotadas:					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS					23197
Síntese da providência adotada:					
Foi colhida a ciência do representante legal de AMANDA GUIMARÃES PASSOS, e logo após, cancelamos a pensão da beneficiária. Encaminhamos o comprovante de ciência e a portaria de cancelamento ao TCU, pelo Ofício nº 1990/2016/CGRH, em 09/12/2016.					
Síntese dos resultados obtidos					
Deliberação atendida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
2	007.526/2016-4	3342/2016 – 2ª Câmara	9.4.1, 9.4.2. 9.4.3, 9.5	DE	Ofício nº 7750/2016 – TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao servidor referido no item 9.2, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos; 9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa; 9.4.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que o interessado a que se refere o item 9.2 acima teve conhecimento do acórdão; 9.5. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;					
Providências adotadas:					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS					23197
Síntese da providência adotada:					
Foi excluída a rubrica VPNI da ficha financeira do servidor OLAVO LEONARDO DE OLIVEIRA, informado ao TCU pelo Ofício nº 1923/2016/CGRH, em 10/08/2016, anexando o comprovante de ciência do servidor. Mas logo após, tivemos que restituir a rubrica em cumprimento a decisão judicial (Medida Cautelar em Mandado de Segurança nº 34470).					
Síntese dos resultados obtidos					
Deliberação atendida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
3	013.754/2008-2	569/2016 - 2ª Câmara	1.7.1	DE	Ofício nº 1045/2016 – TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
1.7.1. Ao Departamento da Polícia Rodoviária Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação, disponibilize ao respectivo órgão de controle interno, via sistema Sisac, nos termos da IN/TCU n. 55/2007, o ato de aposentadoria do Sr. Leonir Valdemar Auler, cadastrado no referido sistema sob número de controle 10327010-04-2011-000068-5.					
Providências adotadas:					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS					23197
Síntese da providência adotada:					
Disponibilizamos, via SISAC, o ato de aposentadoria do servidor LEONIR VALDEMAR AULER.					
Síntese dos resultados obtidos					
Deliberação atendida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
4	022.926/2006-1	X	1	DE	Ofício nº 8171/2016 – TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
1. Excelentíssimo Senhor Ministro Dias Toffoli comunica que negou seguimento ao MS 29.338, impetrado pelo servidor ANTONIO CRUZ DA SILVA em face de deliberação do Tribunal consubstanciada no Acórdão nº 3.796/2010 – TCU – 2ª Câmara, denegando a ordem e, por conseguinte, revogando a liminar anteriormente deferida, a qual havia sido comunicada a unidade SEFIP por meio do Memorando-Conjur n. 585/2010, de 22/10/2010.					

Providências adotadas:	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS	23197
Síntese da providência adotada:	
Encaminhamos o Ofício nº 1928/2016/CGRH, em 11/08/2016, informando que a parcela complementar foi excluída em Janeiro de 2015. E ainda, disponibilizamos, via SISAC, novo ato de aposentadoria do servidor, escoimado da irregularidade apontada no Acórdão nº 3.796/2010 – TCU – 2ª Câmara.	
Síntese dos resultados obtidos	
Deliberação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
5	003.966/2013-5	10465/2016 -2ª Câmara	9.1 e 9.2	DE	Ofício nº 3105/2015 – TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
9.1. conhecer, com fulcro no art. 48 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 286 do RI/TCU, do pedido de reexame interposto pela Sra. Aline Rebouças Jorge, menor nascida em 29/5/2004, representada por sua avó, Sra. Erodina Sales Jorge, contra o Acórdão nº 4.229/2013–TCU–2ª Câmara, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial a fim de tornar insubsistente o Acórdão recorrido; 9.2. com fulcro no art. 281 do RI/TCU, aproveitar o presente recurso, tornando insubsistente o Acórdão nº 4.229/2013–TCU–2ª Câmara, também em relação à Sra. Lígia Maria Paixão, designada como menor sob guarda do Sr. Sebastião Manoel Paixão; –					
Providências adotadas:					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS					23197
Síntese da providência adotada					
Tornamos sem efeito a Portaria que cancelou a pensão de ALINE REBOUÇAS JORGE, menor sob guarda do ex-servidor JOSÉ OLAVO FERREIRA JORGE. Referente à Sr. LÍGIA MARIA PAIXÃO, informamos ao TCU que ela se encontrava mais de 23 anos de idade, nos impossibilitando de retornarmos a pensão. ** Encaminhado pelo Ofício nº 1950/2016/CGRH, em 11/10/2016.					

Síntese dos resultados obtidos
Deliberação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	022.617/2012-4	X	2	DE	Ofício nº 0297/2016 – TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
Oferecer oportunidade para ampla defesa do interessado diante da possibilidade do Tribunal prolatar decisão que lhe será desfavorável. Por isso, é absolutamente necessário que cada um dos interessados ou respectivos representantes legais esteja ciente do seu direito de defender a legalidade de sua aposentadoria ou pensão perante o TCU. A comprovação da ciência do interessado ou representante legal pode ser feita por meio de Aviso de Recebimento (AR) ou pela assinatura na cópia do ofício.					
Interessada: Edna Lima de Souza (CPF: 403.896.697-68)					
Inconsistência: - tempo insuficiente para se aposentar pelo fundamento utilizado.					
Providências adotadas:					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS					23197
Síntese da providência adotada:					
Informamos ao TCU que foi retificada a portaria de aposentadoria da servidora, por meio da Portaria nº 1132, de 28/04/2015, de aposentadoria integral para proporcional.					
Síntese dos resultados obtidos					
Deliberação atendida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	704
Deliberações do TCU	

Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	019.014/2010-4	X	1	DE	Ofício nº 0546/2016 – TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviária FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
Encaminhar: a) a decisão judicial e as demais peças do respectivo processo que demonstrem a impossibilidade de o órgão dar cumprimento ao Acórdão 6.769/2010-2ª Câmara, no que se refere ao ingresso em juízo do servidor José Ildeu dos Santos (CPF 183.031.376-20); b) os documentos que demonstrem o tempo de contribuição objeto do pagamento indenizado realizado pelo Sr. Ivalte Gonçalves das Neves (CPF 574.629.687-20), no valor de R\$ 68.394,56, como, por exemplo, certidão de tempo de contribuição previdenciária.					
Providências adotadas:					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS					23197
Síntese da providência adotada:					
Encaminhamos o Ofício nº 335/2016/CGRH, em 18/02/2016, com os documentos solicitados.					
Síntese dos resultados obtidos					
Deliberação atendida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviária FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
8	030.885/2012-4	1480/2016 – 2ª Câmara	9.3.1., 9.3.2., 9.4, 9.4.1, 9.4.2, 9.5	DE	X
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviária FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
9.3.1. nos termos do art. 262, caput , do Regimento Interno deste Tribunal, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa; 9.3.2. dê ciência do inteiro teor deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Sr. Luiz Geraldo Santos Figueiredo, notadamente no que diz respeito aos esclarecimentos					

emitidos no item 9.4 a seguir, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia do comprovante da data da efetiva notificação;	
9.4. esclarecer ao interessado que para fazer jus à aposentadoria, poderá:	
9.4.1. retornar à atividade para completar o requisito temporal, inclusive averbando o tempo laborado junto à Prefeitura Municipal de Camaquã (RS), desde que observadas as condições para contagem recíproca dos tempos trabalhados sob regimes previdenciários distintos; ou, alternativamente,	
9.4.2. comprovar o recolhimento indenizatório da contribuição previdenciária referente ao período de atividade rural, nos termos do Enunciado nº 268 da Súmula da Jurisprudência do TCU;	
9.5. orientar o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal, no sentido de que a concessão ora considerada ilegal poderá prosperar, caso seja emitido novo ato escoimado da irregularidade verificada, a ser cadastrado no Sistema Sisac no prazo fixado no art. 7º da IN-TCU nº 55/2007;	
Providências adotadas:	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS	23197
Síntese da providência adotada:	
Encaminhamos cópia do comprovante de ciência e recurso, junto ao TCU, do servidor LUIZ GERALDO SANTOS FIGUEIREDO, por meio do Ofício nº 1906/2016/CGRH, em 07/07/2016.	
Síntese dos resultados obtidos	
Deliberação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
9	030.885/2012-4	8974/2016 – 2ª Câmara	9.1 e 9.2	DE	X
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
9.1. conhecer dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 34 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;					
9.2. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Embargante, por intermédio de suas representantes legalmente constituídas, nos termos do art. 179, § 7º, do Regimento Interno deste Tribunal, e ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal.					
Providências adotadas:					

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS	23197
Síntese da providência adotada:	
Cancelamos a aposentadoria do servidor LUIZ GERALDO SANTOS FIGUEIREDO, por meio da Portaria nº 3088/2016, de 21/09/2016. ** Encaminhamos cópia da portaria de cancelamento ao TCU, por meio do Ofício nº 1943/2016/CGRH, em 28/09/2016.	
Síntese dos resultados obtidos	
Deliberação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
10	030.885/2012-4	X	1	DE	Ofício nº 10436/2016 – TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
1. O Excelentíssimo Senhor Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, conheceu o pedido de reexame interposto pelo servidor Luiz Geraldo Santos Figueredo, contra o Acórdão 1.480/2016-TCU-2ª Câmara, com efeito suspensivo em relação aos itens 9.1 e 9.3.1 do acórdão recorrido, nos termos do artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286, parágrafo único, do RI/TCU.					
Providências adotadas:					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS					23197
Síntese da providência adotada:					
Encaminhamos cópia da portaria em que torna sem efeito a que cancelou a aposentadoria do servidor LUIZ GERALDO SANTOS FIGUEIREDO, por meio do Ofício nº 1992/2016/CGRH, em 13/12/2016 – CGRH.					
Síntese dos resultados obtidos					
Deliberação atendida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
11	002.247/2016-0	X	1	DE	Ofício nº 10217/2016 – TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
Encaminhe a SEFIP os documentos e/ou esclarecimentos abaixo discriminados: Interessado: JOSÉ DE RIBAMAR LIMA FERREIRA (CPF 056.386.152-53), ato nº de controle 10327010-04-2013-000272-1 Documentos/Esclarecimentos: a) Encaminhar mapa de tempo de serviço do interessado, juntamente com a documentação comprobatória dos tempos averbados; b) Encaminhar cópia da ação judicial que ampara o pagamento da rubrica 10289 DECISÃO JUDICIAL N TRAN JUG AP.					
Providências adotadas:					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS					23197
Síntese da providência adotada					
Encaminhamos o Ofício nº 1969/2016/CGRH, em 14/11/2016, com os documentos solicitados.					
Síntese dos resultados obtidos					
Deliberação atendida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
12	016.411/2008-2	13179/2016 – 2ª Câmara	9.1, 9.2, 9.3, 9.4	DE	Ofício nº 12641/2016 – TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704

Descrição da Deliberação:	
9.1. aplicar ao Sr. Sérgio Max Bastos Lins (CPF 367.957.987-04) a multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443, de 1992, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional atualizada monetária mente na forma da legislação em vigor; 9.2. determinar o desconto da dívida na remuneração ou provento do Sr. Sérgio Max Bastos Lins, nos termos do art. 28 da Lei 8.443, de 1992, observados os limites impostos pela legislação pertinente e, em especial, o disposto no art. 46 da Lei 8.112, de 1990; 9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento da dívida constante deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais; 9.4. autorizar, desde togo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida constante deste Acórdão, caso não atendida a notificação;	
Providências adotadas:	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS	23197
Síntese da providência adotada	
Encaminhamos cópias do comprovante de ciência e da portaria de cancelamento da pensão da Sr. ELVIRA CANDEO, por meio do Ofício nº 2002/2016/CGRH, em 27/12/2016. ** Referente a reposição ao erário, encaminhamos o presente Acórdão a Divisão de Recursos Humanos – DIREC, para dar cumprimento.	
Síntese dos resultados obtidos	
Deliberação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
13	028.227/2012-3	8377/2016 – 2ª Câmara	1	DE	Ofício nº 9098/2016 – TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
9.3.1. faça cessar, no prazo de quinze dias, contados a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à					

responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;	
9.3.2. dê ciência do inteiro teor deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao interessado, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia do comprovante da data da efetiva notificação;	
9.4. orientar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que:	
9.4.1. nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal, a concessão ora considerada ilegal poderá prosperar, caso seja emitido novo ato escoimado das irregularidades verificadas, a ser cadastrado no Sistema Sisac no prazo fixado no art. T da IN/TCU 55/2007;	
9.4.2. para fazer jus à aposentadoria fundamentada na Lei Complementar nº 51/1985, o interessado deverá retornar à atividade para completar as exigências temporais previstas na alínea "a" do inciso II do art. 1º da referida norma legal;	
9.4.3. alternativamente, o interessado poderá:	
9.4.3.1. solicitar nova aposentadoria com proventos proporcionais, com fundamento no art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela EC nº 20/1998, respeitando-se, para tanto, as regras de cálculo e atualização do benefício vigentes a partir da EC nº 41/2003, com regulamentação dada pela Lei nº 10.887/2004;	
9.4.3.2. solicitar aposentadoria voluntária, fundamentada nas regras gerais vigentes até 16/12/1998, combinadas com a regra do direito adquirido prevista no art. 3º da EC nº 20/1998, computando-se, para tanto, o tempo de serviço exercido somente até a data da publicação da referida Emenda, incluindo, nesse caso, o tempo de aluno aprendiz e até mesmo o de inatividade, com base no art. 103, § da Lei 8.112/1990, por se tratar de situação admitida por este Tribunal nos Acórdãos nº2.507/2003 e 1.659/2009 da L Câmara;	
Providências adotadas:	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS	23197
Síntese da providência adotada	
Encaminhamos cópia da portaria de cancelamento da aposentadoria do servidor CELSO FIALHO DA MOTA, por meio do Ofício nº 1993/2016/CGRH, em 13/12/2016.	
Síntese dos resultados obtidos	
Deliberação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
14	022.926/2006-1	X	1	DE	Ofício 8170/2016 - TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL		704
Descrição da Deliberação:		
Encaminha, para conhecimento e adoção das providências pertinentes, o Fax do STF de 2/6/2016 - por meio do qual o Ministro Dias Toffoli comunica que negou seguimento ao MS 29.339, impetrado por Audevan Barauna Naura Hoffmann em face de deliberação deste Tribunal consubstanciada no Acórdão 3.796/2010-TCU-23 Câmara (TC 022.926/2006-1), denegando a ordem e, por conseguinte, revogando a liminar anteriormente deferida, a qual havia sido comunicada a essa unidade por meio do Memorando-Conjur n. 585/2010, de 22/10/2010.		
Providências Adotadas:		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS		23197
Síntese da providência adotada:		
Encaminhamos o ofício nº 1934/2016/CGRH, de 24/08/2016, com cópias da ficha financeira do mês de Agosto, confirmando a exclusão da parcela complementar, e da mensagem de correio eletrônico encaminhado ao servidor dando a ciência.		
Síntese dos resultados obtidos		
Deliberação atendida.		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
Não há.		

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
15	003.591/2009-0	X	1	DE	Ofício 7755/2016 - TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
Solicita que no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da presente comunicação, com fundamento no art. 11 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 157 e 243 do Regimento Interno do TCU, encaminhe a esta Secretaria: a) informações a respeito do desfecho dos processos administrativos autuados para fins de que os beneficiários da pensão civil instituída por Acelino Xavier de Souza Neto (CPF 054.596.722- 87), Maria Valdecir Alcântara de Souza (CPF 658.533.693-34) e Acélio Matheus Pinheiro Souza (CPF 658.611.593-00), reponham ao Erário os valores recebidos irregularmente, impugnados pelo Acórdão 430/2010- TCU-2ª Câmara, no período em que tramitava nesta Corte de Contas recurso não provido (Acórdão 11.856/2011-TCU-2ª Câmara).					
Providências Adotadas:					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS	23197
Síntese da providência adotada:	
A SRPRF-MA autuou os processos de número 08.665.000.145/2015-93 e de nº 08.665.000.147/2015-82, para cumprir o determinado no Ofício. ** Processos foram remetidos a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para as demais providências.	
Síntese dos resultados obtidos	
Deliberação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
16	031.402/2014-3	1464/2016 – Plenário	9.4, 9.4.1, 9.4.2, 9.5	DE	Ofício nº 8564/2016 – TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
9.1. tornar insubsistente o Acórdão nº 292/2015-TCU-2ª Câmara, em relação a Joana D'Arc Cavalcanti Silva, Noel Gomes da Silva Filho e Tereza Neuma de Souza, beneficiários de Noel Gomes da Silva; 9.2. considerar ilegal a pensão civil instituída por Noel Gomes da Silva, recusando o registro; 9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelos pensionistas; 9.4. determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que adote medidas para: 9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos; 9.4.2. enviar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que os beneficiários tiveram conhecimento do acórdão; 9.5. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão em favor de Tereza Neuma de Souza e Noel Gomes da Silva Filho, poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;					
Providências adotadas:					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS					23197

Síntese da providência adotada:
Encaminhamos o Ofício nº 1931/2016/CGRH, de 16/08/2016, informando que foi cumprido o Acórdão.
Síntese dos resultados obtidos
Deliberação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
17	020.574/2016-9	X	1	DE	Ofício nº 8942/2016 – TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
Determinar a oitiva da interessada para que no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da presente comunicação, apresentar os esclarecimentos que entender necessários acerca de irregularidade(s) encontrada(s) em seu(s) ato(s) de aposentadoria e/ou pensão, a(s) qual(ais) está(ão) descrita(s) a seguir: Interessada: Josefa Elisabete da Silva Ferreira (CPF: 255.436.014-68) Inconsistência: - pagamento de parcelas judiciais em desacordo com entendimento do TCU, conforme previsto no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, por se tratar de erro na execução da sentença judicial que determinou o pagamento relativo a rubricas judiciais (hora extra judicial, URV - 3,17%, planos econômicos, etc), o qual consiste no pagamento dessas parcelas sem considerar, para fins de absorção, as novas estruturas remuneratórias implantadas após o provimento jurisdicional. Tais ganhos devem ser absorvidos pelos reajustes subsequentes, tanto a título de reajuste geral quanto de reformulação da estrutura de remuneração (Acórdãos 2.161/2005, 269/2012 e 3.624/201 do Plenário, 3.775/2011, 7.837/2013, 2.278/2014 2.511/2014, 3.200/2014 e 3.551/2014 da Primeira Câmara e 4.057/2013, 2.062/2014 e 2.594/2014 da Segunda Câmara, entre outros). Segundo essa jurisprudência, é indevida a continuidade ad aeternum desse pagamento. Em respeito à irredutibilidade remuneratória, o pagamento deve continuar tão somente até o momento em que os reajustes posteriores se igualarem ao valor da rubrica.					
Providências adotadas:					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS					23197
Síntese da providência adotadas					
Encaminhamos cópia do comprovante de ciência da servidora ao TCU, por meio do Ofício nº 4/2017/CGRH, de 11/01/2017.					

Síntese dos resultados obtidos
Deliberação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
18	X	X	1	DE	Ofício nº 12008/2016 – TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
Encaminhar à SEFIP os documentos e/ou esclarecimentos abaixo discriminados: - Regime jurídico exercido na data do óbito para aqueles que morreram na ativa; - Regime jurídico exercido na data da aposentadoria para aqueles que morreram aposentados.					
Providências adotadas:					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS					23197
Síntese da providência adotadas					
Encaminhamos o Ofício 2/2017/CGRH, em 11/01/2017, com os documentos solicitados.					
Síntese dos resultados obtidos					
Deliberação atendida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
19	011.284/2012-9	X	1	DE	Ofício nº 12746/2016 – TCU/SEFIP

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação		Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL		704
Descrição da Deliberação:		
Encaminhar a SEFIP os documentos que ampararam o restabelecimento da pensão civil instituída por José Venâncio da Silva em favor da menor sob guarda Raissa Aparecida dos Santos de Oliveira, tendo em vista os termos do Acórdão nº 1042/2013 – TCU – 2ª Câmara.		
Providências adotadas:		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS		23197
Síntese da providência adotada:		
Foi encaminhado o Ofício 3/2016/CGRH, de 11/01/2017, com cópia da decisão judicial em que a MM. Juíza Federal defere o pedido de antecipação de tutela para implementação da pensão à interessada.		
Síntese dos resultados obtidos		
Deliberação atendida.		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
Não há.		

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
20	016.453/2012-3	X	1	DE	Ofício nº 10794/2016 – TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
Encaminhar a SEFIP: a) os documentos que justificam a manutenção do pagamento do benefício pensional ao menor sob guarda Daniel Pércles Santos de Menezes Nogueira (CPF 104.415.074-25), pensionista de Carlos Nogueira (CPF 013.214.984-20), diante dos termos do Acórdão 8.359/2012-TCU-2ª Câmara e do Ofício 109/2013-TCU/Sefip, de 13/5/2013.					
Providências adotadas:					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS					23197
Síntese da providência adotada:					
Encaminhei o Ofício nº 1994/2016/CGRH, de 13/12/2016, informando sobre o Mandado de Segurança com medida liminar nº 1007063-54.2015.4.01.3400 .					

Síntese dos resultados obtidos
Deliberação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
21	020.919/2009-2	Acórdão nº 6845/2016 -2ª Câmara	9.1 E 9.2	DE	X
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
9.1 – conhecer dos presentes embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los; 9.2 – dar ciência deste Acórdão, bem como do relatório e do voto que o acompanham, aos embargantes.					
Providências adotadas:					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS					23197
Síntese da providência adotada:					
Foram canceladas as aposentadorias dos servidores: PEDRO SANTANA DA ROCHA, JOSE SCHNEIDER FAUSTO e VALDOMIRO BATISTA SANTOS (julho de 2016). No entanto, recebemos o Ofício nº 0067/2017-TCU/SEFIP, de 17/01/2017, no qual a Corte de Contas comunica que o Exmo, Senhor Ministro-Relator Aroldo Cedraz, conheceu do pedido de reexame interposto pelos servidores, suspendendo-se os efeitos dos itens 9.2, 9.4.1 e 9.5 do Acórdão nº 9797/2015 - TCU – 2ª Câmara, em relação aos recorrentes. Em cumprimento ao Ofício citado, tornamos sem efeito as portarias de cancelamento, resultando no retorno de suas aposentadorias. ** Referente a aposentadoria do servidor VALDOMIRO BATISTA SANTOS, tornamos sem efeito em cumprimento a decisão proferida, pela 3ª Vara Federal, no Procedimento Ordinário, do processo de nº 0802387-28.2016.4.05.8500 (doc. II), no qual foi determinado à União que: “1º) suspenda os efeitos do Acórdão nº 9797/2015/TCU/Segunda Câmara que negou o registro do ato concessório da aposentadoria do autor, com base no art. 1º, I da LC 51/85; 2º) Suspenda os efeitos da Portaria 2.307, de 11 de julho de 2016 emitida pelo Coordenador-Geral de Recursos Humanos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal; 3º) abstenha-se de suspender o pagamento do benefício de aposentadoria do autor, ou, caso já o tenha feito, que o restabeleça; 4º) mantenha o autor na inatividade, sob pena de aplicação de multa diária.”					
Síntese dos resultados obtidos					
Deliberação atendida.					

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
22	012.334/2011-1	11947/2016 – 2ª Câmara	9.3.1, 9.3.2, 9.4	DE	Ofício 10893/2016 – TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
9.3.1. com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e no art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, contados a partir da ciência da deliberação desta Corte, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa; 9.3.2. dê ciência do inteiro teor deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao interessado indicado no item 3, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, cópias do comprovante da data da efetiva notificação; 9.4. orientar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, à luz do contido no art. 262, §2º, do Regimento Interno deste Tribunal, no sentido de que a concessão ora considerada ilegal poderá prosperar, caso seja emitido novo ato escoimado da irregularidade verificada, a ser cadastrado no Sistema Sisac no prazo fixado no art. 7º da IN-TCU nº 55/2007;					
Providências adotadas:					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS					23197
Síntese da providência adotada:					
Demos ciência ao servidor por meio do Memorando nº 137, de 22/12/2016. A SRPRF/PA fez a devida alteração no SIAPE. Logo após, fizemos o Formulário de Concessão de Aposentadoria – SISAC, e encaminhamos tanto a cópia do SISAC como da tela SIAPE ao TCU, comprovando o cumprimento do Acórdão, por meio do Ofício nº 36/2017/CGRH, em 21/02/2017.					
Síntese dos resultados obtidos					
Deliberação atendida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
23	000.985/2011-2	6957/2016 – 2ª Câmara	1.7	DE	X
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
1.7. Considerar legal e determinar o registro do ato de pensão civil instituída à Rita Maria dos Santos (CPF 030.045.174-18), com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União; 1.8. Determinar à SEFIP que: 1.8.1. encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento do Mandado de Segurança 32.243, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011; 1.8.2. proceda às correções no ato Sisac 10327010-05-2007-000223-1, para constar o CPF correto do instituidor Mauro Paulo dos Santos a numeração 155.388.004-82, bem como a data de nascimento 30/12/1958; e no ato Sisac 10327010-05-2007-990207-3, a informação do campo “REGIME ANTES DA LEI Nº 8.112/90” para “Estatuto”.					
Providências adotadas:					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS					23197
Síntese da providência adotada:					
Julgado legal pelo TCU. A determinação constante no Acórdão é para a SEFIP.					
Síntese dos resultados obtidos					
Deliberação atendida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

DELIBERAÇÕES DO TCU NÃO ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	704
Deliberações do TCU	
Deliberações expedidas pelo TCU	

Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
24	028.003/2013-6	632/2016 – 2ª Câmara	9.3.1, 9.3.2, 9.3.3, 9.3.4, 9.3.5	DE	1694/2016 – TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contado da ciência desta deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes dos atos de aposentadoria considerados ilegais; 9.3.2. providencie o retorno à atividade do Sr. Cláudio José de Abreu, com vistas à complementação do tempo de serviço necessário para aposentadoria; 9.3.3. em relação ao Sr. José Ires Catapan, ante à impossibilidade de retorno à atividade para a complementação do tempo ficto impugnado, providencie a emissão de novo ato de aposentadoria, na modalidade proporcional, com base no art. 1º, inciso II, da Lei Complementar 51/1985, cadastrando referido ato no sistema Sisac, em conformidade com o art. 2º, inciso II, da Instrução Normativa TCU 55/2007; 9.3.4. em relação ao Sr. Rivaldo Sobral Magalhães, considerando o fundamento legal mencionado na Portaria 2.385, de 10/8/2015, cadastre, no sistema Sisac, novo ato de aposentadoria, em conformidade como art. 2º, inciso II, da Instrução Normativa TCU 55/2007; e 9.3.5. dê ciência aos interessados, alertando-os de que a interposição de eventuais recursos junto ao TCU não os eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso de o recurso não ser provido.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS					23197
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Demos ciência do referido Acórdão aos servidores CLÁUDIO JOSÉ DE ABREU, JOSÉ IRES CATAPAN e RIVALDO SOBRAL MAGALHÃES. - Referente aos servidores CLÁUDIO JOSÉ DE ABREU e JOSÉ IRES CATAPAN: Enviamos o Ofício nº 1423/2016/CGRH, em 30/03/2016, com comprovante de ciência do servidor CLÁUDIO JOSÉ DE ABREU e o Ofício nº 1425/2016/CGRH, em 30/03/2016, com comprovante de ciência do servidor JOSÉ IRES CATAPAN, com cópia do recurso impetrado pelos mesmos junto ao TCU e ao STF. Reiteramos os Ofícios anteriores com o Ofício nº 21/2017/CGRH, em 07/02/2017. Obs.: Não cumprimos ainda, aguardando um retorno do TCU. - Referente ao servidor RIVALDO SOBRAL MAGALHÃES: Encaminhamos o Ofício nº 534/2016/CGRH, em 26/02/2016, com Formulário de Concessão de Aposentadoria – SISAC.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
TCU não respondeu aos Ofícios.					

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
25	020.315/2007-4	1952/2016 – 1ª Câmara	9.1 e 9.2	DE	X
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
9.1. conhecer dos pedidos de reexame para, no mérito, negar-lhes provimento; 9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e demais interessados.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS					23197
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Encaminhamos os Ofícios de nº 1940/2016/CGRH, de 05/09/2016, e de nº 1904/2016/CGRH, de 04/07/2016, com cópias das portarias de cancelamento das aposentadorias dos servidores JOÃO SOARES SANTOS e JOÃO FERNANDES CALDAS. ** Referente ao servidor JOÃO DA SILVA, estamos aguardando comprovante de ciência do mesmo para que possamos cancelar sua aposentadoria.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

Em relação ao rol de responsáveis, cumpre informar que todos os dados foram prestados por meio do sítio eletrônico do Tribunal de Contas da União, no link "<http://portal.tcu.gov.br/contas/e-contas/>".

No tocante à matéria Indenização a servidores em exercício em **localidades de fronteira – Lei nº 12.855, de 2013**, cumpre informar que os valores quanto à indenização a servidores em exercício em localidades de fronteira são pagos quando em cumprimento de decisões judiciais, tendo em vista a inexistência de Decreto presidencial que venha a regular a Lei 12.855/2013.

Em relação ao processo TCU nº TC 020.053/2015-0 (Auditoria Operacional-Fronteiras), acórdão 1995/2016 – TCU, enviamos as informações solicitadas para o Ministério da Justiça através do processo SEI N.º 08650.002282/2017-93, a fim de que o MJ proceda uma resposta consolidada ao TCU.

8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Preliminarmente, transcrevemos abaixo o conceito de Processo de Contas constante da Instrução Normativa - TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, que estabeleceu normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da administração pública federal, para julgamento do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei nº 8.443, de 1992.

Art. 1º Os relatórios de gestão e as peças complementares elaboradas para constituição de processos de contas dos administradores e dos demais responsáveis abrangidos pelos incisos I, III, IV, V e VI do art. 5º da Lei nº 8.443, de 1992, devem ser organizados e apresentados ao Tribunal de Contas da União de acordo com as disposições desta instrução normativa.

Parágrafo único. Para o disposto nesta instrução normativa, considera-se:

I. processo de contas: processo de trabalho do controle externo, destinado a avaliar e julgar o desempenho e a conformidade da gestão das pessoas abrangidas pelos incisos I, III, IV, V e VI do art. 5º da Lei nº 8.443/92, com base em documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, obtidos direta ou indiretamente;
(grifamos)

...

Saliente-se que, a prestação de contas afigura-se como importante instrumento de gestão e controle, que possibilita o acompanhamento e a fiscalização das decisões, projetos, atos e despesas realizados pelos gestores públicos durante determinado exercício.

Paralelamente a isso, no âmbito da Administração Pública, o ato de prestar contas possibilita aos Gestores Públicos demonstrar para a sociedade o resultado de todo o seu planejamento e trabalho.

As contas dos gestores públicos, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade, são analisadas e julgadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU, órgão responsável por auxiliar o Congresso Nacional no exercício do Controle Externo.

Neste ponto, cumpre transcrevermos abaixo o texto dos artigos 71, caput e incisos I, II, IV, V, VIII, IX, X e XI, e 74, da Constituição Federal:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

[...]

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

[...]

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

...

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Compulsando o disposto nos itens acima, verifica-se que o inciso II do art. 71 da Constituição Federal atribui ao TCU o encargo de julgar as contas dos administradores públicos, responsabilidade que se encontra disciplinada nos normativos seguintes: Lei nº 4.320/64; Decreto-Lei nº 200/67; Lei nº 6.223/75; e Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Saliente-se ainda, que os processos de prestação de contas são formalizados pelos órgãos do sistema de controle interno, alinhado às orientações do TCU, e encaminhados anualmente ao aludido Tribunal para apreciação e julgamento.

Quanto aos processos de prestação de contas do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, em função da inexistência de uma área com atribuições específicas voltadas para a implementação e acompanhamento do Sistema de Controle Interno, estes sempre foram conduzidos pela Coordenação-Geral de Administração - CGA com o auxílio da Divisão de Gestão Documental e Normatização - DINOR, atual Divisão de Análise Processual e Normatização.

Até o ano de 2013 todo o processo de prestação de contas era conduzido pela equipe da CGA, por meio da DINOR, reportando o resultado dos trabalhos à Direção-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

A partir de 2014, com vistas ao aperfeiçoamento do processo de contas e aprimoramento da qualidade das informações e dados a serem prestados, passou-se a constituir uma Comissão para, sob a coordenação da CGA, a condução dos trabalhos.

Como resultado deste trabalho, nos últimos anos, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal tem obtido êxito junto ao Tribunal de Contas da União, com o julgamento favorável de suas contas.

Cumprе registrar que o último julgamento de contas do DPRF ocorreu no ano de 2016, referente ao Exercício 2013, por meio do Acórdão de Declaração nº 8518/2016 - Segunda Câmara (Processo nº 019.291/2014-0), onde obteve quitação plena, com fundamento nos arts. 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992.

ACÓRDÃO Nº 8518/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea “a”, do Regimento Interno/TCU, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público junto ao TCU, em:

julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Maria Alice Nascimento Souza, José Roberto Ângelo Barros Soares, Marcelo Aparecido Moreno e Adriano Marcos Furtado, dando-lhes quitação, com fundamento nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992;

julgar regulares as contas dos Srs. Adriane Cristina Baumann Toschi, Alex Fernando Alves, Daniel Antônio Torno de Araújo Costa, José Luís Pinheiro, Murilo Cangussu Cavalcante, Rômulo Fabrício Leite e Lopes e Stênio Pires Benevides, dando-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992;

dar ciência ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal sobre as seguintes impropriedades, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

c.1) inexistência, no relatório de gestão do exercício de 2013, dos índices relativos aos indicadores de desempenho instituídos, ferindo o disposto na Decisão Normativa TCU 127/2013;

c.2) intempestividade do registro dos atos de pessoal no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac), conforme quantitativos constantes no relatório de gestão do exercício de 2013, o que afronta o disposto no art. 7º da Instrução Normativa TCU 55/2007;

d) dar ciência à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) acerca da intempestividade do cadastramento dos atos de pessoal pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac), descumprindo o disposto no art. 7º da Instrução Normativa TCU 55/2007;

e) encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica e do parecer do Ministério Público junto ao TCU, ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

f) arquivar os autos, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

Segundo consta da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, as contas poderão ser julgadas Regulares, Regulares com Ressalvas ou Irregulares. Vejamos:

Art. 16. As contas serão julgadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao Erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

- a) omissão no dever de prestar contas;*
- b) prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico, ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;*
- c) dano ao Erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ao anti-econômico;*
- d) desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.*

Mapeamento

No ano de 2016, objetivando garantir, mediante a padronização de processos no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, os resultados esperados por cada tarefa executada, e definir os parâmetros para elaboração dos documentos e Relatórios, determinando os requisitos necessários para formatação, construção, verificação, revisão e aprovação, procedemos ao mapeamento do processo de prestação de contas no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

O processo Gestão da Prestação de Contas Anual possui como objetivo a execução de atividades e ações para prover as informações e dados necessários para os órgãos de controle do Governo Federal com vistas a demonstrar como foi utilizado todo o recurso destinado ao DPRF em ações e aquisições voltadas para oferecer um aumento contínuo na segurança e qualidade no uso das rodovias federais pela sociedade.

O Manual da Gestão de Prestação de Contas Anual encontra-se disponibilizado no link - <https://onedrive.live.com/?authkey=%21ALa-FhiH41pGtmlw&id=C98FD621D25A0BBC%2122833&cid=C98FD621D25A0BBC>.

Tabela XXXIII- Cumprimento das recomendações do OCI

Nº	ID	Relatório	Status
01	61929	201109002	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
Ausência de reembolso relativo à remuneração de servidor cedido.			
Recomendação			
Caso a notificação não seja atendida, providenciar a suspensão do pagamento da remuneração, a partir do mês subsequente, em cumprimento ao estabelecido no Parágrafo único do art. 10 do referido Decreto.			
Manifestação do Gestor ()			
Quanto à quitação, pelo GDF, dos valores referentes aos meses Nov/2010 e Dez/2010, esclarecemos que, após cobrança dos valores pelo DPRF, Ofício nº 547/2013, o GDF solicitou, por meio do Ofício nº 1957/2013, memória dos cálculos com vistas a darem prosseguimento ao devido ressarcimento. Ante a solicitação, o DPRF elaborou planilha de cálculo considerando todos os valores devidos pelo GDF, desde o início da cessão do servidor Fernando Marcos de Melo Cotta até			

o fim da mesma, e já pagos pelo citado órgão, chegando ao valor faltante de R\$ 32562,13. Assim, foi encaminhado Ofício nº 016/2014-CGRH/DPRF, datado de 13/01/2014. Esclarecemos que cópia do Ofício também foi encaminhada a AGU, por meio do Ofício nº 017/2014. Foi reencaminhado Ofício nº 778, em 19/05/2015, reiterando a cobrança dos valores devidos. Entretanto, os valores ainda encontram em aberto.

Nº	ID	Relatório	Status
02	48733	201203629	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
Fragilidade no acompanhamento de contrato de prestação de serviços, verificando-se recebimento parcial de materiais; falta de comprovação de entregas de materiais; manutenção do custo de fornecimento de vale-transporte na proposta da Empresa de forma indevida; ausência de diversos documentos em processo, como comprovantes de entrega de vale-transporte, de vale-alimentação de controle de frequência e de recolhimento do INSS e FGTS; e, falta de glosa de dias não trabalhados.			
Recomendação			
i) Glosar o valor dos serviços prestados referente aos materiais não fornecidos nos meses maio a outubro/2011 (letras "a" e "b"); e dos dias não trabalhados pelos terceirizados (letras "f" e "g").			
Manifestação do Gestor (CGA)			
A fiscalização do contrato informou que todos os materiais foram entregues a contento, na medida em que eram necessários para a execução do serviço. Apesar do pagamento ser mensal, conforme planilha de formação de preços, a entrega do material constante do item 9.2.8 do Termo de Referência ocorreu na exata proporção em que os materiais se degradavam, a exemplo do Carrinho – Tipo Gari. Não há previsão contratual de formação de estoque de materiais, que deveriam ser repostos quando se tornassem inservíveis.			

Nº	ID	Relatório	Status
03	48738	201203629	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
Realização de licitação para contratação de serviços sem a devida caracterização do objeto; não atendimento a diversos dispositivos da IN nº 02/2008 – SLTI/MPOG (art. 6º, § 3º, incisos I, II, III; art. 11, §§ 1 e 3º; art. 15, incisos I(a), III, IV, V, X e XIV); contratação de contador; não conferência dos valores internos das propostas; concessão de repactuação com alteração de parâmetros inicialmente contratados.			
Recomendação			
j) Apresentar Comprovação que, durante a execução dos serviços, a pessoa contratada tinha as qualificações técnicas e profissionais inerentes ao status contratado (Contador Master).			
Manifestação do Gestor (CGA)			
Preliminarmente, cumpre registrar que o Contrato para prestação de serviços de Contador (Processo nº 08650.000.523/2009-50 / CTR nº 04/2010) foi rescindido unilateralmente pelo DPRF, ainda no exercício de 2010.			
No mesmo sentido, apesar de não constar no Relatório de Auditoria da CGU, o Contrato Administrativo nº 11/2011, celebrado com a empresa Atran II Comércio e Serviço de Limpeza Ltda. para a prestação de serviços de apoio administrativo (contador), foi rescindido unilateralmente pela CGA através da Portaria nº 83/2011, (autos do processo nº 08650.001.176/2010-16), conforme entendimento da CGU relativo ao processo anterior (08650.000.523/2009-50).			

No tocante à qualificação técnica da pessoa contratada, informamos que a mesma desempenhava as seguintes atividades: - O contratado prestava orientação aos Ordenadores de Despesa quanto aos preceitos a serem observados na execução da despesa pública; - Auxiliava na realização de tomadas de contas especiais; - Auxiliava os Gestores Financeiros na regularização de inconsistências contábeis; - Auxiliava a Coordenação de Contabilidade do MJ na regularização fiscal do Órgão, visando à emissão de CND - Certidão Negativa de Débitos (RFB e INSS); Nada Consta Dívida Ativa, nada consta FGTS; - Análise crítica dos lançamentos contábeis, visando ao registro de restrições contábeis.

Ou seja, as atividades desenvolvidas pelo profissional exigiam especialização técnica.

O envolvimento das áreas de Licitações, Contratos e Convênios e Patrimônio e Material viabilizou a implementação de novos procedimentos licitatórios.

Nº	ID	Relatório	Status
04	73032	201203629	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
Impropriedades na folha de pagamento da Unidade, consubstanciadas na ocorrência de servidor com faltas ao serviço sem o desconto em folha de pagamento, servidores aposentados em fundamentação exclusiva de magistério sem ser ocupante de cargo de professor, servidor aposentado com proventos proporcionais recebendo proventos integrais, servidor com pagamento de GSISTE com valor inconsistente e servidores cedidos sem informação do valor da remuneração extra-SIAPE.			
Recomendação			
Providenciar os ajustes cadastrais e financeiros necessários à regularização da impropriedades, bem como promover a reposição ao Erário, na forma da lei, dos valores percebidos indevidamente pelos servidores.			
Manifestação do Gestor (CGRH)			
O servidor Francisco José Nunes Ferreira, matrícula SIAPE nº 168756 (SA nº 201203629/13), fora demitido do serviço público no mês de março de 2012, pelo que encaminharemos o processo de demissão à AGU para fins de cobrança judicial dos valores devidos pelo servidor, haja vista que houve falta ao serviço sem desconto em folha de pagamento. Em consulta ao processo de reposição ao erário nº 08650.000526/2012-99, ficou constatado que o mesmo não pagou o valor devido aos cofres públicos.			
Em relação à aposentadoria do servidor Crisântemo Felix Junior, matrícula SIAPE nº 0166214, esclarece-se que a concessão da aposentadoria foi julgada legal pelo TCU.			
Em relação à aposentadoria da servidora Maria Zilda Ramos Coutinho, matrícula SIAPE nº 0518960, esclarecemos que o fundamento legal para a concessão do benefício foi o art. 8º, Incisos I, II e III da Emenda Constitucional nº 20, conforme extração do Sistema SIAPE. A documentação comprobatória foi encaminhada ao TCU e encontra-se aguardando julgamento.			
Em relação à aposentadoria do servidor Múcio Barreto Cintra, matrícula SIAPE nº 0167549, esclarecemos que o fundamento legal para a concessão do benefício foi o arts. 101, I e 102, II, b da CF/67, conforme extração do Sistema SIAPE. A documentação comprobatória foi encaminhada ao TCU e encontra-se aguardando julgamento.			
Em relação à servidora Nara Regina de Simas Guimarães, matrícula nº 160.777, recebe legalmente GSISTE e FCT, conforme podemos inferir do art. 16, lei nº 11.356/2006. Nesse sentido, encaminhamos o processo nº 08.650.001.746/2011-59 a CGRH/MJ para que fosse realizado o ajuste na GSISTE atribuída à servidora cedida, sugerindo ainda que fosse feita a conferência dos pagamentos da GSISTE desde o início de sua cessão ao MJ (dezembro 2009) e dos pagamentos futuros. Após análise foi constatado que a servidora havia recebido R\$ 2.223,34 (dois mil duzentos e vinte e três reais e trinta e quatro centavos) a mais em sua remuneração, visto isso foi aberto o			

processo nº 08.007.013.244/2011-65 de reposição ao erário, o qual teve sua quitação realizada em julho de 2012, conforme comprovante à página 74 do citado processo. Não enviamos o documento comprovando a quitação do débito porque o processo encontra-se na Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Justiça.

Em relação à cessão da servidora Jaqueline Filgueiras Chapadense Pacheco, matrícula 166220, cumpre informar que, conforme documentos extraídos do Sistema SIAPE, a servidora esteve cedida ao GDF e os valores devidos foram efetuados pelo GDF. Desde o dia de 27 de novembro de 2014, a servidora está aposentada. A documentação comprobatória foi encaminhada ao TCU e encontra-se aguardando julgamento.

Em relação à servidora Jane Margareth de Araújo Ciarlini, cumpre informar que está cedida desde o dia 15 de junho de 2015 para a Coordenação Geral de Logística da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça. Documentos comprobatórios extraídos do Sistema SIAPE.

Nº	ID	Relatório	Status
05	35138	201217062	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
Deficiência na cobrança de penalidades aplicadas em decorrência de infrações relacionadas ao trânsito de veículos com excesso de peso e ao transporte de produtos perigosos.			
Recomendação			
Fazer gestões junto ao CONTRAN ou ao DENATRAN buscando soluções para melhorar a eficiência e a efetividade na arrecadação das multas aplicadas em virtude das infrações relacionadas ao trânsito de veículos com excesso de peso.			
Manifestação do Gestor (CGO)			
Foi instituído comissão de trabalho por iniciativa da Casa Civil da Presidência da República (Casa Civil / DENATRAN / SERPRO / DPRF / ANTT / DNIT) com o objetivo de identificar soluções normativas que elevem o grau de eficiência das notificações de infrações de trânsito, especificamente relativas ao custeio/eficiência/efetividade das etapas de Notificações de Autuação e Penalidade, bem como de empoderar os Órgãos autuadores com ferramentas de gestão que possibilitem elevar o grau de coercitividade na arrecadação das multas aplicadas em virtude das infrações relacionadas ao trânsito, transporte de produtos com excesso de peso e, de produtos perigosos.			

Nº	ID	Relatório	Status
06	57986	201217062	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
Deficiência na cobrança de penalidades aplicadas em decorrência de infrações relacionadas ao trânsito de veículos com excesso de peso e ao transporte de produtos perigosos.			
Recomendação			
Adequar o SISCOM, ou outro sistema do DPRF, para controle dos infratores inadimplentes quanto às penalidades aplicadas em virtude de transitar nas rodovias federais com excesso de peso, de modo a otimizar o processo de cobrança, e consequentemente a eficiência do DPRF como Órgão zelador da segurança nas rodovias federais.			
Manifestação do Gestor (CGO)			
Foi instituído no âmbito da Divisão de Multas e Penalidades – DMP/CGO Grupo de Trabalho, com a finalidade de identificar junto aos demais Órgãos de trânsito a utilização de ferramentas gerenciais ou emprego de plataformas de sistemas de execução fiscal que venham a suprir e otimizar a gerência			

e controle do processamento e arrecadação de penalidades aplicadas em virtude de transporte rodoviário com excesso de peso e com produtos perigosos.

Processo nº 08650.01321/2013-10 - Já foram qualificados as 20 (vinte) maiores empresas devedoras por infração à legislação por excesso de peso, estando os respectivos autos na fase de instrução para atender os requisitos de certeza, liquidez e exigibilidade estabelecidos pela Procuradoria da Fazenda Nacional, sem os quais é impossível que a inscrição e cobrança seja realizada.

Quanto a adoção de providências externas pelo Ministério Público Federal e/ou Justiça Federal, estão sendo franqueados a participação direta da PRF no Inquérito Civil Público ou Ação Civil Pública, através da eventual comunicação de quaisquer ocorrência de infração à legislação de excesso de peso.

Nº	ID	Relatório	Status
07	129074	201406679	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
Insuficiência dos controles internos da Unidade na área de Gestão da frota de aeronaves			
Recomendação			
Desenvolver e implementar mecanismos de Avaliação de Risco na área de Gestão de frota de aeronaves.			
Manifestação do Gestor (CGO)			
Foi elaborado o Manual de Gerenciamento da Segurança Operacional (MGSO) e encontra-se em fase final de aprovação pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Recomendações em fase final de conclusão.			

Nº	ID	Relatório	Status
08	129075	201406679	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
Insuficiência dos controles internos da Unidade na área de Gestão da frota de aeronaves			
Recomendação			
Promover ações para concluir, publicar e por em prática o Manual Geral de Operações Aéreas (MGO/DOA), que se encontra em desenvolvimento.			
Manifestação do Gestor (CGO)			
O Manual Geral de Operações Aéreas (MGO/DOA) deve estar alinhado com o Manual de Gerenciamento da Segurança Operacional (MGSO). Após a aprovação do MGSO pela ANAC daremos prosseguimento ao MGO/DOA. O MGO/DOA encontra-se minutado, porém ainda faltam os ajustes necessários para alinhamento com o MGSO. Após aprovação do MGSO serão necessários aproximadamente 60 dias para conclusão do MGO/DOA. Recomendações em fase final de conclusão.			

Nº	ID	Relatório	Status
09	129076	201406679	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
Insuficiência dos controles internos da Unidade na área de Gestão da frota de aeronaves			
Recomendação			
Promover ações para finalizar o desenvolvimento do sistema Sabiá e para colocá-lo em uso com todos os controles propostos.			

Manifestação do Gestor (CGO)			
O sistema Sabiá está em fase final de homologação e os lançamentos de dados do diário de bordo estão sendo iniciados pelas tripulações que operam aeronaves de asa fixa. Após a constatação de que o sistema está estável serão realizados os lançamentos das demais aeronaves. Isto deve ocorrer nos próximos 90 dias.			

Nº	ID	Relatório	Status
10	129089	201406679	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
Fragilidades nos controles internos da Unidade na área de Gestão de frota de veículos.			
Recomendação			
Elaborar o Mapa de Controle do Desempenho e Manutenção do Veículo Oficial em conformidade com o disposto na IN/MPOG nº 03/2008.			
Manifestação do Gestor (CGA)			
Atualmente as informações exigidas no Mapa de Controle do Desempenho e Manutenção do Veículo Oficial, relativas ao abastecimento e manutenção podem ser obtidas por meio do sistema de gestão da empresa prestadora dos serviços à PRF. A nova versão do sistema SIPAC – Transportes (frota), possibilita a extração de um relatório exatamente no formato do Mapa de Controle, essa funcionalidade teve justamente o objetivo de atender, em sua plenitude, o estabelecido na IN nº 03/2008 – MPOG. Alimentar o sistema com as informações obtidas via sistemas das empresas que prestam esses serviços a PRF, por meio da importação de dados. As recomendações foram acatadas.			

Nº	ID	Relatório	Status
11	142978	201500024	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
Pagamento indevido de diárias a servidor público federal.			
Recomendação			
Promover a apuração dos valores pagos indevidamente para fins de ressarcimento.			
Manifestação do Gestor (CGRH)			
Os valores apurados pagos indevidamente nas folhas dos servidores foram autuados processos de reposição ao erário, conforme legislação vigente. Após findados os processos administrativos de reposição ao erário, os débito foram implementados nas folhas de pagamento dos servidores.			

Nº	ID	Relatório	Status
12	142979	201500024	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
Pagamento indevido de diárias a servidor público federal.			
Recomendação			
Promover a revisão das diárias concedidas ao servidor, a partir de 05/05/2014, cuja cidade de origem seja Marília/SP, quando o correto seria a origem, a cidade de São Paulo/SP pelo fato de seu efetivo exercício laboral.			
Manifestação do Gestor (CGRH)			
A 6ª SRPRF-SP, diante das recomendações da CGU, criou comissão, por meio da Portaria nº 192/2015, para apuração e revisão dos valores pagos em diárias ao servidor em tela.			

Foram adotadas as medidas cabíveis para a realização dos ajustes financeiros entre o servidor e a Administração Pública. m tela.

Nº	ID	Relatório	Status
13	142980	201500024	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
Pagamento indevido de diárias a servidor público federal.			
Recomendação			
Estender a revisão das diárias no âmbito da 6ª SRPRF, bem como para todas as unidade jurisdicionadas ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, para evitar fatos análogos.			
Manifestação do Gestor (CGRH)			
Foi realizado levantamento dos dados solicitados na recomendação da CGU, tanto na 6ª SRPRF-SP quanto nas demais unidades da PRF.			
Não houve caso análogo referente a pagamento de diárias.			

Nº	ID	Relatório	Status
14	157402	201504220	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
Ausência de registro de atos de pessoal no SISAC.			
Recomendação			
Capacitar a força de trabalho responsável pelo setor, de modo a cumprir tempestivamente o prazo estabelecido no art. 7º da IN/TCU nº 55/2007 para cadastramento das informações pertinentes aos atos de admissão e concessão junto ao SISAC, adotando-se as medidas necessárias para possibilitar o cumprimento dos prazos previstos.			
Manifestação do Gestor (CGRH)			
Foi realizada a capacitação interna do quadro de efetivo na divisão e seção responsáveis pelos procedimentos de cadastramento das informações pertinentes aos atos de admissão e concessão junto ao SISAC. Foram feitas comunicações, pelo meios oficiais, às Regionais responsáveis pelos envios dos processos de admissão e concessão, solicitando o encaminhamento tempestivo dos mesmos.			
A capacitação ocasionou maior agilidade e eficiência na inclusão dos atos, reduzindo a incidência de erros e atrasos, passando a cumprir os prazos legais. Houve alinhamento no fluxo dos processos, que passaram a chegar de forma mais ágil na divisão de cadastro e na seção de aposentadoria.			

Nº	ID	Relatório	Status
15	157403	201504220	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
Descumprimento de cláusula contratual - A contratada não disponibilizou o acesso ao sistema Audatex ou similar.			
Recomendação			
Notificar formalmente a contratada, fixando prazo para o cumprimento da obrigação (fornecer acesso ao sistema Audatex ou similar, permitindo que ao fiscal contrato consulte diretamente a tabela de preços dos fabricantes de peças), aplicando se necessário as penalidades previstas no contrato.			
Manifestação do Gestor ()			

Informamos que foi instaurado o processo administrativo nº 08.650.003.867/2015-69, autuado com finalidade de apurar possível descumprimento às cláusulas contratuais estabelecidas no contrato administrativo nº 12/2014, por parte da empresa TICKET SERVIÇOS S/A, CNPJ: 47.866.934/0001-74. em especial no tocante à não disponibilização de acesso ao sistema Audatex ou similar.

Foi feita consulta formal a Controladoria Geral da União, por meio do Ofício nº 086/2015-NUTRAF, para substituição do sistema AUDATEX pelo CILIA, sendo que recebemos resposta positiva ao que notificamos a empresa contratada para disponibilização do referido sistema – Ofício nº 087/2015, e até 31/03/2016 todos os fiscais já estarão aptos a realizar consultas por meio de login próprio.

Nº	ID	Relatório	Status
16	157404	201504220	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
Ausência dos laudos de aceitação de serviço e aprovação automática de serviço por decurso de prazo.			
Recomendação			
Fazer constar dos processos de pagamento os laudos de aceitação de serviços/materiais, que servirão de subsídio para os Gestores Gerais da Frota, quanto ao ateste das notas fiscais.			
Manifestação do Gestor (CGA)			
Conforme esclarecido na reunião conjunta de busca de soluções, o Departamento estabeleceu por meio Manual de Gestão de Frota a seguinte cadeia de gestão no âmbito da PRF: Gestão Nacional de Frota, representada pelas áreas do DPRF em Brasília, Gestão Regional de Frota, representada pelas áreas da Superintendência e Gestão de Frota Local, representada por servidor (es) de uma Delegacia ou área onde existam viaturas sob responsabilidade. Nesse sentido, somente a Gestão de Frota Regional possui perfil de aprovação/autorização para execução de serviços no contrato de manutenção. Já a Gestão de Frota Local é responsável pela abertura da ordem de serviço no sistema, encaminhamento do veículo para a oficina e aprovação técnica do serviço (via sistema) após a devolução da viatura reparada. Assim, com base nessa funcionalidade do sistema é possível a substituição do laudo de aceitação físico, permitindo que o Gestor de Frota Local proceda a aceitação dos orçamentos de forma eletrônica, ficando registrado no corpo do orçamento no sistema (web), segue abaixo tela do sistema onde a situação é demonstrada.			
Caso por algum motivo não haja essa aprovação técnica por parte do Gestor de Frota Local, deve o Gestor de Frota Regional exigir documento ou mensagem eletrônica que confirme a realização do serviço, subsidiando assim, o processo de pagamento.			
Cobrança regular e efetiva do cumprimento dessa ação por parte do Gestor.			
As recomendações foram acatadas e implementadas.			

Nº	ID	Relatório	Status
17	157405	201504220	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
Ausência dos laudos de aceitação de serviço e aprovação automática de serviço por decurso de prazo.			
Recomendação			
Notificar formalmente a contratada para adequar o sistema informatizado de tal forma que não seja possível a aprovação automática de serviços por decurso de prazo.			
Manifestação do Gestor (CGA)			

Foi identificado pelo Núcleo de Transporte e Manutenção de Frota - NUTRAF/CGA a situação apontada, houve reunião com a contratada onde informaram que a situação foi submetida a área de informática para análise e correção. Informamos que a empresa será oficiada a corrigir a situação.

Foi expedido o Ofício nº 005/2015-CACGM oficializando o pedido de correção, sendo que não foi atendido até a presente data.

Notificação formal para a Contratada, a fim de impedir que essa funcionalidade seja feita de forma automática.

As recomendações foram acatadas.

Nº	ID	Relatório	Status
18	157406	201504220	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
Não utilização do Sistema SIPAC - módulo transporte - no controle e gestão da frota.			
Recomendação			
Promover ações no sentido de treinar/familiarizar os servidores envolvidos na gestão da frota veículos com o uso do sistema SIPAC.			
Manifestação do Gestor (CGA)			
Promover encontros anuais com Gestores da Frota, possibilitando alinhamento de questões, esclarecimento de dúvidas e treinamento de ações.			
Foi realizado de 01 até 03/03/2016, o II Encontro Nacional de Gestores de Frota do DPRF/MJ, onde foram reunidos todos os fiscais do contrato de cada unidade gestora, objetivando estabelecer as diretrizes e equacionar dúvidas, buscando padronização nos procedimentos das desconcentradas.			
As recomendações foram acatadas e implementadas.			

Nº	ID	Relatório	Status
19	157407	201504220	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
Não utilização do Sistema SIPAC - módulo transporte - no controle e gestão da frota.			
Recomendação			
Notificar formalmente a contratada para fornecer os dados de seu sistema em lay out adequado para a integração com o SIPAC.			
Manifestação do Gestor (CGA)			
Em 17/09/2015, foi encaminhado para a Contratada o Ofício nº 046/2015-NUTRAF, onde informamos que estava sendo disponibilizado o layout do arquivo a ser fornecido com o banco de dados do histórico de manutenção das viaturas deste DPRF/MJ, layout esse que foi enviado por e-mail, na mesma data.			
A partir disso, a área técnica (CGPLAM) e o gerente do sistema SIPAC no órgão iniciaram as tratativas para migração efetiva dos dados			

Nº	ID	Relatório	Status
20	157408	201504220	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
Ausência de critério objetivo para a escolha da oficina que realizará a análise técnica.			
Recomendação			

Aprimorar os controles no sentido de instituir critérios objetivos, considerando inclusive a utilização de indicadores, para escolha das oficinas que efetuarão a análise técnica e consequentemente realizarão os serviços.

Manifestação do Gestor (CGA)

Será atualizado o Manual de Procedimentos de Fiscalização dos Contratos, onde estabeleceremos diretrizes a serem seguidas para encaminhamento dos veículos a oficinas para análise técnica, assim como, orientação para que seja incentivado um revezamento entre as oficinas credenciadas fomentando dessa forma a disputa entre os estabelecimentos, resguardando demais aspectos que não tragam comprometimento as atividades do órgão.

Foram feitas três atualizações no Manual de Procedimentos de Fiscalização dos Contratos desde maio de 2015, que indicam os procedimentos mais adequados a serem adotados.

Além disso, de 01 até 03/03/2016, foi realizado o II Encontro Nacional de Gestores de Frota do DPRF/MJ, onde foram reunidos todos os fiscais do contrato de cada unidade gestora, objetivando estabelecer as diretrizes e equacionar dúvidas, buscando padronização nos procedimentos das desconcentradas.

Foram feitas duas atualizações no Manual de Procedimentos de Fiscalização dos Contratos desde maio de 2015, que indicam os procedimentos mais adequados a serem adotados, assim como, a qualquer tempo, nova edição do referido instrumento será feita.

As recomendações foram acatadas e implementadas.

Nº	ID	Relatório	Status
21	157409	201504220	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
A tabela de referência do valor de mão de obra, anexo VI do TR, não contempla os serviços demandados rotineiramente e não possui uma rotina de atualização.			
Recomendação			
Criar uma rotina de atualização e aprimoramento da tabela de valores de mão de obra por hora, constante do anexo VI do Termo de Referência.			
Manifestação do Gestor (CGA)			
Emissão regular de notas orientativas quanto aos procedimentos de fiscalização, destacando que, caso haja qualquer aprovação fora dos padrões editalícios, os valores a maior deverão ser integralmente glosados.			
Foram feitas três atualizações no Manual de Procedimentos de Fiscalização dos Contratos desde maio de 2015, que indicam os procedimentos mais adequados a serem adotados.			
Além disso, de 01 até 03/03/2016, foi realizado o II Encontro Nacional de Gestores de Frota do DPRF/MJ, onde foram reunidos todos os fiscais do contrato de cada unidade gestora, objetivando estabelecer as diretrizes e equacionar dúvidas, buscando padronização nos procedimentos das desconcentradas.			

Nº	ID	Relatório	Status
22	157410	201504220	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
Serviço de manutenção executado com base em um único orçamento oferecido pela empresa contratada, contrariando as regras definidas no Termo de Referência.			
Recomendação			
Adequar os controles de aprovação de orçamento no sentido de exigir o mínimo de 3 (três) orçamentos antes de se autorizar a realização de serviços de manutenção.			

Manifestação do Gestor (CGA)	
A obrigatoriedade de três orçamentos para a execução do serviço, por vezes mostra-se impossível de ser atingida. Algumas Unidades Regionais, como 01º DRPRF/DF e 08ª SRPRF/SC, tinham tido experiência com esse tipo de exigência contratual, ficando demonstrado o engessamento do processo. Em virtude disso, não raras as vezes, os serviços demoravam dias até serem executados e em muitas situações, por mais que houvesse diligência do fiscal, não eram obtidos outros orçamentos. Essa dificuldade acontece principalmente pelos seguintes pontos: apenas uma oficina credenciada na localidade, serviços realizados em concessionárias e demora excessiva na confecção do orçamento, nesse último caso, incorrendo em prejuízos para a atividade operacional da PRF, pela ausência do veículo. Apesar disso, sempre orientamos as Superintendências a utilizarem o artifício de solicitar mais de uma cotação para os serviços à serem executados, especialmente àqueles orçados em montantes maiores ou manutenções mais complexas, buscando e fomentando inclusive uma espécie de disputa entre as oficinas, sempre resguardando-se quanto a qualidade do serviço. Conforme já dito nas exposições iniciais, no mês de abril de 2015 a maioria dos contratos completaram um ano de vigência, iniciamos um trabalho de análise gerencial dos dados de execução desse período e constatamos um baixo índice de orçamentos que tiveram mais de uma cotação. Por essa razão, decidimos reforçar por meio do Memorando descrito abaixo, para todas as Unidades Regionais, a importância de mais de uma cotação para os serviços executados. Apesar de não constar o Edital de Licitação a obrigatoriedade de realização de três orçamentos, desde 10/04/2015, editamos o Memorando nº 059/2015-NUTRAF - Manutenção de Viaturas – Orçamentos parametrização de preços implementando ações para maximizar as recomendações da auditoria. Após a determinação daquela auditoria, já em abril de 2015, os quantitativos de orçamentos aprovados com mais de uma cotação elevaram. Para demonstrar, levantamento realizado na data de 23/09/2015, compreendendo o período de 01/05/2015 à 23/09/2015, mostra que de um total de 8.158 orçamentos concluídos, 6.019 tiveram mais de uma cotação, ou seja, 73,78%. Da análise dos dados, observamos que a prática passou a ser a realização de mais de uma cotação, ocorrendo apenas nos casos excepcionais a autorização com base em apenas uma cotação, nesse caso, devendo o fiscal atentar-se aos demais itens parametrizadores dos preços (tabela tempária, Anexo VI e Audatex). Por meio do processo nº 08.650.001.278/2015-46 estamos em andamento com os trâmites para realização de novo certame licitatório, aprimorando o termo de referência e buscando atender as necessidades do órgão e as recomendações da auditoria. A previsão é que a licitação ocorra em 2017..	

Nº	ID	Relatório	Status
23	157411	201504220	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
Os orçamentos não discriminam o tempo gasto na manutenção e nem o valor de mão de obra por hora.			
Recomendação			
Notificar a contratada quanto à obrigação contratual constante do item 9.45 do Termo de Referência, aplicando se necessário as penalidades previstas em contrato.			
Manifestação do Gestor (CGA)			
Desde o início da vigência do contrato este Núcleo tem envidado esforços no sentido do atendimento às disposições contratuais, a exemplo disso, sobre discriminar o tempo gasto na manutenção e o valor da mão de obra, foi expedido o Ofício nº 048/2014-NUTRAF cobrando a			

correção dessa constatação. Em sua resposta a Contratada informa a realização de uma força-tarefa junto a sua rede credenciada, orientando-os com relação ao padrão a ser adotado na realização de orçamentos e a criação de uma célula de trabalho interno, específica e focada na realização dos ajustes necessários.

No decorrer da vigência do contrato, foi observada uma significativa melhora nesse aspecto, no entanto, objetivando a plenitude do atendimento às disposições contratuais, será instaurado processo administrativo para apuração de possível descumprimento contratual.

Além disso, será atualizado o Manual de Procedimentos de Fiscalização de Contratos, fazendo constar orientação aos fiscais de exigirem a conformidade dos orçamentos conforme disposições do Termo de Referência.

Foi expedido o Ofício nº 071/2015-NUTRAF reiterando o pedido de disponibilização das referidas tabelas no Ofício nº 048/2014-NUTRAF.

Quanto ao Manual de Procedimentos de Fiscalização de Contratos, o mesmo sofreu nova atualização em dezembro de 2015, e regularmente estamos verificando a necessidade de implementação de melhorias, fazendo-as constar no mesmo.

Além disso, de 01 até 03/03/2016, foi realizado o II Encontro Nacional de Gestores de Frota do DPRF/MJ, onde foram reunidos todos os fiscais do contrato de cada unidade gestora, objetivando estabelecer as diretrizes e equacionar dúvidas, buscando padronização nos procedimentos das desconcentradas.

Cobrança regular e efetiva do cumprimento das obrigações contratuais, por parte da contratada.

Nº	ID	Relatório	Status
24	157412	201504220	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
As tabelas de tempos padrão fornecidas pela contratada são incompletas e não contemplam todos os veículos listados no Anexo I do TR.			
Recomendação			
Exigir da contratada o fornecimento de todas as tabelas de tempos padrão para atender os veículos listados no Anexo I do Termo de Referência, aplicando se necessário as penalidades previstas em contrato.			
Manifestação do Gestor (CGA)			
Desde o início da vigência do contrato este Núcleo tem envidado esforços no sentido do atendimento às disposições contratuais, a exemplo disso, sobre as tabelas de tempo padrão, foi expedido o Ofício nº 048/2014-NUTRAF cobrando a disponibilização das referidas tabelas, em sua resposta a Contratada informa a não comercialização dos referidos documentos, por parte das montadoras de veículos. Registramos que no último levantamento feito por este NUTRAF, mais de 60% dos modelos de veículos da PRF estavam atendidos com as tabelas tempárias. Será instaurado processo administrativo para apuração de possível descumprimento contratual.			
Foi expedido o Ofício nº 071/2015-NUTRAF reiterando o pedido de disponibilização das referidas tabelas no Ofício nº 048/2014-NUTRAF.			
Cobrança regular e efetiva do cumprimento das obrigações contratuais, por parte da contratada.			
As recomendações foram acatadas e implementadas.			

Nº	ID	Relatório	Status
25	157413	201504220	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
Ausência de oficinas credenciadas nos municípios exigidos na licitação.			
Recomendação			

Notificar formalmente a contratada, fixando prazo para o cumprimento da obrigação, aplicando se necessário as penalidades previstas em contrato.

Manifestação do Gestor (CGA)

Desde o início da vigência dos contratos, foram feitas reuniões com a empresa Contratada objetivando o atendimento da rede credenciada nos municípios elencados no Edital. No Encontro de Gestores de Frota realizado em novembro de 2014, foi repassada orientação expressa para que todos os fiscais verificassem essa situação, confrontando as localidades onde há oficinas credenciadas e os locais onde havia exigência no Termo de Referência, notificando a Contratada em caso de inadequação. Destacamos a significativa ampliação da rede de estabelecimentos, a exemplo dos Estados apontados como: Na 09ª SRPRF/RS, existem 14 (quatorze) Delegacias e 39 (trinta e nove) Postos, assim, no antigo modelo de contratação direta de oficinas, o Estado do Rio Grande do Sul, via de regra, possuiria no máximo uma oficina em cada localidade onde existe um Posto, ou seja, 39 (trinta e nove). Registre-se que em alguns municípios as licitações eram desertas, pois não havia estabelecimentos com interesse em participar do certame. Hoje a Contratada dispõe de uma rede de 189 (centro e oitenta e nove) estabelecimentos credenciados para atendimento em RS. Na 08ª SRPRF/SC, existem 08 (oito) Delegacias e 28 (vinte e oito) Postos, assim, no antigo modelo de contratação direta de oficinas, o Estado de Santa Catarina, via de regra, possuiria no máximo uma oficina em cada localidade onde existe um Posto, ou seja, 28 (vinte e oito). A Contratada dispõe de uma rede de 62 (sessenta e dois) estabelecimentos credenciados para atendimento em SC. Na 06ª SRPRF/SP, existem 10 (dez) Delegacias e 22 (vinte e dois) Postos, assim, no antigo modelo de contratação direta de oficinas, o Estado de São Paulo, via de regra, possuiria no máximo uma oficina em cada localidade onde existe um Posto, ou seja, 22 (vinte e dois). A Contratada dispõe de uma rede de 124 (centro e vinte e quatro) estabelecimentos credenciados para atendimento em SP. Na 03ª SRPRF/MS, existem 10 (dez) Delegacias e 22 (vinte e dois) Postos, assim, no antigo modelo de contratação direta de oficinas, o Estado de Mato Grosso do Sul, via de regra, possuiria no máximo uma oficina em cada localidade onde existe um Posto, ou seja, 22 (vinte e dois). A Contratada dispõe de uma rede de 68 (sessenta e oito) estabelecimentos credenciados para atendimento em MS. Na 01ª SRPRF/GO, existem 07 (sete) Delegacias e 15 (quinze) Postos, assim, no antigo modelo de contratação direta de oficinas, o Estado de Goiás, via de regra, possuiria no máximo uma oficina em cada localidade onde existe um Posto, ou seja, 15 (quinze). A Contratada dispõe de uma rede de 138 (centro e trinta e oito) estabelecimentos credenciados para atendimento em GO. No 1º DRPRF/DF, existem 05 (cinco) Postos, assim, no antigo modelo de contratação direta de oficinas, o Distrito Federal, via de regra, possuiria no máximo uma oficina em cada localidade onde existe um Posto, ou seja, 5 (cinco). A Contratada dispõe de uma rede de 136 (centro e trinta e seis) estabelecimentos credenciados para atendimento no DF. Na 20ª SRPRF/SE, existem 02 (duas) Delegacias e 5 (cinco) Postos, assim, no antigo modelo de contratação direta de oficinas, o Estado de Sergipe, via de regra, possuiria no máximo uma oficina em cada localidade onde existe um Posto, ou seja, 5 (cinco). A Contratada dispõe de uma rede de 25 (vinte e cinco) estabelecimentos credenciados para atendimento em SE.

A ausência eventual de oficina em determinada localidade, encontra amparo no Termo de Referência, entendemos que as exigências editalícias sobre o tema estão bem definidas, vejamos: Termo de Referência

(...)

5.5.1. O atendimento de solicitação de manutenção automotiva em geral, preventiva e corretiva, com prestação de serviços e troca de peças e acessórios, deverá ocorrer, obrigatoriamente, nos municípios descritos no Anexo II, onde deverá existir pelo menos 01 (uma) oficina credenciada disponibilizada pela Contratada, excetuando-se o previsto no item que se segue.

5.5.2. A Contratada deverá manter um mínimo de 05 (cinco) estabelecimentos credenciados em todas as capitais da federação durante toda vigência contratual, capazes de atender as marcas e modelos descritas no Anexo I deste Termo de Referência.

5.5.3. Objetivando suprir todas as revisões necessárias para manutenção de garantia de fábrica, deverão existir, obrigatoriamente, concessionárias credenciadas de todas as marcas listadas no Anexo I, nas capitais de todos os estados da Federação e, sempre que possível, nos municípios descritos no Anexo II.

5.5.4. Não sendo possível atender as necessidades da Contratante em alguma localidade referenciada nos itens anteriores, a Contratada deverá apresentar justificativa formal escrita para o fiscal do contrato no prazo máximo de 15 dias a contar da data-limite estabelecida para credenciamento da rede ou, a posteriori, sob provocação da Contratante. O fiscal analisará os motivos expostos e, um vez comprovada a real dificuldade de credenciamento, acatará a justificativa. Ainda, em conjunto com o representante da empresa, apontará para a melhor solução.

5.5.4.1. Na ocorrência do descrito no item 5.5.4, a Contratada deverá providenciar o reparo na localidade mais próxima da unidade de lotação do veículo oficial a ser mantido, sendo que esse deslocamento será realizado às suas expensas, nos casos em que a viatura apresente defeito que a imobilize.

Por fim, Informamos que foi instaurado o processo administrativo nº 08.650.007.406/2016-46, autuado com finalidade de apurar possível descumprimento às cláusulas contratuais estabelecidas no contrato administrativo nº 12/2014, por parte da empresa TICKET SERVIÇOS S/A, CNPJ: 47.866.934/0001-74. em especial no tocante à ausência de oficinas credenciadas nos municípios exigidos na licitação.

Nº	ID	Relatório	Status
26	157414	201504220	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
Serviço de manutenção executado com base em um único orçamento oferecido pela empresa contratada, contrariando as regras definidas no Termo de Referência.			
Recomendação			
Visando contratações futuras, avaliar a necessidade de contratação dos serviços de manutenção no modelo de gerenciamento compartilhado com orçamentação frente aos demais modelos, como o de autogestão, no qual a Unidade possui maior controle nos orçamentos, devendo-se sempre exigir no mínimo de 3 (três) cotações ou adotando-se outro mecanismo de controle que minimize o risco de pagamentos de valores acima dos preços praticados no mercado.			
Manifestação do Gestor (CGA)			
Estão em andamento trabalhos de análise da atual contratação, onde buscamos avaliar a necessidade de um novo processo licitatório, ajustando alguns pontos da operação/execução dos contratos, assim como, a vantajosidade de manter a formatação da gestão compartilhada ou a mudança para a autogestão. Nesse aspecto merece destaque a redução de custos obtida pela PRF, no ano de 2012, a média das Regionais que possuíam contratos diretos, foi de R\$ 240,90, para cada mil quilômetros rodados, contra R\$ 220,12, para as que mantinham contratos de gerenciamento. Logo, gastamos em média 8,6% a menos com os contratos de gerenciamento. Aplicado esse percentual nos gastos com contratação direta, teríamos uma economia potencial da ordem de R\$ 996.751,22. No ano de 2013, a média das que possuíam contratos diretos, foi de R\$ 323,42, para cada mil quilômetros rodados, contra R\$ 312,99, para as que mantinham contratos de gerenciamento. Logo, gastamos em média 3,2% a menos com os contratos de gerenciamento. Aplicado esse percentual nos gastos com contratação direta, teríamos uma economia potencial da ordem de R\$ 535.683,83. Na tabela referente ao ano de 2014, buscamos retratar exatamente o período sob a égide dos novos contratos, nesse sentido, os dados retratam a execução no período do mês de abril/2014 a abril/2015. Temos então que no período analisado a Polícia Rodoviária Federal gastou R\$ 151,60 para cada mil quilômetros rodados.			

Desde maio de 2015 encontra-se confeccionado novo termo de referência para nova contratação de manutenção da frota automotiva, com as adequações e reformulações necessárias. As recomendações foram acatadas e implementadas.

Por meio do processo nº 08.650.001.278/2015-46 estamos em andamento com os trâmites para realização de novo certame licitatório, aprimorando o termo de referência e buscando atender as necessidades do órgão e as recomendações da auditoria. A previsão é que a licitação ocorra até outubro de 2016, considerando que a empresa manifestou pela renovação dos contratos atuais, indistintamente, até 31/12/2016.

Nº	ID	Relatório	Status
27	157415	201504220	Em análise pela CGU
Achados de Controle			
Os orçamentos não discriminam o tempo gasto na manutenção e nem o valor de mão de obra por hora.			
Recomendação			
Atualizar o Manual de Procedimentos de Fiscalização de Contratos de Manutenção da Frota com orientações aos fiscais dos contratos, no sentido de exigirem sempre orçamentos em conformidade com as regras definidas no Termo de Referência.			
Manifestação do Gestor			
Desde o início da vigência do contrato este Núcleo tem envidado esforços no sentido do atendimento às disposições contratuais, a exemplo disso, sobre discriminar o tempo gasto na manutenção e o valor da mão de obra, foi expedido o Ofício nº 048/2014-NUTRAF cobrando a correção dessa constatação. Em sua resposta a Contratada informa a realização de uma força-tarefa junto a sua rede credenciada, orientando-os com relação ao padrão a ser adotado na realização de orçamentos e a criação de uma célula de trabalho interno, específica e focada na realização dos ajustes necessários.			
No decorrer da vigência do contrato, foi observada uma significativa melhora nesse aspecto, no entanto, objetivando a plenitude do atendimento às disposições contratuais, será instaurado processo administrativo para apuração de possível descumprimento contratual.			
Além disso, será atualizado o Manual de Procedimentos de Fiscalização de Contratos, fazendo constar orientação aos fiscais de exigirem a conformidade dos orçamentos conforme disposições do Termo de Referência. Foi expedido o Ofício nº 071/2015-NUTRAF reiterando o pedido de disponibilização das referidas tabelas no Ofício nº 048/2014-NUTRAF.			
Quanto ao Manual de Procedimentos de Fiscalização de Contratos, o mesmo sofreu nova atualização em dezembro de 2015, e regularmente estamos verificando a necessidade de implementação de melhorias, fazendo-as constar no mesmo.			
Além disso, de 01 até 03/03/2016, foi realizado o II Encontro Nacional de Gestores de Frota do DPRF/MJ, onde foram reunidos todos os fiscais do contrato de cada unidade gestora, objetivando estabelecer as diretrizes e equacionar dúvidas, buscando padronização nos procedimentos das desconcentradas.			
Cobrança regular e efetiva do cumprimento das obrigações contratuais, por parte da contratada.			
As recomendações foram acatadas e implementadas.			

Nº	ID	Relatório	Status
28	169077	201600112	Para providências do Gestor
Achados de Controle			
Processos administrativos disciplinares instaurados e não registrados no CGU-PAD.			
Recomendação			

Instituir processos de trabalho adequados e suficientes para o registro tempestivo dos procedimentos correicionais no sistema CGU-PAD.

Manifestação do Gestor (CORREGEDORIA-GERAL)

Em atendimento às recomendações proferidas no Plano de Providência Permanente, apontadas no Relatório de Auditoria nº 201600112, especificamente a que se refere a Constatação 1, sob Identificação 169077, informamos que foram adotadas providências específicas por esta Corregedoria-Geral para que ocorram os registros tempestivo dos procedimentos correicionais no sistema CGU-PAD.

Sob este enfoque, informamos para fins de comprovação de ocorrência que foi instaurado, em 22 de fevereiro de 2017, o procedimento administrativo no ambiente SEI, sob o número 08650.003065/2017-11, sob classificação de acesso "Restrito", onde foram compilados por esta Unidade Administrativa através do Memorando nº 87/2017/CG (SEI nº 5149051) as ações necessárias para regularização em definitivo dos fatores que ensejam disparidades de registros entre os sistemas (SISCORxSEIxCGU-PAD), bem como em possibilitar, doravante, a atualização tempestiva dos registros de informações no sistema CGU-PAD, cujos mecanismos adicionais descritos na planilha anexa ao procedimento instaurado (SEI nº 5158341), possibilitará, subsidiariamente, (i) realizar um inventário cartorial a nível nacional, mediante levantamento de todos os registros cadastrais discrepantes, com retorno de informações previstas até 28 de março corrente; (ii) possibilitar que haja emprego/mobilização de força de trabalho para atualização dos registros que se encontrarem pendentes ou inexistentes de lançamento no sistema CGU-PAD e, (iii) referendar base informativa de registros disciplinares para novo sistema de gestão de informações disciplinares no âmbito da PRF, que se encontra em fase de desenvolvimento pela equipe de tecnologia da informação.

Nº	ID	Relatório	Status
29	169079	201600112	Para providências do Gestor
Achados de Controle			
Impropriedades nos procedimentos de pesquisa de preço, as quais apresentaram distorções em relação ao valor efetivamente contratado, gerando riscos de dano ao Erário.			
Recomendação			
Elaborar rotinas para cotação de preços, observando as normas regentes e as formalidades intrínsecas da matéria, em especial quanto formação do preço de mercado; aos valores que sejam inexequíveis ou excessivamente elevados e a inserção no processo da solicitação formal de cotação de preços às empresas, contendo as especificações dos serviços e os prazos para apresentação dos preços, em atenção ao disposto no inciso IV do art. 2º da IN SLTI/MPOG nº 5/2014 e ao princípio da transparência.			
Manifestação do Gestor (CGA)			
Em 2015 foi realizado o mapeamento de todas as fases dos processos de contratações, desde o planejamento da demanda até a formalização e acompanhamento contratual, incluindo-se a etapa de pesquisa de mercado. Como resultado do mapeamento foi entregue o Manual do Processo de Gestão de Contratação, no qual foi estabelecido rotinas para cada atividade envolvida no processo de contratação; definido responsáveis pela execução de cada etapa do processo; estabelecido prazos médios e limites de execução de cada etapa do processo; elencado sistemas, ferramentas e aplicativos a serem utilizados em cada momento da contratação; e confeccionado modelos de documentos a serem utilizados em cada etapa do processo. Além da elaboração do manual, adotamos como prática a aplicação da Portaria nº 80/MJ, de 22 de janeiro de 2016, que regulamenta os critérios e padrões definidos pela Instrução Normativa			

SLTI/MP nº 5, de 27 de junho de 2014, em complemento ao disposto no art. 8º da Portaria MJ nº 2.999, de 27 de novembro de 2012.

Estabelecemos como rotina o encaminhamento de e-mails de solicitação formal de cotação de preços, os quais são juntados aos autos dos processos. Nestes e-mails são encaminhados os Termos de Referências ou os Projetos Básicos para que as empresas tenham total conhecimento das especificações técnicas exigidas, bem como das condições de entrega, prazos de pagamento, obrigações e demais exigências estabelecidas para a contratação.

(Fonte: DICON. Doc. SEI nº 4948838)

Nº	ID	Relatório	Status
30	169085	201600112	Para providências do Gestor
Achados de Controle			
Impropriedades nos procedimentos de pesquisa de preço, as quais apresentaram distorções em relação ao valor efetivamente contratado, gerando riscos de dano ao Erário			
Recomendação			
Implementar e monitorar as rotinas para as cotações de preços de mercado nos procedimentos licitatórios.			
Manifestação do Gestor (CGA)			
Conforme informado anteriormente, foi implementado o Manual do Processo de Gestão de Contratação compreendendo todas as rotinas a serem efetuadas durante a fase de pesquisa de mercado. O monitoramento das rotinas de cotação é efetuado em duas etapas do processo. O primeiro é efetuado quando do encaminhamento do processo para a área demandante para emissão de Nota Técnica, momento em que é relatado os procedimentos adotados na elaboração da pesquisa. O segundo, quando do encaminhamento dos processos à Consultoria Jurídica da União, por meio da inserção da "Lista de Verificação – Fase Interna ", onde novamente é verificado o atendimento das as regras estabelecidas na ?IN SLTI/MPOG nº 5/2014. (Fonte: DICON. Doc. SEI nº 4948838)			

Nº	ID	Relatório	Status
31	169086	201600112	Para providências do Gestor
Achados de Controle			
Impropriedades nos procedimentos de pesquisa de preço, as quais apresentaram distorções em relação ao valor efetivamente contratado, gerando riscos de dano ao Erário			
Recomendação			
Orientar aos setores responsáveis para abster-se de aceitar/considerar propostas de preços nas pesquisas de mercado em que os valores sejam inexequíveis ou excessivamente elevados, em atenção aos Termos do § 6º, art. 2º, IN SLTI/MPOG nº 5/2014 e ao art. 48, inciso II, Lei nº 8.666/93, fazendo constar do processo as devidas justificativas. Recomenda-se, ainda, a inserção de avaliação crítica, devidamente fundamenta e em consonância com os normativos pertinentes.			
Manifestação do Gestor			
Para verificação dos valores inexequíveis ou excessivamente elevados foi adotado uma planilha padrão contendo as regras estabelecidas no art. 4º da Portaria nº 80/MJ: Art. 4º - Para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, não serão considerados preços inexequíveis ou excessivamente elevados, conforme critérios fundamentados abaixo: I - 70% (setenta por cento) inferior à média dos demais preços formadores do conjunto que determinará o resultado da pesquisa; e			

II - 30% (trinta por cento) superior à média dos demais preços formadores do conjunto que determinará o resultado da pesquisa.

Após a conclusão da pesquisas de mercado, o processo é remetido para a área técnica demandante do objeto para que seja elaborada Nota Técnica, a qual deve informar se as fontes de consulta que colaboraram para obtenção do resultado da pesquisa de preços atendem às especificações previstas no Termo de Referência ou Projeto Básico, e se os preços estão de acordo com os praticados pelo mercado. No caso de atendimento parcial das especificações do Termo, a área técnica deve justificar a manutenção dos valores de referência, bem como a necessidade de ampliação da pesquisa.

(Fonte: DICON. Doc. SEI nº 4948838)

Nº	ID	Relatório	Status
32	169078	201600112	Para providências do Gestor
Achados de Controle			
Pagamento indevido de Ajuda de Custo efetuados ao servidor, CPF ***.402.039-**, a título de indenizações.			
Recomendação			
Promover a devolução do valor integral das despesas que envolveram a indenização: Ajuda de Custo.			
Manifestação do Gestor (CGRH)			
A presente recomendação está em fase de análise e providências no âmbito da CGRH, a qual no sistema Monitor da CGU, apresenta o prazo de implementação até a data de 09/07/17, desta forma, a unidade ainda está dentro do prazo de implementação.			

Nº	ID	Relatório	Status
33	169080	201600112	Para providências do Gestor
Achados de Controle			
Manutenção de mão de obra imprópria para execução de serviços de secretariado executivo.			
Recomendação			
Avaliar a manutenção do Contrato de terceirização em razão de o mesmo estar em desacordo com as disposições contidas no Decreto nº 2.271/97, considerando os desdobramentos junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão quanto as contratações de mão de obra terceirizada, lato sensu. E, ainda, considerando a pretensão desta Coordenação de Auditoria em provocar a Advocacia-Geral da União no sentido de pacificar a matéria ora tratada.			
Manifestação do Gestor (CGRH)			
Foi realizada reunião com a CGU e ficou acertado que somente será implementada medida após a pacificação do entendimento junto à AGU.			

Nº	ID	Relatório	Status
34	169081	201600112	Para providências do Gestor
Achados de Controle			
Pagamentos indevidos de diárias efetuados ao servidor, CPF ***.402.039-**, a título de indenizações, no período de março/2014 a maio/2015.			
Recomendação			
Proceder ao levantamento das despesas pagas indevidamente a título de diárias, acrescida das despesas a ela relacionadas no período em que o servidor exerceu o encargo de substituto de			

coordenador-geral e/ou chefia de divisão interinamente, providenciando o ressarcimento ao Erário dos valores pagos em desconformidade com a legislação regente sobre diárias, levando em consideração as disposições contidas no Acórdão TCU 1.909/2003 - Plenário.

Manifestação do Gestor (CGRH)

A presente recomendação está em fase de análise e providências no âmbito da CGRH, a qual no sistema Monitor da CGU, apresenta o prazo de implementação até a data de 14/05/17, desta forma, a unidade ainda está dentro do prazo de implementação.

Nº	ID	Relatório	Status
34	169082	201600112	Para providências do Gestor
Achados de Controle			
Pagamentos indevidos de diárias efetuados ao servidor, CPF ***.402.039-**, a título de indenizações, no período de março/2014 a maio/2015.			
Recomendação			
Disseminar, no âmbito da Polícia Rodoviária Federal, para fins de padronização acerca do exercício do servidor, a disposição contida no artigo 15 da Lei nº 8.112/1990, qual seja: "Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança". Desta forma, quando o servidor for designado ou nomeado, suas atividades laborais devem ser exercidas na localidade onde o encargo ou cargo estiverem localizados na estrutura do Órgão.			
Manifestação do Gestor (CGRH)			
A presente recomendação está em fase de análise e providências no âmbito da CGRH, a qual no sistema Monitor da CGU, apresenta o prazo de implementação até a data de 14/05/17, desta forma, a unidade ainda está dentro do prazo de implementação.			

Nº	ID	Relatório	Status
35	169083	201600112	Para providências do Gestor
Achados de Controle			
Pagamentos indevidos de diárias efetuados ao servidor, CPF ***.386.604-**, a título de indenizações, no período de maio/2014 a maio/2015.			
Recomendação			
Proceder ao levantamento das despesas pagas indevidamente a título de diárias, acrescida das despesas a ela relacionadas no período em que o servidor exerceu o encargo de substituto de coordenador-geral, providenciando o ressarcimento ao Erário dos valores pagos em desconformidade com a legislação regente sobre diárias, levando em consideração as disposições contidas no Acórdão TCU 1.909/2003 - Plenário.			
Manifestação do Gestor (CGRH)			
A presente recomendação está em fase de análise e providências no âmbito da CGRH, a qual no sistema Monitor da CGU, apresenta o prazo de implementação até a data de 14/05/17, desta forma, a unidade ainda está dentro do prazo de implementação.			

Nº	ID	Relatório	Status
36	169084	201600112	Para providências do Gestor
Achados de Controle			
Pagamentos indevidos de diárias efetuados ao servidor, CPF ***.916.079-**, a título de indenizações, no período de junho a dezembro/2015.			
Recomendação			

Proceder o levantamento das despesas pagas indevidamente a título de diárias, no período em o servidor exerceu o cargo de coordenador-geral, interino, com vista à reposição ao Erário, caso não seja comprovada a posse do servidor.

Manifestação do Gestor (CGRH)

A presente recomendação está em fase de análise e providências no âmbito da CGRH, a qual no sistema Monitor da CGU, apresenta o prazo de implementação até a data de 14/05/17, desta forma, a unidade ainda está dentro do prazo de implementação.

8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

O Termo Circunstanciado Administrativo (TCA) é o instrumento hábil para a apuração de responsabilidade patrimonial e danos ao Erário que são cometidos por servidores que detenham a carga dos materiais que sofreram algum tipo de dano ou extravio. Para a adoção de procedimentos cabíveis, atenta-se ao contido na Instrução Normativa nº 205/1988 da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República.

Nos casos de danos ao Erário que ultrapassem o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), ou que envolvam materiais de uso controlado pelo Exército Brasileiro, a apuração fica a cargo da área correcional da PRF, independente do ressarcimento material ou financeiro imposto ao servidor responsável.

Assim segue planilhas com a quantidade de TCA's instaurados em cada regional no exercício de 2016, com as observações elencadas por cada regional:

Tabela XXXIV- Quantidade de TCA's realizados

UG	200109	Regional	SEDE/DPRF	
Quantidade de TCAs				
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
08650.007822/2016-44	1	R\$ 1.008,45	Concluído	Ressarcimento realizado
08650.011825/2016-82	1	R\$ 82,08	Concluído	Ressarcimento realizado
08650.012597/2016-68	1	R\$ 59,00	Concluído	Ressarcimento realizado
08650.022603/2016-95	1	R\$ 249,00	Em andamento	Encaminhado à corregedoria
08650.023925/2016-51	1	R\$ 28,35	Concluído	Ressarcimento realizado
08650.017263/2016-81	1	R\$ 558,29	Em andamento	Encaminhado à corregedoria
08650.026242/2016-56	2	R\$ 137,80	Em andamento	Encaminhado à corregedoria
08650.026620/2016-00	1	R\$ 7,96	Concluído	Ressarcimento realizado
08650.023101/2016-81	2	R\$ 130,76	Em andamento	Em andamento
08650.026516/2016-15	1	R\$ 1.531,04	Em andamento	Encaminhado à corregedoria
08650.003339/2015-18	1	R\$ 5,10	Concluído	Ressarcimento realizado

UG	200121	Regional	GO	
Quantidade de TCAs	9			
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
08662.022707/2016-61	1	7.763,00	Em andamento	<i>Encaminhado a Corregedoria</i>
08662.026119/2016-04	2		Em andamento	Encaminhado a Comissão de avaliação
08662.024370/2016-26	1		Em andamento	Encaminhado a Comissão de avaliação
08662.020624/2016-76	1	1.179,15	Em andamento	<i>Encaminhado a Corregedoria</i>
08662.005397/2016-10	1	914,33	Em andamento	<i>Encaminhado a Corregedoria</i>
08662.031.299/2016-38	1	4.319,58	Em andamento	Notificação encaminhada
08662.032000/2016-62	1		Encerrado	bem substituído
08662.019934/2016-17	1	279,65	Em andamento	Notificação encaminhada
08662.032630/2016-37	3		Em andamento	Encaminhado a Comissão de avaliação

UG	200120	Regional	MT	
Quantidade de TCAs	4			
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor R\$	Status do Processo	Resultado
08661.002667/2016-41	1	4585,00	Arquivado	<i>dano reparado</i>
08661.012127/2016-75	1	1255,00	Arquivado	dano reparado
08661.009347/2016-11	1	59,00	Arquivado	material encontrado
08661.007685/2016-19	1	498,00	Arquivado	material encontrado

UG	200128	Regional	SRPRF/MS	
Quantidade de TCAs	4			
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
08669.015286/2016-51	1	R\$ 6.628,65	em andamento	<i>Enviado CR</i>
08669.022241/2016-33	1	R\$ 625,00	Concluído	Reposto
08669.017265/2016-71	1	R\$ 3.065,00	Concluído	Ressarcido
08669.0020186/2016-46	1	R\$ 70,00	em andamento	Enviado CR

UG	200115	Regio- nal	SRPRF/MG	
Quantidade de TCAs	21			
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
08656.069511/2016-19	2	700	ENCER- RADO	<i>extravio/dano ao bem público decorreu do uso regular</i>
08656.124651/2016-67	1	116,68	ENCER- RADO	<i>realizou o adequado ressarcimento ao Erário</i>
08656.090619/2016-71	1	288,04	ENCER- RADO	<i>realizou o adequado ressarcimento ao Erário</i>
08656.143807/2016-17	1	3259,75	ENCER- RADO	<i>extravio/dano ao bem público decorreu do uso regular</i>
08656.029489/2016-74	1	489,9	ENCER- RADO	<i>extravio/dano ao bem público decorreu do uso regular</i>
08656.114816/2016-92	1	340,57	ENCER- RADO	<i>realizou o adequado ressarcimento ao Erário</i>
08656.077337/2016-88	1	649,09	ENCER- RADO	<i>realizou o adequado ressarcimento ao Erário</i>
08656.134144/2016-31	1	501,6	ENCER- RADO	<i>realizou o adequado ressarcimento ao Erário</i>
08656.027161/2016-13	1	2977	ENCER- RADO	<i>extravio/dano ao bem público decorreu do uso regular</i>
08656.053017/2016-32	1	789,12	ENCER- RADO	<i>realizou o adequado ressarcimento ao Erário</i>
08656.027165/2016-00	1	625	ENCER- RADO	<i>extravio/dano ao bem público decorreu do uso regular</i>
08656.057518/2016-98	1	579	ENCER- RADO	<i>realizou o adequado ressarcimento ao Erário</i>
08656.075173/2016-54	1	804	ENCER- RADO	<i>realizou o adequado ressarcimento ao Erário</i>
08656.131261/2016-43	1	29,53	ENCER- RADO	<i>realizou o adequado ressarcimento ao Erário</i>
08656.030518/2016-41	1	579,14	ENCER- RADO	<i>extravio/dano ao bem público decorreu do uso regular</i>
08656.017541/2016-40	1	739,89	ABERTO	?
08656.132666/2016-07	1	507,15	ENCER- RADO	<i>extravio/dano ao bem público decorreu do uso regular</i>
08656.119625/2016-17	1	799	ENCER- RADO	<i>extravio/dano ao bem público decorreu do uso regular</i>
08656.106907/2016-54	1	759,99	ENCER- RADO	<i>extravio/dano ao bem público decorreu do uso regular</i>
08656.110292/2016-61	1	260	ENCER- RADO	<i>extravio/dano ao bem público decorreu do uso regular</i>
08656.015043/2016-62	1	97	ENCER- RADO	<i>realizou o adequado ressarcimento ao Erário</i>

UG	200116	REGIONAL	RJ	
QUANT.DE TCA	25			
Nº DO PROCESSO	QUANT.DE BENS	VALOR	STATUS DO PROCESSO	RESULTADO
08657.107330/2016-98	1	593,99	ENCERRADO	DANO PELO USO REGULAR
08657.115356/2016-18	1	593,99	ENCERRADO	DANO PELO USO REGULAR
08657.151832/2016-56	1	579,99	ENCERRADO	DANO PELO USO REGULAR
08657.151896/2016-57	1	579,99	ENCERRADO	DANO PELO USO REGULAR
08657.113659/2016-98	1	593,99	ENCERRADO	DANO PELO USO REGULAR
08657.151949/2016-30	1	579,99	ENCERRADO	DANO PELO USO REGULAR
08657.135116/2016-21	1	R\$ 146,30	ENCERRADO	DANO PELO USO REGULAR
08657.107550/2016-11	1	593,99	ENCERRADO	DANO PELO USO REGULAR
08657.106921/2016-48	1	593,99	ENCERRADO	DANO PELO USO REGULAR
08657.108588/2016-10	1	593,99	ENCERRADO	DANO PELO USO REGULAR
08657.151591/2016-45	1	579,99	ENCERRADO	DANO PELO USO REGULAR
08657.109610/2016-31	1	593,99	EM APURAÇÃO	EM APURAÇÃO
08657.107520/2016-13	1	593,99	EM APURAÇÃO	EM APURAÇÃO
08657.107193/2016-91	1	593,99	EM APURAÇÃO	EM APURAÇÃO
08657.059904/2016-12	1	611,99	ENCERRADO	DANO PELO USO REGULAR
08657.143501/2016-42	1	579,99	EM APURAÇÃO	EM APURAÇÃO
08657.105140/2016-36	1	593,99	EM APURAÇÃO	EM APURAÇÃO
08657.151820/2016-21	1	579,99	EM APURAÇÃO	EM APURAÇÃO
08657.108881/2016-79	1	593,99	EM APURAÇÃO	EM APURAÇÃO
08657.151792/2016-42	1	579,99	EM APURAÇÃO	EM APURAÇÃO
08657.143725/2016-54	1	579,99	EM APURAÇÃO	EM APURAÇÃO
08657.151838/2016-23	1	579,99	EM APURAÇÃO	EM APURAÇÃO
08657.113487/2016-52	1	R\$ 80,00	EM APURAÇÃO	EM APURAÇÃO
08657.113301/2016-65	1	593,99	EM APURAÇÃO	EM APURAÇÃO
08657.115741/2016-57	1	593,99	EM APURAÇÃO	EM APURAÇÃO

UG	200117	Regional	SRPRF-SP	
Quantidade de TCAs	18			
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
08658.031766/2016-99	1	R\$ 249,00	encerrado	dano pelo uso regular
08658.037289/2016-75	1	R\$ 236,55	encerrado	dano reparado
08658.072234/2016-10	1	R\$ 699,00	encerrado	dano reparado
08658.076494/2016-56	1	R\$ 1.400,00	encerrado	dano pelo uso regular
08658.079347/2016-00	1	R\$ 699,00	encerrado	encaminhado à Corregedoria
08658.082784/2016-39	1	R\$ 292,70	encerrado	dano reparado
08658.082788/2016-17	1	R\$ 699,00	encerrado	dano pelo uso regular
08658.094544/2016-87	1	R\$ 748,00	encerrado	dano reparado
08658.104613/2016-78	2	R\$ 4.510,26/ R\$ 649,00	encerrado	dano pelo uso regular
08658.104667/2016-33	1	R\$ 40,09	encerrado	dano reparado
08658.118354/2016-62	1	R\$ 249,90	encerrado	encaminhado à Corregedoria
08658.118762/2016-14	1	R\$ 664,99	encerrado	dano pelo uso regular
08658.130122/2016-82	1	R\$ 664,99	encerrado	dano reparado
08658.130144/2016-42	1	R\$ 664,99	encerrado	dano reparado
08658.156295/2016-21	1	R\$ 664,99	encerrado	dano pelo uso regular
08658.163227/2016-18	1	R\$ 585,25	encerrado	encaminhado à Corregedoria
08658.165812/2016-52	1	R\$ 249,90	em andamento	
08658.165853/2016-49	1	R\$ 4.492,77	em andamento	

UG	200118	Regional	SRPRF PR	
Quantidade de TCAs	51			
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
08659.000105/2016-10	03		Instrução	
08659.002636/2016-39	01	R\$ 612,49	Sem responsabilidade	uso regular
08659.006978/2016-28	01	R\$ 1.631,63	Instrução	
08659.007719/2016-14	02	R\$ 1.292,72	Sem responsabilidade	uso regular
08659.009448/2016-31	01	R\$ 519,99	Instrução	
08659.010048/2016-79	01		Instrução	
08659.010273/2016-13	01	R\$ 608,32	Sem responsabilidade	uso regular
08659.010881/2016-10	01	R\$ 696,39	Bem Substituído	dano reparado
08659.011677/2016-16	01	R\$ 4.341,71	Sem responsabilidade	uso regular
08659.015969/2016-28	01	R\$ 209,03	Bem Substituído	dano reparado
08659.015989/2016-07	01	R\$ 604,15	Reposição ao erário	dano reparado
08659.017915/2016-05	01	R\$ 1.195,90	Reposição ao erário	dano reparado
08659.021698/2016-40	01	R\$ 498,00	Instrução	
08659.025286/2016-89	01	R\$ 245,00	Instrução	
08659.027987/2016-52	01	R\$343,00	Reposição ao erário	dano reparado
08659.030170/2016-61	01	R\$595,81	Reposição ao erário	dano reparado
08659.031528/2016-73	02		Sem responsabilidade	uso regular
08659.035272/2016-73	01	R\$ 595,81	Reposição ao erário	dano reparado
08659.036261/2016-19	01	R\$ 500,00	Bem reparado	dano reparado
08659.038246/2016-05	02	R\$ 448,10	Instrução	
08659.044808/2016-41	02	R\$ 567,46	Reposição ao erário	dano reparado
08659.046978/2016-61	01	R\$ 83,10	Reposição ao erário	dano reparado
08659.047780/2016-02	01	R\$ 587,47	Em reanálise	
08659.050137/2016-58	02	R\$1607,05	Sem responsabilidade	uso regular
08659.053819/2016-12	01	R\$ 587,47	Reposição ao erário	dano reparado
08659.056664/2016-76	01	R\$ 587,47	Reposição ao erário	dano reparado
08659.056666/2016-65	01	R\$ 3.150,00	Apuração funcional	Encaminhado Correge- doria Regional
08659.063215/2016-84	01	R\$ 587,47	Bem Substituído	dano reparado
08659.069687/2016-41	01	R\$ 566,62	Sem responsabilidade	uso regular
08659.071584/2016-41	01	R\$ 2.862,00	Instrução	
08659.073396/2016-57	01	R\$4397,00	Instrução	
08659.076022/2016-93	01	R\$ 85,40	Bem Substituído	dano reparado
08659.078505/2016-22	01		Instrução	
08659.078901/2016-50	01	R\$ 4.911,00	Instrução	
08659.078920/2016-86	01	R\$ 2.001,66	Sem responsabilidade	uso regular
08659.079125/2016-13	01	R\$ 569,18	Instrução	
08659.079456/2016-45	01	R\$ 5.969,10	Instrução	
08659.082117/2016-46	01		Instrução	
08659.085649/2016-35	01	R\$277,00	Sem responsabilidade	uso regular
08659.089060/2016-14	01	R\$ 366,30	Sem responsabilidade	uso regular
08659.090697/2016-45	01	R\$ 554,12	Instrução	
08659.091048/2016-61	01		Instrução	
08659.093063/2016-44	01	420,00	sem abertura	
08659.094111/2016-11	01	1992,69	Acima do valor previsto para TCA	
08659.094784/2016-71	01		Instrução	
08659.095279/2016-44	01	6778,44	Instrução	

08659.096322/2016-99	01	R\$ 15.295,17	Acima do valor previsto para TCA	
08659.100750/2016-23	01	R\$ 18.814,36	Acima do valor previsto para TCA	
08659.102095/2016-48	01	R\$ 894,00	Instrução	
08659.104463/2016-92	01		Instrução	
08659.106126/2016-30	01	R\$ 449,96	Bem Substituído	dano reparado

UG	200125	Regional	SRPRF-SC	
Quantidade de TCAs	3			
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
08666.045492/2016-16	1	97	Encaminhado a comissão TCA	Sem Conclusão
08666.005383/2016-66	1	s/valor (sem tombamento)	Encaminhado a comissão TCA	Sem Conclusão
08666.047951/2016-04	1	319,94	Encaminhado a comissão TCA	Sem Conclusão

UG	200119	Regional	RS	
Quantidade de TCAs	37			
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
08660.009575/2016-00	1	R\$ 3.999,91	Concluído	Uso Regular
08660.013426/2016-37	1	Não apurado	Em andamento	Em andamento
08660.015224/2016-20	1	R\$ 52.509,00	Concluído	Corregedoria
08660.006365/2016-51	1	R\$ 649,00	Concluído	Uso Regular
08660.009378/2016-82	1	R\$ 868,00	Concluído	Dano Reparado
08660.009565/2016-66	1	R\$ 649,00	Concluído	Uso Regular
08660.006399/2016-46	1	R\$ 649,00	Concluído	Uso Regular
08660.013427/2016-81	1	R\$ 7.665,00	Concluído	Uso Regular
08660.013362/2016-74	1	R\$ 699,00	Concluído	Uso Regular
08660.020078/2016-54	1	R\$ 18.440,00	Concluído	Corregedoria
08660.019836/2016-91	1	R\$ 692,91	Concluído	Dano Reparado
08660.012874/2016-13	1	Não apurado	Em andamento	Em andamento
08660.020273/2016-84	1	R\$ 629,99	Em andamento	Em andamento
08660.014828/2016-59	1	R\$ 37.291,00	Concluído	Corregedoria
08660.004625/2015-73	1	R\$ 3.480,00	Concluído	Uso Regular
08660.007169/2016-02	1	R\$ 781,00	Concluído	Uso Regular
08660.002897/2016-10	1	R\$ 504,00	Concluído	Uso Regular
08660.018183/2016-23	1	R\$ 24.430,00	Concluído	Corregedoria
08660.023510/2016-69	1	R\$ 629,99	Concluído	Uso Regular
08660.023411/2016-87	1	R\$ 14.337,90	Concluído	Corregedoria
08660.024931/2016-15	1	R\$ 31.507,27	Concluído	Corregedoria
08660.020849/2016-11	1	R\$ 12.179,00	Concluído	Corregedoria
08660.030407/2016-75	1	R\$ 32.719,00	Concluído	Corregedoria
08660.020414/2016-69	1	R\$ 629,99	Em andamento	Em andamento

08660.020403/2016-89	1	R\$ 629,99	Em andamento	Em andamento
08660.031817/2016-33	1	R\$ 724,99	Concluído	Dano Repa- rado
08660.029635/2016-01	1	R\$ 3.935,00	Concluído	Uso Regular
08660.037217/2016-89	1	Não apurado	Em andamento	Em andamento
08660.036803/2016-14	1	Não apurado	Em andamento	Em andamento
08660.039702/2016-97	1	R\$ 895,00	Concluído	Uso Regular
08660.045581/2016-12	1	R\$ 225,00	Concluído	Uso Regular
08660.048560/2016-59	1	R\$ 569,99	Em andamento	Em andamento
08660.044126/2016-08	1	R\$ 1.970,00	Concluído	Uso Regular
08660.054598/2016-61	1	R\$ 599,00	Concluído	Uso Regular
08660.061207/2016-64	1	R\$ 250,00	Concluído	Uso Regular
08660.061249/2016-03	1	R\$ 250,00	Em andamento	Em andamento
08660.016197/2016-11	1	R\$ 27.913,20	Concluído	Corregedoria

UG	200114	Regional	BAHIA	
Quantidade de TCAs	20			
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
08655.002969/2017-89	1	558,29	aguardando decisão	dano pelo uso regular
08655.000010/2017-17	1	562,46	aguardando baixa	dano pelo uso regular
08655.028025/2016-51	1	1690,53	decisão proferida	dano pelo uso regular
08655.027404/2016-23	1	3096	aguardando baixa	dando reparado
08655.023021/2016-86	1	583,3	baixado	dano pelo uso regular
08655.021742/2016-51	1	584,3	aguardando baixa	dano pelo uso regular
08655.018523/2016-95	5	158,16	aguardando baixa	dando reparado
08655.017303/2016-44	1	3213	aguardando baixa	dano pelo uso regular
08655017926/2016-81	1	36	aguardando baixa	dando reparado
08655.013499/2016-06	1	584,86	aguardando decisão	encaminhado à corregedoria
08655.015685/2016-71	1	103,58	aguardando baixa	dando reparado
08655.010922/2015-27	1	584,3	baixado	dano pelo uso regular
08655.12878/2016-71	1	587,47	aguardando baixa	dando reparado
08655.005429/2016-76	1	7115,5	baixado	dando reparado
08655.005509/2016-21	1	554,12	baixado	dano pelo uso regular
08655.002423/2013-02	1	176,5	baixado	dando reparado
08655.004391/2016-14	1	R\$ R\$ 625,00	baixado	dano pelo uso regular
08655.000376/2013-54	1	1416,21	aguardando baixa	dando reparado
08655.008893/2016-14	1	599,98	baixado	dano pelo uso regular
08655.007368/2016-81	2	17,25	aguardando baixa	dando reparado

UG	200113	Regional	SRPRF-PE	
Quantidade de TCAs	16			
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
08654.001588/2016-10	1	R\$ 1.624,41	Encerrado	Dano pelo uso regular
08654.001159/2016-34	1	R\$ 2.850,00	Encerrado	Dano pelo uso regular
08654.008442/2016-97	1	R\$ 790,35	Encerrado	Dano pelo uso regular
08654.004274/2016-61	1	R\$ 452,87	Encerrado	Dano reparado
08654.005955/2016-46	1	R\$ 625,00	Encerrado	Dano pelo uso regular
08654.004256/2016-89	1	R\$ 595,81	Encerrado	Dano pelo uso regular
08654.008299/2016-33	1	R\$ 4.785,00	Encerrado	Dano pelo uso regular
08654.008352/2016-04	1	R\$ 1.000,00	Encerrado	Dano pelo uso regular

08654.008531/2016-33	1	R\$ 1.800,00	Encerrado	Dano pelo uso regular
08654.009230/2016-27	1	R\$ 587,47	Encerrado	Dano reparado
08654.009640/2016-78	1	R\$ 625,00	Encerrado	Dano pelo uso regular
08654.010573/2016-34	1	R\$ 579,14	Encerrado	Dano reparado
08654.012933/2016-32	2	R\$ 2.011,66	Encerrado	Dano pelo uso regular
08654.013252/2016-91	1	R\$ 51,00	Encerrado	Dano pelo uso regular
08654.014443/2016-71	1	R\$ 1.200,00	Encerrado	Dano pelo uso regular
08.654.015338/2016-59	1	R\$ 288,50	Encerrado	Dano pelo uso regular

UG 200126		Regional	12ªSRPRF/ES	
Quantidade de TCAs	6			
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
08667023052/2016-06	1	R\$ 477,11	Concluído	Dano pelo uso regular
08667015840/2016-11	1	R\$ 591,64	Concluído	Dano pelo uso regular
08667015885/2016-95	1	R\$ 303,20	Concluído	Dano pelo uso regular
08667015875/2016-50	1	R\$ 591,64	Concluído	Dano pelo uso regular
08667007483/2016-17	1	R\$ 562,46	Concluído	Dano reparado
08667013553/2016-76	1	R\$ 591,64	Concluído	Dano pelo uso regular

UG	200129	Regional	SRPRF-AL	
Quantidade de TCAs	6			
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
08670.001127/2016-31	1	R\$ 7.892,00	Em andamento	Encaminhado à corregedoria
08670.001478/2016-41	1	R\$ 11.950,00	Em andamento	Encaminhado à corregedoria
08670.001532/2016-59	1	R\$ 1.388,66	Em andamento	Encaminhado à corregedoria
08670.002155/2016-75	1	R\$ 625,00	Encerrado	Dano reparado
08670.004257/2016-25	1	R\$ 2.465,00	Encerrado	Dano pelo uso regular
08670.005483/2016-23	1	R\$ 840,00	Em andamento	Aguardando reparo

UG	PB	Regional	14ª SRPRF	
Quantidade de TCAs	2			
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
08663.003388/2016-84	1	562,46	encerrado	dano pelo uso regular
08663.009994/2016-11	1	579,14	encerrado	dano reparado
08663.000328/2016-18	1	1526,7	aberto	encaminhado a corregedoria

UG	200123	Regional	RN	
Quantidade de TCAs	10			
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
08664.003546/2016-96	1	625	Concluído/arquivado	bem baixado sem responsabilização
08664.007116/2016-43	1	625	Concluído/arquivado	bem repostado
08664.007390/2016-12	1	51	Concluído/arquivado	Pendente de assinatura pelo servidor
08664.000427/2016-81	1	625	Concluído/arquivado	bem baixado
08664.003245/2016-62	1	749	Em andamento	pendente de análise de recurso pelo NUAT
08664.007677/2016-42	1	901	Concluído/arquivado	dano reparado
08664.007826/2016-73	1	410	Concluído/arquivado	bem baixado sem responsabilização
08664.008860/2016-65	1	625	Concluído/arquivado	bem repostado
08653.011666/2016-96	1	78,7	em andamento	em andamento
08650.021267/2016-63	1	a definir	em andamento	aguardando orçamento

UG	200112	Regional	SRPRF-CE	
Quantidade de TCAs	10			
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
08653.009035/2016-15	1	625	Encerrado	Dano pelo uso regular
08653.004125/2016-10	1	1625	Encerrado	Dano pelo uso regular
08653.014156/2016-71	1		Em andamento	
08653.013031/2016-23	1	587,48	Em andamento	
08650.020836/2016-53	1	490	Em andamento	
08653.012827/2016-69	1	583,3	Encerrado	Dano reparado
08653.002910/2016-20	1	5421	Em andamento	
08653.016821/2016-61	1	587,48	Encerrado	Dano pelo uso regular
08653.015612/2016-08	1	587,48	Em andamento	
08653.001149/2017-90	1	3293	Em andamento	

UG	200127	Regional	SRPRF-PI	
Quantidade de TCAs				
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
08668.002126/2016-67	1	100,67	Concluído	Dano reparado
08668.005554/2016-37	1	583,31	Concluído	Dano reparado
08668.004145/2016-13	1	550	Concluído	Dano pelo uso regular
08668.008961/2016-04	1	7797,06	Concluído	Dano pelo uso regular
08668.008048/2016-08	4	2960,74	Em andamento	Em andamento
08668.008783/2016-11	1	154,12	Em andamento	Em andamento
08668.007062/2016-86	1	33,3	Em andamento	Em andamento
08668.009475/2016-03	1	1696,17	Concluído	Dano pelo uso regular
08668.009094/2016-16	1	181,9	Em andamento	Em andamento

UG	MA	Regional	18ª SRPRF	
Quantidade de TCAs	2			
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
08665.008514/2016-77	1	R\$ 2.770,00	aberto	Apuração de valor

08665.008500/2016-53	1	R\$ 579,14	aberto	Apuração de valor
----------------------	---	------------	--------	-------------------

UG	200111	Regional	SRPRF/PA	
Quantidade de TCAs	0			
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
--	--	--	--	---

UG	200130	Regional	SRPRF-SE	
Quantidade de TCAs	3			
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
08672.001620/2016-31	1	R\$ 625,00	Em andamento	Em andamento
08672.004261/2016-73	1	R\$ 625,00	Em andamento	Em andamento
08672.006680/2016-40	1	R\$ 4.630,00	Em andamento	Em andamento

UG	200131	Regional	SRPRF/RO	
Quantidade de TCAs	0			
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
--	--	--	--	---

UG	200235	Regional	ACRE	
Quantidade de TCAs	6			
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
08219.000736/2016-18	1	R\$ 119,66	Concluído	<i>dano pelo uso regular</i>
08219.000294/2016-00	1	R\$ 1.053,00	Aguardando decisão Administrativa	Em andamento
08671.010021/2016-18	1	R\$ 649,00	Aguardando conclusão Laudo de Avaliação	Em andamento
08219.000294/2016-00	1	R\$ 148,56	Servidor Notificado da Instauração TCA	Em andamento
08219.001262/2016-13	1	R\$ 1.524,00	Aguardando decisão Administrativa	Em andamento
08219.000003/2017-56	2	R\$450,00 e R\$469,00	Aguardando conclusão Laudo de Avaliação	Em andamento

UG	200141	Regional	DF	
Quantidade de TCAs				
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
08675.000999/2015-51	1	R\$ 260,40	Concluído	Ressarcimento realizado
08675.001409/2016-98	1	R\$ 730,27	Concluído	Baixa por uso regular
08675.001000/2015-91	4	R\$ 3.458,12	Para decisão do Sup.	
08675.004860/2014-03	1	R\$ 1.107,36	Concluído	Ressarcimento realizado
08675.000589/2015-18	1	R\$ 570,00	Concluído	Baixa por uso regular
08675.001973/2013-68	1	R\$ 1.856,45	Concluído	Baixa por uso regular

UG	200139	Regional	SRPRF/TO	
Quantidade de TCAs	0 (zero)			
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
---	---	---	---	---

UG	200110	Regional	SRPRF/AM	
Quantidade de TCAs	0			
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
--	--	--	--	(dando reparado, encaminhado à corregedoria ou dano pelo uso regular)

UG	200233	Regional	AP	
Quantidade de TCAs	0			
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
—	—	—	—	—

UG	200232	Regional	SRPRF-RR	
Quantidade de TCAs	0			
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado
-	-	-	-	-

UG	AD-MLOG	Regional	OLIMPIADAS	
Quantidade de TCAs	50			
Nº do Processo	Qtde. De Bens	Valor	Status do Processo	Resultado [reparado, corregedoria, uso regular]
08650.018530/2016-37	1	0,00	Não foi respondida a solicitação de orçamento 1401241. Processo encaminhado para PR.	Instrução incompleta do TCA
08650.018534/2016-15	1	4.235,85	1 orçamento apenas. 4235,85. Processo encaminhado para PE.	Instrução incompleta do TCA
08650.018725/2016-87	1	11.234,57	Não é caso de TCA. 2 orçamentos apenas	corregedoria
08650.018748/2016-91	1	11.138,94	1 orçamento apenas. 11138,94	Instrução incompleta do TCA
08650.019232/2016-64	1	30.891,53	Não é caso de TCA. 2 orçamentos apenas	corregedoria
08650.019238/2016-31	1	16.203,95	Não é caso de TCA. 2 orçamentos apenas	corregedoria
08650.019326/2016-33	1	0,00	Não foi respondido o pedido de orçamento. Processo encaminhado para PE.	Instrução incompleta do TCA
08650.019411/2016-00	1	2.248,78	1 orçamento apenas. 2248,78. Processo encaminhado para MG.	Instrução incompleta do TCA
08650.019440/2016-63	1	0,00	Não foi respondida a solicitação de orçamento – 1401317. Processo encaminhado para NUMOT	Instrução incompleta do TCA
08650.019357/2016-94	1	11.294,10	Não é caso de TCA. 2 orçamentos apenas	corregedoria
08650.018421/2016-10	1	6.084,44	2 orçamentos apenas, é caso de TCA. Processo encaminhado para SC.	Instrução incompleta do TCA
08650.018464/2016-03	1	0,00	Não foi respondida a solicitação de orçamento 1401339. Processo encaminhado para AL.	Instrução incompleta do TCA
08650.018527/2016-13	1	8.310,00	1 orçamento apenas. 8310,00. Processo encaminhado para PE.	Instrução incompleta do TCA
08650.018722/2016-43	1	33.287,36	Não é caso de TCA. 1 orçamento apenas	corregedoria
08650.019167/2016-77	1	10.073,13	Não é caso de TCA. 1 orçamento apenas , 10073,13	corregedoria
08650.020614/2016-31	1	3.362,00	1 orçamento apenas. 3362,00. Processo encaminhado para RJ.	Instrução incompleta do TCA
08650.020618/2016-19	1	0,00	Não foi respondida a solicitação de orçamento 1406828. Processo encaminhado para PB.	Instrução incompleta do TCA
08650.020624/2016-76	1	0,00	Não foi respondida a solicitação de orçamento 1406844. Processo encaminhado para GO.	Instrução incompleta do TCA
08650.021287/2016-34	1	0,00	Não tem nem pedido de orçamento. Processo encaminhado para BA.	Instrução incompleta do TCA
08650.021285/2016-45	1	0,00	Não tem nem pedido de orçamento. Processo encaminhado para PA.	Instrução incompleta do TCA
08650.021267/2016-63	1	0,00	Não tem nem pedido de orçamento. Processo encaminhado para RN.	Instrução incompleta do TCA
08650.020836/2016-53	1	0,00	Não foi respondida a solicitação de orçamento 1406918. Processo encaminhado para CE.	Instrução incompleta do TCA
08650.020832/2016-75	1	0,00	Não foi respondida a solicitação de orçamento 1406879. Processo encaminhado para MG.	Instrução incompleta do TCA
08650.021258/2016-72	1	0,00	Não tem nem pedido de orçamento. Processo encaminhado para PI.	Instrução incompleta do TCA
08650.018273/2016-33	1	18.831,00	Não é caso de TCA, concluído pela comissão de TCA.	corregedoria
08650.018304/2016-56	1	977,00	Em andamento pela regional, fase execução	TCA concluído / uso regular do bem
08650.018284/2016-13	1	16.577,60	Não é caso de TCA, concluído pela comissão de TCA	corregedoria
08650.018582/2016-11	1	1.960,20	TCA Concluído	TCA concluído / uso regular do bem

08650.019011/2016-96	1	23.295,79	Não é caso de TCA, está sendo apurado pelas corregedorias	corregedoria
08650.018410/2016-30	1	1.585,00	Aguardando decisão do Superintendente/PB, reiterado	Instrução do TCA completa / Aguardando decisão
08650.018299/2016-81	1	5.478,00	TCA Concluído.	TCA concluído / uso regular do bem
08650.019216/2016-71	1	74.146,00	Não é caso de TCA. 1 orçamento apenas.	corregedoria
08650.018983/2016-63	1	4.450,00	TCA Concluído	TCA concluído / sem elementos suficientes para concluir
08650.018308/2016-34	1	1.490,00	TCA Concluído	TCA concluído / uso regular do bem
08650.018355/2016-88	1	1.880,00	TCA Concluído	TCA concluído / uso regular do bem
08650.018290/2016-71	1	1.335,00	Aguardando decisão do CGA	Instrução do TCA completa / Aguardando decisão
08650.019537/2016-76	1	1.170,00	TCA Concluído	TCA concluído / fato de terceiros
08650.018958/2016-80	1	8.850,60	Não é caso de TCA, veículo SP servidor BA, Consertado por SP	corregedoria
08650.018353/2016-99	1	28.794,00	Não é caso de TCA, veículo e servidor RS	corregedoria
08650.019539/2016-65	1	5.230,00	Aguardando decisão do Superintendente/PE	TCA concluído / uso regular do bem
08650.019715/2016-69	1	4.700,00	Condutora pagou pelo reparo;	TCA concluído / servidor ressarcir o erário
08650.019730/2016-15	1	160,00	TCA Concluído. Condutor reparou o dano.	TCA concluído / servidor ressarcir o erário
08650.019743/2016-86	1	1.050,00	TCA Concluído. Autoridade rejeitou o parecer da comissão.	TCA concluído / autoridade rejeitou o parecer da comissão.
08650.019818/2016-29	1	1.400,00	Servidor efetuou o reparo.	TCA concluído / servidor ressarcir o erário
08650.019859/2016-15	1	3.735,00	Impossível concluir TCA. Havia dois orçamentos apenas, não foi questionado se o servidor desejava pagar o conserto. Não há BAT, nem é possível concluir a partir das informações se há ou não culpa do servidor. Foi aberto o orçamento 1785779 pela frota de SP e aprovado. Processo irregular.	Instrução incompleta do TCA
08650.019637/2016-01	1	0,00	Em fase de orçamentação. Processo encaminhado para o PR.	Instrução incompleta do TCA
08650.021226/2016-77	1	0,00	Em fase de orçamentação. Processo encaminhado para o RS	Instrução incompleta do TCA
08650.021235/2016-68	1	0,00	Dano detectado na desmobilização, servidor identificado	Instrução incompleta do TCA
08650.021282/2016-10	1	0,00	Dano detectado na desmobilização, servidora nega o dano, impossível TCA	Instrução incompleta do TCA
08650.021346/2016-74	1	0,00	Dano detectado na desmobilização, servidor identificado	Instrução incompleta do TCA

8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Este Órgão vem respeitando o pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecendo a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades. O não cumprimento do Art. 5º só ocorre quando a empresa dá causa ao atraso (certidões vencidas, falta de apresentação de documentação obrigatória, etc.).

A Setorial Financeira deste Órgão em conjunto com as Regionais deste DPRF, vem desde 2013, fazendo o uso racional dos recursos financeiros disponibilizados pela Setorial Financeira de Órgão Superior. Efetuando os pagamentos, quando da liberação dos recursos financeiros, da forma mais rápida possível agilizando os pagamentos e minimizando os prejuízos aos fornecedores e evitando o pagamento de multas e encargos moratórios.

As afirmativas acima podem ser verificadas junto aos processos de pagamento arquivados na conformidade de Registro de Gestão deste Órgão.

8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Por meio do Acórdão nº 2.859/2013TCU Plenário foi determinando a adoção de medidas necessárias à revisão dos contratos administrativos que se enquadrem nos referidos dispositivos legais, conforme inferese dos itens 9.2 e 9.3 do aludido

Acórdão:

...

9.2. determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público que:

9.2.1 nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, orientem os órgãos e entidades que lhes estão vinculados adotarem as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação;

9.2.2 orientem os referidos órgãos e entidades a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo;

9.2.3 no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as medidas adotadas por seus respectivos órgãos e entidades vinculados para cumprimento das determinações acima, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida por cada unidade;

9.3. determinar à Diretoria Geral do Senado Federal, à Diretoria Geral da Câmara dos Deputados e à Secretaria Geral de Administração do Tribunal de Contas da União que adotem, no âmbito de seus contratos, as medidas indicadas nos subitens 9.2.1 e 9.2.2, acima, e que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as providências adotadas, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida;"

Porém, houve interposição de Recurso contra o mencionado Acórdão do TCU, onde houve entendimento pela admissibilidade do pedido de reexame com efeito suspensivo em relação aos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário, nos termos do Despacho do Relator, Ministro Raimundo Carreiro (Processo TC 013.515/20136).

O Pedido de Reexame, ao ser admitido, tem efeito suspensivo até a decisão final de mérito do Tribunal. Sendo assim, em consulta à movimentação processual, foi constatado que o processo (Processo TC 013.515/20136) ainda não foi concluído. Portanto, os itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 2859/2013, e as suas determinações permanecem suspensas.

8.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Do orçamento de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), previsto para ações de publicidade de utilidade pública, R\$ 160.000,00 foram descentralizados para o Ministério dos Transportes, por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED. Sendo assim, executado pelo referido Ministério em ações de publicidade de utilidade pública sobre a

Operação Rodovida, ação interministerial envolvendo Ministério da Justiça e Segurança Pública, das Cidades, Transportes e Saúde e com atuação em todo o território nacional.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 30802 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL/MJ - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMISSION 01/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	568.033.142,02	515.823.925,92	Despesas Orçamentárias	3.699.346.393,90	3.469.366.813,52
Ordinárias	1.124.688,97	1.856.168,21	Ordinárias	2.625.537.832,54	874.493.207,72
Vinculadas	619.945.965,94	563.649.856,54	Vinculadas	1.073.808.561,36	2.594.873.605,80
Alienação de Bens e Direitos	3.442.392,77		Educação	9.867,42	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	616.503.573,17	563.649.856,54	Seguridade Social (Exceto RGPS)	603.451.578,68	621.835.915,35
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-53.037.512,89	-49.682.098,83	Operação de Crédito		1.598.681.674,10
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	470.347.115,26	374.325.557,25
			Outros Recursos Vinculados a Fundos		30.459,10
Transferências Financeiras Recebidas	7.254.342.994,01	6.836.596.516,29	Transferências Financeiras Concedidas	4.122.063.855,50	3.883.540.081,71
Resultantes da Execução Orçamentária	6.955.430.225,35	6.531.156.246,70	Resultantes da Execução Orçamentária	3.425.224.510,78	3.216.231.386,81
Repasse Recebido	3.532.399.373,49	3.319.780.219,94	Repasse Concedido	2.193.658,92	4.855.360,05
Sub-repasse Recebido	3.423.030.851,86	3.211.375.916,22	Sub-repasse Concedido	3.423.030.851,86	3.211.375.916,22
Sub-repasse Devolvido		110,54	Sub-repasse Devolvido		110,54
Independentes da Execução Orçamentária	298.912.768,66	305.440.269,59	Independentes da Execução Orçamentária	696.839.344,72	667.308.694,90
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	237.287.178,42	245.233.436,48	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	102.342.760,90	116.750.387,64
Demais Transferências Recebidas	3.150.104,54	482.412,18	Demais Transferências Concedidas	413.297,62	302.412,18
Movimentação de Saldos Patrimoniais	58.475.485,70	59.724.420,93	Movimento de Saldos Patrimoniais	594.083.286,20	550.255.895,08
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	192.100.860,12	179.313.133,85	Despesas Extraorçamentárias	154.603.348,01	166.598.724,57
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	3.188.204,21	4.350.281,47	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	9.200.702,78	11.072.176,53
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	170.087.886,25	160.485.454,85	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	138.692.166,53	151.717.187,47

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.013.803,74	-5.270.640,43	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.707.810,71	3.796.912,05
Outros Recebimentos Extraorçamentários	10.810.965,92	19.748.037,96	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.667,99	12.448,52
Restituições a Pagar	691,94		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	2.667,99	7.734,86
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		44,87	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		4.587,04
Arrecadação de Outra Unidade	10.809.587,94	11.060.234,63	Valores Compensados		126,62
Demais Recebimentos	686,04	8.687.758,46			
Saldo do Exercício Anterior	51.576.669,20	39.348.712,94	Saldo para o Exercício Seguinte	90.040.067,94	51.576.669,20
Caixa e Equivalentes de Caixa	51.576.669,20	39.348.712,94	Caixa e Equivalentes de Caixa	90.040.067,94	51.576.669,20
TOTAL	8.066.053.665,35	7.571.082.289,00	TOTAL	8.066.053.665,35	7.571.082.289,00



TITULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO 30802 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MJ - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 01/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.283.554.421,00	1.283.554.421,00	566.087.802,12	-717.466.618,88
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-

Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	13.500.000,00	13.500.000,00	23.966.426,93	10.466.426,93
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	13.500.000,00	13.500.000,00	23.966.426,93	10.466.426,93
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	1.270.054.421,00	1.270.054.421,00	542.121.375,19	-727.933.045,81
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.270.039.226,00	1.270.039.226,00	540.990.009,47	-729.049.216,53
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	15.195,00	15.195,00	1.093.808,08	1.078.613,08
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	37.557,64	37.557,64
RECEITAS DE CAPITAL	1.416.226,00	1.416.226,00	1.945.339,90	529.113,90
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	1.416.226,00	1.416.226,00	1.945.339,90	529.113,90
Alienação de Bens Móveis	1.416.226,00	1.416.226,00	1.945.339,90	529.113,90
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.284.970.647,00	1.284.970.647,00	568.033.142,02	-716.937.504,98
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-

Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.284.970.647,00	1.284.970.647,00	568.033.142,02	-716.937.504,98
DÉFICIT			3.131.313.251,88	3.131.313.251,88
TOTAL	1.284.970.647,00	1.284.970.647,00	3.699.346.393,90	2.414.375.746,90
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	3.344.841.520,00	3.589.732.778,00	3.610.100.176,48	3.510.411.638,96	3.507.223.434,75	-20.367.398,48
Pessoal e Encargos Sociais	2.815.624.861,00	3.021.219.964,00	2.993.527.617,21	2.993.527.617,21	2.993.527.617,21	27.692.346,79
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	529.216.659,00	568.512.814,00	616.572.559,27	516.884.021,75	513.695.817,54	-48.059.745,27
DESPESAS DE CAPITAL	80.029.939,00	75.573.041,00	89.246.217,42	18.846.868,69	18.846.868,69	-13.673.176,42
Investimentos	80.029.939,00	75.573.041,00	89.246.217,42	18.846.868,69	18.846.868,69	-13.673.176,42
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	308.028.841,00	308.028.841,00	-	-	-	308.028.841,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	3.732.900.300,00	3.973.334.660,00	3.699.346.393,90	3.529.258.507,65	3.526.070.303,44	273.988.266,10
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	3.732.900.300,00	3.973.334.660,00	3.699.346.393,90	3.529.258.507,65	3.526.070.303,44	273.988.266,10
TOTAL	3.732.900.300,00	3.973.334.660,00	3.699.346.393,90	3.529.258.507,65	3.526.070.303,44	273.988.266,10

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	66.076.661,09	91.010.859,42	62.514.132,55	62.060.094,02	46.011.476,31	49.015.950,18
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	66.076.661,09	91.010.859,42	62.514.132,55	62.060.094,02	46.011.476,31	49.015.950,18
DESPESAS DE CAPITAL	91.342.373,33	69.474.595,43	76.836.263,41	76.632.072,51	3.109.674,72	81.075.221,53
Investimentos	91.342.373,33	69.474.595,43	76.836.263,41	76.632.072,51	3.109.674,72	81.075.221,53
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	157.419.034,42	160.485.454,85	139.350.395,96	138.692.166,53	49.121.151,03	130.091.171,71

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	282.886,70	3.462.154,76	2.897.739,21	6.714,01	840.588,24
Pessoal e Encargos Sociais	-	37.790,66	37.790,66	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	282.886,70	3.424.364,10	2.859.948,55	6.714,01	840.588,24
DESPESAS DE CAPITAL	14.722,86	6.378.710,96	6.302.963,57	3.256,39	87.213,86
Investimentos	14.722,86	6.378.710,96	6.302.963,57	3.256,39	87.213,86
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	297.609,56	9.840.865,72	9.200.702,78	9.970,40	927.802,10



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTITULO 30802 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
 ORGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
 EXERCICIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 01/03/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	144.361.961,38	315.075.644,54	PASSIVO CIRCULANTE	14.946.907,75	213.396.305,77
Caixa e Equivalentes de Caixa	90.040.067,94	51.576.669,20	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	189.976.101,71
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	36.668.377,90	247.049.362,18	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.946.097,03	9.572.991,81
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	2.386,03	2.211,03
Estoques	17.646.677,26	16.449.613,16	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	6.838,28	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	9.998.424,69	13.845.001,22
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.101.299.808,45	1.017.151.778,16	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	87.591,58	89.898,72
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.881,40	1.881,40	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	1.881,40	1.881,40	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	1.881,40	1.881,40	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	87.591,58	89.898,72
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	15.034.499,33	213.486.204,49
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
			Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			

			Reservas de Lucros	-	-
Imobilizado	1.085.384.624,76	1.003.252.926,99	Demais Reservas	2.866.964,89	2.866.964,89
Bens Móveis	632.008.344,10	640.106.305,20	Resultados Acumulados	1.227.760.305,61	1.115.874.253,32
Bens Móveis	770.537.132,97	740.850.942,26	Resultado do Exercício	115.851.792,87	-3.489.083,36
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-138.528.788,87	-100.744.637,06	Resultados de Exercícios Anteriores	1.115.874.253,32	1.102.990.580,39
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-3.965.740,58	16.372.756,29
Bens Imóveis	453.376.280,66	363.146.621,79	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	454.461.665,21	363.481.267,01	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.230.627.270,50	1.118.741.218,21
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.085.384,55	-334.645,22			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	15.913.302,29	13.896.969,77			
Softwares	15.889.273,42	13.872.940,90			
Softwares	15.889.273,42	13.872.940,90			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	24.028,87	24.028,87			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	24.028,87	24.028,87			

(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-		
Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-		
Diferido	-	-		
TOTAL DO ATIVO	1.245.661.769,83	1.332.227.422,70	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.245.661.769,83 1.332.227.422,70



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 30802 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MJ - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 01/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	7.980.413.102,80	7.541.657.240,46
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	24.312.461,02	12.861.080,53
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	24.312.461,02	12.861.080,53
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	856,75	33.006,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	856,75	33.006,00
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	7.310.738.074,59	6.919.724.667,09
Transferências Intragovernamentais	7.254.342.994,01	6.836.596.516,29
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	56.395.080,58	83.128.150,80
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	43.048.379,73	52.273.396,00
Reavaliação de Ativos	36.253.065,31	21.480.027,73
Ganhos com Alienação	5.371,06	355.215,28
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.921.958,58	446.815,66
Ganhos com Desincorporação de Passivos	4.867.984,78	29.991.337,33
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	602.313.330,71	556.765.090,84
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	135.901,60	69.200,00
Resultado Positivo de Participações	-	-

Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	602.177.429,11	556.695.890,84
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	7.864.561.309,93	7.545.146.323,82
Pessoal e Encargos	1.948.497.512,38	1.864.891.859,84
Remuneração a Pessoal	1.507.803.196,93	1.467.188.437,88
Encargos Patronais	309.960.762,36	305.297.146,18
Benefícios a Pessoal	123.361.110,50	90.789.643,92
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	7.372.442,59	1.616.631,86
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.195.581.838,14	1.109.625.687,17
Aposentadorias e Reformas	880.709.463,80	846.727.583,53
Pensões	313.572.771,52	262.186.498,14
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.299.602,82	711.605,50
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	469.258.601,94	466.294.739,53
Uso de Material de Consumo	61.300.090,87	48.880.962,17
Serviços	367.480.157,25	306.466.092,76
Depreciação, Amortização e Exaustão	40.478.353,82	110.947.684,60
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	30.446.745,92	29.759.300,42
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	144.104,33	39.102,57
Variações Monetárias e Cambiais	9,06	-
Descontos Financeiros Concedidos	30.302.632,53	29.720.197,85
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	4.166.470.610,19	3.948.865.836,36
Transferências Intragovernamentais	4.122.063.855,50	3.883.540.081,71
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	44.406.754,69	65.325.754,65
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	19.100.776,16	98.645.981,37
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	1.813.328,79
Perdas com Alienação	10.231.422,44	19.167.315,85
Perdas Involuntárias	415.358,46	295.949,91
Incorporação de Passivos	263.525,91	5.609.596,42

Desincorporação de Ativos	8.190.469,35	71.759.790,40
Tributárias	649.231,36	496.798,95
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	412.329,67	292.374,83
Contribuições	236.901,69	204.424,12
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	34.555.993,84	26.566.120,18
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	34.555.993,84	26.566.120,18
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	115.851.792,87	-3.489.083,36

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 30802 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviARIA FEDERAL/MJ - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMISSÃO 01/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	138.260.072,61	112.813.669,50
INGRESSOS	7.839.255.565,79	7.361.069.976,27
Receitas Derivadas e Originárias	566.087.802,12	509.996.062,45
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	23.966.426,93	12.677.353,24
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	542.121.375,19	497.318.709,21
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	7.273.167.763,67	6.851.073.913,82
Ingressos Extraorçamentários	8.013.803,74	-5.270.640,43
Restituições a Pagar	691,94	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	44,87
Transferências Financeiras Recebidas	7.254.342.994,01	6.836.596.516,29
Arrecadação de Outra Unidade	10.809.587,94	11.060.234,63
Demais Recebimentos	686,04	8.687.758,46
DESEMBOLSOS	-7.700.995.493,18	-7.248.256.306,77
Pessoal e Demais Despesas	-3.260.595.606,28	-3.049.163.642,00
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-504.334,93	-462.224,70
Administração	-	-10.686,39
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-2.081.504.058,17	-1.933.962.699,11
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-1.175.047.715,58	-1.110.144.243,66
Saúde	-	-9.996,79
Trabalho	-	-
Educação	-9.867,42	-30.459,10
Cultura	-	-

Direitos da Cidadania	-324.829,20	-21.906,06
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-34.428,96	-4.513.691,33
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-3.167.704,03	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-2.667,99	-7.734,86
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-311.628.220,69	-311.750.957,35
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-311.628.220,69	-311.750.957,35
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-4.128.771.666,21	-3.887.341.707,42
Dispêndios Extraorçamentários	-6.707.810,71	-3.796.912,05
Transferências Financeiras Concedidas	-4.122.063.855,50	-3.883.540.081,71
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-4.587,04
Valores Compensados		-126,62
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-99.796.673,87	-100.585.713,24
INGRESSOS	1.945.339,90	5.827.863,47
Alienação de Bens	1.945.339,90	5.827.863,47
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-101.742.013,77	-106.413.576,71
Aquisição de Ativo Não Circulante	-97.649.076,10	-102.508.768,04
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-4.092.937,67	-3.904.808,67
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-

Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	38.463.398,74	12.227.956,26
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	51.576.669,20	39.348.712,94
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	90.040.067,94	51.576.669,20